

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E GETÚLIO VARGAS:**  
antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945.

EDGAR BRUNO FRANKE SERRATTO

Curitiba / 2008

EDGAR BRUNO FRANKE SERRATTO

**A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E GETÚLIO VARGAS:**

antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945.

Dissertação apresentada, como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em História, ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) - Linha de pesquisa Cultura e Poder. Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro.

Curitiba / 2008

*...o político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva: um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma que seus outros comportamentos coletivos. (René Rémond – Por uma historia política. – 1988)*

*Um povo que não luta é um povo que perdeu o sentido da vida, que perdeu a consciência de si mesmo. E já não sabe para onde vai. E nem deseja saber para onde o conduzem. É a indiferença e o letargo. É o sono de bronze, que prelúdia a morte. É o silêncio trágico. (Plínio Salgado – Despertemos a nação! – 1935)*

**Resumo:**

Os anos de 1930 a 1945 correspondem ao período em que Getúlio Vargas esteve à frente do Estado brasileiro, além de também compreender o período de existência oficial da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Tanto o discurso integralista quanto o de Vargas, nos apresentam inúmeras temáticas em comum. Contemplando os recortes temáticos do antiliberalismo e do anticomunismo, buscamos compreender as semelhanças e oposições entre estes dois discursos. Analisamos assim, a forma e as circunstâncias destas produções, a lógica interna, o intuito, o apelo, e por fim, como ambos os discursos criavam a imagem dos “inimigos” que deveriam ser combatidos. Ao mesmo tempo, buscamos compreender o discurso integralista e de Vargas como pertencentes a um mesmo meio político-cultural e ideológico, ou seja, à mesma “cultura política” pautada fundamentalmente pelo autoritarismo, buscando por meio desta, compreender as suas especificidades, suas proximidades e seus distanciamentos.

**Palavras-Chave:** Integralismo – Getúlio Vargas – Antiliberalismo - Anticomunismo

**Abstract:**

*The years between 1930 and 1945 were the period that Getúlio Vargas was president of Brazil, and also correspond to the official period of existence of the Brazilian Integralist Action. Integralist's speech, just as Vargas' speech, present to us several themes in common. Approaching the anti-liberalism and the anticomunism, we want to understand the similarities and oppositions between these two speeches. Therefore, we analyze the type and the circumstances of theses productions, their internal logic, their intention, their appeal and also how both speeches created the image of their enemies that should be fought. At the same time that we understand the integralist's speech and Vargas' speech as belonging to the same political, cultural and ideological environment, which means the same “political culture” established by the authoritarianism, we want to comprehend their specificities, similarities and oppositions.*

**Keywords:** Integralism – Getúlio Vargas – Anti-liberalism – Anticomunism

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente devo agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro, que mesmo estando em outro país dando continuidade a seus estudos, em todo momento se mostrou comprometido, atencioso e disponível, sendo suas contribuições vitais para a realização desta dissertação. Também não posso deixar de citar os nomes da Prof. Dra. Marion Brepohl de Magalhães, que representou de forma gentil e atenciosa meu orientador na sua ausência física; do Prof. Dr Wilson Maske da PUC-Pr cujas contribuições na oportunidade da minha qualificação foram muito relevantes; do Prof. Dr Carlos Roberto Antunes Santos, que além de participar de minha qualificação trazendo importantes e preciosas contribuições, também aceitou o convite para participar de minha banca final; e do Prof. Dr. João Fabio Bertonha, um dos mais respeitados estudiosos do tema aqui abordado, e que sempre disponível a incentivar e colaborar com outros pesquisadores aceitou o convite para minha banca final, o que me deixa muito lisonjeado.

De forma geral, agradeço todo o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, especialmente a secretária Maria Cristina, sempre disposta a resolver todos os entraves administrativos com os quais nos deparamos. Quanto ao seu corpo docente, destaco os professores doutores: Antonio César de Almeida Santos e Judite Maria Barbosa Trindade, os quais me proporcionaram importantes referenciais nos direcionamentos iniciais de minha pesquisa, sendo estes os quais tive um maior contato por meio das disciplinas obrigatórias e dos créditos pertinentes ao programa. Também não poderia deixar de citar a Universidade Tuiuti do Paraná, em especial os professores doutores Erivan Cassiano Karvat e Pedro Leão da Costa Neto, os quais foram decisivos quando na minha graduação e muito me ensinaram sobre o ofício do historiador. Reafirmo assim, que suas contribuições mais uma vez aqui estão presentes.

Neste momento, também não poderia esquecer de agradecer uma pessoa que com certeza vê este momento como muito especial, já que é perceptível em seus olhos a alegria e o orgulho que está sentindo. Esta pessoa é a minha mãe, Maria Regina Franke Serratto, pois além de me ajudar nas correções deste texto, acompanhando todo o processo da realização deste trabalho, me apoiou incondicionalmente, e sendo também uma

pesquisadora, sempre servirá como um grande exemplo para mim, tanto profissionalmente quanto pessoalmente.

Por fim, agradeço a minha futura esposa Daniele Starck, que além de conviver com toda as minhas angustias e frustrações - comum ao processo de construção de um trabalho como este -, e perder vários finais de semana para me fazer companhia nos estudos, também muito me ajudou nas correções e nos longos diálogos sobre o trabalho. Sua paciência e compreensão nunca serão esquecidas. Muito obrigado, minha lindinha! Agradeço também a minha avó, Maria Magdalena Franke, que me proporcionou sempre uma agradável companhia nas longas tardes de estudos regadas a café e chimarrão; a meu pai, Gilceu Serratto, que além de me incentivar também deu amplo apoio logístico para a realização desta dissertação; e, ao CNPq, através da concessão de bolsa, que me auxiliou durante o curso.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>CAP. 1 - O DISCURSO INTEGRALISTA</b> .....	40
1.1 – A CONCEPÇÃO DE MUNDO E A INTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA .....	43
1.2 – O DISCURSO ANTILIBERAL–DEMOCRÁTICO .....	50
1.2.1 - O sufrágio universal .....	53
1.2.2 - O homem .....	57
1.2.3 - Os partidos políticos e o capitalismo internacional .....	58
1.2.4 - Considerações gerais acerca do antiliberalismo .....	62
1.2.5 - O liberalismo e a Revolução de 30 .....	65
1.3 – O LIBERALISMO COMO CAMINHO AO COMUNISMO .....	67
1.3.1 - Uma identidade filosófica comum .....	68
1.3.2 - Os possíveis caminhos .....	69
1.4 – O DISCURSO ANTICOMUNISTA .....	72
1.4.1 - Crítica a origem materialista .....	74
1.4.2 - O homem .....	76
1.4.3 - O caráter apátrida do comunismo .....	79
1.4.4 - Considerações gerais acerca do anticomunismo .....	80
1.4.5 - O comunismo no Brasil .....	84
1.5 – O DISCURSO ANTI-SEMITA .....	86
1.5.1 - Anti-semitismo, liberalismo e comunismo .....	89
1.6 – A CONSTRUÇÃO E A LÓGICA DISCURSIVA .....	91
1.6.1 - A criação de uma identidade .....	92
1.6.2 - A definição de conceitos .....	93
1.6.3 - O inimigo primordial .....	95
1.6.4 - A articulação discursiva .....	97
1.6.5 - Os ideólogos e a lógica discursiva .....	98
1.6.6 - As leituras e a análise marxista .....	102
1.6.7 - Contra uma interpretação recorrente .....	103

<b>CAP. 2 - O DISCURSO DE GETÚLIO VARGAS .....</b>	<b>106</b>
2.1 - A INTERPRETAÇÃO DOS PROBLEMAS NACIONAIS .....	108
2.2 - CONTRA AS INTERPRETAÇÕES MATERIALISTAS .....	110
2.3 - A CRISE DO MUNDO LIBERAL .....	112
2.4 - O DISCURSO ANTILIBERAL .....	114
2.4.1 - O discurso antiliberal político e econômico.....	115
2.4.1.1 - O capitalismo internacional .....	119
2.4.2 - O discurso antiliberal-democrático .....	122
2.4.2.1 - Os partidos políticos .....	125
2.4.2.2 - A democracia estadonovista .....	128
2.5 - O LIBERALISMO E O COMUNISMO .....	130
2.6 - O DISCURSO ANTICOMUNISTA .....	132
2.6.1 - O comunismo no Brasil .....	134
2.6.2 - O perigo comunista e a Intentona de 1937 .....	138
2.6.3 - O combate prático .....	140
2.7 - O ANTIFASCISMO .....	142
2.7.1 - Os extremismos da esquerda e da direita .....	143
2.7.2 - O anti-integralismo .....	144
2.8 - UMA POSSÍVEL CONCEPÇÃO DE HOMEM .....	146
2.9 - A CONSTRUÇÃO E A LÓGICA DISCURSIVA .....	149
2.9.1 - A criação de uma identidade e legitimação .....	154
2.9.2 - O inimigo primordial e a articulação discursiva .....	157
2.9.3 - As interpretações historiográficas .....	160
<b>CAP. 3 - INTEGRALISMO E VARGAS: UM ESTUDO COMPARADO .....</b>	<b>162</b>
3.1 - A CULTURA POLÍTICA DO PERÍODO ENTRE-GUERRAS .....	169
3.2 - OS POSICIONAMENTOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS .....	183
3.3 - AS CONSTRUÇÕES E LÓGICAS DISCURSIVAS .....	201
<b>FONTES .....</b>	<b>211</b>
<b>ACERVOS PERSQUISADOS .....</b>	<b>214</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>215</b>



## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo a análise comparada dos discursos da Ação Integralista Brasileira (AIB) e de Getúlio Vargas, mais especificamente, as considerações e concepções referentes ao antiliberalismo e anticomunismo que foram proferidos por ambos. Esta análise, parte do pressuposto de se entender os dois discursos como integrantes de um meio histórico-cultural comum, aquele referente aos anos de 1930 a 1945. Nesta perspectiva, acreditamos que os possíveis diálogos - aproximações e/ou distanciamentos - entre estes discursos ficam mais claros se os compreendemos como pertencentes ao campo mais amplo da cultura política do período.

\* \* \*

Ao nos debruçarmos sobre este contexto, observamos que durante as primeiras décadas do século XX, algumas relevantes transformações ocorreram na conjuntura européia, o que também trouxe fortes repercussões para a conjuntura mundial e, conseqüentemente, para a do Brasil. A Primeira Guerra Mundial, colocou em evidência a fragilidade da ordem mundial, a crise do liberalismo econômico atingia um de seus ápices e a revolução bolchevique de 1917 mostrou-se como o golpe final para esta sociedade liberal em crise. Já ao fim do século XIX, críticas às “conquistas do século liberal burguês, até então consideradas indiscutíveis”, já vinham se consolidando.<sup>1</sup> É nesta perspectiva que as ideologias da esquerda e da direita traziam suas diferentes propostas e/ou soluções que visavam “salvar” o mundo deste “monstro liberal”, por meio de novos ordenamentos políticos.<sup>2</sup>

De modo geral, a principal crítica ao Estado liberal, centrava-se em uma “suposta falta de autoridade e participação do Estado na economia nacional”, já que a ideologia liberal de gestão parte do pressuposto de que “(...) a livre-concorrência não [deve] ser objeto de intervenção do Estado ou de grupos particulares. (...) [Existindo], portanto, uma

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, L. L., VELLOSO, M. P. E GOMES, A. M. C. **Estado Novo**: Ideologia e poder, Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 14.

<sup>2</sup> D'ARAUJO, M.C. **O Estado Novo**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 7.

‘ordem natural’ que se estabelece espontaneamente no domínio econômico.”<sup>3</sup> Tanto a direita quanto a esquerda compartilhavam a idéia de condenar este modelo regimentar liberal, e até certo ponto, também o ideal de solução para este problema. Ambos acreditavam na idéia de um Estado forte que tutelasse a economia com autoridade, o que também liga estas duas distintas correntes políticas ao pensamento autoritário. Dado o grande desprestígio ao liberalismo, até mesmo o autoritarismo foi “(...) apresentado como a verdadeira democracia, liberta da parafernália de partidos e eleições, típicas dos regimes liberais”<sup>4</sup>, que por sua vez, eram vistas como obstáculos à “real” representação política.

O pensamento fascista ou de extrema direita, que se opunha tanto ao liberalismo quanto ao socialismo marxista, surgiu na Itália em 1919, quando o então ex-socialista Benito Mussolini - após uma reunião na sala da Aliança Industrial e Comercial de Milão -, inaugurou o primeiro movimento de caráter fascista, o *Fascio de Combattimento*, assim, declarando guerra ao socialismo devido a este se opor ao nacionalismo, uma de suas principais bandeiras. Nesta oportunidade, ele contava com a presença de cerca de cem pessoas, entre elas, veteranos de guerra, sindicalistas que apoiaram a guerra, intelectuais futuristas, repórteres e curiosos. Já em 1921, com um número já bem maior de adeptos e/ou seguidores, este movimento tornou-se o *Partido Nacional Fascista* italiano.<sup>5</sup>

Em uma reflexão visando a relação entre este contexto internacional e o pensamento político brasileiro deste mesmo período, Lúcia Lippi Oliveira, ressalta que “nos anos 30, o Brasil não seguiu rumos muito distintos dos que estavam sendo trilhados pelos países europeus e que eram objeto da atenção dos brasileiros ilustrados.”<sup>6</sup> Mussolini na Itália em 1923; Hitler na Alemanha em 1933, Salazar em Portugal em 1929 e a Espanha em guerra civil entre 1936 e 1939, eram eventos acompanhados de perto pelos brasileiros. Até mesmo a “(...) França, modelo da nossa civilização humanista, vinha enfrentando fortíssimos movimentos nacionalistas de direita desde o fim do século XIX (...)”.<sup>7</sup> Como podemos perceber, vários foram os movimentos e nações que aderiram a tais idéias. Porém estas

---

<sup>3</sup> AZEVEDO, A. C. do A. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**, 3 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 278.

<sup>4</sup> FAUSTO, B. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**, Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 22.

<sup>5</sup> PAXTON, R. O. **A anatomia do fascismo**, São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 16.

<sup>6</sup> OLIVEIRA, L. L., VELLOSO, M. P. E GOMES, A. M. C. **Estado Novo: Ideologia e poder**, op. cit., p. 7.

<sup>7</sup> OLIVEIRA, L. L., VELLOSO, M. P. E GOMES, A. M. C. **Estado Novo: Ideologia e poder**, op. cit., p. 7.

experiências mostraram-se repletas de especificidades, que correspondiam aos diferentes contextos e culturas onde se desenvolveram. Segundo Hégio Trindade:

(...) em todo fascismo coexistem, paradoxalmente, um nacionalismo exacerbado e uma influência ou, até mesmo, solidariedade ideológica com o fascismo internacional. Neste caso, a singularidade do discurso ideológico fascista se configura, precisamente, no tipo de combinação entre o nacionalismo nascente em cada sociedade onde ele florescia e a percepção de um sentido da história marchando para o fascismo em escala internacional, o que conduziria necessariamente com ecletismo do discurso.<sup>8</sup>

Sem levarmos em conta as “(...) intenções subjetivas de tais doutrinadores, mas [sim] suas idéias expressas em textos escritos e a influência que exerciam sobre seus contemporâneos (...)”<sup>9</sup>, percebemos que a leitura e reflexão acerca do que ia pelo mundo, também estava presente nas discussões políticas brasileiras. Estado nacional, democracia social, justiça e liberdade, indivíduo e coletividade, autoritarismo e democracia, ordem e anarquia, nacionalismo e internacionalismo, entre outras, eram as mais recorrentes questões que intelectuais das mais variadas correntes políticas problematizavam em suas tentativas de buscar respostas para os problemas sociais e construir um melhor e mais eficiente modelo de Estado. Neste sentido, entendemos que “esta linha de interpretação dos fenômenos ideológicos, [nos] permite vê-los como eventos históricos.”<sup>10</sup> É por meio desta forma de abordagem que procuramos compreender os diálogos existentes entre o discurso integralista e de Vargas, pois “(...) é no contexto nacional e internacional dos anos 30 que podemos entender o significado das propostas autoritárias e centralizadoras dos intelectuais ocupados em formular uma nova ideologia, capaz de responder aos impasses da nação e às orientações para o Estado.”<sup>11</sup>

Para Boris Fausto, em países periféricos como o Brasil, a ascensão do autoritarismo se deu durante a década de 1920, na vigência do regime oligárquico-liberal. “O liberalismo foi associado às práticas oligárquicas, que pressupunham a fraude eleitoral, a escassa participação política da população e o controle do país pelos grandes estados, enfraquecendo o poder da União.”<sup>12</sup> Sendo estas considerações, frequentemente

---

<sup>8</sup> TRINDADE, H. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30, *In*: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira** - O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964), 6. ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1996, p. 306.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, L. L., VELLOSO, M. P. E GOMES, A. M. C. **Estado Novo**: Ideologia e poder, op. cit., p. 8.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, L. L., VELLOSO, M. P. E GOMES, A. M. C. **Estado Novo**: Ideologia e poder, op. cit., p. 10.

<sup>11</sup> OLIVEIRA, L. L., VELLOSO, M. P. E GOMES, A. M. C. **Estado Novo**: Ideologia e poder, op. cit., p. 10.

<sup>12</sup> FAUSTO, B. **O pensamento nacionalista autoritário** (1920-1940), op. cit., p. 14.

reafirmadas dentro do discurso antiliberal do período. Fausto também ressalta que o pensamento autoritário brasileiro constitui-se em duas fases distintas, tendo como marco divisor a Revolução de 30 e a grande depressão mundial. A maturação ideológica dos intelectuais ocorre durante a década de 1920, com uma influência ainda relativa na vida política e social da nação, a exemplo do Movimento Tenentista, a Semana de Arte Moderna, a crise do café, a fundação do Partido Comunista do Brasil e as greves operárias. É após este marco, que o autoritarismo ganha prestígio, e seus ideólogos passam a exercer um papel de significativa importância e visibilidade na vida nacional.<sup>13</sup>

Foi, sobretudo, após a Revolução de 30, que se abriu o espaço “(...) para o debate de projetos políticos, permitindo que pensadores pudessem apresentar propostas capazes de se traduzirem em ação governamental (...)”<sup>14</sup> Segundo Boris Fausto, “(...) a grande depressão mundial e, no plano interno, a revolução de 1930, deram aos intelectuais da época a sensação de que chegara o momento (...) para se descobrir novos caminhos, em busca da realização de diferentes ideais (...)”<sup>15</sup> Logicamente, todo o ideário político debatido no pós 1930 já estava presente no período anterior, mesmo que ainda em “maturação”, porém, é a partir deste momento que o debate tornou-se aberto. Desta forma, o período de nossa história que foi denominado como a *Era Vargas* (1930-1945), é justamente o contexto onde estas discussões estavam mais presentes e, foram colocadas em prática, por meio da ideologia e/ou forma de governo implementada durante o Estado Novo, que “representou a vitória das idéias autoritárias e a derrota dos liberais.”<sup>16</sup> Segundo Lúcia Lippi de Oliveira, já no imediato momento posterior a Revolução de 30, as tendências autoritárias dentro do pensamento de Vargas já estavam presentes, assim como o seu antiliberalismo.<sup>17</sup>

Outro importante ponto dentro do universo político ideológico deste período, refere-se ao nacionalismo, que segundo Andréa Sanhudo Torres, “representou uma variedade centro-autoritária histórica.”<sup>18</sup> Reafirmando o papel dos intelectuais neste contexto, ressaltamos que, a grosso modo, “suas tarefas estavam em formular uma ideologia para o

---

<sup>13</sup> FAUSTO, B. **O pensamento nacionalista autoritário** (1920-1940), op. cit., p. 20.

<sup>14</sup> OLIVEIRA, L. L., VELLOSO, M. P. E GOMES, A. M. C. **Estado Novo: Ideologia e poder**, op. cit., p. 15.

<sup>15</sup> FAUSTO, B. **O pensamento nacionalista autoritário** (1920-1940), op. cit., p. 30.

<sup>16</sup> FAUSTO, B. **O pensamento nacionalista autoritário** (1920-1940), op. cit., p. 22.

<sup>17</sup> Referindo-se ao autoritarismo, esta idéia faz parte da tese central do trabalho: OLIVEIRA, L. L., VELLOSO, M. P. E GOMES, A. M. C. **Estado Novo: Ideologia e poder**, op. cit. Já quanto ao antiliberalismo, esta afirmação foi encontrada em: CAMARGO, A. **O golpe silencioso**, Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 24.

<sup>18</sup> TORRES, A. S. **Imprensa: política e cidadania**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 15.

nacionalismo, criar uma nova mentalidade cultural, histórica, sociológica, política e antropológica da realidade brasileira.”<sup>19</sup> Por este motivo, é que ela afirma que no Brasil deste período:

Notou-se, então, uma tendência para a exaltação do patriotismo, fundada em ameaças externas reais ou imaginárias, e a crescente aspiração para que o Brasil adotasse uma política externa mais corajosa e independente. Seguindo este caminho, o nacionalismo brasileiro pouco a pouco estabeleceu um equilíbrio básico entre seus componentes, tornando-se essencialmente político, estimulado por um maior sentimento de confiança cultural e dignidade, e tratando de alcançar o progresso econômico e social, dentro de uma estrutura de fortalecimento interno e independência internacional.<sup>20</sup>

Cada corrente ideológica, “embora concordando que o estado deveria servir as necessidades do país, e não a interesses particulares e locais, (...) divergiam consideravelmente quanto à maneira de alcançar melhor tal objetivo.”<sup>21</sup> Sejam fascistas, comunistas ou liberais, todos possuíam suas próprias leituras e propostas acerca da melhor forma de se empreender o nacionalismo à política brasileira. A bandeira do nacionalismo apresentava-se muito atraente para a legitimação de projetos políticos e para a agremiação de adeptos para estes.

Podemos afirmar que dentre todas estas discussões ideológicas, a tendência que mais radicalizou o pensamento autoritário, o nacionalista e o combate ao liberalismo, foi a de extrema direita ou fascista. Logo, no que se refere às experiências de cunho fascista no Brasil, estas se expressaram já durante a década de 1920. Em 1922, sob inspiração da Marcha sobre Roma pelos fascistas italianos, ocorre a fundação da *Legião Cruzeiro do Sul*, e, em 1928, é formado o *Partido Fascista* em São Paulo, possivelmente criado por imigrantes italianos. Porém, os mais expressivos movimentos de direita extrema do período pré-integralista, foram o *Partido Fascista Brasileiro*, lançado em 1930 por meio de uma carta publicada no jornal *O Comércio*, a qual possuía um forte teor nacionalista, anticomunista e de exaltação da experiência italiana; a *Ação Social Brasileira* (Partido Nacional fascista) que em 1930 já possuía uma hierarquia similar a dos *fácios italianos*, incluindo brigadas de choque uniformizadas; a *Legião Cearense do Trabalho* liderada pelo tenentista Severino Sombra, que possuía um forte apelo antiliberal, anticomunista e espiritualista, tendo muito prestígio entre o operariado, diferentemente dos demais partidos

---

<sup>19</sup> TORRES, A. S. **Imprensa**: política e cidadania, op. cit., p. 17.

<sup>20</sup> TORRES, A. S. **Imprensa**: política e cidadania, op. cit., p. 15.

<sup>21</sup> TORRES, A. S. **Imprensa**: política e cidadania, op. cit., p. 18.

fascistas que em sua maioria contavam com um maior apoio das camadas médias da sociedade; e por fim, a *Ação Social Brasileira* de Dom João Becher, que foi fundada no Rio Grande do Sul em 1935<sup>22</sup> como uma tentativa de cooptar o eleitorado católico por meio de um discurso espiritualista, antiliberal e anticomunista.<sup>23</sup> Para Edgard Carone, a maior parte destes movimentos foi assimilada posteriormente pela Ação Integralista - que também foi o movimento fascista nacional de maior expressão -, e é este motivo pelo qual o mesmo denomina este período, o dos primórdios do fascismo nacional, como pré-integralista.<sup>24</sup>

Analisemos agora a mais relevante dessas experiências, a Ação Integralista Brasileira. Oficialmente fundada em 7 de outubro de 1932, com a divulgação do documento que ficou conhecido como o *Manifesto de Outubro de 1932*, este movimento participou ativamente e oficialmente da vida política brasileira até o ano de 1937, quando, após a instauração do Estado Novo, Getúlio Vargas colocou-a na ilegalidade. Entretanto, as suas atividades prosseguiram posteriormente, como podemos verificar no caso do *Putsch*<sup>25</sup> Integralista de 1938, tornando assim, difícil datar precisamente o fim da AIB. Sabemos, porém, que após a queda de Vargas em 1945 e o início da redemocratização do país, Plínio Salgado - com o apoio de parte da militância integralista, dedicou-se à formação de um novo partido -, o *Partido de Representação Popular (PRP)*<sup>26</sup>, nos dando a certeza de que a AIB, como instituição, chegara a seu fim.

Seu fundador, Plínio Salgado, foi o chefe supremo da AIB até o seu fim. O sigma maiúsculo ( $\Sigma$ ), letra grega que representa o cálculo integral, indicando a soma dos valores materiais e espirituais<sup>27</sup>, era o símbolo do integralismo, assim como era a suástica para o Nacional Socialismo Alemão<sup>28</sup>. Outras relevantes características deste movimento foram os

---

<sup>22</sup> Movimento fundado já durante a existência da AIB.

<sup>23</sup> Outros partidos de menor expressão, segundo Carone, foram: *Legião de Outubro* (1930) de Amaro Linari e Francisco Campos, o *Partido Nacionalista de São Paulo* de Mário Antunes e uma pequena ala do *Partido Socialista Brasileiro* de Cristiano das Neves. CARONE, E, **A segunda república** (1930-1937), 3º ed., Rio de Janeiro: DIFEL, 1978. p. 295.

<sup>24</sup> Todas informações acerca do surgimento do fascismo no Brasil foram encontradas em: CARONE, E, **A segunda república** (1930-1937), op. cit., p. 288 - 308.

<sup>25</sup> O *Putsch Integralista* foi uma tentativa fracassada de golpe realizada por militantes descontentes com as atitudes de Vargas referentes ao fechamento e perseguição do movimento. Este ponto será melhor explorado no decorrer deste estudo.

<sup>26</sup> Para saber mais sobre o PRP ver em: CALIL, G. G. **O Integralismo no pós-guerra: a formação do PRP** (1945-1950), Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

<sup>27</sup> BARROSO, G. **O integralismo de norte a sul**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. p. 78.

<sup>28</sup> O sigma também possui outras significações dentro do ideário integralista, a exemplo das somas das corporações de trabalho em prol da economia nacional, a crítica às doutrinas unilaterais, entre outros.

seus rituais, como as marchas, discursos, celebrações e cerimônias públicas, onde seus militantes usavam uniformes com calças pretas ou brancas, camisa verde, gravata preta e o sigma bordado em seu braço esquerdo, o que lhes proporcionou o apelido de “os camisas verdes”. Havia também uma saudação utilizada pelo movimento, que erguendo o braço verticalmente - e não horizontalmente como faziam os adeptos do fascismo italiano e/ou alemão - dizia a palavra de ordem *anauê*, que significa “*você é meu companheiro!*” na língua Tupi.<sup>29</sup> Podemos assim observar, que as semelhanças entre a AIB e os fascismos europeus, não se davam somente no campo discursivo e ideológico, mas também, na ritualística, na simbologia e nos apelos de identificação.<sup>30</sup> Para Gustavo Barroso - um dos principais intelectuais do movimento -, o Integralismo era a expressão mais completa do fascismo<sup>31</sup>, mesmo que ele, em alguns momentos, o critique. Segundo Héglio Trindade, grande parcela do caráter fascista do integralismo, era oriundo de sua organização, de seus militantes, de sua base social de recrutamento, de sua solidariedade para com os fascismos internacionais e de suas atitudes políticas.<sup>32</sup> De forma geral, podemos identificar as origens ideológicas do Integralismo como uma fusão entre o modelo fascista italiano e, a ideologia autoritária e conservadora brasileira.<sup>33</sup>

O Integralismo representou uma importante força política dentro do cenário nacional, cooptando grande parte dos movimentos e pensadores da tendência direitista e autoritária de todo o Brasil. Estima-se que sua militância chegou à cerca de um milhão de adeptos distribuídos em mais de quatro mil núcleos,<sup>34</sup> o que transformou este no primeiro partido de massas da história brasileira. Dentro dos trâmites da política nacional, relembramos que em 15 de novembro de 1932, praticamente um mês após a sua fundação,

---

<sup>29</sup> Parte das informações acerca da AIB foram retiradas de: AZEVEDO, A. C. do A. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**, op. cit., p. 254.

<sup>30</sup> HILTON, S. E. **O Brasil e a crise internacional: 1930/ 1945**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 32.

<sup>31</sup> BARROSO, G. **O integralismo de norte a sul**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. p. 45.

<sup>32</sup> TRINDADE, H. **Integralismo: teoria e práxis políticas nos anos 30**. op. cit., p. 316.

<sup>33</sup> Durante a década de 1970, quando os primeiros trabalhos que contemplaram a AIB foram publicados, a principal temática destes era baseada na suposta constatação - ou sua negação - da caracterização da AIB como um movimento fascista. Ver mais sobre esta caracterização em: TRINDADE, H. **Integralismo: teoria e práxis políticas nos anos 30**. op. cit. e SERRATTO, E. B. F. **Integralismo e historiografia**, In: BRITO SILVA, G. **Estudos sobre o integralismo no Brasil**, Recife: UFRPR, 2007.

<sup>34</sup> Este número é referido por Plínio Salgado em carta ao então presidente Getúlio Vargas em 1938. SALGADO, P. **O Integralismo perante a nação**, 3 ed., Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1955. p.112 e 116. Ressalta-se o rápido crescimento da AIB quando ainda em 1935 Salgado afirma que: “Somos hoje 400.000 brasileiros (...) em 1.123 nucleos (...)”. SALGADO, P. **A doutrina do sigma**, Rio de Janeiro: Schmidt, 1935. p. 27.

a AIB foi convidada a participar do *1º Congresso Revolucionário*, em 1934. O próprio Ministério da Guerra aprovou o uniforme Integralista como uniforme oficial de um movimento partidário, mesmo que o Integralismo se considerasse como um *Movimento Cívico e Cultural*, tornando-se um partido político somente quando do advento das eleições de 1937, na qual lançou a candidatura de Plínio Salgado para a presidência da república. Portanto, estes eventos reafirmam o papel de destaque dos camisas-verdes no processo político nacional e o seu lugar dentro do contexto internacional, uma vez que a AIB foi o movimento fascista ibero-americano de maior sucesso.<sup>35</sup>

Quanto às suas relações com o governo Vargas, devemos lembrar que uma das mais relevantes manobras políticas que ele realizara, foi a que legitimou a instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, e que para isto contou com o auxílio dos Integralistas. A divulgação do *Plano Cohen*<sup>36</sup> foi o principal álibi e/ou estratégia para a realização do golpe. A notícia de sua “descoberta” chegou ao conhecimento de toda a nação na manhã do dia 28 de setembro de 1937. Vários jornais do Brasil, juntamente com o Departamento de Propaganda - que posteriormente, em 1939, se transformaria no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) -, anunciaram a descoberta de um suposto plano secreto atribuído aos comunistas, o qual, possuía o intuito de tomar o poder por meio de um levante e instalar uma nova ordem política de caráter esquerdista no Brasil. O plano era falso, na realidade foi forjado pelo chefe do Estado-Maior das Milícias Integralistas, o capitão Olímpio Mourão Filho, que o redigiu dentro das dependências do Estado-Maior do Exército, para que assim este documento pudesse ser visto pelas autoridades militares.<sup>37</sup>

Frente ao iminente “perigo” comunista, Vargas pressionou o Congresso Nacional para a aprovação de um *Estado de Guerra*, que suspendeu os direitos constitucionais, atribuindo uma maior autonomia governamental ao chefe do executivo. Neste momento, as possíveis oposições ao iminente golpe já estavam devidamente “silenciadas”, pois os

---

<sup>35</sup> LINZ, J Prefácio a segunda edição, *In: TRINDADE, H Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*, 2 ed., Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. p. X.

<sup>36</sup> Ver mais sobre o Plano Cohen em: D'ARAUJO, M.C. *O Estado Novo*, op.cit.; TOTA, A. P. *O Estado Novo*, 5º ed., São Paulo: Brasiliense, 1994; SILVA, H. *A ameaça vermelha: o Plano Cohen*, Porto Alegre: L&PM, 1980. e CAMARGO, A. (et. al.) *O golpe silencioso*, Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

<sup>37</sup> As informações referentes a elaboração e divulgação do Plano Cohen foram encontradas em: TOTA, A. P. *O Estado Novo*, op. cit.



comunistas já vinham sendo perseguidos fortemente desde a *Intentona* de 1935<sup>38</sup> e, os liberais já não possuíam meios para contestação legal, devido à conjuntura que o Estado apresentava, além de também, não possuírem um partido com representatividade em nível nacional.<sup>39</sup> O único problema ainda presente, eram as agitações políticas em torno das eleições de 1937, uma vez que Vargas assumiu a presidência em 1934, sendo eleito pela Assembléia Constituinte para um mandato de quatro anos.

Esta situação se agravou ainda mais, quando do anúncio da candidatura de Plínio Salgado à sucessão presidencial à frente da Ação Integralista. A partir daquele momento, multiplicou-se o número de prisões, ao mesmo tempo em que foram criados campos de trabalho e colônias agrícolas para “reeducação moral e cívica” dos cidadãos considerados “nocivos” à segurança nacional e ao bem-estar social.<sup>40</sup> Neste contexto, as condições para uma eleição estavam, na prática, inviabilizadas e o ambiente político já se apresentava cada vez mais favorável a uma solução golpista.

Pouco mais de um mês após a divulgação do Plano Cohen, no dia 10 de novembro de 1937, uma quarta-feira, o Congresso Nacional amanheceu cercado por tropas do Exército e à noite, durante o programa de rádio *Hora do Brasil*, Vargas anunciou a toda nação a oficialização de uma nova ordem política no Brasil, o Estado Novo. Alegava-se ser esta a única saída para “salvar” o Brasil do “perigo” comunista e para retomar a política proposta pela própria Revolução de 1930, que segundo ele, mostrava-se sufocada pelas manobras constitucionalistas liberais de 1932 e 1934.<sup>41</sup> Instalava-se no Brasil um Estado forte, autoritário, nacionalista e intervencionista, que tanto para Salgado quanto para seus inimigos, colocava o Integralismo mais próximo do poder.<sup>42</sup>

Momentos antes deste anúncio, em solidariedade e respeito a Vargas, a AIB retirou a candidatura de Plínio Salgado à presidência. Os camisas-verdes, confiantes na promessa

---

<sup>38</sup> Ver mais sobre a Intentona Comunista de 1935 em: ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas**: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil / 1930-1945, São Paulo: Companhia das letras, 2001. e SILVA, H. **1935 - A revolta vermelha**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

<sup>39</sup> A forma e os motivos pelos quais as várias forças sociais foram silenciadas por Getúlio Vargas é a tese central do trabalho: CAMARGO, A. (et. al). **O golpe silencioso**, op. cit.

<sup>40</sup> TOTA, A. P. **O Estado Novo**, op. cit., p. 22.

<sup>41</sup> CAPELATO, M. H. R. Estado Novo: novas histórias, *In: Historiografia Brasileira em Perspectiva*, Universidade da São Francisco, São Paulo: Contexto, 1998. p. 192. Referindo-se a tese central defendida por Lúcia Lippi de Oliveira em: OLIVEIRA, L. L., VELLOSO, M. P. E GOMES, A. M. C. **Estado Novo: Ideologia e poder**, op. cit.

<sup>42</sup> LEVINE, R. L. **O regime de Vargas**: os anos críticos 1934-1938, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 247.

de Vargas, esperavam que por terem participado da articulação do golpe, Salgado recebesse a nomeação para o Ministério da Educação do novo regime, o que permitiria uma representatividade ainda maior no cenário político nacional.<sup>43</sup> Contudo tal fato acabou por não ocorrer, e os desdobramentos desta atitude acabaram por gerar os acontecimentos do Putsch Integralista em 11 de maio de 1938, quando um grupo de integralistas descontentes - tanto com a atitude Vargas quanto com a “falta” de atitude de Salgado frente aos últimos acontecimentos -, liderados pelos também integralistas Belmiro Valverde e Raimundo Barbosa Lima, com a ajuda de alguns liberais - entre eles, Severo Fournier -, tentaram tomar à força o poder em uma invasão ao Palácio do Catete. A tentativa de golpe foi frustrada, principalmente devido a falta de organização e homens dispostos para realizar tal empreitada.<sup>44</sup>

Podemos então constatar que as relações entre a AIB e o governo Vargas - que ocorreram com maior vigor entre os anos de 1932 a 1938 - foram ora amistosas e ora conturbadas. Foi este tenso e íntimo relacionamento que nos chamou a atenção para o estudo das relações políticas entre estes. Os governos fascistas eram vistos com bons olhos pelo governo brasileiro e, grande parte da cúpula governamental estava direta ou indiretamente ligada a algum partido desta natureza, fosse ele nacional, como a própria AIB, ou internacional, como os partidos fascistas, italiano ou alemão. Logo, percebemos que o “flerte” do governo Vargas para com a direita ocorria claramente dentro do âmbito da diplomacia. E não somente neste, mas também no âmbito do discurso e/ou do pensamento, aspectos que são justamente os quais abordaremos neste estudo, uma vez que se referindo as relações diplomáticas, a historiografia já nos apresenta um número relativamente representativo de estudos, principalmente no que se refere à produção dos brasilianistas.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> As informações referentes às agitações políticas em torno das eleições de 1938 e a instalação do Estado Novo foram encontradas em: TOTA, A. P. **O Estado Novo**, op. cit.

<sup>44</sup> O caso do *Putsch Integralista* foi abordado por inúmeros estudiosos, entretanto, as abordagens nem sempre apontam para uma mesma linha interpretativa. Logo, ainda há necessidade novos trabalhos sobre este tema. Um importante exemplo que reflete esta questão, é a falta de um consenso acerca da participação e/ou ciência de destacadas lideranças integralistas no frustrado golpe, como o caso da figura de Plínio Salgado. O único trabalho publicado que integralmente contempla o Putsch Integralista - e é o de onde retiramos as informações aqui apresentadas -, é: SILVA, H. **1938 – Terrorismo em campo verde**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

<sup>45</sup> Alguns trabalhos que contemplam esta perspectiva de abordagem são: LEVINE, R. L. **O regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938**, op. cit.; ROSE, R. S **Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil / 1930-1945**, op. cit. e HILTON, S. E. **O Brasil e a crise internacional (1930-1945)**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

\* \* \*

Dado este contexto, podemos perceber que tanto a Ação Integralista quanto Getúlio Vargas apresentavam-se como formações políticas inseridas em um mesmo quadro e/ou meio histórico-cultural. Por sua vez, este pertencimento implica diretamente na existência dos possíveis diálogos entre ambas as produções discursivas, a exemplo das muitas temáticas e discussões em comum, como o forte apelo nacionalista, a necessidade de um Estado forte e centralizador, o discurso voltado aos trabalhadores, o antiliberalismo, o anticomunismo, entre outras. Sendo este o motivo pelo qual tais discussões e temáticas, também se mostravam presentes nos discursos proferidos pelas demais forças e instituições políticas deste período, como já evidenciamos. Entendemos então, que suas respectivas ideologias e/ou pensamentos necessitam ser permeadas por este panorama político-cultural, para assim serem devidamente entendidas e analisadas, já que estes possíveis diálogos somente se tornam possíveis frente a este.

Nesta perspectiva, os discursos políticos devem ser entendidos como uma produção intelectual, que segundo Pierre Rosanvallon, também se apresenta como produção ideológica.<sup>46</sup> Quanto à escolha deste nível analítico e referindo-se a uma perspectiva metodológica, Hégio Trindade nos elucida que se esta escolha “(...) limita-se ao discurso ideológico, as interferências ou conclusões devem permanecer em seu âmbito próprio. As fontes de referência serão, essencialmente, os escritos ideológicos, ou doutrinários, compreendendo, conforme sua latitude, um ou mais teóricos (...)”.<sup>47</sup> Podemos então considerar o discurso como uma expressão ideológica, ou seja, como um caminho analítico para se compreender as respectivas ideologias e/ou pensamentos. Segundo Helena H. Nagamine Brandão:

O discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da “existência material” das ideologias (...), pode-se afirmar que o discurso é uma espécie pertencente ao gênero ideológico. Em outros termos, a formação

---

<sup>46</sup> Esta abordagem refere-se a uma das idéias centrais da proposta de análise encontrada em: ROSANVALLON, P. **Por uma história conceitual do político**, In: Revista Brasileira de História, V.15, N° 30, São Paulo, 1995.

<sup>47</sup> TRINDADE, H. **Integralismo: teoria e práxis políticas nos anos 30**, op. cit., p. 316.

ideológica tem como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas.<sup>48</sup>

Tais considerações nos apontam para a forma como devemos encarar nossa problemática, uma vez que temos como objeto principal deste estudo, o pensamento e/ou a ideologia integralista e de Vargas, por meio da abordagem de seus respectivos discursos. Mais especificamente, iremos nos debruçar sobre duas temáticas discursivas em particular: o discurso antiliberal e o anticomunista, comuns a ambos. Por fim, ressaltamos que tais discursos serão explorados por meio dos livros doutrinários da AIB e no caso do discurso de Vargas, pela coleção de onze volumes intitulados *A nova política do Brasil*, juntamente com a obra *As Diretrizes da Nova Política do Brasil*, que também faz parte desta.

\* \* \*

Frente à grande gama de ideólogos integralistas, decidimos optar por três nomes, o de Plínio Salgado (Chefe Nacional do movimento)<sup>49</sup>, Gustavo Barroso (Chefe das Milícias)<sup>50</sup> e Miguel Reale (Chefe de Doutrina)<sup>51</sup>, uma vez que estes eram autores de

---

<sup>48</sup> BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**, Campinas: UNICAMP, 2004. p. 46.

<sup>49</sup> Plínio Salgado foi um destacado literato e político. Nasceu na cidade de São Bento do Sapucaí, interior de São Paulo, em 1895. Seu pai – que era farmacêutico, militar e político local – faleceu quando Salgado ainda era jovem, fazendo com que este, já aos 16 anos, sustentasse a casa dando aulas particulares. Em 1918, quando tinha 24 anos, sua esposa faleceu lhe deixando uma filha com apenas 16 dias de vida. Neste período as leituras de Salgado eram principalmente as obras do anti-spenceriano Farias Brito e do católico Jackson de Figueiredo. Já em 1922 participou da *Semana de Arte Moderna* - onde era um dos principais representantes do movimento Verde-Amarelo - e trabalhava como ensaísta e crítico literário na *Revista do Brasil*, de Monteiro Lobato. Suas leituras básicas nesta fase eram autores nacionais como Alberto Torres, Paulo Prado e Euclides da Cunha. Também foi neste período que aprendeu a língua Tupi. De 1927 a 1930, Salgado foi deputado estadual em São Paulo - pelo Partido Republicano Paulista -, mas se desiluiu com esta experiência. Em 1930 fez uma viagem pelo Oriente Médio e Europa, onde teve contato com uma extensa literatura fascista e comunista. Foi também durante esta viagem que conheceu Mussolini, o que acabou por marcar significativamente sua visão política. Chegando ao Brasil, em 1932, logo fundou a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que posteriormente se tornaria a Ação Integralista. Durante este período, Salgado escrevia uma coluna diária no jornal *A Razão*, onde pregava e divulgava suas idéias políticas. Assim, ao final deste mesmo ano, Salgado já era o chefe nacional da AIB. – As informações biográficas de Plínio Salgado foram em parte encontradas em: LEVINE, R. L. **O regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938**, op. cit., p. 135 - 137.

<sup>50</sup> Gustavo Barroso nasceu no Ceará em 1888, seu pai descendia de uma velha família nordestina e sua mãe era alemã, que, mesmo falecendo quando ele ainda era jovem, pode lhe ensinar um pouco de alemão. Barroso teve uma excelente educação, estudou medicina e se formou em direito no Rio de Janeiro. Escreveu uma série de ensaios para o jornal, utilizando-se do pseudônimo de João do Norte. Trabalhou muito tempo como jornalista. Era membro da Academia Portuguesa da História; da Academia das Ciências de Lisboa; da Royal Society of Literature de Londres; da Academia de Belas Artes de Portugal; da Sociedade dos Arqueólogos de Lisboa; do Instituto de Coimbra; da Sociedade Numismática da Bélgica, do Instituto Histórico e Geográfico

“primeira mão” dentro do movimento, ou seja, eram os principais ideólogos da AIB, além de possuírem uma produção intelectual de grande relevância quantitativa e qualitativa se comparada aos demais ideólogos. Ressalta-se também, que estes três nomes podem ser considerados como pensadores de “primeira mão” por também serem os responsáveis pela gestão da forma original e/ou primária do ideário integralista, construindo a base de seu corpo ideológico e/ou discursivo, nos trazendo assim, os subsídios necessários para as discussões aqui propostas.

Sendo assim, neste momento nos cabe uma breve apresentação de alguns textos dos referidos enunciatórios. Plínio Salgado, nos revela uma produção com forte apelo espiritualista e emotivo, aproximando sua “fala” ao discurso filosófico. Dentre suas obras, podemos destacar os livros: *O que é o Integralismo* (1933), *Despertemos a nação* (1935) e *A doutrina do Sigma* (1935), onde o autor apresenta todas as premissas básicas da doutrina integralista, discute os problemas nacionais apresentando a forma como a AIB poderia responder a todos estes problemas e, por fim, identifica e critica fortemente os inimigos declarados do movimento. Destacam-se também as considerações que elevam a doutrina integralista como a única capaz de realmente responder as aspirações e necessidades do Brasil.<sup>52</sup> Já Gustavo Barroso, nos apresenta um discurso combativo e de denúncia, seguido

---

Brasileiro e de vários Estados; e das Sociedades de Geografia de Lisboa, do Rio de Janeiro e de Lisboa. Ele se considerava tanto historiador quanto folclorista. Também foi o mais jovem membro a ser indicado à Academia Brasileira de Letras, tornando-se posteriormente seu presidente - destaca-se que este regia as reuniões da academia vestindo a camisa-verde integralista. Barroso foi o intelectual da AIB que mais abertamente se mostrava como um entusiasta do Nazismo, e somente perdia em prestígio dentro do movimento para Plínio Salgado. No campo da política, foi secretário do interior e da justiça do Ceará, deputado federal também por este estado, secretário da embaixada brasileira na conferência de paz em Versalhes, embaixador em missão especial no Uruguai e, fundador e diretor do Museu Histórico Nacional - As informações biográficas de Gustavo Barroso foram em parte encontradas em: LEVINE, R. L. **O regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938**, op. cit., p. 137, 138 e 139. e BARROSO, G. **Brasil colônia de banqueiros**, 2.ª ed., Porto Alegre: Revisão, 1989. p. 9 - 10.

<sup>51</sup> Miguel Reale nasceu em 1910 na cidade de São Bento do Sapucaí, mesma cidade onde nascerá Plínio Salgado. Em 1934 se formou em direito na Universidade de São Paulo. Seu pai era médico, o Dr. Braz Reale. Dedicou-se a política e ao jornalismo. Ainda quando estudante, de 1933 a 1935, lecionava latim e psicologia em um curso pré-jurídico, ao lado de Hermes Lima e Alfredo Ellis Júnior. Em 1936, tornou-se um dos sócios e diretores do Ateneu Graça Aranha, onde lecionou por algum tempo, dando aulas de português e literatura brasileira em outros colégios da Capital. Reale já acompanhava Salgado desde o tempo da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), ingressando no Integralismo no ano de sua fundação, em 1932. - As informações biográficas de Miguel Reale foram em parte encontradas em: REALE, M. **Obras políticas: 1º fase – 1931-1937**, Brasília: UnB, 1983. (3 tomos) (Orelha do Volume I) e <http://www.miguelreale.com.br/>

<sup>52</sup> SALGADO, P. **Psicologia da revolução**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933; SALGADO, P. **A quarta humanidade**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1934; SALGADO, P. **Despertemos a nação!**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1935; SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, 3 ed., Rio de Janeiro: Schmidt, 1935; SALGADO, P. **A doutrina do sigma**, Rio de Janeiro: Schmidt, 1935; SALGADO, P. **Palavra nova dos**

de uma argumentação construída racionalmente com o intuito de desbancar os “inimigos da nação” em prol da solução integralista. Algumas de suas obras que merecem destaque são: *O Integralismo de norte a sul* (1934), *O que o integralista deve saber* (1935) e *A palavra e o pensamento integralista* (1935), onde o autor faz pesadas críticas ao liberalismo e ao comunismo reafirmando os ideais integralistas que devem ser seguidos. Ressalta-se que a principal característica que diferencia Barroso dos demais ideólogos integralistas aqui contemplados é a presença de um recorrente discurso anti-semita em seus textos.<sup>53</sup> Por fim, Miguel Reale produz um discurso de forte teor ideológico e argumentações jurídicas, contando com substanciais discussões de cunho político, econômico e social, o que se justifica devido ao fato de que cabia a ele a tarefa de legislar o modelo político e estatal integralista. *O Estado Moderno: liberalismo - fascismo - integralismo* (1934), *Perspectivas integralistas* (1935) e *ABC do Integralismo* (1935) são algumas das suas obras mais relevantes, que assim como Salgado e Barroso, também apresentam críticas ao liberalismo e ao comunismo.<sup>54</sup>

Mais especificamente, no que se refere à linguagem encontrada nestes livros doutrinários, apontamos para o fato de que esta se apresenta simples e objetiva, mostrando-se praticamente auto-explicativa, uma vez que estes livros, em grande parte, eram destinados à militância do movimento e a população brasileira de modo geral. Também existiam livros destinados aos intelectuais e políticos, ou seja, direcionados a um público de nível intelectual “mais elevado”, os quais possuíam uma linguagem um pouco mais

---

**tempos novos**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1936; SALGADO, P. **O sofrimento Universal**, 3 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1936; SALGADO, P. **Páginas de combate**, Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes, 1937; SALGADO, P. **O Integralismo perante a nação**, 3 ed., Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1955; SALGADO, P. **Livro verde de minha campanha**, 2 ed., Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1956. e SALGADO, P. **Obras completas**, São Paulo: Editora das Américas, 1956.

<sup>53</sup> BARROSO, G. **O Integralismo em marcha**, Rio de Janeiro: Schmidt, 1933; BARROSO, G. **O Integralismo de norte a sul**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934; BARROSO, G. **O integralismo de norte a sul**, Rio de Janeiro: 1934; BARROSO, G. **A palavra e o pensamento Integralista**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935; BARROSO, G. **O que o Integralista deve saber**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935; BARROSO, G. **O quarto império**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1935; BARROSO, G. **Brasil colônia de banqueiros**, 5 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936; BARROSO, G. **A sinagoga paulista**, Rio de Janeiro: ABC Limitada, 1937; BARROSO, G. **O Integralismo e o mundo**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. e (autor desconhecido) **Os protocolos dos sábios de Sião**: texto completo e apostilado por Gustavo Barroso, 5 ed., Porto Alegre: Revisão, 1991 (primeira edição em 1936).

<sup>54</sup> REALE, M. **Formação da política burguesa**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1934; REALE, M. **O estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo**, 3 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1935; REALE, M. **Actualidades de um mundo antigo**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1936; REALE, M. **ABC do integralismo**, São Paulo: Panorama, 1937. e REALE, M. **Obras políticas: 1º fase – 1931-1937**, 3 Vol. Brasília: UnB, 1983. (3 tomos)

elaborada.<sup>55</sup> Entretanto, estas publicações igualmente primam pela objetividade. Sobre estas duas formas discursivas, Rosa Maria Feiteiro Cavalari afirma que:

Os livros em que a doutrina se dava a conhecer, apesar de veicularem as mesmas idéias, nem sempre o faziam da mesma forma. Havia níveis diferenciados de transmissão destas idéias. Assim, existiam na *Bibliografia Integralista* livros destinados às *massas populares* e livros destinados aos *políticos e intelectuais*. Essa diferenciação de livros parece apontar para o fato de que, a nortear a produção dessas obras, existia a representação que a elite dirigente fazia dos consumidores delas. Ou seja, tais obras eram estruturadas de acordo com o modo pelo qual os teóricos integralistas representavam as *competências e expectativas culturais* de seus militantes, obras com forte apelo ao sentimento e à emoção para a *doutrinação das turbas* e obras com apelo maior à razão para os que irão *influir nos destinos* das turbas. Portanto, para competências diferentes, livros diferentes.<sup>56</sup>

Acreditamos, porém, que estas diferenças discursivas entre ambas as produções não são relevantes o suficiente para identificarmos dois âmbitos analíticos<sup>57</sup>, principalmente no que se refere aos discursos antiliberal e anticomunista, que aqui abordamos. Por isso não nos apoiaremos em tal classificação, uma vez que pretendemos o entendimento do discurso integralista como um todo e por si só, independente de seu destinatário. Cabe elucidar que não iremos contemplar a recepção e a assimilação destes discursos por parte da militância ou do público de modo geral, mas somente a análise do discurso e os desdobramentos referentes a sua produção, o que mais uma vez corrobora a nossa não necessidade em adotar estes distintos âmbitos analíticos propostos por Cavalari. Voltado então à objetividade textual, também podemos percebê-la por meio de um breve olhar para com a edição e diagramação destes livros, que em sua maior parte:

---

<sup>55</sup> A nomeação dos enunciatários dos livros doutrinários integralistas, normalmente fica muito clara, como podemos perceber na introdução de *Psicologia da Revolução*, onde na página 5 Salgado afirma: “Este livro não é um livro para o povo, mas para os que pretendem influir nos destinos dos povos. Aos políticos e aos intelectuais é que me dirijo nestas páginas.” Percebemos assim, que este livro é dedicado a um público mais intelectualizado, diferentemente do livro *A Doutrina do Sigma*, quando na página 7 ele ressalta que: “Este livro é dedicado a todos os que, em nossa Pátria, se desiludiram das revoluções vitoriosos (...)”, e posteriormente, na página 8, sublinha: “A todos este meus irmãos-em-Brasil, que andam espalhados, em caminhos diferentes, alguns ate sem nenhuma synpathia por mim, outros, possivelmente, meus inimigos, porém cada um carregando esta mesma angústia, que já não me larga há muitos annos, que me tortura cada vez mais, é a elles que dedico este livro.”

<sup>56</sup> CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um movimento de massas no Brasil (1932-1937), Bauru: EDUSC, 1999. p.129.

<sup>57</sup> Sobre estas duas diferentes formas de construção discursiva, Rodrigo Santos de Oliveira, assim como também percebemos, aponta para a objetividade e clareza discursiva em ambas produções. Neste sentido ele afirma que: “Embora tenha obras estritamente destinadas ao militante de base, como é o caso de O que é integralismo, o autor invariavelmente escreve de forma “compreensível” a todos os militantes. Transparece a erudição do autor em todas as suas obras, contudo, ela não deixa de ser “palpável” aos militantes em geral. Dessa forma, praticamente toda a sua obra pode ser lida tanto pelo militante de base quanto pelo intelectual do movimento.” OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da Historia**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937), Dissertação de Mestrado: Porto Alegre, 2004. p. 126.

(...) eram escritos em espaço 2 com tipos grandes; eram divididos em vários itens que faziam as vezes de capítulos. Os sub-itens ou capítulos eram curtos e, geralmente, ocupavam parte pequena da folha. Além disso, era muito freqüente o uso de letras maiúsculas e pontos de exclamação quando se queria dar destaque para uma idéia ou palavra.<sup>58</sup>

Outras formas de formatação e escrita recorrentes nesta documentação, e que eram utilizadas para o reforço e/ou destaque a determinadas idéias, eram as sínteses apresentadas em forma de tópicos ou tabelas. Destacamos que todas estas produções discursivas, independente de seu enunciatário, não variavam significativamente frente a este padrão de forma apresentado. Podemos constatar que “os livros integralistas, tanto do Chefe Nacional quanto os dos principais teóricos do Movimento, eram muito semelhantes, quer na forma como eram apresentados, quer no conteúdo que veiculavam. A repetição de determinados temas e idéias em títulos e autores diferentes era constante”<sup>59</sup>, o que também pode ser observado no que se refere aos discursos antiliberal e anticomunista, que estão presentes na maior parte da bibliografia integralista. Logicamente, não devemos partir do pressuposto de que o discurso produzido por todos ideólogos integralistas seja o mesmo, existem diferenças fundamentais entre estes, como já observamos quando da apresentação destes intelectuais, porém, devemos ter claro que estas características referentes a forma como a ideologia da AIB era dada ao enunciatário, de modo geral, respeitava um padrão, mesmo que este não fosse cem por cento rígido. Sendo assim, estes discursos, devido a sua forma e linguagem, não nos impõem a necessidade de longas explanações no que se refere ao entendimento de seu conteúdo ideológico, a não ser problematizá-los e analisá-los de acordo com a abordagem aqui proposta.

Mais um importante ponto a ser tratado, se refere à função e o papel que estes livros exerciam dentro do movimento e do cenário político nacional. Neste sentido, novamente as contribuições do trabalho de Maria Feiteiro Cavalari se apresentam relevantes, já que esta pesquisadora se debruça justamente sobre esta produção discursiva. Segundo Cavalari, “a palavra impressa, isto é, o livro e o jornal ocupavam um lugar de destaque na rede constituída pela A.I.B. Era, principalmente por seu intermédio, que a doutrina integralista chegava até o militante. O livro veiculava as idéias produzidas pelos teóricos do partido e o

---

<sup>58</sup> CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um movimento de massas no Brasil (1932-1937), op. cit., p. 136 - 137.

<sup>59</sup> CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um movimento de massas no Brasil (1932-1937), op. cit., p. 137.



jornal as popularizava.”<sup>60</sup> Desta forma, os jornais “reforçavam junto ao leitor, a necessidade (...), a importância do livro.”<sup>61</sup> Percebemos então, que estes livros localizavam-se exatamente na base de toda doutrina e propaganda do movimento, corroborando com nossa atitude em optar pela análise deste material para entendermos o discurso e/ou ideologia deste movimento. Para melhor compreendermos esta íntima relação entre jornais e livros, Cavalari analisou as formas como os livros apareciam nos jornais, apontando que:

Era a transcrição *ipsis literis* de determinados artigos, matérias e até colunas. Neste caso não se tratava apenas da repetição de determinadas idéias, mas da reprodução idêntica de um artigo, capítulo de livro ou coluna em diferentes jornais. Era comum depararmos com artigos ou capítulos de livros de Plínio Salgado, de Gustavo Barroso, de Madeira de Freitas, de Miguel Reale e de outras figuras de destaque do Movimento reproduzidos em diferentes jornais, geralmente sem referência à fonte.<sup>62</sup>

Cabe também ressaltar, a importância atribuída pela AIB no que se refere à unificação doutrinária, reafirmando assim, a função primordial do discurso produzido nos livros doutrinários em relação aos conteúdos vinculados nos jornais do movimento. A fidelidade e padronização destes discursos eram asseguradas pelo *Sistema Nacional de Imprensa* (SNI), órgão do movimento que garantia “(...) a padronização dos jornais integralistas e a unificação nacional pela doutrina (...)”<sup>63</sup> exercendo a orientação constante e ininterrupta, tendo como base o *Código de Ética Jornalística do Chefe Nacional*.<sup>64</sup> Por este motivo, Cavalari conclui ser “(...) importante destacar que, neste caso, evidencia-se o caráter autoritário do Movimento. A palavra não precisa ser situada, ela paira acima das contingências de tempo e lugar. Deixa de ser uma fala particular, para ser a fala, ‘o Verbo’. Representa a voz onipresente da autoridade.”<sup>65</sup> Porém, isso não implica em concebermos que um estudo visando o entendimento da construção do corpo ideológico integralista

---

<sup>60</sup> CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um movimento de massas no Brasil (1932-1937), op. cit., p. 79.

<sup>61</sup> CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um movimento de massas no Brasil (1932-1937), op. cit., p. 102.

<sup>62</sup> CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um movimento de massas no Brasil (1932-1937), op. cit., p. 96.

<sup>63</sup> CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um movimento de massas no Brasil (1932-1937), op. cit., p. 84.

<sup>64</sup> Cavalari também ressalta que: “(...) todo jornal integralista enviará obrigatoriamente à S.N.I. um exemplar de cada edição e outro ao chefe nacional. Além de orientar, a S.N.I. tinha também a função punitiva: Esses jornais (...) estarão sujeitos, sempre que necessário, a observação direta da Secretaria Nacional de Imprensa que poderá casar-lhes à qualidade de órgãos integralistas.” CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um movimento de massas no Brasil (1932-1937), op. cit., p. 84.

<sup>65</sup> CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um movimento de massas no Brasil (1932-1937), op. cit., p. 97.

buscando identificar as contribuições de determinados ideólogos seja desnecessário. Todo o discurso produzido por qualquer movimento e/ou instituição política, é uma construção conjunta, e isso responde a uma relevante característica destas formações discursiva. É por este motivo que, mesmo sendo transmitido como “uno”, as contribuições individuais devem ser abordadas e entendidas, uma vez que somente o conjunto dos discursos produzidos por estes ideólogos é que se mostra capaz de dar unidade ao corpo ideológico integralista.

Entendido que os livros agiam como base de padronização da doutrina e da propaganda, estreitando as relações entre estes, os jornais e as reuniões doutrinárias, devemos nos perguntar se a militância tinha o acesso a esta bibliografia. Segundo Cavalari “(...) em todas as sedes dos Núcleos, deveria existir *uma pequena biblioteca com os livros indicados na Bibliografia Integralista.*”<sup>66</sup> Logo, o contato direto do militante integralista com estas obras era facilitado, já que todo militante deveria comparecer no mínimo uma vez por semana ao núcleo de sua cidade. As reuniões e eventos promovidos pela AIB eram parte integrante do cotidiano de seus adeptos, e o não comparecimento a estes, poderia até ser punida severamente e o militante considerado como um “mau” integralista.<sup>67</sup> Seja por meio de reuniões, jornais, discursos públicos ou pelos próprios livros, podemos constatar que estes últimos realmente tinham um significativo e destacado alcance dentro da militância do movimento.

\* \* \*

No caso da produção de Getúlio Vargas, nos atemos ao conjunto de onze volumes intitulados *A Nova Política do Brasil* (1938-1938-1938-1938-1938-1940-1940-1941 -1943-1944-1947), juntamente com a obra *As Diretrizes da Nova Política do Brasil* (1943), que também faz parte desta coleção, com já foi referido.<sup>68</sup> Em vista da utilização desta

---

<sup>66</sup> CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um movimento de massas no Brasil (1932-1937), op. cit., p. 103.

<sup>67</sup> CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um movimento de massas no Brasil (1932-1937), op. cit., p. 123

<sup>68</sup> VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: da Aliança Liberal às realizações do 1 ano de governo 1930 - 1931, Vol. I, Rio de Janeiro: José Olympio, 1938; VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: o ano de 1932... a revolução e o norte 1933, Vol. II, Rio de Janeiro: José Olympio, 1938; VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: a realidade nacional em 1933... retrospectiva das realizações do governo 1934, Vol. III, Rio de Janeiro: José Olympio, 1938; VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: retorno à terra natal... confraternização sul-americana e a revolução comunista - Novembro de 1934 a julho de 1937, Vol. IV, Rio de

documentação, a primeira grande dificuldade com a qual nos deparamos, está na não existência - ou nosso não conhecimento - de trabalhos que a tenham problematizada, assim como ocorreu no caso das fontes integralistas. As referências e utilizações dos escritos de Vargas são recorrentes nos estudos que tratam de seu governo. Entretanto, estas somente são apresentadas no corpo de um grupo maior de fontes, deixando sua análise em um plano secundário.

Para introduzirmos as reflexões acerca desta documentação, nos debruçamos inicialmente ao prólogo da obra *As Diretrizes da Nova Política do Brasil*, escrito por Severino Sombra.<sup>69</sup> Referindo-se ao conjunto de livros *A Nova Política do Brasil*, ele ressalta que ali se “(...) procurou o que havia de essencial no pensamento político e nas diretivas do presidente Vargas”<sup>70</sup>, e por este motivo deve ser considerado como “(...) o manual do regime.”<sup>71</sup> Devemos concordar com a apreciação de Sombra, já que o principal intuito desta produção de Vargas está em delimitar e/ou estabelecer um receituário político, ideológico e governamental do período em que esteve a frente do Estado brasileiro. Concluindo esta idéia, Sombra afirma que:

É bem verdade que o pensamento do Presidente Getúlio Vargas esta manifestado nos (...) volumes (...) de “A Nova Política do Brasil”. Ali, porém, êle se encontra disperso pela cronologia e sem a sistematização ideológica, que acentua a coerência, nem a concentração, que ilumina a idéia da diretriz. A notável coleção representa fonte de consulta que se não pode dispensar, a documentação máxima deste período, que começa em 1930.<sup>72</sup>

O conteúdo que encontramos nestas obras de Vargas, é composto de discursos, pronunciamentos, entrevistas, reuniões e diretrizes governamentais, “reunidas por assuntos

---

Janeiro: José Olympio, 1938; VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: o Estado Novo - 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938, Vol. V, Rio de Janeiro: José Olympio, 1938; VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: Realizações do Estado Novo - 1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939, Vol. VI, Rio de Janeiro: José Olympio, 1941; VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: no limiar de uma nova era - 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940, Vol. VII, Rio de Janeiro: José Olympio, 1940; VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: ferro, carvão, petróleo - 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941, Vol. VIII, Rio de Janeiro: José Olympio, 1941; VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil** O Brasil na guerra - 14 de junho de 1941 a 1 de janeiro de 1943, Vol. IX, Rio de Janeiro: José Olympio, 1943; VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: o Brasil na guerra - 1 de maio de 1943 a 24 de maio de 1944, Vol. X, Rio de Janeiro: José Olympio, 1944; VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: o Brasil na guerra - 1 de julho de 1944 a 30 de outubro de 1945, Vol. XI, Rio de Janeiro: José Olympio, 1947. e VARGAS, G. **Diretrizes da Nova Política do Brasil**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

<sup>69</sup> O mesmo que fundou a Legião Cearense do Trabalho e estava junto de Plínio Salgado durante os primeiros anos da AIB.

<sup>70</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da Nova Política do Brasil**, op. cit. p. 9.

<sup>71</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da Nova Política do Brasil**, op. cit., p. 15.

<sup>72</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da Nova Política do Brasil**, op. cit., p. 10.

de interêsse coletivo, como a circunscreverem os diferentes quadros da atividade nacional, formando-lhes a moldura definidora, que os situa no espaço político e na seqüência histórica das iniciativas governamentais.”<sup>73</sup> Ou seja, organizadas por assuntos e, cronologicamente apresentadas. Para exemplificar, citamos o volume primeiro de *A Nova Política do Brasil*, onde no capítulo intitulado: *Nova organização administrativa do país*, encontramos o discurso de posse da chefia do governo provisório perante a junta governativa, que ocorreu no dia 3 de novembro de 1930. Também localizamos posteriormente, o discurso proferido quando da instauração do Estado Novo, no volume quinto. Sendo assim, nesta documentação está presente um balanço e/ou síntese de todo o governo Vargas, de 1930 até o ano de 1945, e que nos revela frente aos vários acontecimentos do período, “(...) a sua atitude, o seu rumo e o seu apêlo.”<sup>74</sup>

Considerando estas obras como uma formação discursiva, podemos considerar Vargas como seu enunciador, e também como responsável pela construção da lógica interna deste discurso, uma vez que ele realizou as escolhas de determinados textos em detrimento de outros e, os ordenou, criando o “efeito discursivo e de sentido” que desejava. Frente a estas considerações, podemos entender que o intuito desta produção se assemelha ao da produção integralista, ou seja, procura dar síntese ao pensamento e/ou discurso de seu enunciador.

Cabe agora identificar mais detalhadamente os enunciatários deste discurso, os quais foram apontados claramente no prólogo da obra *As Diretrizes da Nova Política do Brasil*, quando Severino Sombra afirma que este trabalho é “feito principalmente para o povo brasileiro (...)”<sup>75</sup>, e que “o historiador de amanhã e o observador de hoje encontrarão coordenadas as diretrizes do governo getuliano e, conseqüentemente, o significado de sua obra.”<sup>76</sup> O principal enunciatário apontado neste discurso, é o mesmo apontado pelos integralistas, ou seja, a população brasileira de modo geral. Até mesmo na nota do editor, presente no primeiro volume de *A Nova Política do Brasil*, encontramos esta delimitação na afirmação de que:

“(...) entrego aos brasileiros de hoje e dos dias futuros esta obra do Senhor Presidente Getúlio Vargas, certo de que (...) representa a mais importante contribuição para os estudos

---

<sup>73</sup> VARGAS, G. *Diretrizes da Nova Política do Brasil*, op. cit., p. 10.

<sup>74</sup> VARGAS, G. *Diretrizes da Nova Política do Brasil*, op. cit., p. 10.

<sup>75</sup> VARGAS, G. *Diretrizes da Nova Política do Brasil*, op. cit., p. 11.

<sup>76</sup> VARGAS, G. *Diretrizes da Nova Política do Brasil*, op. cit., p. 11.

das transformações políticas, econômicas e sociais de nossa Pátria, no decênio histórico a que ela se refere.”<sup>77</sup>

Também podemos perceber, que uma segunda inerente preocupação desta construção discursiva, esta na tentativa de se criar uma memória sobre o que foi o seu governo. Por esse motivo, é que quando anunciado o enunciatório destas obras, o “historiador de amanhã” também está presente. A conseqüente criação de uma memória está contida no conjunto das interdições que formatam qualquer discurso. Contudo, neste caso específico, temos uma referência clara a isto, o que também está presente na construção do discurso integralista, porém com menos ênfase.<sup>78</sup>

Indo ao encontro destas colocações, devemos sublinhar que o contato do público para com estas obras era facilitado, uma vez que elas estão presentes em grande parte das bibliotecas públicas, de escolas e universidades federais. E esta forma de divulgação implica diretamente na corroboração do intuito e nomeação dos enunciatórios desta documentação. Nesta direção, a escolha deste material também se justifica pela tentativa de se buscar uma espécie de fonte correspondente aos livros doutrinários da AIB, o que se apresenta necessário frente a nossa proposta de um estudo comparado.

Por fim, estes apontamentos nos elucidam o intuito dessas documentações, bem como a forma como estes discursos eram dados aos enunciatórios. Tal atitude, se apresenta como de suma importância para nossa abordagem, uma vez que toda interpretação retirada destas documentações - seja a de Vargas ou dos integralistas -, deve levar em conta as interdições discursivas a que foram submetidos estes enunciatóres, que por sua vez, influem diretamente na produção destes materiais.<sup>79</sup> Em complemento, devemos dar a devida atenção no que se refere à contextualização temporal e espacial destas produções, já

---

<sup>77</sup> VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**, Vol. I, op. cit., p. 5.

<sup>78</sup> No livro *A doutrina do sigma*, de 1935, Salgado faz referência aos futuros historiadores ao afirmar que: “(...) esse livro é mais um apelo que ergo e que, ao mesmo tempo, entrego á justiça da História.” SALGADO, P. **A doutrina do sigma**, Rio de Janeiro: Schmidt, 1935. p. 9. Porém, a preocupação com a memória criada em torno deste, só irá transparecer mais claramente quando da criação do PRP, já que a herança fascista decorrente deste discurso, não condizia mais com o novo panorama político pós-holocausto e Segunda Guerra, assim, tais indícios foram escamoteados por meio do rearranjo dos textos doutrinários da AIB. TRINDADE, H. **Integralismo: teoria e práxis políticas nos anos 30**, op. cit., p. 331.

<sup>79</sup> A importância de identificarmos o local de onde este discurso é proferido para assim chegarmos a uma maior clareza na análise dos discursos, é umas das preocupações básicas presentes no trabalho: FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**, 4 ed., São Paulo: Ática, 1995.

que também fazem parte deste conjunto de interdições discursivas, que só se completam quando historicizadas.<sup>80</sup>

\* \* \*

Nomeados nossos enunciadores e, após a breve análise de suas obras, resta-nos identificar os lugares políticos onde foram produzidos estes discursos.<sup>81</sup> Ressaltamos que no caso da AIB, este é instituído por um movimento político-partidário, enquanto no caso de Vargas, este é instituído por meio de uma posição de chefia governamental. Por este motivo, sublinhamos que toda produção discursiva responde diretamente a uma série de interdições em sua formação, que podem ser entendidas como condicionamentos inerentes a sua produção, que por sua vez, delimitam e enquadram o discurso dentro do corpo ideológico do movimento ou do Estado.<sup>82</sup> Esta é uma contingência oriunda a qualquer produção discursiva que necessita legitimar o enunciador. Assim, estas interdições apresentam-se como intrínsecas à formação discursiva, sem a qual ele não atenderia as suas funções básicas, seja em sua criação de um efeito de sentido ou até mesmo na sua própria legitimação. Especialmente em nosso caso, devemos ter claro que estes enunciadores também são, até certo ponto, os próprios delimitadores destas interdições, seja no caso integralista ou no de Vargas. Entretanto, esta consideração não implica em afirmarmos que estes possuíam plena autonomia na produção de seus discursos, mas o contrário. No caso do discurso integralista, este responde a uma série de interdições que vão desde suas raízes doutrinárias pautada no fascismo e no pensamento autoritário nacional, até o próprio contexto histórico no qual o movimento estava inserido.<sup>83</sup> Já no caso de Vargas, estas interdições se apresentam, sobretudo, por meio do próprio lugar de enunciação, uma vez que a posição de chefe de Estado demanda um específico enquadramento discursivo. De

---

<sup>80</sup> BOURTIER, J. e Julia D. Introdução, *In: Em que pensam os historiadores: campos e canteiros da história*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

<sup>81</sup> Esta discussão faz parte da tese central encontrada em: FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**, op. cit.

<sup>82</sup> O conceito “interdições” que permeiam qualquer produção discursiva, faz parte da tese central encontrada em: FOULCAUT, M. **A ordem do discurso**, São Paulo: Loyola, 1996.

<sup>83</sup> Parte da tese central do estudo de Gilberto Vasconcelos, referindo-se a gênese da ideologia integralista, aponta para o fato de que: “(...) seus principais traços ideológicos teriam sido extraídos tanto do fascismo europeu quanto da tradição intelectual autoritária no Brasil.” VASCONCELLOS, G. **A ideologia curupira: análise do discurso integralista**, São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 39.

forma geral, são basicamente estes os fatores que influem diretamente na autonomia de pronúncia de tais enunciadores, assim, delimitando o que pode e não pode ser dito.

Percebemos neste momento a importância de se entender as circunstâncias de produção destes discursos, pois é somente desta forma que podemos elucidar qual o papel, a importância e a representatividade desta. Neste processo, devemos nos ater a alguns relevantes aspectos, como o intuito, a forma, o por quê e quem eram seus enunciadores e enunciatários, ou seja, devemos nos voltar aos elementos que interferem diretamente nas “formações discursivas” e delimitam suas interdições. Segundo Helena H. N. Brandão, estas interdições que incidem em “(...) uma “formação discursiva” se apresentam sempre como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. São elas que caracterizam a “formação discursiva” em sua singularidade e possibilitam a passagem da dispersão para a regularidade.”<sup>84</sup> Entendemos então, que é somente por meio da compreensão destas interdições que poderemos compreender o conteúdo dos referidos discursos, uma vez que estas interferem diretamente no modo de abordagem e análise destes discursos. Ou seja, só poderemos ter um mais claro entendimento do discurso integralista se o encararmos como um movimento político de cunho fascista que visa à chegada ao poder, assim como devemos encarar o discurso de Vargas como o proveniente de uma posição diferenciada, a de voz oficial de um chefe de Estado. Dentro desta perspectiva, apontamos para o fato de que a forma e o intuito de ambos os discursos - mesmo que contemplando as mesmas temáticas, e de forma geral também corroborando os mesmos posicionamentos frente a estas -, são dados diferentemente frente às necessidades e/ou interdições inerentes a cada caso. Assim, o intuito de ambos os discursos se apresenta de forma distinta.

\* \* \*

Quanto à nossa problemática, reiteramos que os discursos antiliberal e anticomunista serão analisados no que diz respeito: a) às suas concepções - referentes à forma de regime e modelo de Estado, aos problemas inerentes a estes, as soluções para estes problemas e a concepção ideal de Estado proposta; b) às suas construções discursivas

---

<sup>84</sup> BRANDÃO, **Introdução à análise do discurso**, op.cit., p. 32 - 33.

- como foi construída e apresentada a argumentação acerca destes temas dentro dos referidos discursos; c) à manutenção destes discursos - ou seja, como estes discursos foram re-adaptados e transformados frente ao contexto histórico do período, e d) à identificação e análise das similaridades e oposições entre o pensamento integralista e de Vargas, entendendo estes como inseridos de uma mesma conjuntura político-cultural. Logo, será aqui abordado como ambos os discursos identificavam e criticavam os supostos inimigos do Estado e da ordem, o modo como estes deveriam ser combatidos e as imagens construídas destes inimigos. E por fim, como integralistas e Vargas se utilizavam destas imagens para a reafirmação de suas próprias imagens e ideologia e, como estas serviam de base para a unidade e identidade do movimento ou da “nação”.

No tocante à manutenção destes discursos - perspectiva esta fundamentalmente voltada à compreensão do discurso de Vargas já que seu discurso se apresenta muito mais dinâmico em relação ao integralista<sup>85</sup> -, analisaremos as transformações nas “racionalidades políticas” desenvolvidas por estes frente ao contexto histórico do período. Mais especificamente, este conceito refere-se às transformações e/ou adaptações discursivas provenientes dos reordenamento do contexto histórico do período frente a seus principais *eventos*, problemática esta, que é proposta por Pierre Rosanvallon.<sup>86</sup> Especificamente em nosso caso, pretendemos compreender como estes discursos se adaptaram ou foram repensados frente a dois *eventos* em especial, a Revolução de 30 e a Intentona Comunista de 1935, atentando-se assim, para as racionalidades políticas que foram desenvolvidas. A escolha destes dois fatos se justifica na medida em que estes tiveram maior relevância dentro das interdições inerentes a estes discursos, ou seja, trouxeram novos desafios a serem superados, implicando diretamente na revisão de sua lógica discursiva.

Buscamos então, “reconhecer a que ponto os fenômenos superficiais da vida política [os eventos] dominam os fenômenos da vida econômica, intelectual e social”<sup>87</sup>, pois, “o político englobaria o social, uma vez que as ações históricas estariam amplamente

---

<sup>85</sup> Como veremos posteriormente, o discurso de Vargas é constantemente readaptado e reelaborado frente as transformações processuais do contexto histórico onde ele é produzido, sendo esta uma característica própria de sua leitura, e que se justifica frente a sua posição de enunciador, ou seja, a de chefe de Estado. Entretanto, no caso integralista, seu discurso não nos apresenta este dinamismo, já que o intuito deste é eminentemente doutrinário, identitário e filosófico, logo, não necessita uma constante reelaboração frente aos reordenamentos do cenário político-social.

<sup>86</sup> ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político, *In: Revista Brasileira de História*, V.15, N° 30, São Paulo, 1995. p. 9 - 22.

<sup>87</sup> DÉLOYE, Y. *Sociologia histórica do político*, São Paulo: EDUSC, 1999. p. 13.



orientadas pelos pensamentos e discursos políticos.”<sup>88</sup> Dentro desta perspectiva, “o político toca a muitas coisas. Não é um fato isolado. Ele está evidentemente em relação, também, com os grupos sociais e as tradições do pensamento.”<sup>89</sup> Neste caso, o conceito de racionalidades políticas, pode ser entendido como as “representações da política [que] se modificam em relação às transformações nas instituições; às técnicas de gestão e as formas de relação social [pois para Rosanvallon a história conceitual do político] (...) é história política na medida em que a esfera política é o local da articulação do social e de sua representação.”<sup>90</sup> Desta forma, o que procuramos é justamente a análise de ambos os discursos juntamente com a percepção das transformações e/ou readaptações discursivas, que ocorrem devido ao surgimento de novas racionalidades inerentes e transformadoras das lógicas internas destes discursos. Nossa premissa básica, é a de não entendermos o discurso como algo estanque, mas sim como em constante reordenação e/ou renovação, ou seja, acompanhando as dinâmicas sociais, econômicas, intelectuais e, sobretudo, históricas.

Já no que se refere à proposta de um “estudo comparado”, pautados pelo mesmo método utilizado e proposto por Maria Helena Capelato<sup>91</sup>, entendemos que esta abordagem, inicialmente, só se apresenta possível frente ao pertencimento de ambas produções discursivas a um mesmo meio político-cultural. Partindo deste entendimento, esta forma de análise nos elucida a possibilidade de, ao mesmo tempo, compreendermos as especificidades de cada produção discursiva, assim como a forma e os motivos que levam os fenômenos mais abrangentes - da vida política, social e cultural - a se exteriorizarem e influenciarem as referidas leituras.<sup>92</sup> É por este viés que poderemos compreender e identificar os diálogos presentes entre o discurso integralista e de Vargas, seja no que se refere às suas semelhanças ou distanciamentos, uma vez que ambos devem ser encarados como produtos resultantes e integrantes deste meio político, cultural, econômico e social comum.

---

<sup>88</sup> DÉLOYE, Y. **Sociologia histórica do político**, op. cit., p. 27.

<sup>89</sup> RÉMOND, R. O retorno do político, *In*: CHAUVEAU, A. **Questões para a história do presente**, São Paulo: EDUSC. 1999. p. 58.

<sup>90</sup> RÉMOND, R. O retorno do político, *In*: CHAUVEAU, A. **Questões para a história do presente**, op. cit., p. 58.

<sup>91</sup> Nos referimos ao método proposto no estudo intitulado *Multidões em cena*, onde a autora produz um estudo comparado entre a política varguista e peronista. Ver mais em: CAPELATO, M. H. **Multidões em cena**, propaganda política no varguismo e no peronismo, São Paulo: FAESP/Papirus, 1998.

<sup>92</sup> CAPELATO, M. H. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo, op. cit. 32 - 33.

Compreendemos então, que os diálogos existentes entre estes discursos podem ser relacionados à forma como ambos realizavam as apropriações e/ou reinterpretações de um mesmo ideário político-cultural. É por este motivo, que acreditamos que estes somente eram possíveis devido ao fato de que a construção destas leituras, invariavelmente, respondem e alimentam o próprio campo da cultura política pertinente a este período, o entre-guerras. Todo discurso - inclusive o de Vargas e dos integralistas - é construído em meio a um processo objetivo e tenso de circularidade das idéias<sup>93</sup>, onde os contatos, as apropriações e as reinterpretações presentes, são configuradas neste contexto e campo. Por este motivo é que nossa proposta de abordagem destes discursos, necessariamente, relaciona o lugar e o momento da enunciação, assim como também leva em conta quem era o enunciador e seus enunciatários.<sup>94</sup> Frente a estas considerações, entendemos que por meio deste modelo analítico, podemos não somente identificar as aproximações e distanciamentos entre estes discursos, como também visualizar os motivos pelos quais estes discursos produziam tais diálogos em função de dividirem o mesmo campo, que por sua vez, implica na existência de uma cultura política comum e hegemônica.

Quanto a este conceito de cultura política, estamos nos referindo, basicamente, às estruturas mentais tanto de uma sociedade e/ou de uma conjuntura histórica determinada, que por sua vez se exprime através da longa duração. A fim de compreendermos e caracterizarmos a cultura política pertinente a nossos objetos, acabamos por nos deter a uma espécie de “história das mentalidades políticas”<sup>95</sup>. Neste sentido, este conceito pode ser definido como uma cultura difusa que se exprime na forma de sistemas de representações que podem ser reconhecidos por todos os membros de uma formação política, de uma sociedade ou até mesmo de um período e/ou conjuntura determinada. Ou seja, este se apresenta para todos os homens de uma sociedade - sejam eles o chefe de Estado, os intelectuais, políticos ou os simples homens do povo -, como uma “língua comum simplificada”, onde os membros de sua referida conjuntura podem se inserir no

---

<sup>93</sup> O conceito referente a “circularidade da idéias” faz parte da tese central encontrada em: REMOND, R. (org.) **Por uma história política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

<sup>94</sup> Mesmo que a assimilação de tais discursos por seus enunciatários não esteja dentre os objetivos de nosso estudo, a identificação destes é vital para a compreensão do intuito e forma como estes eram proferidos. Esta perspectiva de abordagem de análise do discurso apresentasse como de senso comum dentre seus debates metodológicos. Ver mais em: BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**, op. cit., FIORIN, J. L. **Língua e ideologia**, op. cit. e FOULCAUT, M. **A ordem do discurso**, op. cit.

<sup>95</sup> RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**, op. cit., p. 284.

debate político mesmo sem expressar explicitamente sua ideologia, e mesmo assim, podem ser compreendidos por todos.<sup>96</sup> Desta forma, esta configuração de uma cultura política traz consigo uma espécie de releitura ideológica não necessariamente intelectual e/ou política, na qual - tanto nos discursos produzidos pelos atores históricos quanto pelas formações políticas -, é possível identificar um conjunto de crenças compartilhadas em função da criação e/ou delimitação de idéias e conceitos que se transformam em lugares comuns. Estes lugares comuns, podem ser entendidos como uma espécie de “verdade absoluta e/ou lógica”, que se apresenta recorrente na percepção e/ou concepção de mundo que é comum a todos os que vivem sob esta configuração. Por este motivo, na maioria dos casos, é “sob a forma de uma cultura política que a ideologia se impõe aos membros de uma formação”<sup>97</sup>, seja de forma implícita ou explícita. Esta cultura política, pode então ser entendida como uma forma de resumo e/ou síntese da singularidade de comportamento e da apreensão de um povo frente à percepção da sua política, sociedade e cultura.<sup>98</sup>

Nesta perspectiva, devemos pensar estes lugares comuns como representações coletivas e ou *habitus* integrantes e pertencentes a esta cultura política<sup>99</sup>, que devem ser encaradas como “imagens mentais claras e interiorizadas” que incorporam as recorrentes categorias que estruturam o pensamento de determinada sociedade, contexto e da própria cultura política pertinente.<sup>100</sup> Entretanto, estas representações coletivas não se apresentam como uma simples reprodução do ideário pertinente a esta cultura política, uma vez que nestas representações podemos identificar uma evidente pluralidade de possíveis leituras e/ou interpretações.<sup>101</sup> Ou seja, frente às diferentes necessidades, e questões contextuais objetivas, os leitores - sejam eles atores e/ou formações políticas -, mesmo que pertencentes e inseridos em uma mesma configuração política e cultural, podem apresentar

---

<sup>96</sup> BERSTEIN, S. Os partidos, *In*: RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**, op, cit., p. 88 – 89.

<sup>97</sup> BERSTEIN, S. Os partidos, *In*: RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**, op, cit., p. 88.

<sup>98</sup> RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**, op, cit., p. 40.

<sup>99</sup> Tais conceitos de “representação coletiva” e/ou “*habitus*”, apresenta-se muito próximos ao de “imitação” - forjado por Carlo Ginzburg - onde do mesmo modo, consciente ou inconsciente, os grupos reproduzem de forma trabalhada, logo original, elementos dos discursos de outros grupos ou classes. Ou seja, estes reproduzem um pensamento recorrente na cultura política pertinente - sendo mais específico no que se refere a nosso caso - a partir das suas condições sociais e culturais objetivas. Ver mais em: GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>100</sup> CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações, Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, 1990. p. 19.

<sup>101</sup> CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações, op. cit., p. 26.

interpretações e apropriações diversas deste ideário. Ressaltamos que existem evidentes diferenças nas formas de leitura da realidade, que é construída de forma complexa e às vezes contraditória pelos diferentes atores e formações políticas.<sup>102</sup> A apropriação e/ou reinterpretação da cultura política não se apresenta de forma una, mas sim variada. Portanto, podemos notar que os conceitos de cultura política e representações coletivas, devem ser entendidos como complementares, já que o primeiro caracteriza o meio cultural, político, ideológico e de pensamento de determinado contexto, enquanto o segundo se refere às formas como os atores e grupos se apropriavam e reinterpretavam este meio.

Pensando essas categorias de análise para o nosso estudo, o que buscamos é a compreensão dos diálogos existentes entre o discurso integralista e de Vargas como apropriações e reinterpretações das representações coletivas pertinentes a cultura política do período entre-guerras. Não pretendemos assim, atribuir as possíveis similaridades e/ou distanciamentos destes discursos em vista de uma argumentação pautada em uma análise estritamente ideológica - assim como se faz na nas abordagens propostas pela “história das idéias” -, na qual a simples delimitação de suas ideologias responderia a forma como eram dados estes diálogos. Acreditamos que estes ocorrem não somente em função de uma aproximação ideológica e/ou disputa pelo mesmo espaço político - mesmo que tais fatores tenham sua parcela de importância -, mas sim, sobretudo, devido ao fato de que ambas as produções se encontram no campo de mesma cultura política. Onde ao mesmo tempo em que se alimentam, também servem de alimento para este campo. O antiliberalismo, o anticomunismo, o nacionalismo, o autoritarismo, o corporativismo, entre outras recorrentes representações coletivas pertinentes, não devem ser consideradas como conceitos e/ou idéias exclusivas destes discursos, mas sim como apropriações e/ou leituras da cultura política na qual estas construções estão inseridas.<sup>103</sup>

\* \* \*

---

<sup>102</sup> CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações, op. cit., p. 23.

<sup>103</sup> Ressaltamos neste momento, que tanto a mais profunda delimitação deste corpo teórico metodológica, quanto a caracterização da “cultura política” e das “representações coletivas” pertinentes aos discursos aqui estudados, serão realizadas no capítulo três, já que é neste que este estudo comparado será realizado tornando assim necessário tal delimitação e caracterização.

Por fim, sublinhamos que o presente trabalho será estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo abordaremos o discurso integralista. Iniciaremos com algumas breves considerações acerca do que podemos chamar de a “filosofia integralista”, ou seja, como estes concebiam o mundo a sua volta e a concepção de história proposta por estes. Logicamente, tal empreitada foge ao objetivo central de nosso trabalho, entretanto, estes primeiros apontamentos se apresentam necessários para a posterior análise dos discursos voltados ao combate de seus declarados inimigos. Feitas estas colocações, partiremos para o estudo da antiliberalismo e anticomunismo integralista propriamente dito, assim, identificando suas concepções acerca do Estado Liberal e seus problemas inerentes, qual a relação entre estes e o Estado Comunista, os referidos problemas deste último e, como a ideologia integralista é apresentada dentro desta crítica. Uma sucinta discussão sobre o anti-semitismo da AIB também estará presente nesta análise, uma vez que ele se apresenta inerente aos temas que abordamos. Apresentamos então, um panorama de sua lógica discursiva analisando suas críticas, opiniões e soluções acerca dos temas propostos.

Para findar esse primeiro capítulo, abordaremos a construção e lógica deste discurso, enfatizando como este era responsável pela criação de uma identidade para o movimento, qual era o inimigo primordial para ele, como o discurso antiliberal e anticomunista eram articulados frente ao discurso voltados aos inimigos da AIB como um todo, qual o papel e a forma como cada ideólogo contribuiu para a construção deste discurso, qual o motivo da presença de leituras marxistas dentro deste discurso, e, por fim, como a nossa abordagem se insere nos debates historiográficos pertinentes ao tema.

No segundo capítulo abordamos o discurso de Getúlio Vargas, e a base desta análise responderá ao mesmo modelo proposto na abordagem realizada no capítulo anterior. Primeiramente faremos algumas observações preliminares, a fim de facilitar o posterior entendimento e análise de nosso objeto principal. Ou seja, serão inicialmente exploradas as considerações deste discurso acerca da forma como devem ser interpretados os problemas nacionais, a crítica às interpretações materialistas e a denúncia da crise do mundo liberal. Chegando então à análise do antiliberalismo e anticomunismo de Vargas propriamente dito, abordaremos as suas concepções acerca do Estado Liberal e Comunista, seus problemas inerentes e como esta lógica discursiva era construída no sentido de legitimar a sua posição de poder. Como no capítulo anterior, criaremos um panorama de sua lógica discursiva,

analisando suas críticas, opiniões e soluções acerca dos temas propostos. Neste momento também faremos uma breve análise do antifascismo e anti-integralismo presentes neste discurso, uma vez que estas são temáticas inerentes a lógica discursiva mais ampla que se volta aos inimigos a serem combatidos.

Já o fechamento deste segundo capítulo será realizado por meio de algumas considerações gerais acerca da lógica discursiva, contemplando como este foi construído e rearticulado, como era utilizado para a construção de uma identidade, qual o inimigo primordial dentro desta lógica e, por fim, como a nossa abordagem se insere dentro dos debates historiográficos referentes ao tema. Assim como foi feito quando da análise do discurso integralista.

Merece ser esclarecido também, neste momento, que no decorrer dos capítulos um e dois, o leitor irá se deparar com um grande número de citações, e isto se justifica pelo fato de que os discursos encontrados em nossas fontes possuem uma linguagem muito simples e objetiva. Por este motivo, optamos por trabalhá-los por meio de uma abordagem em formato mais descritivo, no sentido de respeitar tanto a originalidade das idéias quanto à forma como estas eram dadas ao enunciário. Ressalta-se também, que tais temáticas discursivas que aqui abordamos - a antiliberal e a anticomunista -, se apresentam entrelaçada, e às vezes até mesmo ocultas, no conjunto mais amplo dos referidos universos discursivos - seja no de Vargas ou dos integralistas. Decorre desta situação a nossa proposta de analisar os discursos a partir das temáticas selecionadas. Logo, dado o grande número de citações, achamos por bem manter a grafia original dos textos usados, sem alterar e/ou corrigir sua forma, pois também acreditamos que isso tornará a leitura mais fidedigna.

Por fim, em nosso terceiro e último capítulo, procuramos apresentar uma análise comparada, entre os discursos, o que implica no fato de que este terá um caráter conclusivo. É nele que iremos encontrar as respostas das perguntas propostas em nossa problemática, e também apresentar as considerações finais acerca deste estudo. Buscamos assim, entender tanto os diálogos existentes entre ambos, como os motivos que levaram a existência destes. Estas questões serão tratadas frente uma interpretação comparada entre o discurso integralista e de Vargas, frente à sua comum e pertinente cultura política, pois entendemos que é somente por meio deste que podemos compreender e perceber quais eram, e porque existiam, estes diálogos. Inicialmente vamos nos deter a uma mais profunda delimitação

dos conceitos de representações coletivas e cultura política em conjunto com a caracterização da cultura política pertinente a ambos os discursos, desta forma identificando as representações coletivas que interferem na construção destas lógicas discursivas. Já em um segundo momento, iremos nos deter ao estudo comparado propriamente dito. Partiremos da análise conjunta do discurso integralista e de Vargas - visando exclusivamente suas temáticas e posicionamentos, sejam elas similares ou divergentes -, objetivando compreendê-los no campo da cultura política autoritária do período entre-guerras. Seguidamente, nos deteremos a uma abordagem comparativa no que se refere as construções destas lógicas discursivas, assim, dando ênfase ao intuito e a forma como estes discursos eram dados ao enunciário, qual era o mais destacado inimigo dentro de cada lógica e, por fim, como esta perspectiva se enquadra dentro do debate historiográfica pertinente.

## CAP. 1 – O DISCURSO INTEGRALISTA

Os discursos antiliberal e anticomunista proferidos pela Ação Integralista ainda carecem de estudos mais profundos. Dentre os muitos trabalhos já produzidos sobre a AIB, estes discursos em maior ou menor grau sempre foram contemplados devido à própria impossibilidade de negá-los ou ignorá-los frente aos papéis que possuem dentro da ideologia e práticas do movimento. Entretanto, estes estudos somente abordaram tais temas na medida em que servem como elementos explicativos na busca de respostas a inúmeros diferentes problemas de pesquisa, não tendo assim, sido eleitos como objeto central de análise<sup>104</sup>. Reiteramos então a importância destas temáticas - o antiliberalismo e anticomunismo - dentro do estudo do Integralismo, que já se apresentam como de suma importância no contexto historiográfico em que se encontram as atuais pesquisas.

Desde o final da década de 1980 e, principalmente, durante a década de 1990, os estudos sobre o Integralismo deixaram de contemplar somente os aspectos autoritários e/ou fascistas do Integralismo, passando a contemplar outras especificidades, tais como a relação do Integralismo com os imigrantes, com o meio militar, a participação feminina e dos negros dentro do movimento, as políticas regionais, a simbologia e as festividades. Da mesma forma, o anti-semitismo dentro do discurso e das práticas do partido foram analisadas mais a fundo. Temos durante este período recortes mais específicos, mostrando um panorama contrastante frente àquele que vinha sendo produzido nas décadas anteriores.<sup>105</sup> Podemos perceber que as análises “macro” estão sendo substituídas por estudos mais íntimos, encontrando-se o presente estudo justamente nesta perspectiva historiográfica.<sup>106</sup> Segundo Rodrigo Santos de Oliveira, “nas pesquisas, o anticomunismo sempre foi relegado a um segundo plano, restringindo-se, quando citado, à sub-capítulos

---

<sup>104</sup> O único trabalho encontrado que trata uma de nossas temáticas como objeto primordial de análise foi o de Rodrigo Oliveira, no qual aborda o anticomunismo integralista. Ressaltamos também o trabalho de Hégio Trindade, que entre outros temas dá um destaque pertinente ao antiliberalismo e anticomunismo integralista. OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937), op. cit. e TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit.

<sup>105</sup> BERTONHA, J. F. Integralismo: fontes, problemas de pesquisa e tendências historiográficas, *In: Ciclo de Palestras sobre política*: idéias e práticas políticas que marcaram a história do Brasil no século XX, Curitiba, 2004.

<sup>106</sup> Ver mais sobre a historiografia que abordou a AIB como objeto principal de análise em: SERRATTO, E. B. F. Integralismo e historiografia, *In: BRITO SILVA, G Estudos sobre o integralismo no Brasil*, Recife: UFRPR, 2007.



em dissertações e teses. Consideramos essa pouca atenção desproporcional à relevância que o combate ao comunismo teve para os camisas-verdes.”<sup>107</sup> Este autor, entretanto, centra-se somente na questão do anticomunismo, sendo que este alerta também deve ser ampliado para com o discurso antiliberal.

O intuito deste capítulo, vai justamente ao encontro deste debate, pois iremos buscar dentro do discurso integralista a forma e o papel do antiliberalismo e do anticomunismo dentro de sua doutrina. Para entendermos estes discursos, vamos tomar por linha mestra desta abordagem duas das principais obras de seu chefe nacional, Plínio Salgado. Estas são: *O que é o Integralismo e Doutrina do Sigma*<sup>108</sup>, que nos trazem toda a base do pensamento e/ou discurso que identifica e combate os inimigos do Integralismo. Segundo Carla Luciana Silva, referindo-se a primeira destas obras, afirma que esta é “(...) fundamental, do ponto de vista da divulgação dos ideais e da sistematização da doutrina (...)”<sup>109</sup> integralista. Ressalta-se também, que estas obras servem como referência para os outros intelectuais do movimento no que se refere a estes temas discursivos, a exemplo de Gustavo Barroso, Miguel Reale, entre outros. Esta delimitação também implica em deixarmos claro a relação entre o intuito e forma da produção discursiva presente nos diferentes meios de divulgação doutrinária do movimento. Ou seja, devemos levar em conta que o efeito de sentido criado pelo discurso presente nos livros doutrinários do movimento se difere dos discursos encontrados nos jornais e demais meios de propagação ideológica do movimento, sendo as análises e/ou conclusões aqui apresentadas, somente pertinentes ao universo discursivo dos livros doutrinários integralistas.

Também devemos esclarecer que no presente capítulo, iremos abordar o que Héglio Trindade considerou como um dos níveis principais da ideologia integralista, aquele que se refere “(...) a definição dos adversários a combater: o liberalismo, o socialismo, o capitalismo internacional e os judeus (...)”.<sup>110</sup> Porém, nos cabe ressaltar que a escolha de analisar somente o antiliberalismo e o anticomunismo ocorre devido ao fato de que, tanto o capitalismo internacional quanto a questão judaica, encontram-se inerentes a estes dois discursos. Ou seja, são encontrados não como temas à parte e/ou independente, mas

---

<sup>107</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937), op. cit., p. 187.

<sup>108</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit. e SALGADO, P. **A doutrina do sigma**, op. cit.

<sup>109</sup> SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, op. cit., p. 108.

<sup>110</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 199.

inseridos na lógica discursiva destes dois universos discursivos mais amplos, o antiliberal e o anticomunista.<sup>111</sup>

Veremos no decorrer deste estudo, que o capitalismo internacional será relacionado à crítica do regime liberal, e o judaísmo, como representante da concepção materialista de mundo, que segundo o discurso integralista origina tanto o pensamento liberal como o comunista. Também veremos que a toda a lógica discursiva referente aos inimigos da AIB, parte da crítica ao liberalismo, incluindo o próprio discurso anticomunista, pois para esta, o comunismo não passa de um desdobramento da neutralidade do Estado liberal frente ao desenvolvimento social e econômico da nação. Notamos então, que a crítica ao comunismo, assim como à referente ao capitalismo internacional e ao judaísmo, também se apresentam inseridas no bojo da lógica discursiva antiliberal. Entretanto, a nossa escolha em considerarmos o discurso anticomunista integralista como um tema relevante para ser abordado com um maior destaque, se justifica devido a dois fatores básicos. Inicialmente por este apresentar uma construção discursiva muito mais elaborada se comparada com as de outros inimigos de “menor periculosidade” e, em um segundo momento, pela própria importância do anticomunismo dentro do imaginário, sustentação e manutenção doutrinária do movimento, a exemplo da grande aceitação deste discurso por parte da militância.<sup>112</sup> Neste sentido, o anticomunismo integralista tem um papel fundamental, pois dentro da produção discursiva dos jornais do movimento, “(...) quase toda a estrutura doutrinária era voltada para o combate ao comunismo.”<sup>113</sup>

Outro relevante aspecto que deve ser esclarecido neste momento, é a própria necessidade declarada que os integralistas possuíam em relação à criação e o combate de seus inimigos. Segundo Plínio Salgado, “a intransigência da Idéia Força deve ser extremada. Seus métodos devem ser violentos, de sorte a criar inimigos, pois o inimigo é a condição fundamental do êxito.”<sup>114</sup> Tal idéia, nos revela um importante traço da lógica

---

<sup>111</sup> A única exceção que evidenciamos quanto a esta nossa afirmação, refere-se a obra de Gustavo Barroso, onde o discurso antijudaico por muitas vezes apresenta uma relevante autonomia frente ao combate dos demais inimigos do integralismo.

<sup>112</sup> Ver mais sobre a aceitação e o papel do anticomunismo no universo da militância integralista em: OLIVEIRA, R. S de **“Perante o tribunal da História”**: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937), op. cit. (tese central) e TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p.256.

<sup>113</sup> OLIVEIRA, R. S de **“Perante o tribunal da História”**: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937), op. cit., p. 14.

<sup>114</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 52.

discursiva integralista, na qual, toda a explanação e propaganda de sua doutrina necessita de um contraponto, ou da criação de uma imagem do “outro”. A própria idéia de violência presente nesta afirmação está relacionada às formas de ataque ideológico e/ou discursivos, e não à questão física. A imagem criada de seus inimigos é explorada por dois vieses, o primeiro refere-se à criação de um representante e/ou modelo ideal do “errado”, que deve ser repellido e/ou combatido, e, em um segundo momento, como fonte e/ou ponto de partida para a apresentação e reafirmação do ideário de sua própria doutrina. Esta lógica discursiva se auto justifica na medida em que “é necessario que elle [no caso o Integralismo] os irrite [no caso seus inimigos], que os provoque, arrancando-os da resitencia passiva, da indiferença silenciosa, que constituem a mais poderosa das armas contra o genio creador. É preciso transformar o adversario passivo, no inimigo activo.”<sup>115</sup> Portanto, devido a própria forma de construção discursiva utilizada pela AIB, o seu discurso só poderá se apresentar efetivo na criação de um efeito de sentido, se, o seu inimigo e/ou contraponto discursivo possuir uma legitimidade, a qual é reafirmada pelo próprio discurso integralista. Esta estratégia discursiva será recorrentemente assinalada no decorrer de nossa abordagem.

## 1.1 - A CONCEPÇÃO DE MUNDO E A INTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA

Para compreendermos os referidos discursos, é necessário termos, a priori, um entendimento da própria concepção de mundo e/ou filosofia integralista, uma vez que toda a construção discursiva referente aos seus inimigos é balizada por esta. Sobre este aspecto, Gilberto Vasconcelos ressalta que este é um dos traços marcantes do Integralismo no que se refere à diferenciação deste movimento para com os demais fascismos. Para ele, diferentemente do caso italiano, em que as ações políticas de combate e tomada de poder precederam a criação de um corpo doutrinário, o Integralismo produziu um arcabouço doutrinário de extrema relevância ainda antes de ser colocado em prática.<sup>116</sup> Segundo o próprio discurso integralista:

---

<sup>115</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 45.

<sup>116</sup> Esta é uma das teses defendidas em: VASCONCELLOS, G. **Ideologia Currupira**: Análise do discurso integralista, op. cit., Esta característica do fascismo brasileiro em relação ao italiano também é destacada em: TRINDADE, H. **Integralismo**: teoria e práxis política nos anos 30, op.cit., p. 320. e OLIVEIRA, R. S de **“Perante o tribunal da História”**: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937), op. cit., p. 71.

De todos os movimentos de caráter fascista, e assim os denominamos por falta de expressão mais apropriada para sua generalidade, o Integralismo Brasileiro é o que contém maior dose de espiritualidade e um corpo de doutrina mais perfeito, indo desde a concepção do mundo e do homem à formação dos grupos naturais e a solução dos grandes problemas materiais.<sup>117</sup>

Corroborando esta colocação, inicialmente devemos nos atentar a relevante quantidade de publicações integralistas, assim como a própria reedição de textos anteriores ao movimento, que de alguma forma são ligados e/ou relacionados ao arcabouço doutrinário do movimento. Outro ponto que também devemos levar em conta, é o de que já em 24 de fevereiro de 1932, foi realizada a primeira reunião da Sociedade de Estudos Políticos (SEP) na sede do jornal *A Razão*, onde Plínio Salgado possuía uma coluna política. A função da SEP era a de estudar os problemas nacionais e propor soluções para os mesmos. Em maio do mesmo ano, criava-se uma “nova comissão técnica” dentro desta sociedade, denominada Ação Integralista Brasileira, que possuía como intuito a divulgação dos resultados das suas pesquisas, de forma simples para a apreciação de toda a sociedade.<sup>118</sup> Neste sentido, mais uma vez, podemos identificar que a produção doutrinária integralista já se configurava anteriormente a sua fundação, e isso, sem levarmos em conta as publicações de textos de Salgado no jornal *A Razão*, onde também encontramos traços da futura ideologia integralista.

Segundo Plínio Salgado, a importância desta “filosofia” está no fato de que “(...) a própria concepção do Estado e da Sociedade está ligada à concepção do próprio Universo.”<sup>119</sup> Podemos assim entender, que todo o discurso dos camisas-verdes, seja ele referente a qualquer temática, é permeada por uma “filosofia” ou uma “concepção do universo” própria do movimento. Sendo assim, trazemos neste momento, logicamente, somente alguns apontamentos que se apresentam necessários ao entendimento dos discursos antiliberal e anticomunista da Ação Integralista, uma vez que esta “filosofia” não é o objeto central de nossa abordagem. Logo, tentaremos de forma sucinta adentrar esta “filosofia” e/ou “universo integralista”.

\* \* \*

---

<sup>117</sup> BARROSO, G. **O Integralismo e o mundo**, op. cit., p. 15.

<sup>118</sup> As informações referentes a SEP foram encontradas em: TRINDADE, H. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**, op. cit., p. 116-123.

<sup>119</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 10.

Segundo a lógica discursiva integralista, a história da humanidade pode ser entendida por meio de quatro distintos momentos, onde “a formação das sociedades obedeceu a (...) movimentos.”<sup>120</sup> Nesta perspectiva, “a Primeira Humanidade veio da caverna, até a criação do Polytheismo; a Segunda, vem do Polytheismo ao Monotheismo; a Terceira vem do Monotheismo ao Atheismo; e a Quarta que é a nossa, encontra-se na mesma situação trágica da primeira, diante do mysterio universal.”<sup>121</sup> Desta maneira, observamos a construção de uma periodicidade etapista da história, que em última análise, possui a finalidade de legitimar um percurso histórico a ser alcançado. Por este motivo, é que cada um destes períodos, apresenta um caráter e/ou lição fundamental que deve ser interpretada, legitimando o percurso da humanidade e sua finalidade e/ou futuro. Esta lógica discursiva, afirma que “(...) a primeira Humanidade, Polytheista, Pantheista, teve um caracter de adição. A Segunda, Monotheista, tem um caracter de fusão. A Terceira, a Atheista, tem uma índole de dissociação, de desagregação.”<sup>122</sup> Logo, “depois da adição, da fusão e da desagregação, chegou a hora da synthes”<sup>123</sup>, que seria a “Quarta Humanidade” ou a sociedade integralista. Segundo Héglio Trindade, o entendimento desta lógica discursiva nos revela uma das “(...) singularidade[s] do discurso ideológico fascista [que também] se configura [na] (...) percepção de um sentido da história marchando para o fascismo em escala internacional (...).”<sup>124</sup>

Entretanto, para esta leitura, o surgimento desta “Quarta Humanidade” não ocorreu, sobretudo devido às dificuldades de superação do espírito filosófico criado durante a “Terceira Humanidade”. É neste momento que Plínio Salgado aponta para o “problema” no qual “a concepção totalista de mundo, baseada numa grande hypotese [ou seja, de síntese ou integral], foi substituída pelo conceito científico do Universo, que desarmou a intelligencia em face de todas as conclusões e de numerosissimas hypotheses.”<sup>125</sup> Dentro desta lógica discursiva, “o século XIX foi de analyse, de fragmentação, de individualismos agudos e de unilateralidades arbitrárias, tanto na sciencia como nas artes, tanto na moral e

---

<sup>120</sup> SALGADO, P. A **Quarta Humanidade**, op. cit., p. 15.

<sup>121</sup> SALGADO, P. A **Quarta Humanidade**, op. cit., p. 15.

<sup>122</sup> SALGADO, P. A **Quarta Humanidade**, op. cit., p. 38.

<sup>123</sup> SALGADO, P. A **Quarta Humanidade**, op. cit., p. 15.

<sup>124</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: teoria e práxis política nos anos 30, op. cit., p. 306.

<sup>125</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 24.

no direito como na politica.”<sup>126</sup> Desta forma, podemos entender que este caráter agiu “(...) durante mais de cem annos, subordinando a sciencia, a literatura, as artes, as religiões, a politica, e agindo subterraneamente, livremente, só existe uma realidade victoriosa: a marcha cega, implacável, dos factos econômicos, das finalidades e das aspirações econômicas.”<sup>127</sup> Para o discurso integralista, “a crise contemporanea é o resultado de um erro filosofico derivado da concepção scientifica do mundo (...)”<sup>128</sup>, e que, “verifica-se hoje o desequilíbrio, o desenvolvimento do angulo mal presentido ao alvorecer do grande seculo do individualismo e do liberalismo.”<sup>129</sup>

O inimigo eleito neste momento, é “a philosophia e a política burguesa, (...) [que] afinavam-se no sentido de negar a possibilidade da interferencia do homem na modificação da marcha social, [onde] tudo deveria subordinar-se ao rythmo normal do determinismo, não sendo, de forma algum possivel a acção transformadora da idéia.”<sup>130</sup> Em suma, chegamos a mesma constatação que nos apresenta Rodrigo Oliveira ao nos afirmar que:

A primeira grande opposição que encontramos [neste discurso] foi entre Materialismo e Espiritualismo. Dela decorreriam todas as outras relativas aos inimigos do movimento integralista. Em linhas gerais, ambas seriam forças que teriam se oposto durante toda a História da humanidade. Mas o ápice desse processo teria se dado entre o século XIX, com o surgimento do liberalismo e do comunismo (...) Os inimigos declarados do movimento integralista representariam faces desse materialismo, sendo que o integralismo e demais movimentos fascistas seriam o espiritualismo.<sup>131</sup>

Aponta-se então para este “erro” filosófico, que é reafirmado com a demonstração de seus problemas práticos decorrentes, que podem ser facilmente observados dentro da análise das condições político-econômico dos países que elegeram esta filosofia materialista como linha mestra, seja do ponto de vista liberal ou comunista, pois:

As crises economicas multiplicam-se. A queda da libra em 1931 repercute com a fallencia de princípios financeiros que pareciam indestrutíveis. A Nep, na Rússia, desmoraliza, ao mesmo tempo, o communismo e o liberalismo, fortalecendo a idéia do estado, que paira, sobre as ruínas da economia clássica e da economia marxista, inaugurando um regimen

---

<sup>126</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 65.

<sup>127</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 80.

<sup>128</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 23.

<sup>129</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 26.

<sup>130</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 106.

<sup>131</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937), op. cit., p. 17. Esta constatação da dialética presente entre o materialismo e o espiritualismo dentro da ideologia integralista é uma interpretação recorrente, e ressaltada, sobretudo, dentro da produção historiográfica da década de 1970, como podemos observar nos trabalhos de Héglio Trindade, Gilberto Vasconcellos e José Chasin.

pharaonico de escravidão do proletariado. Nos Estados Unidos, a N.R.A. investe contra velhos métodos que tremem nos alicerces, desde a queda ostensiva do dólar.<sup>132</sup>

Entretanto, mesmo frente a esta constatação, o discurso integralista enfatiza que “o espetáculo que o mundo nos oferece não é apenas o de sua morte [referindo-se a liberal-democracia]; porém, de um fim de civilização, o de início de uma nova época de história.”<sup>133</sup> Ou seja, o contexto mundial é entendido por este discurso como o momento último para a solução integralista almejar o seu lugar, dando início a construção da “Quarta Humanidade”. A “(...) luta entre materialismo e espiritualismo, (...) ao mesmo tempo, é uma luta entre ideologias dos séculos XIX [liberal e comunista] e XX [fascista].”<sup>134</sup> É neste momento que o discurso integralista pensa o lugar que cabe a sua pátria dentro deste panorama, afirmando que “pretender separar o Brasil do problema do mundo é negar a mais clamorosa, a mais evidente das nossas realidades. Só a má fé ou a ignorância podem estudar o caso do nosso país como um caso à parte, sem relações com os fenômenos que hoje atormentam todos os povos.”<sup>135</sup> Notamos assim, que esta interpretação não nega que os problemas e/ou soluções referentes às questões nacionais devam ser pensados dialeticamente, ou seja, levando-se em conta suas relações com o contexto internacional e, ao mesmo tempo, suas características singulares internas.

Dentro desta perspectiva, nos debruçamos sobre a crítica integralista a dita “natural índole” e “tradição liberal-democrática do povo brasileiro”, que para esta leitura, “é preciso não confundir a nossa liberdade e a nossa democracia, feitas de instintos da Raça e de fatalidades da Terra, com a liberdade e a democracia européias, que eram o produto do refinamento filosófico, dos velhos rancores plebeus, da ansia de expansão econômica da burguesia mal saída de uma situação inferior”<sup>136</sup>, pois para o integralismo:

Esta última liberdade, esta última democracia, correspondiam, é certo, a um estado de espírito das elites brasileiras, sem originalidade, sem força criadora, vivendo do reflexo da cultura européia; mas a outra liberdade, a outra democracia, cheias de sentimento racial e vibrantes das energias da terra, exprimiam um “modo de ser” profundamente nacional.”<sup>137</sup>

---

<sup>132</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 63.

<sup>133</sup> SALGADO, P. **A Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 58.

<sup>134</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937), op. cit., p. 86.

<sup>135</sup> SALGADO, P. **Despertemos a Nação**, op. cit., p. 149.

<sup>136</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 123.

<sup>137</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 123.

Desta forma, o que ocorre no Brasil segundo esta lógica discursiva, é uma interpretação equivocada por parte das elites costeiras que estavam intimamente ligadas às tradições políticas e filosóficas européias. Nesta concepção, esta índole liberal e democrática não encontra a resposta as suas ânsias nas soluções vindas do além mar, pois neste caso, a necessidade brasileira estava relacionada a uma mais rígida “(...) organização (...) não de maiores conquistas liberais, mas de hierarchização dos valores sociais, uma proclamação de deveres, mais do que uma proclamação de direitos (...)”<sup>138</sup> Podemos então perceber, que esta interpretação discursiva busca uma ponte entre as interpretações de âmbito internacional - no que se refere a negação de um modelo pré-estabelecido vindo de fora do país -, unida a uma análise do contexto interno, buscando balizar uma visão global do problema. Também podemos compreender esta atitude ponderada em vista da negação de uma solução materialista baseada na filosofia burguesa liberal em função de uma interpretação do “espírito” nacional, conclamando, novamente a dialética fundamental da concepção filosófica integralista, a de busca de um equilíbrio.

Para reafirmar esta concepção, o discurso integralista utiliza-se de uma estratégia muito recorrente em seus textos, que consiste em trazer citações textuais de seus declarados inimigos de forma a corroborar seu ponto de vista. Com este intuito, Plínio Salgado se utiliza de uma transcrição de um texto liberal, demonstrando que:

É o proprio Sant-Hilaire<sup>139</sup> que escreveu, a proposito da revolução liberalista e constitucionalista de Portugal e sua repercussão no Brasil: “Só as pessoas mais esclarecidas sabiam do que se tratava; o povo, nem ao menos comprehendia o sentido da palavra *constituição* (o grypho é do proprio Sant-Hilarie) que andava em todas as bocas: diziam-lhe que era a reforma dos abusos...”<sup>140</sup>

Notamos assim que este discurso é taxativo ao afirmar que “(...) o erro era justamente o de fazermos as instituições marcharem de fóra para dentro da Nação, quando ellas deveriam ter ido buscar suas origens na propria alma da nacionalidade.”<sup>141</sup> Sendo esta crítica, também apontada em referência a Independência do Brasil, pois:

---

<sup>138</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 131.

<sup>139</sup> Sant-Hilaire foi um destacado botânico francês que em 1816 veio pela primeira vez ao Brasil, voltando várias vezes posteriormente. Dentre as suas obras destinadas à botânica, também publicou importantes relatos sobre as condições de vida, os costumes e a etnografia brasileira. Ver mais em: **Delta Larousse**, Rio de Janeiro: Delta S. A., 1970. p. 6026.

<sup>140</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 141.

<sup>141</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 134.



(...) esse século [XIX] era o século da liberdade, que quebrava todos os velhos padrões, que creava um novo senso econômico e um novo senso político. A obra da Independência realizava-se, pois, sob a direção de uma elite culta, mais ligada a Europa do que ao Brasil. Essa elite não podia penetrar fundo nas realidades da terra brasileira.<sup>142</sup>

Acreditava-se que “o liberalismo brasileiro, do mesmo modo como o romantismo brasileiro, foi um phenomeno que dominou as classes cultas e não representa em absoluto a índole e a realidade da psychologia e das condições de vida das populações nacionaes.”<sup>143</sup> Por este motivo, é que “ao alvorecer da nossa vida independente, no instante em que, possuindo uma democracia de facto, precisava crear as expressões legaes em que ella se realizasse, nós tratavamos de transplantar um estado de espírito estrangeiro, pretendendo com elle estruturar as nossas instituições e a nossa actividade politica.”<sup>144</sup>

Também é neste momento que esta lógica discursiva relaciona esta questão dialética entre o pensar nacional a internacional a herança “negativa” do século XIX e aos problemas de formação do Estado brasileiro. Nesta leitura, “o liberalismo era (...) uma conseqüência da Revolução Francesa. Estávamos começando a nossa vida independente em pleno século da liberdade. Essa palavra ia encher o mundo. Até a Grande Guerra e a Revolução Russa. Essa palavra fascinava todos os povos.”<sup>145</sup> Assim, a principal crítica do discurso integralista referente a esta questão, está na afirmação de que “o Brasil nascia romântico e Liberal”<sup>146</sup>, sendo este considerado como um “erro” fundamental de nossa formação.

Em suma, dentro da lógica discursiva integralista, todo o mal do século XIX pode ser resumido a um “erro” filosófico - representado pela ascensão dos ideais materialistas - e dos seus desdobramentos que culminaram nos ideais da liberal-democracia, pois, para eles “nós, do século XX, vivemos de cem annos de sentido dissociativo, de tendencia divisoria. Temos o nosso cérebro habituado a dividir e sub-dividir. [E] essa physionomia da mentalidade contemporanea assume uma importancia fundamental para a comprehensão dos phenomenos políticos.”<sup>147</sup> Por este motivo, este discurso considera que “a proclamação dos direitos do Homem é a consagração da Parcella sobre o todo.”<sup>148</sup> Ou seja, este século sintetiza exatamente o ideal oposto ao pensamento de síntese e/ou integral, o qual baliza a

---

<sup>142</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 115 - 116.

<sup>143</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 113 - 114.

<sup>144</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 133.

<sup>145</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 114.

<sup>146</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 117.

<sup>147</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 87.

<sup>148</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 87.

“Quarta Humanidade” e/ou ideal integralista. Todo este ideal filosófico do século XIX passa a ser o “outro”, o inimigo a ser combatido em detrimento de um algo “maior e certo”. Esta interpretação acaba por condenar a liberal-democracia implementada no Brasil com a Independência, momento em que segundo os integralistas, a nossa elite intelectual deixou-se levar pelas idéias do materialismo europeu renegando, por consequência, uma interpretação do “espírito” nacional.

## 1.2 - O DISCURSO ANTILIBERAL–DEMOCRÁTICO

Vista a condenação realizada pelo discurso integralista a todo o ideário filosófico referente ao materialismo burguês, que por sua vez gerou o liberalismo, nos cabe neste momento, analisar ao discurso antiliberal propriamente dito. A escolha de se trabalhar inicialmente com este discurso em detrimento ao anticomunista, se deve ao fato de que dentro da lógica discursiva da AIB o antiliberalismo se apresenta com uma maior relevância. Inicialmente, por este ser um adversário mais imediato a ser combatido, e em um segundo momento, devido a própria característica desta lógica discursiva, que se apóia na premissa de que o comunismo não passava de um desdobramento e/ou efeito lógico do regime adotado pelo Estado Liberal<sup>149</sup> e do desenvolvimento do ideário materialista. Logo, combater o liberalismo-democrático que os ameaçava em seu tempo presente era o mesmo que combater o futuro crescimento do comunismo. Neste sentido o discurso integralista se une ao discurso fascista de um modo geral, já que para este, a extrema direita não se apresentava como uma contra-revolução frente ao comunismo, mas sim, como uma legítima e/ou verdadeira revolução frente ao liberalismo.

\* \* \*

Nosso primeiro foco se voltará ao descrédito que o discurso integralista atribuía ao Estado liberal, cujo foco central de crítica implica no fato de que este regime apresenta-se neutro frente à vida social e econômica da nação, criando, condições favoráveis para o desenvolvimento do socialismo e para a ação do capitalismo internacional. Por este motivo

---

<sup>149</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 228.

é que Plínio Salgado afirma que do ponto de vista integralista, “(...) negamos autoridade moral ao Estado Liberal Democrático (...).”<sup>150</sup> Dentro desta lógica, este discurso aponta que a neutralidade deste Estado ocorria fundamentalmente porque:

A economia liberal negou-se a si própria, pois, enquanto consagrou as regras segundo as quaes os phenomenos da producção e do commercio não devam, de nenhum modo, subordinar-se a interferências estranhas, ficando entregues ás leis naturaes, permitiu que se instaurasse no mundo a dictadura das Bolsas, que, effectivamente, interviu nos preços, influindo nas condições de trabalho e creando as crises sociaes.<sup>151</sup>

Podemos então perceber que o Estado liberal, para a AIB, representa um regime exatamente contrário a sua ideologia, uma vez que a própria idéia do Estado Integral propõe um regime avesso a este. Segundo Héliog Trindade, esta crítica pode ser entendida pelo fato de que no regime liberal, “a economia domina a política no sentido de reduzir a função do Estado”<sup>152</sup>, e em contrapartida, a concepção integralista de governo pressupõe uma forte participação estatal na vida sócio-econômica nacional, unificando as forças produtivas de todo o país em benefício de uma finalidade comum. Esta questão nos remete novamente a utilização da dialética do “outro”, e em resposta a criação desta imagem pejorativa do Estado liberal, é apresentada a solução integralista para a superação deste problema, que se baseia na:

(...) subordinação das forças econômicas e sociais da nacionalidade ao Estado, a transposição da lucta social, do embate economico para o ambito estatal, o estabelecimento de normas plasticas, de leis flexíveis (como já preconizava Alberto Torres) á adptação do penamento filosofico e do conceito jurídico as realidades e transformações do organismo nacional, eis o escopo integralista.<sup>153</sup>

Desta forma, entendemos que “tanto a actividade política, como a actividade econômica, para [que] se harmonizem, devem fundir-se numa politica nacional, totalizadora de todos os phenomenos sociaes do paiz. Esta é a que dictará o pensamento superior, mediante o qual se construirá a base jurídica e, que deve sustentar-se a Nação”<sup>154</sup>, pois somente assim “o Estado adquire (...) uma autoridade nova, sobrepairando aos interesses de grupos sociaes, políticos ou economicos. O estado passa a ser o supervisorador, o mantedor de equilíbrios, a concretização do ideal de justiça e de

---

<sup>150</sup> SALGADO, P. **A Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 34.

<sup>151</sup> SALGADO, P. **A Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 58.

<sup>152</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 232.

<sup>153</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 116.

<sup>154</sup> SALGADO, P. **Despertemos a Nação**, op. cit., p. 169.

liberdade, o creador dos rythmos sociaes.”<sup>155</sup> Portanto, o Estado Integral superaria os problemas da política de gestão liberal, que em síntese seriam “no campo da economia, (...) a lei da concorrência, estabelecendo a “lucta comercial”; a liberdade de contracto estabelecendo a “lucta de classes”; [e] na esfera da política interna é a lei do sulffragio, estabelecendo a “lucta do partidos” (...)”.<sup>156</sup> Por este motivo, é que o discurso integralista afirma que “o simples facto da soberania financeira não pertencer aos governos, porém aos particulares, evidenciou [a] falência do Estado Liberal.”<sup>157</sup> Logo, o resultado da neutralidade deste Estado frente à luta de classes, às disputas partidárias e à falta de atenção para com o desenvolvimento econômico e social da nação – “tornando o Estado um mero instrumento mantedor da ordem pública” – resultou no fato de que “a justiça tornou-se (...) monopólio do Estado, regulando as relações entre indivíduos.”<sup>158</sup>

Em decorrência desta “neutralidade” do Estado liberal, um novo ponto de crítica é somado a esta lógica discursiva, uma vez que frente a esta atitude gestacional liberal, o regime passa então a “desconhecer” as realidades sociais, pois:

O Estado Liberal, baseado no voto dos cidadãos, desconheceu a organização dos grupos financeiros e dos sindicatos de trabalhadores. Mais tarde, tratou de organiza-los, com o fim de cruzar os braços e assistir indiferente a lucta entre operários e patrões. E agora o liberalismo tem chegado ao cumulo de estabelecer regras para essa lucta, como si se tratasse de uma partida de “box”. Assim, o Estado Liberal, perdeu o controle da Nação. Tornou-se uma super-estrutura, para usarmos a terminologia marxista, um luxo da civilização burgueza e capitalista, uma superfluidade extranha aos imperativos organicos dos povos.<sup>159</sup>

Sintetizando o ponto de vista desta leitura, o Estado Liberal se apresentava:

(...) fora e acima das luctas de indivíduos e grupos de individuos, um Estado meramente espectador da batalha econômica. Esse Estado se tornou cada vez mais fraco, sendo, dia a dia, corroído pelas forças em conflito, de modo que não pode influir no sentido de effectivar a justiça social e o equilibrio da produção e do consumo.<sup>160</sup>

Mais uma vez, o contraponto e/ou reposta integralista para esta questão é apresentada, já que ao criar a imagem do “outro” na figura do Estado liberal, este discurso também estabelece as bases para a apresentação de sua ideologia e/ou proposta para a superação do mesmo. O discurso da AIB afirma que “o verdadeiro Estado exige a união dos

---

<sup>155</sup> SALGADO, P. **A Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 22.

<sup>156</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 80 - 81.

<sup>157</sup> SALGADO, P. **A Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 58.

<sup>158</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 122.

<sup>159</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 59-60.

<sup>160</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 48.

homens e não sua divisão. (...) Por isso, o Estado do liberalismo se destrói a si próprio”<sup>161</sup>, e por este motivo, “só tem servido para separar o Estado da vida econômica e moral da Nação.”<sup>162</sup>

Por fim, entendemos que, basicamente, o discurso integralista identifica vários “problemas” resultantes deste regime, que englobam o campo da política, da economia e do social, reafirmando a necessidade do combate ao liberalismo. Um bom exemplo deste posicionamento está em Gustavo Barroso, que ao se referir ao Estado liberal em seu livro *O que o integralista deve saber*, em um capítulo intitulado *O que o Integralismo combate*, apresenta na forma de um parágrafo único a afirmação de que o liberalismo deve ser combatido “porque consagra a doutrina da indiferença do Estado em relação á vida social e econômica, limitando a orbita governamental ás funções de ordem meramente jurídica e apunhando a soberania da Nação.”<sup>163</sup> Podemos então compreender, que para os integralistas “(...) a legislação do Estado liberalista em relação às questões sociais não passa de cafiaspirina para as dores de cabeça da Nação, meros tratamentos symptomaticos de enfermidades profundas.”<sup>164</sup>

### 1.2.1 - O SUFRÁGIO UNIVERSAL

No entanto, esta neutralidade não é o principal problema do liberalismo, pois para esta lógica discursiva, “o democratismo liberal, no campo da politica, [esta] permitindo a expansão máxima de todas as concepções e formas de vida, e tendendo, de seu turno, aos extremos fraccionamentos da sociedade.”<sup>165</sup> Neste momento, é gerado um novo âmbito de crítica, quando o discurso integralista se volta à questão do indivíduo dentro do Estado Liberal, sendo este concebido como abandonado e/ou desvinculado das preocupações e políticas do Estado. Frente a esta concepção, Hélió Trindade nos aponta que o antiliberalismo integralista é entendido sob dois aspectos: primeiramente pelo combate de sua evolução histórica, ou seja, pelo combate à propagação dos ideais da Revolução Francesa que implicam diretamente na neutralidade do Estado como já foi visto, e, em um

---

<sup>161</sup> BARROSO, G. *A palavra e o pensamento integralista*, op. cit., p. 196.

<sup>162</sup> SALGADO, P. *O que é o Integralismo*, op. cit., p. 64.

<sup>163</sup> BARROSO, G. *O que o integralista deve saber*, op. cit., p. 69.

<sup>164</sup> SALGADO, P. *A Quarta Humanidade*, op. cit., p. 125.

<sup>165</sup> SALGADO, P. *Psicologia da Revolução*, op. cit., p. 82.

segundo momento, pela recusa deste regime em estabelecer e/ou gerir a unidade nacional, uma vez que esta crítica recai sobre a fragmentação da sociedade em virtude do modelo democrático liberal.<sup>166</sup> Dentro desta perspectiva crítica, esta leitura afirma que “si a Nação está desorganizada si o principio fundamental do regimen politico é o individualismo, nada mais natural que cada um procure salvar-se como puder.”<sup>167</sup> Em seguida, esta argumentação se desdobra para o plano político-econômico, quando considera-se que as:

(...) rotações de indivíduos em torno de si mesmos, [esta] creando nos domínios economicos os grandes truts e monopólios, e creando nos domínios do político os grandes núcleos oligarquicos, fundados no proprio espírito individualista do século passado. É a época dos syndicatos financeiros e dos partidos politicos; do jogo das bolsas e do suffragio universal.<sup>168</sup>

Em suma, o problema de uma forma geral está no fato de que:

Essa democracia faculta aos poderosos a desnacionalização do paiz; ella facillita a continuação das longas humilhações das nacionalidades; ella só faz eleger para os parlamentos os poderosos, os que dispuserem de meios para comprar eleitores; ella põe á margem as classes productoras, para ethoronizar profissionais; (...) o Estado, para fortalecer os truts; ella abre as portas do paiz, em nome dos princípios sagrados da liberdade, ao imperialismo estrangeiro; ella mystifica, envenena, corrompe e putrefaz o organismo social, facilitando a infiltração de todas as idéias dissolventes, sempre em nome de suas utopicas e ridiculas liberdades.<sup>169</sup>

Percebemos, que dentro desta linha interpretativa, a relação entre o indivíduo e o Estado se apresenta como inexistente, assim como ocorre com a relação entre o Estado e a vida econômica da nação. Neste sentido, damos destaque a um novo ponto relevante desta crítica ao liberalismo, que como pudemos perceber na análise até aqui empreendida, refere-se à impossibilidade de se conceber o Estado Liberal desvinculado de um regime democrático. Esta característica discursiva pode ser inicialmente compreendida, devido ao fato de que este modelo regimentar correspondia ao de inúmeros países da década de 1930, como por exemplo: o da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos. Em um segundo momento, para o discurso integralista somente existia a *liberal-democracia*, que dentro de sua lógica discursiva era uma resultante do materialismo burguês consagrado pela Revolução Francesa. Logo, a citada relação entre o Estado e o indivíduo encontra-se na

---

<sup>166</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 257.

<sup>167</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 156.

<sup>168</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 60.

<sup>169</sup> SALGADO, P. **Despertemos a Nação**, op. cit., p. 154.

própria base do regime liberal, ou seja, no voto - ou *sufrágio universal*<sup>170</sup> como o denomina Plínio Salgado -, motivo pelo qual, dentro deste discurso, “o voto é a grande mentira que serve de instrumento a opressão das massas trabalhadoras, illudidas na sua boa fé”<sup>171</sup>, e isso ocorre porque:

Sob sua inspiração, o voto tanto mais cresce em caracteres gerais, quanto mais diminuem em caracteres particulares. Cada vez mais se exclue do voto a expressão representativa de interesses individuais ou grupais, para transforma-lo no grande “logar comum” onde todos podem estar pacificamente, porque o *voto civico*, acto do *homem civico* (aberração philosophica, sociologica e biologica) não admite a presumpção de interesses de classes ou de interesses individuais proprios. A democracia individualista afoga o individuo no oceano do suffragio. O voto na liberal-democracia, é a vala commum de todas as vontades.<sup>172</sup>

Nos cabe agora, esclarecer a questão referente ao “critério individualista”, que é apontado pelos integralistas como um dos grandes males do liberalismo. Em um primeiro olhar, nos parece contraditória a crítica que é feita para com a liberal-democracia no que diz respeito à não valorização das vontades individuais, de grupos, ou até mesmo de classes, uma vez que o integralismo é contra as possíveis pluralidades dentro da unidade nacional. Entretanto, dentro da proposta democrática integralista, o interesse individual, que está subordinado aos interesses de sua classe profissional e, conseqüentemente, aos do país, pode ser atendido pelo Estado, satisfazendo cada indivíduo. Neste modelo democrático, os sindicatos únicos de cada profissão - ou corporações profissionais - transmitirão as “reais” necessidades e vontades de cada indivíduo, tornando o Estado ciente dos verdadeiros interesses dos indivíduos, grupos e das classes profissionais. Devendo então respeitar todo um modelo hierárquico, cada indivíduo será representado “verdadeiramente” perante o Estado. Nesta perspectiva, “o programa [integralista] (...) substitui a competição individualista da sociedade liberal pela competição igualmente individual, mas regulada no seio das organizações sindicais e corporativas.”<sup>173</sup> Este seria o contraponto e/ou solução proposta pela AIB para a superação desta “falsa” representação individual dentro da liberal-democracia, pois para ela, “com o sufrágio universal, o cidadão é forçado a tomar parte em

---

<sup>170</sup> A primeira utilização do termo “Sufrágio universal” aparece na crítica realizada por Georges Sorel, um engenheiro francês formado na Escola Politécnica de Paris. Influenciado pelos resultados do Congresso de Eefurt - de orientação marxista -, tornou-se comentador social. Entre outras críticas que realizou, a mais relevante refere-se ao pensamento de Marx. Viveu de 1847 a 1922. Ver mais em: PAXTON, R. O. **A anatomia do fascismo**, op. cit. e CORTIJO, F. A. **Dicionário Cronológico Biográfico Universal**, Madrid: Halar, 1952.

<sup>171</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 49.

<sup>172</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 53.

<sup>173</sup> TRINDADE, H. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**, op. cit., p. 234.

comícios eleitoraes que não dizem respeito aos seus interesses directos (...)”<sup>174</sup>, e assim, o Estado nunca terá a idéia “real” das necessidades e vontades do povo, como podemos perceber no seguinte exemplo trazido por Plínio Salgado, ao ressaltar que:

Nos proprios paizes perfeitamente unificados, solidamente constituídos em torno de um centro político commum, o suffragio universal já representa um mal, porque faz os interesses do Estado girarem numa orbita propria, que desconhece todo o systema de interesses inherentes às actividades do homem na sociedade, seja considerado como força economica na formação dos grupos financeiros ou proficionaes, seja apreciado como força moral, dentro da familia, consciencia religiosa, cultural, scientifica ou artistica. O Estado Liberal vive em um mundo, os habitantes do paiz em noutro mundo. Naquelle, todos os interesses se equivalem, todos os homens se reduzem a uma só expressão: a expressão civica. Neste outro, os homens são diferentes entre si, só havendo uma unidade, que é a das aspirações humanas communs.<sup>175</sup>

Notamos então, que para este discurso “(...) a liberal-democracia não propõe problemas em função de vida e de realidade a cada um dos cidadãos que deve usar dos direitos por ella outorgados de livre escolha, de decisão, a respeito dos grandes themas nacionaes ou sociais.”<sup>176</sup> Neste sentido, o Estado e sociedade não se relacionam, apresentando-se como mundos difusos, e isto, porque “(...) conforme notou Herbert Spencer, o indivíduo está contra o Estado e, naturalmente, o Estado contra o indivíduo (...)”<sup>177</sup> Nesta linha interpretativa, a estratégia discursiva da AIB, mais uma vez, recorre ao discurso de seu próprio inimigo para corroborar seu ponto de vista, uma vez que Spencer, neste caso, é entendido como um representante da filosofia materialista, o que se justifica pela sua visão naturalista de mundo.

Por fim, a questão resume-se ao fato de que o Estado liberal luta pela sua legitimidade enquanto o cidadão luta para sobreviver dentro deste Estado “alheio” à realidade dos problemas nacionais. Para o integralismo, a idéia de liberdade individual que propõe o liberalismo-democrático, se mostra como uma farsa, já que só possui liberdade dentro deste regime quem detém o capital, pois quem não o tem, torna-se uma “vítima” do regime já que não encontram no Estado as respostas as suas aspirações e/ou necessidades. Desta forma, esta crítica aponta para a inexistência de uma real relação entre o indivíduo e o Estado, ou seja, para a AIB, “o liberalismo algemou o Estado Democrático (...) e os governos representativos desse Estado perderam toda a autoridade para resolver os

---

<sup>174</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 52.

<sup>175</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 54.

<sup>176</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 51.

<sup>177</sup> BARROSO, G. **O integralismo de norte a sul**, op. cit., p. 13.



problemas mais simples de ordem interna ou de caráter internacional.”<sup>178</sup> Logo, este discurso não nega a funcionalidade de democracia, entretanto, propõe uma reformulação da mesma no sentido de reelaborar as relações entre o Estado e o indivíduo, reafirmando assim a validação do voto.

### 1.2.2 - O HOMEM

Ainda relacionada a esta crítica à validade da representação do voto dentro da liberal-democracia, esta leitura apresenta como a grande vítima deste regime, o homem, o cidadão, que dentro desta lógica é tratado pelo Estado liberal, isso quando não esquecido por ele, da seguinte forma:

Nos tempos de paz, os governos só se lembram d'elle para lhe cobrar impostos, para lhe exigir que ocorra ao serviço militar, ao jury, que attenda ao appello para a guerra, quando fôr preciso. Si o homem está desempregado, que suba e desça as escadas mendigando collocação. Si está enfermo e pobre, que recorra á caridade publica. Si já não póde trabalhar, que mendigue, pois não faltarão mesmo decretos, que lhe garantirão o exercicio dessa profissão. Si plantou e não tem meios de custear a pequena lavoura, que se arranje. Si é operario, ou camponez, e as fabricas e as fazendas já não têm serviça, que trate de cavar por si mesmo sua vida. Se existe superprodução de mercadorias e de braços, o mais que o governo póde fazer é offerecer-se para queimar as mercadorias, não tardando que se offereça a aproveitar a carne dos trabalhadores sem emprego para fazer sabão. E si há conflictos de classes, que o problema seja resolvidoá pata de cavallo. Ou então, que as industrias rebentem, não podendo satisfazer ás exigencias do prolertariado e si há gente dormindo pelos bancos das avenidas, tal coisa não passa de uma fatalidade cujos designios os governos não devem contrariar... E isso é a liberal-democracia, o regime onde ninguem está garantido: nem o industrial, nem o operario; nem o commerciante, nem o agricultor. Comprehende-se que, num regimen assim, cada qual trate de se salvar por meio de aventuras pessoas (...).<sup>179</sup>

Compreendemos que dentro desta crítica o Estado liberal é entendido como “opressor”, uma vez que este cobra inúmeros deveres do cidadão e por sua vez não o auxilia em hipótese alguma. Entendemos então, que a neutralidade deste regime frente ao desenvolvimento econômico e social da nação, também é estendida ao âmbito do cidadão. Neste momento, esta lógica discursiva recorre novamente ao estabelecimento de um contraponto, criando a imagem de um Estado que age contra o homem, em oposição ao “(...) Estado inspirado na concepção integralista do Homem, (...) [que] rejeita o liberalismo

---

<sup>178</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 121.

<sup>179</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 64.

democratico, porque este passa a constituir uma negação de si mesmo, pela hypertrophia olygarquica e domínio dos mais fortes (...).”<sup>180</sup> Logo, este discurso está condenando:

A liberdade [que] aproveita hoje os mais fortes, aos que accumularam riquezas [pois] (...) esses fortes não são fortes, mas apenas detentores de odiosos privilegios que o direito moderno ourtoga a todos os latrocinios. Todas as violências se perpetraram em nome da lei. Todas as oppresões se fazem em nome da democracia.<sup>181</sup>

Nesta perspectiva, “a guerra entre os homens está declarada nas barbas do Estado impotente e ridículo da democracia liberal. O Capital e o Trabalho, na sua lucta desenfreada e egoística, não conhece autoridade”<sup>182</sup>, e dentro deste contexto, o homem, à margem de qualquer apoio ou auxílio do Estado, passa a lutar por si mesmo, organizando-se fora de seu âmbito, seja na forma de partidos políticos ou na forma de grupos econômicos independentes.

Por fim, podemos entender que para o integralismo “(...) a liberdade individual deve ser sempre subordinada aos limites impostos pelo senso da collectividade; mas o império desta tem de ser traçado de forma que ella não collida com a dignidade humana e os justos anseios de expressão do individuo”<sup>183</sup>, ou seja, da mesma forma que o Estado deve imprimir deveres ao homem, ele também deve atender a seus deveres para com ele, equilibrando esta relação de reciprocidade. Isso se explicita na concepção do Estado Integral, onde “não existe nenhum interesse que supere o interesse de Nação. Nem os interesses municipaes, nem os interesses estaduaes, nem os interesses das classes, nem o interesse dos indivíduos.”<sup>184</sup> O conceito básico da concepção do Estado Integral, se apresenta através da institucionalização balanceada das relações entre o Estado e seus cidadãos, criando-se, a idéia de que “o Estado é uma expressão da própria sociedade.”<sup>185</sup>

### 1.2.3 - OS PARTIDOS POLÍTICOS E O CAPITALISMO INTERNACIONAL

Outro relevante ponto desta crítica se refere à questão partidária dentro do regime liberal-democrático. Para a doutrina integralista, este aspecto é visto como um destacado

---

<sup>180</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 63 - 64.

<sup>181</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 88.

<sup>182</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 123.

<sup>183</sup> SALGADO, P. **Despertemos a Nação**, op. cit., p. 168.

<sup>184</sup> SALGADO, P. **Despertemos a Nação**, op. cit., p. 167.

<sup>185</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 61.

“problema”, já que por meio do pluripartidarismo o Estado liberal “(...) vae perdendo, dia a dia, até a sua capacidade politica. Tornando-se um instrumento nas mãos dos partidos, e estes manobrados, consciente ou inconscientemente, pelos grupos financeiros, ou pelos agiotadores da massa proletária.”<sup>186</sup> Tal afirmação, nos chama a atenção para duas questões: primeiramente para a dos próprios partidos políticos e em um segundo momento, para a do capitalismo internacional. Abordando inicialmente a questão referente aos partidos, ressaltamos que, para os integralistas, “o panorama de confusão política, a competição dos partidos, os entrechoques regionaes, tudo isso são aspectos da incapacidade liberal-democratica.”<sup>187</sup> Referindo-se em especialmente ao caso brasileiro, esta leitura afirma que:

(...) os partidos são hoje em numero tão grande (150 inscriptos no Superior Tribunal Eleitoral) que só servem para anarchizar a Nação, enfraquecel-a, dividil-a e alimentar a popularidade facil de demagogos inconscientes; que a maior efermidade do paiz é o regionalismo politico, alimentados pelos partidos situacionistas e oposicionistas dos Estados.<sup>188</sup>

Em última análise, como única saída possível para superação desta situação, esta lógica discursiva conclui que:

A ordem política só será possível quando não houver mais partidos estaduaes que disputem hegemonias; quando o Brasil não estiver dividido em 150 partidos políticos cuja função unica é é formentar distúrbios, brigar em seções livres, subornar jornaes, fazer ataques pessoais, tolerar companheiros mãos, fraudar eleições, mecher, destrahir a attenção do povo brasileiro de seus problemas para as charadazinhas desses companarios tão nocivos á saude do paiz.<sup>189</sup>

Por fim, esta linha interpretativa se finda com a afirmação de que “a nossa disciplina [integralista] condena todos os conchavos de bastidores com forças políticas liberaes-democráticas, porque elles enfraquecem o princípio de autoridade.”<sup>190</sup> Este também é o momento em que é apresentada a solução proposta pelos integralistas para a superação destes “problemas”, ou seja, para o combate a este inimigo. Neste sentido, “os partidos só podem se extinguir, organizando-se a verdadeira democracia christã, que é o Estado Corporativo.”<sup>191</sup> Podemos então compreender, que do ponto de vista da AIB, a organização

---

<sup>186</sup> SALGADO, P. A **Quarta Humanidade**, op. cit., p. 125.

<sup>187</sup> SALGADO, P. A **Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 59.

<sup>188</sup> SALGADO, P. A **Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 22 - 23.

<sup>189</sup> SALGADO, P. A **Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 48 - 49.

<sup>190</sup> SALGADO, P. A **Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 29.

<sup>191</sup> SALGADO, P. A **Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 49.

partidária não representa uma solução, e sim um problema, já que para eles a organização da nação deve ser de forma corporativa e orgânica tendo como base os grupos profissionais e não os políticos, como já pontuamos. Esta questão é encerrada por uma comparação do partidarismo nacional e internacional, sendo este entendido no Brasil como “(...) empreiteiros de cargos (...) [pois] se subdividem em grupos que disputam posições. No meio desses partidos, surgem os kistos das influencias feudais, de acção isolada de franco-agiotadores, desdobrando-se na caudilhagem aguierrida.”<sup>192</sup> Já quanto ao partidarismo que vigora nos países europeus, este discurso considera que “(...) a lucta dos partidos em todos os paizes onde a intelligencia tem um logar e o senso dos povos não se afasta do senso das suas necessidades e da sua posição no mundo. As correntes ali se formaram em relação a um programma geral que subordina todas as questões particulares.”<sup>193</sup>

Assim, o discurso integralista aponta para a “falta de maturidade” da democracia brasileira, na qual os partidos ainda não concebem os problemas nacionais como um todo, estando fortemente atrelados às questões regionais e particulares, diferentemente do que ocorre na Europa onde os partidos já possuem programas de âmbito nacional. Logo, a existência dos partidos políticos é vista como avessa à integridade e/ou unidade nacional, já que estes representam interesses e/ou poderes segmentários frente aos interesses da coletividade e/ou nação como um todo, assim, indo contra uma premissa básica da doutrina integralista, e por isto combatido.

Em resumo, esta leitura é contra os partidos políticos por dois motivos básicos: primeiramente por acreditar que estes rompem com a unidade nacional, subdividindo-a em grupos rivais que defendem somente os seus interesses, sem levar em conta os problemas nacionais. Já em um segundo momento, a crítica se refere à forma de organização da nação, que deve se basear nos grupos econômicos subordinados às corporações profissionais, e não por grupos de interesses políticos.

Já no que se refere às considerações para com o capitalismo internacional, inicialmente devemos ter claro que esta questão não se remete ao sistema capitalista como um todo. Os integralistas não condenam os princípios básicos do capitalismo, e sim, somente uma prática dentro do modelo capitalista de mercado, ou seja, o capitalismo

---

<sup>192</sup> SALGADO, P. **Despertemos a Nação**, op. cit., p. 94.

<sup>193</sup> SALGADO, P. **Despertemos a Nação**, op. cit., p. 93 - 94.

internacional, que para esta lógica discursiva é entendido como um desdobramento da política estabelecida pelo regime liberal. Segundo eles, é somente por meio deste regime que esta modalidade de capitalismo “apátrida” adentra as nações, tornando então cada vez mais aguda a situação do “homem cívico”. Em virtude desta perspectiva de interpretação, Héglio Trindade afirma que “a única dimensão do capitalismo condenada por todos [integralistas] é o capitalismo financeiro internacional.”<sup>194</sup>

Desta forma, o Estado liberal “(...) sendo o regimen que não oppõe a mínima restricção à prepotência do capitalismo, é o preferido por este, que, através das burlas democráticas, exerce a sua influencia perniciosa no governo dos povos, em detrimento das nacionalidades, tão certo é que o capitalismo não tem Pátria (...)”.<sup>195</sup> Por este motivo é que Plínio Salgado afirma taxativamente que “esse liberalismo teve como resultado: [o] favorecimento do capitalismo internacional organizado”<sup>196</sup>, logo:

Explica-se [assim] o motivo por que os grandes banqueiros, as grandes empresas jornalísticas a soldo de syndicatos financeiros ou industriais, os políticos a serviço de truts e monopolios, os agiotas de todo jaes e os negociistas de todos os quilates vivem a proclamar as excellencias da liberal-democracia e investem contra o Integralismo com todas as suas armas: é que o dinheiro não tem patria e o seu portador não tem coração; o menor panico num paiz determina a fuga do ouro para outro paiz, e a menor noticia de disciplina governamental em relação á vida economica alarma os arraiaes da usura, eriçando o pello das hyenas de garras aduncas.<sup>197</sup>

Seguindo este raciocínio, a leitura integralista aponta para os inúmeros reflexos e/ou desdobramentos desta atitude, nos quais:

As Nações roubam as Nações; os grupos financeiros roubam outros grupos; o industrial, o commerciante, roubam legalmente, garantidos por todas as liberdades que o direito do seculo outorga aos capazes; e os mais capazes, nem são os mais inteligentes, nem os phisicamente mais eugenicos, mas aquelles que as circunstancias fortuitas favoreceram na sua ou na geração precedente.<sup>198</sup>

Em oposição à expansão deste capitalismo internacional é que os integralistas propunham uma reforma das relações capitalistas, novamente utilizando-se da dialética do “certo” e do “errado” para defender o seu ponto de vista e “demonizar” o seu inimigo. Portanto, para acabar com esta “invasão perniciosa”, no Estado Integral a produção deveria ficar subordinada aos interesses nacionais para que fossem rompidos os laços com o

<sup>194</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 235.

<sup>195</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 65.

<sup>196</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 160.

<sup>197</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 68.

<sup>198</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 81.

capitalismo internacional. O Estado então passaria a deter o controle da economia, diferentemente do que se propõe em um regime liberal e, por fim, também imprimiria uma finalidade ética e moral dentro do desenvolvimento econômico nacional. De forma geral, a essência do sistema capitalista não seria transformada, somente se modificariam os desdobramentos do modelo capitalista liberal, o que transformaria este em um capitalismo nacional e social controlado pelo Estado Integral.<sup>199</sup>

Podemos assim perceber, que a crítica integralista ao capitalismo internacional é em um primeiro momento moral, devido a seu não vínculo com os interesses nacionais, e, em um segundo momento, econômica, pois acreditavam que este “(...) escraviza[va] o Brasil, bem como quasi todas as nações, por meio de empréstimos criminosos e certas aplicações de capital, sugando-lhe suor e sangue por meio de juros e dos dividendos”<sup>200</sup>, tendo esta atitude desdobramentos como a “(...) guerra das alfandegas, os nacionalismos agudos, que chegam as raias do jacobinismo; e isso é (...) um sinal (...) de insuficiência orgânica das democracias.”<sup>201</sup> Já quanto à solução integralista proposta para a superação deste “problema”, podemos sintetizá-la na transformação do capitalismo liberal para um capitalismo social, por meio da subordinação da produção aos interesses nacionais, aliando a isto, o controle do Estado sobre todas as esferas econômicas com o intuito de se criar uma finalidade ética em prol do desenvolvimento da nação.<sup>202</sup>

#### 1.2.4 - CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DO ANTILIBERALISMO

Como já indicamos na introdução deste trabalho, os textos e/ou discursos presentes nestes livros doutrinários utilizavam-se de inúmeros recursos pedagógicos, os quais possuíam o intuito de simplificar, dar síntese e reforçar determinada idéia. Em virtude desta característica, trazemos neste momento uma tabela presente na obra de Gustavo Barroso - *O que o Integralista deve Saber* -, a fim de primeiramente ilustrar a forma como estes recursos pedagógicos eram apresentados ao seu enunciatório e, em um segundo momento, assim como o fez o autor, tentar sintetizar a crítica integralista ao Estado liberal. Nesta

---

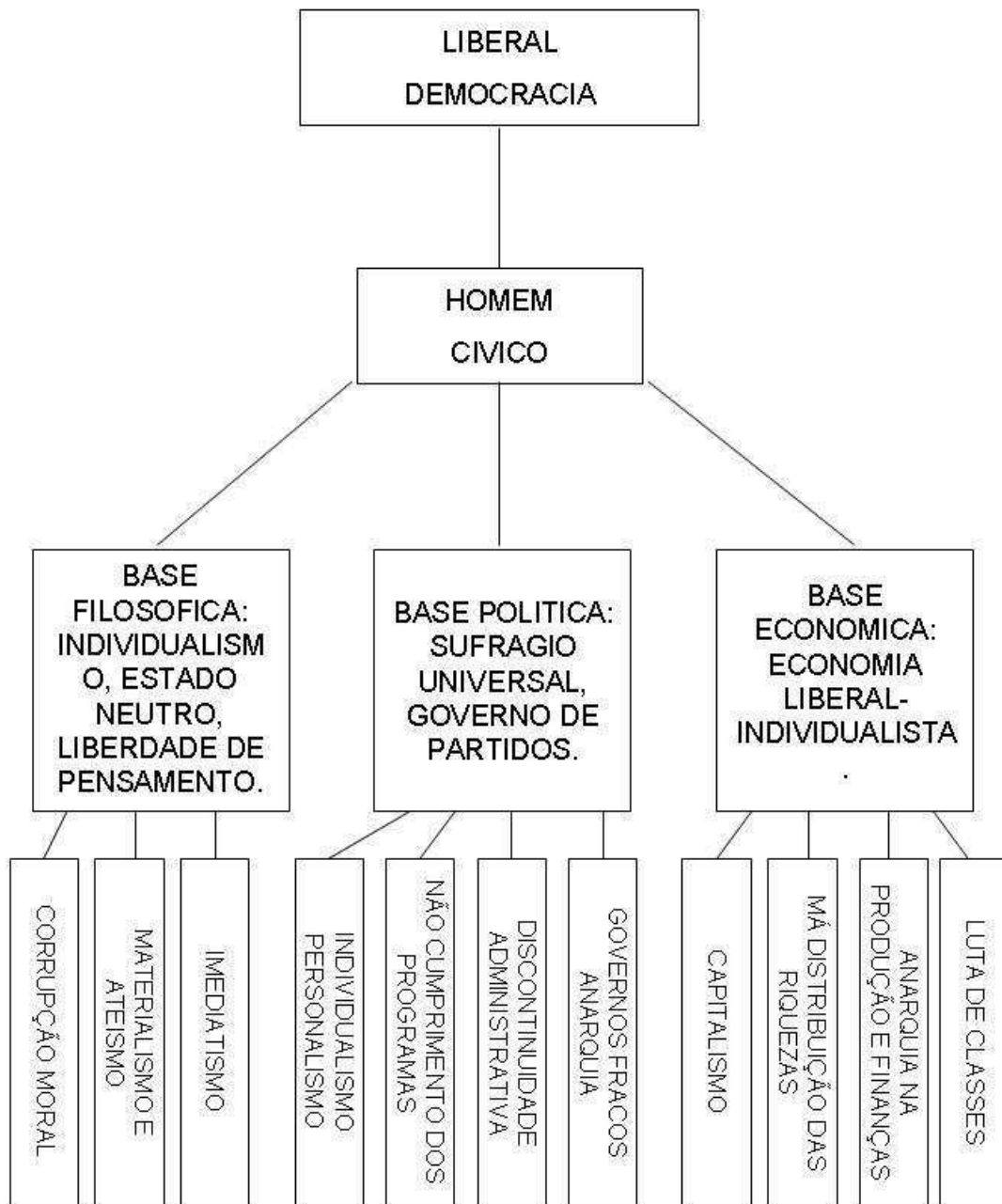
<sup>199</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op.cit., p. 234.

<sup>200</sup> BARROSO, G. **A palavra e o pensamento integralista**, op. cit., p. 63.

<sup>201</sup> SALGADO, P. **A Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 59.

<sup>202</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op.cit., p. 235.

perspectiva, o anexo desta obra de Barroso nos apresenta a seguinte tabela:



BARROSO, G. **O que o Integralista deve Saber**, op. cit., p. 205.

Podemos concluir após a leitura deste esquema, que segundo a leitura integralista, o Estado liberal pode ser entendido pela criação de uma base filosófica, uma política e uma econômica, onde: 1- a sua base filosófica implica na construção de uma visão individualista da dinâmica social, na neutralidade do Estado e na liberdade de pensamento, tendo isto como consequência o imediatismo referente à solução das questões socioeconômicas e a corrupção moral do espírito humano, o que em última análise se traduz pelo materialismo e pelo ateísmo; 2 – a sua base política decorre do “sufrágio universal” e do governo dos partidos, que por sua vez desdobra-se na criação de governos fracos e não cumpridores de seus programas, além de também serem prejudicados pela descontinuidade administrativa e pelo individualismo personalista, o qual pode ser representado pelos caudilhos no caso da América Latina; e, por fim, 3 – a sua base econômica apresenta-se liberal e individualista, incentivando o desenvolvimento da luta de classes, a anarquia da produção e a má distribuição de riquezas.

Sintetizada a crítica ao liberalismo, podemos concluir que dentro desta lógica discursiva, foi criada uma concepção própria do que representava e o que era este regime, para em um segundo momento, - utilizando-se da estratégia discursiva balizada pela dialética do “outro”, - ser apresentada a forma de superação e combate a este, onde a ideologia integralista era dada ao enunciatório. Portanto, de forma geral, para esta concepção isto deveria ser realizado por um regime em que:

(...) a autoridade moral de cada nação extinga os partidos que dividem suas forças, (...) que imponha normas á produção; que liberte a lavoura, a industria e o commercio, da asphyxia a que submete o agiotarismo; que realiza a justiça social, harmonizando os trabalhadores e os dirigentes de industrias e fazendas; que salve o principio da propriedade, posto em cheque pelo jogo do capitalismo bolchevizante, que o fere de morte; que restaure a disciplina das forças armadas; que faça resurgir o espírito nacional em toda a sua expressão de grandeza e de força; que estabeleça novos principios, não mais baseados nas leis da natureza, porém inspirados nos impositivos e nas aspirações do espirito humano.<sup>203</sup>

Desta forma, a proposta integralista baseia-se na criação de um “(...) Estado Forte [que] é a transição para o Estado Integral (...)”<sup>204</sup>, onde o regime ganhará um sentido e uma finalidade intimamente pertinente aos anseios do espírito nacional e do homem. Por fim,

---

<sup>203</sup> SALGADO, P. **A Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 60.

<sup>204</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 130.



toda esta construção argumentativa é finalizada com a afirmação de que sobre estas questões, “um dia, a Europa virá a aprender com o Brasil.”<sup>205</sup>

### 1.2.5 - O LIBERALISMO E A REVOLUÇÃO DE 30

Em vista desta análise acerca do antiliberalismo integralista, uma relevante indagação que nos surge se refere às considerações mais específicas sobre o liberalismo dentro do Brasil. Inicialmente, o que nos chama atenção é que dentro do discurso integralista esta crítica não se remete ao contexto político da década de 1920, período consagrado pela historiografia como um momento de destacada expressão do liberalismo na política nacional<sup>206</sup>, e sim, fundamentalmente, se volta ao contexto que se inicia com a Revolução de 30 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Dentro desta perspectiva, para este discurso a Revolução de 30 é entendida sob dois aspectos, um negativo e outro positivo. Nos detendo primeiramente ao lado “negativo”, este discurso nos ressalta que:

Em 1930, brasileiros bem intencionados, porém tentados pelo domínio da vaidade, apresentaram-se á Nação como os “puritanos da Pátria”. Esse espírito de puritanismo não permitiu que os problemas nacionaes fossem estudados na sua complexidade e nas suas mais profundas raízes, creando-se, apenas, o mytho da “moralidade administrativa”, que, sendo um dever, não póde ser objecto de programma.<sup>207</sup>

Por este motivo, esta interpretação considera que:

(...) já não têm nenhum valor revolucionario os elementos que participaram da objectivamente da revolução de 1930, pois faltou-lhes o gênio político para interpretar a psychologia de um momento o qual, já agora, não hade parar e trará o paiz em contínuo desassocego enquanto (...) não desferir o golpe profundo, que della se espera.<sup>208</sup>

Assim, o discurso integralista critica este fato devido a não o considerar como uma verdadeira revolução. Para eles, o movimento que instaurou Getúlio Vargas à frente do

---

<sup>205</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 130.

<sup>206</sup> Ver mais sobre os aspectos liberais deste período histórico em: FERREIRA, J e DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; GOMES, A. M. C. **A república não-oligárquica e o liberalismo dos empresários**, In: SILVA, S. S. e SZMRECSÁNYI, T. (Org.) **História econômica da Primeira República**, São Paulo: Hucitec/Edusp/Assoc. Brás.Pesq. Hist. Económica, 2002; SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**, São Paulo: Brasiliense, 1983. e VIANA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>207</sup> SALGADO, P. **A Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 15.

<sup>208</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 36.

Estado brasileiro não apresentou nenhuma real solução para os problemas nacionais. Neste sentido, esta lógica discursiva alerta para o erro de que:

(...) no Brasil, estamos chamando também [de] “revolucionários” a uma chusma de indivíduos cujo único papel foi pegar em armas para derrubar um governo, sem saber o que fazer depois. Esses indivíduos, muitos dos quais bem intencionados, mas sem nenhuma ideia consciente de revolução, insistem em pretender o título de revolucionários, teimam em pensar que eles é que compete governar a Nação, sem que tenham mentalidade, nem temperamento, nem iniciação revolucionária, em qualquer sentido sociológico ou político. Eles agiram como reflexos de descontentamento indefinidos e pensam agora que são revolucionários.<sup>209</sup>

Nesta direção interpretativa, podemos entender que para esta leitura, a Revolução de 30 somente substituiu os homens à frente do Estado brasileiro, não propondo nenhuma solução substancial às ansias e/ou problemas nacionais, dando continuidade às disputas políticas estaduais anteriores a 1930, que eram condenadas pelos integralistas, já que agiam contra o ideal de unidade nacional. Até mesmo a não existência de um plano ideológico e/ou programa a ser seguido é apontada, o que por sua vez transforma esta revolução em um fato irrelevante do ponto de vista político-social.

Já no que se refere ao ponto positivo desta revolução, Plínio Salgado relata que:

Uma revolução liberal, chefiado por velhos políticos, rebentou no dia exacto em que entrei em águas brasileiras. Essa revolução anachronica saíu vencedora. Ela trouxe um benefício, poupou-nos o trabalho de derrubar uma velha fachada, que escondia os dramas sociais do país. Seus autores, porém, mostraram-se de uma mediocridade espantosa.<sup>210</sup>

Desta forma, a grande contribuição desta revolução foi a ruptura com a antiga política, também liberal, da década anterior, pois segundo Salgado, “(...) o período que vai de 1927 a 1930 revelou-me a impossibilidade de fazer algo novo dentro dos velhos quadros partidários e sociais do país. (...)”<sup>211</sup> A lógica discursiva integralista, ressalta que anteriormente a revolução de 1930, “a luta hegemônica entre os três grandes Estados [São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul] é o maior factor da desordem nacional”<sup>212</sup>, já que é por este motivo que, referindo-se a este período, “(...) se tem feito um Congresso onde ha bancadas de todos os Estados, menos a bancada do Brasil.”<sup>213</sup>

---

<sup>209</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 67.

<sup>210</sup> SALGADO, P. **Despertemos a Nação**, op. cit., p. 17.

<sup>211</sup> SALGADO, P. **Despertemos a Nação**, op. cit., p. 15.

<sup>212</sup> SALGADO, P. **A Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 43.

<sup>213</sup> SALGADO, P. **A Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 45.

Em suma, podemos sintetizar a interpretação integralista referente a este momento histórico, por meio das considerações contextuais apresentadas por Plínio Salgado durante a justificativa da escolha de um texto em especial para fazer parte da obra *A Doutrina do Sigma*, neste sentido, ele afirma que:

O paiz atravessava um dos periodos mais dolorosos posteriores á revolução de 30. A Dictadura não pudera definir-se ideologicamente perante a Nação. Na ausência de uma attitude doutrinadora, os grupos e facções passaram a agir livremente. A indisciplina foi a regra em todas as manifestações da vida nacional. Quanto ás Províncias, destruídos os velhos partidos, os interventores rodeavam-se de burocratas, transformados em pequenos tyranos; erram elles os orgams informadores dos governos estaduaes. (...) Os próceres revolucionarios davam-se ao prazer de se fazerem entrevistas pelos jornaes, verificando-se verdadeira innundação de ideias as mais contraditorias. (...) O Brasil entrou, então, numa phase de abandono, de scepticismo, de abulia. No meio dos “despistamentos”, das traições, da hypocrisia e das conspiratas dos homens publicos, a pátria parecia adormecida.<sup>214</sup>

### 1.3 - O LIBERALISMO COMO CAMINHO AO COMUNISMO

Antes de entrarmos nas discussões acerca do anticomunismo integralista, temos que entender como o próprio discurso da AIB entendia as relações entre o liberalismo e o comunismo. Esta característica, apresentava-se como de destacada importância frente a criação da lógica interna deste discurso, sendo vital o entendimento desta relação para a compreensão do discurso mais amplo de combate aos inimigos do movimento. Acreditamos que o despreendimento de qualquer um destes temas discursivos impossibilita a realização de uma análise clara desta leitura, seja esta como um conjunto completo, ou somente no âmbito de um recorte temático específico.

Para exemplificar a necessidade desta análise conjunta, podemos pensar em algumas temáticas discursivas nas quais o combate ao liberalismo e ao comunismo se apresentam unidos. Este é o caso da concepção do “homem integral”, que somente pode ser compreendida frente o contraponto realizado entre o “homem cívico” liberal e o “homem econômico” do comunismo, já que o homem na visão integralista deve responder às aspirações não somente cívicas e econômicas, mas além destas, também às espirituais. Em muitos pontos deste discurso, a crítica ao liberalismo e ao comunismo não podem ser

---

<sup>214</sup> SALGADO, P. **Despertemos a Nação**, op. cit., p. 87. (Nota de contextualização referente ao texto presente no capítulo intitulado: “A Pátria Adormecida”, onde ele trata dos primeiros anos após a Revolução de 30.)

desvinculadas, e o contraponto discursivo realizado, é balizado, e somente pode ser entendido frente ao entendimento destes dois discursos.

### 1.3.1 - UMA IDENTIDADE FILOSÓFICA COMUM

Inicialmente, devemos ter claro que dentro desta leitura, o liberalismo e o comunismo não se opunham. O primeiro ponto fundamental desta argumentação está no fato de que para este discurso “a liberal-democracia, [é] filha da filosofia materialista e irmã gêmea do comunismo.”<sup>215</sup> Para a AIB, “(...) Marx, por certo, é o proprio interprete da burguezia (...).”<sup>216</sup> Nesta linha interpretativa, esta concepção cria uma relação de identidade filosófica e de cooperação - concebendo o comunismo como um desdobramento do liberalismo - entre seus dois principais inimigos. Esta construção possuía como principal intuito “(...) demonstrar a “origem” em comum de tais ideologias e, também, (...) transmitir a noção de “conspiração”.<sup>217</sup> A fim de exemplificar tal idéia, esta lógica discursiva nos traz exemplos do próprio contexto internacional da época para corroborar esta questão, apontando para o fato de que:

A Velha Rússia fundamenta seus princípios de direito e de moral, de economia e de esthetica no chamado “materialismo historico”; e os seus oppositores do occidente, de que Norte América é expressão exacta, variam no processo, não fogem das consequencias fataes daquelle senso identificador do nosso tempo.<sup>218</sup>

Para os integralistas “isso é uma profunda verdade, considerando-se o problema do ponto de vista economico, ou do jogo cégo das forças da producção uma vez que o proprio Karl Marx affirma ser um continuador da economia classica.”<sup>219</sup> O contraponto discursivo criado pelo integralismo a esta questão, é o de que “a diferença entre o marxismo e o integralismo está, (...) [no ponto em que este] acceita a premissa burgueza, [e] nós integralistas nos rebelamos contra ella.(...)”<sup>220</sup> Sendo assim, podemos notar que dentro desta lógica discursiva, o “(...) socialismo não é a antítese do capitalismo, mas o resultado

---

<sup>215</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 111.

<sup>216</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 109.

<sup>217</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da Historia**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 88.

<sup>218</sup> SALGADO, P. **Despertemos a Nação**, op. cit., p. 79.

<sup>219</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 48.

<sup>220</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 107.

natural de sua solução, porque ambos se apóiam na mesma concepção materialista da sociedade.”<sup>221</sup>

Em Plínio Salgado e Miguel Reale, mais que em Gustavo Barroso, o discurso antiliberal se mostra como de maior importância frente ao discurso anticomunista, o que se explica justamente pelo fato de ser o liberalismo o precursor do comunismo. Entretanto, é de consenso entre estes três ideólogos, que quando se impede o avanço do Estado Liberal, também se impede não somente o avanço do comunismo, mas também a sua própria formação como idéia dentro de uma sociedade. É por este motivo, que como nos aponta Héliog Trindade, no livro *O que é o Integralismo*, Plínio Salgado intitula o capítulo designado ao antiliberalismo como: *Guerra de morte à liberal-democracia* e no capítulo que trata do anticomunismo, contenta-se com o título: *Alerta contra o socialismo!*. Esta mesma perspectiva pode ser observada nos textos de Miguel Reale, a exemplo de seu livro: “(...) *O Estado Moderno*, [onde] a análise histórica salta do estado liberal-democrático ao Estado Integral fascista sem se deter no estudo do estado socialista.”<sup>222</sup> É devido a este fato, que para os integralistas o fascismo não se apresenta como uma “contra revolução” frente a revolução comunista, mas sim, como uma “simples revolução” frente ao Estado Liberal.<sup>223</sup>

### 1.3.2 - OS POSSÍVEIS CAMINHOS

Um segundo ponto relevante que relaciona o liberalismo ao comunismo dentro desta linha interpretativa, está na alegação de que o comunismo não passava de um “lógico” resultado da neutralidade do Estado liberal frente à luta de classes, às disputas partidárias e à falta de atenção para com o desenvolvimento econômico da nação. Tal atitude deste regime, na visão integralista, gera “(...) o desenvolvimento mais rápido da evolução marxista da sociedade.”<sup>224</sup> Assim, o Estado liberal disponibilizaria aos comunistas todas as condições que estes necessitavam para o seu desenvolvimento como ideologia transformadora da realidade nacional. Para corroborar tal idéia, Plínio Salgado cita esta mesma concepção no pensamento de outro intelectual brasileiro, mais uma vez recorrendo

---

<sup>221</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: teoria e práxis política nos anos 30, op.cit., p. 325.

<sup>222</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 239.

<sup>223</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 228, 239 e 240.

<sup>224</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 128.

a uma estratégia discursiva na qual é possível legitimar o ponto de vista integralista por meio de elementos de fora de suas fileiras. Logo, ele afirma que “o notável escriptor brasileiro, Tristão de Athayde demonstrou (...) que o marxismo não passa de uma phase nova da propria civilização capitalista, um desdobramento das consequencias do scientifisismo dos nossos dias.”<sup>225</sup> Por fim, para sintetizar a posição integralista referente a esta questão, esta leitura nos afirma que:

(...) [o] Estado Integral se oppõe ao sentido capitalista da civilização burguesa e liberal, pois o capitalismo attenta contra o principio da propriedade, absorvendo, dia a dia, a posse dos pequenos, proseguindo na sua obra marxista de proletarisação das classes medias, suffocando as pequenas iniciativas com juros onerosos e escravizando as nacionalidades através de operações financeiras leoninas.<sup>226</sup>

Em virtude desta colocação, podemos entender que para esta lógica discursiva, é “pelo sufragio universal e pelo direito de greve, [que] o virus comunista penetrou na sociedade liberal-democratica burguesa, que nada produziu de realmente grande e forte.”<sup>227</sup> Neste sentido, “só se pode, portanto, combater de verdade o comunismo aniquilando o liberalismo. Êle é o bionbo constitucional que permite a ação destruidora contra as poucas paredes sociais que ainda subsistem.”<sup>228</sup> Segundo esta argumentação, o liberalismo incentivava o crescimento do comunismo em dois aspectos, primeiramente, por criar dentro das sociedades as condições necessárias para a sua proliferação como idéia - por meio do desenvolvimento econômico não dirigido e pela falta de atenção frente a luta de classes -, e, em um segundo momento por dar as condições constitucionais e eleitorais para uma possível implementação deste regime. É por este motivo que Gustavo Barroso, utilizando-se da mesma estratégia discursiva apresentada nos textos de Plínio Salgado, apropria-se de citações textuais de intelectuais das correntes entendidas como inimigas para corroborar seu ponto de vista, sendo esta estratégia recorrentemente utilizada pelo discurso da AIB. Assim, Barroso afirma que “(...) razão de sobra, pois, tem Bourdeau [<sup>229</sup>] (...) quando afirma categoricamente que o socialismo é filho da democracia e do capitalismo”<sup>230</sup>, constatando-

---

<sup>225</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 48.

<sup>226</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 119.

<sup>227</sup> BARROSO, G. **O integralismo de norte a sul**, op. cit., p. 19.

<sup>228</sup> BARROSO, G. **O integralismo de norte a sul**, op. cit., p. 18.

<sup>229</sup> Louis Bourdeau foi um filosofo e sociólogo francês nascido em Rochechouart em 1824, morrendo em Paris em 1900. Foi autor de um ensaio onde classificou os conhecimentos de ponto de vista da ciência positiva. **Delta Larousse**, Rio de Janeiro: Delta S. A., 1970. p.1006

<sup>230</sup> BARROSO, G. **O integralismo de norte a sul**, op. cit., p. 17.

se que “em tudo e por tudo se nota o parentesco do liberalismo e do comunismo. Um parece a sombra do outro.”<sup>231</sup> Logo:

(...) é por essa razão que Spencer assegura terem sido os liberais que prepararam o caminho para os socialistas. A opinião dos maiores publicistas do marxismo é idêntica. Elês dizem que o dogma filosófico da liberdade e da natureza humana explica o movimento histórico no sentido do liberalismo, em primeiro lugar; e para o comunismo, em seguida.<sup>232</sup>

Cria-se então, a imagem do “errado”, que se revela no “(...) banqueirismo internacional, de mãos dadas com o comunismo soviético, tonificados pelo único clima que podem viver (a da liberal-democracia) (...)”<sup>233</sup>, e isto, se atribui ao fato de que “o Estado não pode mais conter as forças em conflito (...), faltando ao estado capacidade creadora de interferência e acção (...)”<sup>234</sup> Em suma, a imagem do Estado liberal atrelado ao crescimento do comunismo, cria a idéia oposta a toda concepção de Estado proposta pela AIB, já que segundo Héglio Trindade, para os integralistas, “a salvação do estado esta em livra-lo do liberalismo em detrimento da instauração de um estado forte, pondo fim a luta de classes e ao abuso do poder econômico de que gozavam os detentores do capital.”<sup>235</sup> Neste sentido, “a concepção autoritária do Estado fascista [ou integralista] constitui a antítese do Estado liberal clássico não intervencionista.”<sup>236</sup>

\* \* \*

De forma geral, o discurso integralista relaciona o liberalismo e o comunismo de inúmeras formas. A princípio, destaca-se a própria origem filosófica de ambos, pautadas pelo materialismo, logo, um e outro não passaria de um prolongamento desta mesma corrente de pensamento. Já no campo político e econômico, este discurso considera que somente por meio do regime liberal é que o ideário da esquerda pode surgir dentro da sociedade. Primeiramente devido “a neutralidade do Estado liberal diante do desenvolvimento da sociedade [que] criou condições favoráveis à ação do capitalismo

---

<sup>231</sup> BARROSO, G. **O integralismo de norte a sul**, op. cit., p.17.

<sup>232</sup> BARROSO, G. **O integralismo de norte a sul**, op. cit., p. 13.

<sup>233</sup> SALGADO, P. **A Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 9.

<sup>234</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 116 - 117.

<sup>235</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 358.

<sup>236</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 257.

internacional e ao desenvolvimento do socialismo”<sup>237</sup>, e, em um segundo momento, por dar as condições legais para a ascensão do comunismo ao poder por meios democráticos. Frente a estes inúmeros pontos de crítica e à própria concepção de lógica discursiva apresentada, podemos considerar que o discurso anticomunista se mostra como um assunto até certo ponto secundário em face do discurso antiliberal, mesmo que ambos se apresentem dialeticamente relacionados, sendo esta uma relevante característica dentro desta produção discursiva presente nos livros doutrinários do movimento.

#### 1.4 - O DISCURSO ANTICOMUNISTA

O anticomunismo integralista, diferentemente do antiliberalismo, já foi abordado por alguns autores, como: Rodrigo Oliveira que traçou um amplo perfil da produção deste discurso nos jornais do movimento, Castro Caldeira que relacionou o anticomunismo integralista com a ascensão do movimento no Maranhão e Carla Luciana Silva que ao analisar o anticomunismo brasileiro contemplou também o discurso integralista.<sup>238</sup> Entretanto, como já apontamos anteriormente, muitos outros autores nos trazem importantes colocações e interpretações sobre este discurso, devido à própria impossibilidade de se estudar a Ação Integralista desvinculada de seu discurso anticomunista - assim como no caso do antiliberalismo integralista. Podemos então citar, entre os mais destacados trabalhos, os de Héglio Trindade, Gilberto Vasconcellos e José Chasin.<sup>239</sup> A importância do discurso integralista para o imaginário anticomunista brasileiro

---

<sup>237</sup> TRINDADE, H **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 226.

<sup>238</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit.; CALDEIRA, J. R. de C. **Integralismo e política regional**: a ação integralista no Maranhão (1933-1937), São Paulo: Annablume, 1999. e SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, op. cit.

<sup>239</sup> Outros trabalhos onde são encontradas importantes referências ao discurso anticomunista, e também antiliberal, proferido pelos integralistas, são: TRINDADE, H. **Integralismo**: teoria e práxis política nos anos 30, op. cit.; VASCONCELLOS, G. **A ideologia curupira**: análise do discurso integralista, op.cit.; CHASIN, J. **O Integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hipertardio, São Paulo: Editora Ciências Humanas LTDA, 1978; CHAUI, M Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira, In: CHAUI, M ; FRANCO, M. S. C. **Ideologia e mobilização popular**, Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978; BERTONHA, J. F. **Sob a sombra de Mussolini**: os italianos em São Paulo e a luta contra o Fascismo, 1919-1945, São Paulo: Annablume, 1999; LUSTOSA, O. de F. A igreja e o integralismo no Brasil: 1932-1939". In: **Revista de História**, São Paulo: FFLCH/USP, 1976; MEDEIROS, J. **Ideologia autoritária no Brasil**: 1930-1945. Rio de Janeiro: FGV, 1978; HILTON, S. **O Brasil e a crise internacional**: 1930-1945, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 op. cit.; LEVINE, R. **O regime Vargas**: os anos críticos (1934-1938), Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.; CHAUI, M. Notas sobre o pensamento conservador dos anos



já é constatada, assim como o seu lugar dentro desta produção discursiva anticomunista em uma perspectiva mais ampla. Porém, neste momento, nos cabe uma tentativa de interpretação diferenciada destas demais análises, uma vez que iremos tratar deste tema no sentido de sistematizá-lo como objeto primordial. Ou seja, buscamos abordar como este discurso era produzido e se apresentava ao enunciatário, tendo como fontes o conjunto de livros doutrinários do movimento, assim como fez Rodrigo Oliveira quando tratou dos jornais integralistas e, diferentemente de Carla Silva que reduziu sua abordagem há poucas fontes, o que impossibilitou uma visão mais completa e profunda sobre o tema.

Voltando-nos ao discurso anticomunista propriamente dito, partimos de algumas observações colocadas por Héglio Trindade, as quais irão permear a nossa análise. Para ele, o comunismo é referenciado por meio de três formas distintas dentro do discurso integralista: 1 - como uma expressão filosófica do materialismo; 2 - como uma estrutura sócio econômica fragmentária e ligada ao pensamento “ultrapassado” do século XIX; 3 - por meio de um discurso anticomunista primário que possuía o intuito de criar medo no imaginário social.<sup>240</sup> Esta última forma seria mais presente no discurso encontrado nos jornais e panfletos do movimento, não sendo uma característica relevante dentro da produção dos livros doutrinários.<sup>241</sup> De acordo com Carla Luciana Silva, podemos enquadrar estas três formas de propagação do anticomunismo em duas vertentes básicas, “(...) o anti-socialismo ideológica [referentes às formas 1 e 2] e a mobilização anticomunista [relacionada a forma 3], que constituem o fundamento do anti-socialista fascista.”<sup>242</sup> Por estes motivos é que iremos nos deter, sobretudo, na primeira vertente de análise proposta por esta autora.

---

30: Plínio Salgado, In: ANTUNES, R., FERRANTE, V. B. e MORAES, R (org.) **Inteligência brasileira**, São Paulo: Brasiliense, 1986; ARAÚJO, R. B, de **Totalitarismo e Revolução**: o integralismo de Plínio salgado, Rio de Janeiro: Zahar, 1988. e CYTRYNOWICZ R. **Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930**, Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP, 1992.

<sup>240</sup> TRINDADE, H **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 239.

<sup>241</sup> Fazemos esta afirmação em decorrência do nosso estudo dos livros doutrinários e do estudo de Rodrigo Oliveira dos jornais e panfletos do movimento. OLIVEIRA, R. S de **“Perante o tribunal da História”**: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit.

<sup>242</sup> SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, op. cit., p. 107. (Citando Héglio Trindade)

### 1.4.1 - CRÍTICA À ORIGEM MATERIALISTA

Dentro do discurso integralista, a crítica ao comunismo se inicia com as considerações acerca das idéias materialistas marxistas. O alerta sobre o perigo deste “inimigo” está na taxativa afirmação de que “sobre isso o povo brasileiro não deve ter illusões. Quem diz socialismo diz marxismo e até o bolchevismo é uma simples seita do socialismo.”<sup>243</sup> Portanto, esta leitura considera que “(...) o socialismo e o comunismo são filhos do mesmo tronco, da mesma arvore da philosophia materialista (...)”.<sup>244</sup> A única referência que encontramos sobre a diferenciação entre as vertentes de pensamento oriundas dos marxistas está no discurso de Gustavo Barroso, onde ele afirma que:

Deve-se distiguir, dentro do comunismo, varias fações: o *maximalismo* ou *bolchevismo*, que aspira ao marxismo de realização das reformas sociais; o *minimalismo* ou *menchevismo*, que se contenta com o mínimo; o *espartaquismo* judaico-alemão, que repudiava tudo quanto viera após o manifesto de 1848; e o *coletivismo* do judeu Guesde, tambem imbuido de pureza marxista.<sup>245</sup>

Podemos tão logo concluir, que para os integralistas, o socialismo, o marxismo, o comunismo e o bolchevismo em essência possuem a mesma raiz, o materialismo, não apresentando significativas diferenciações entre si. Conseqüentemente, todos estes possuíam o mesmo intuito destruidor das sociedades, como o Estado Liberal, que por sua vez, também possui suas bases na concepção filosófica materialista. Nesta direção, Héliog Trindade nos afirma que independentemente do fato de que “(...) o socialismo, após a Segunda Guerra Mundial, tenha evoluído a uma forma de reformismo social, mais de dois terços dos integralistas afirmam que o socialismo e o comunismo são idênticos e que é necessário combatê-lo por todos os meios, inclusive o “socialismo democrático”.”<sup>246</sup> Logo, percebemos que segundo a AIB, todas as expressões do materialismo deveriam ser combatidas, seja da vertente liberal ou da marxista, sendo esta entendida de forma

---

<sup>243</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 78.

<sup>244</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 78.

<sup>245</sup> BARROSO, G **O Integralismo e o mundo**, op. cit., 237 - 238.

<sup>246</sup> Destacamos o fato de que este autor entrevistou militantes integralistas no período posterior a Segunda Guerra Mundial, pois somente assim tal dado pôde ser obtido. TRINDADE, H **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**, op. cit., p. 257.

simplicista, na medida em que o conceito de comunismo engloba todas as suas vertentes deixando em tábula rasa qualquer pensamento advindo do marxismo.<sup>247</sup>

É neste momento que nos remetemos a Gustavo Barroso, que ao contrário dos demais ideólogos da AIB, abre um espaço em sua obra, igual, ou até mesmo maior para a crítica ao comunismo. A princípio, Barroso nos traz uma crítica sobre o pensamento materialista, que como já foi dito, encontra-se na base da ideologia comunista. Ele aponta para as contradições existentes dentro do pensamento de inúmeros ideólogos socialistas, para assim, colocar em descrédito a própria ideologia esquerdista. A fim de ilustrar esta atitude, trazemos dois exemplos. No primeiro, ao se referir à origem das lutas de classes, é afirmado que:

A luta de classes, (...) móla comunista da sociedade, nasce, para Bukarine, do comando e da submissão; para Plekhánov, da escravidão; para Engels, da divisão do trabalho. Cada cabeça, cada sentença! A luta de classes é outro empréstimo à burguesia liberal. Ela esta esboçada em Mignet, em Guizot e em Thierry.<sup>248</sup>

Já o segundo exemplo, referindo-se à relação entre a idéia e a sua prática no mundo “real”, este discurso ressalta que “diz Hegel que a marcha das cousas é determinada pela marcha das idéias; Marx, que a marcha das idéias é determinada pela marcha das cousas. (...) Para Hegel a idéia se manifesta na realidade; para Marx, a realidade manifesta-se exteriormente pela idéia.”<sup>249</sup> O efeito criado por esta abordagem, procura demonstrar que nem mesmo os ideólogos marxistas se entendem e/ou dominam seus corpos ideológicos, apontando para o descrédito da ideologia socialista e seus formuladores.

Num segundo momento, dando seqüência a esta lógica discursiva, a argumentação se apóia nos erros de consideração que a concepção materialista de mundo produz ao analisar as sociedades. Um exemplo trazido por este discurso é o referente à interpretação materialista das divisões de classe pois, segundo esta concepção da esquerda, “(...) a escravidão é mera *relação de produção* marcando o começo da divisão de classes e nós sabemos que as classes nascem primeiro das desigualdades de idade que houve sociedades

---

<sup>247</sup> Por este motivo é que no decorrer de nossa análise não faremos diferenciações conceituais e de colocação acerca das correntes de pensamento geradas pelo marxismo, assim, ao ler marxismo, socialismo, esquerda, etc, entendemos que todos estes termos se traduzem na identificação do inimigo primordial dentro desta perspectiva, ou seja, o comunismo.

<sup>248</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 33.

<sup>249</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 37.

divididas em castas sem escravidão no seu conceito verdadeiro.”<sup>250</sup> Portanto, a pretensão desta argumentação vai ao encontro da tentativa de desacreditar a premissa básica da concepção marxista de mundo, desvinculando a divisão classista da sociedade de uma origem econômica. Ou seja, o “a priori” que pauta toda a construção do pensamento comunista é desbancado.

Em síntese, podemos compreender que a principal crítica ao marxismo está em sua concepção estritamente materialista de mundo, que apresenta como principal “problema” a “(...) capitulação do Espírito à Matéria, [e a] (...) identificação de todos os ideais segundo o princípio de materialização das finalidades.”<sup>251</sup> Aponta-se para a “decadência dos valores espirituais em detrimento dos valores econômicos.”<sup>252</sup> Este discurso cria a imagem do inimigo como uma concepção totalmente contrária à sua própria doutrina, uma vez que na concepção integralista de mundo, a “luta” entre o material e espiritual deve encontrar o seu equilíbrio no sentido de atender às aspirações do homem e do Estado. Por fim, também podemos identificar a construção de uma lógica discursiva com o intuito de colocar em descrédito a teoria marxista em função do destaque das contradições mais evidentes entre seus pensadores e suas interpretações das sociedades.

#### 1.4.2 - O HOMEM

É neste momento que mais uma vez o homem é colocado como vítima do regime político em questão. Para os integralistas, o homem dentro do regime comunista é tão incompleto quanto o homem dentro do regime liberal. Por este motivo, é que o discurso integralista aponta para o fato de que:

Tem-se dito que o marxismo erra pela unilateralidade, erra pela subordinação que pretende fazer da sociologia à economia, erra pela apreciação do homem apenas como uma força de produção. E isso é verdade, uma vez que o Ser Humano se distingue e manifesta por tres expressões: a espiritual, a intelectual, e a mental.<sup>253</sup>

Dentro desta premissa, entende-se que o comunismo “(...) considera o “*homo economicus*”, abstracção marxista, que contradiz a complexidade da natureza humana. O

---

<sup>250</sup> BARROSO, G. **O integralismo de norte a sul**, op. cit., p. 28.

<sup>251</sup> SALGADO, P. **Despertemos a Nação**, op. cit., p. 80.

<sup>252</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 26.

<sup>253</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 49 - 50.

homem não é apenas o estômago. O homem é espírito e inteligência; é sentimento; é dignidade e personalidade.”<sup>254</sup> O contraponto a esta concepção marxista é apresentada na forma da concepção do homem integral, pois para os integralistas:

A nossa concepção de mundo. Sendo totalitária [<sup>255</sup>] e realista, leva-nos a considerar o homem, não como um animal superior, segundo o entendem os materialistas, nem tão pouco um “cidadão cívico”, a semelhança da liberal-democracia, mas um ser complexo, com tríplice aspiração: material, intelectual e moral.<sup>256</sup>

Sendo assim, na concepção integralista referente à interpretação do homem, acredita-se que:

(...) é justo que tenha conforto material, que se alimente, que se vista, que se reproduza; é razoável que se dedique à ciência, à arte, ao pensamento; é natural que nutra aspirações transcendentais. Tudo isso, harmonizando, de acordo com as tendências de cada um e debaixo de um critério superior de espiritualidade e de interesse nacional, social e humano, realiza o Homem Integral.<sup>257</sup>

Evidencia-se assim a concepção de homem dentro do discurso integralista, onde é novamente ressaltada a antítese frente à concepção marxista. Desta forma, o lugar do homem dentro do Estado integral é apresentado no sentido em que:

O Homem é centro de movimentos, ao mesmo tempo que é parte de um sistema de movimentos. Como centro de movimentos, deve, forçosamente, gravitar em torno d'ele, uma série de coisas, que lhe são atributos, direitos; como parte de um sistema geral, o Homem tem de gravitar para um centro que, por sua vez, lhe impõe deveres em relação aos componentes d'aquelle systema.<sup>258</sup>

Entretanto, no que se refere à dinâmica que relaciona o homem e o Estado, este discurso esclarece que:

Evidentemente, quando nos referimos à concepção dinâmica do Estado, não nos subordinamos a these marxista. O nosso conceito do relativismo social repelle a concepção marxista, justamente por ella ser, estática, apesar de se blasonar de dinamismo. Pois o marxismo concebe uma forma definitiva de Estado, originado de uma economia definitiva e visionando uma sociedade definitiva, em que predomina um tipo definitivo de humanidade.

---

<sup>254</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 83.

<sup>255</sup> Segundo Carla Luciana Silva, “o totalitarismo integralista era dado pela sua doutrina “integral”, que buscava o “homem total” em uma sociedade completamente coesa (...)”. SILVA, C. L. **Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros**, op. cit., p. 105 (nota de rodapé) Sendo assim, o totalitarismo integralista se manifesta na medida em que realiza uma interpretação que procura criar um regime baseado em uma visão integral-totalitária de mundo, ou seja, apoiada na soma equilibrada das concepções materiais e espirituais de mundo.

<sup>256</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 112.

<sup>257</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 76.

<sup>258</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 22.

Dentro desta concepção do materialismo comunista só se compreende a transformação social debaixo do ponto de vista darwiniano, isto é da evolução da Especie.<sup>259</sup>

Tal concepção legitima o motivo pelo qual o regime comunista é então condenado pelos integralistas, já que este fragmenta a sociedade tomando parte na luta de classes, e adotando o proletariado como seu “protegido”, deixando à margem o burguês. Por este motivo é que o discurso integralista alerta para que “ninguém se iluda com a organização de um paiz, que consagre o interesse exclusivo de uma classe: seja ella a militar, a intelectual, a agrícola, a industrial, a comercial, a proletaria. Esse paiz perdeu o equilibrio social.”<sup>260</sup> Também é nesta direção, que esta leitura afirma que o comunismo é uma forma unilateral de governo, e por isso deve ser combatido. Esta idéia se justifica porque dentro da concepção e/ou ideologia integralista, “(...) a Economia foi feita para o Homem e não o Homem para a Economia; porque a Economia é estéril quando lhe não dá vida a Moral. É a Moral quem torna a Economia humana. Sem Moral, a Economia deixa de ser de Homens para ser de Brutos.”<sup>261</sup> Deixando então de lado todos os valores espirituais e morais, a concepção marxista de mundo, ao contrário dos integralistas, considera que “a) todos os fenómenos juridicos, politicos, religiosos, literários e artísticos dependem do fator econômico. b) a evolução histórica obedece ao crescimento cego das forças produtoras. c) o valor da produção resulta sómente da soma de trabalho que representa.”<sup>262</sup>

Em suma, podemos entender que para esta linha interpretativa, o marxismo concebe que o homem não passa de mero instrumento econômico, não sendo a ele atribuído nenhum sentimento que o humanize. Acredita-se que “(...) [o] socialismo considera o homem como um ser econômico e o mundo social como uma arena onde se degladiam Capital e Trabalho, numa lucta de morte”.<sup>263</sup> Neste sentido, “o marxismo é o erro, na verdade, porque néga a finalidade do Espírito e o valor ideal de concepção mystica; (...) tentando crear o padrão do homem segundo o que podemos denominar a “psychologia da machina”.<sup>264</sup> Plínio Salgado sintetiza esta questão ao afirmar que “o integralismo aceita a idéia de Deus. Como consequência logica, a idéia de homem. Nosso methodo de crítica supera, pois, o

---

<sup>259</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 71.

<sup>260</sup> SALGADO, P. **Despertemos a Nação**, op. cit., p. 168.

<sup>261</sup> BARROSO, G. **O que o integralista deve saber**, op. cit., p. 65.

<sup>262</sup> BARROSO, G. **O Integralismo e o Mundo**, op. cit., p. 238.

<sup>263</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 77.

<sup>264</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 51.

marxismo, o materialismo evolucionista. Nós cremos na intelligencia humana, na aspiração do Espirito, na capacidade de acção do Homem.”<sup>265</sup> Nesta perspectiva de interpretação, podemos observar que neste momento cria-se um paralelo entre a crítica ao Estado liberal e o comunismo, pois, na concepção integralista, o liberalismo somente assistia à luta de classes, enquanto o comunismo assume lutar ao lado de uma das partes, o que é novamente o avesso da concepção do Estado Integral, que pretende ordenar estas lutas em prol do bem estar nacional, tanto no setor econômico como no setor social.

#### 1.4.3 - O CARÁTER APÁTRIDA DO COMUNISMO

Desbancada então toda a ideologia e concepção de mundo materialista, e conseqüentemente a comunista, para a lógica discursiva integralista só restava apontar o caráter apátrida desta ideologia, como também foi realizado no que se refere ao discurso antiliberal através do combate ao capitalismo internacional. Entendemos que este posicionamento discursivo ocorre, justamente em função do forte teor nacionalista presente em sua doutrina, sendo esta uma característica marcante em todas as vertentes do fascismo. O caráter apátrida do liberalismo e do comunismo, deve ser combatido na medida em que estes atentam contra a soberania política e econômica da nação. Logo, a primeira observação que é colocada ao enunciário referindo-se a esta questão, é a de que os “(...) apóstolos internacionais (...) diziam: “operários de todo o mundo, uni-vos!”; (...) [logo, entende-se que] “o operário não tem Pátria!” (...).”<sup>266</sup> Neste sentido, o discurso da AIB afirma que a intenção do comunismo é:

Internacionalizar o proletariado; propagar as idéias materialistas, de sorte a destruir a religião; a família, a patria, facilitar o desenvolvimento da classe; combater (embora por politica não affirma isso) a intelligencia, a cultura, os padrões moraes e tradicionaes, que constituem tremendos impecilhos à marcha dialética dos embates classistas.<sup>267</sup>

Ou seja, o comunismo, assim como o liberalismo, pretende estabelecer um regime completamente avesso aos ideais integralistas, que preza pela religião, pela família e pela pátria, como podemos constatar em seu lema “*Deus, Pátria e Família*”. Estes são justamente os elementos que segundo esta leitura, o liberalismo e o comunismo combatem,

---

<sup>265</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 170.

<sup>266</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 120.

<sup>267</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 79.

seja abertamente como no caso da esquerda ou de forma não declarada como no regime liberal. Para corroborar tal idéia, esta lógica discursiva recorre mais uma vez a estratégia que consiste em citar o discurso de seu próprio inimigo para corroborar o seu ponto de vista. Afirma-se então, que “já um socialista hespanhol exclamou no auge da cólera: “a pátria do capitalista é onde estão seus negócios; a pátria do proletário é onde esta seu pão: só a classe média tem pátria”. ”<sup>268</sup>

Por fim, concluímos que para esta lógica discursiva, o comunismo é entendido como uma ideologia apátrida inicialmente pelo próprio apelo doutrinário deste, onde as nacionalidades são deixadas de lado em detrimento de um ideal internacionalizante. Em um segundo momento, a crítica se dá devido ao fato de que estes agem contra os elementos básicos da nacionalidade, que para os integralistas são, de forma simplista, a religião e a família.

#### 1.4.4 - CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DO ANTICOMUNISMO

Da mesma forma que fizemos quando tentamos sintetizar o antiliberalismo integralista, por meio da apreciação de um esquema didático pedagógico presente na obra *O que o Integralista deve Saber* de Gustavo Barroso, trazemos uma outra tabela do mesmo livro, só que agora referente a crítica integralista ao comunismo. Neste momento, esta tática discursiva é apresentada da seguinte forma:

---

<sup>268</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 67.

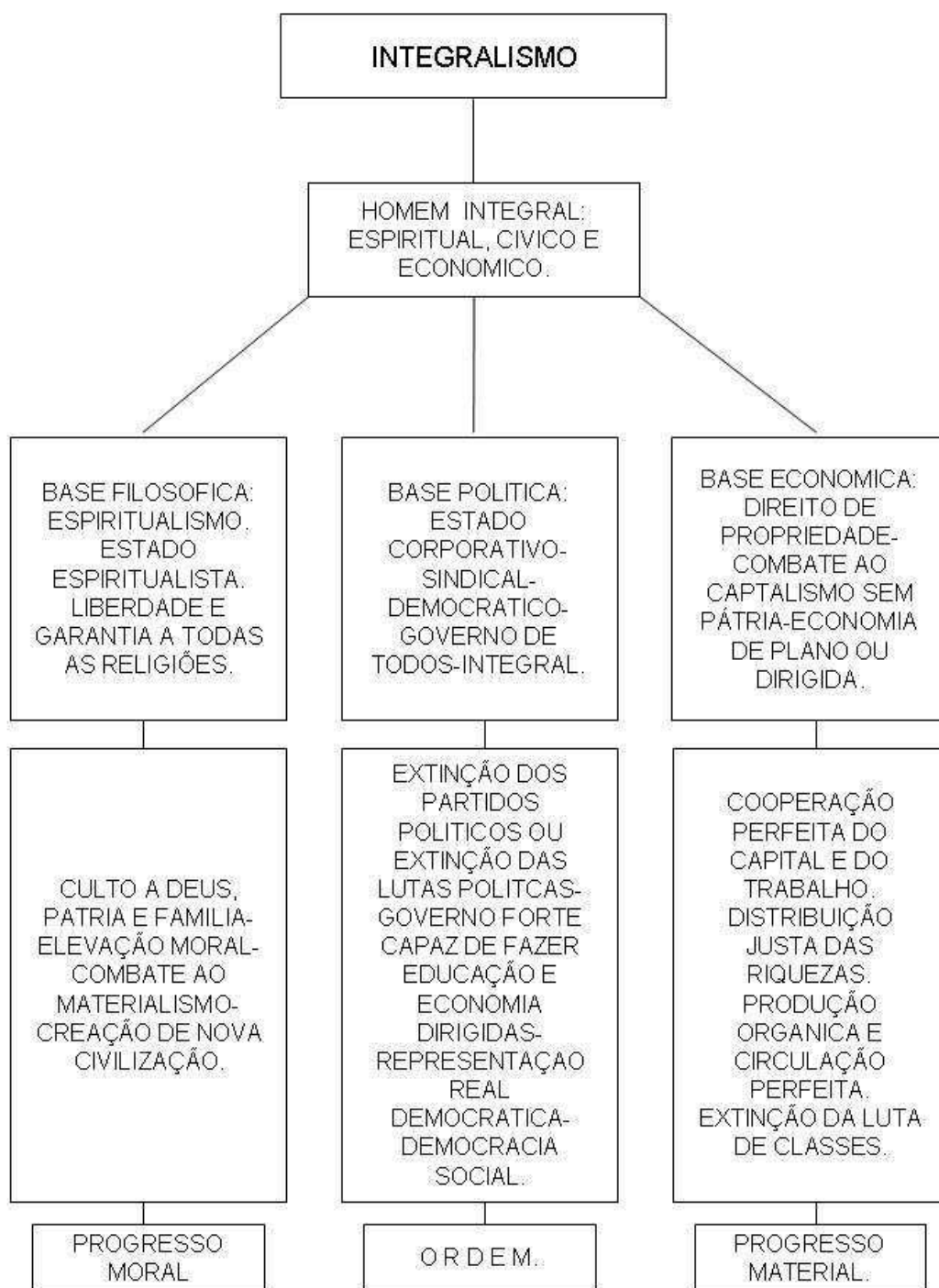




BARROSO, G. **O que o Integralista deve Saber**, op. cit., p. 226

Podemos então perceber, que este esquema nos elucida que do ponto de vista do discurso integralista, o comunismo cria o “Homem econômico” por meio de um regime em que: 1 - a sua base filosófica apóia-se em uma concepção materialista de mundo criando um Estado ateu, que por sua vez acaba por indo contra os ideais de família, pátria e religião gerando a escravidão moral do homem, já que somente o lado material é considerado; 2 - a sua base política apóia-se na ditadura do proletariado visando à futura extinção do Estado, representando, o domínio de poucos sobre a sociedade em nome de uma classe criando uma forma de escravidão política; e que, por fim, 3 - sua base econômica esta atrelada à idéia de que o Estado deve ser o proprietário dos meios de produção dirigindo a economia com o intuito de promover a igualdade econômica entre todos, porém, somente conseguindo gerar uma forma de escravidão econômica.

Neste momento, nos cabe continuarmos a análise da tática discursiva e da forma como Gustavo Barroso finda esta pedagógica apreciação de esquemas. Se inicialmente vimos o esquema sintetizador da crítica ao Estado liberal, e acabamos de apreciar o comunista, agora apresentamos o contraponto a estes, da mesma forma que fez o autor. Da mesma forma como textualmente estes discursos são construídos - ou seja, inicialmente com a apresentação e crítica dos regimes, seguidos da classificação destes como inimigos dos ideais integralistas para em um segundo momento serem apresentadas as soluções para a superação e/ou combate destes inimigos -, esta lógica também é aplicada na construção destes esquemas. Por este motivo, após Barroso apresentar estes dois esquemas em páginas subseqüentes, a próxima traz a seguinte tabela:



BARROSO, G. **O que o Integralista deve Saber**, op. cit., p. 227

Assim sendo, a solução integralista é apresentada inicialmente pela construção do homem integral, que é representado pela “soma” do “homem cívico” do liberalismo ao “homem econômico” do comunismo, que por sua vez, somente se completa quando lhe é atribuído uma expressão também espiritual, sintetizando esta concepção. Quanto à forma de regime, o mesmo modelo encontrado nas já exploradas tabelas se repete. O Estado integral possui: 1 - uma base filosófica espiritualista com liberdade e garantia para todas as religiões, o que implica no culto a Deus, a pátria e a família criando uma nova civilização que combate o materialismo em função do progresso moral; 2 - uma base política sindical e corporativa sustentada por uma democracia social, onde um governo forte será capaz de extinguir os partidos e as lutas partidárias, bem como dirigir a economia e prover a educação nacional com a finalidade de se estabelecer a “O R D E M”<sup>269</sup>; e, por fim, 3 - uma base econômica fundamentada na propriedade privada e no combate ao capitalismo sem pátria e finalidade, onde a cooperação entre o capital e trabalho unido a justa divisão de riquezas é alcançada por meio da concepção orgânica de economia, que por sua vez extingue a luta de classes promovendo o progresso moral. Desta forma, dentro do Estado integral, “(...) todos os valores sociais, morais e políticas seriam subordinados à Economia”<sup>270</sup>, entretanto, respondendo a uma concepção dialética a qual se difere da concepção marxista, como já vimos.

Percebemos assim, após a apreciação destes esquemas, que os mesmos refletem exatamente a didática e estrutura presente na lógica discursiva integralista, ou seja, apóia-se na criação de um ponto e /ou inimigo, que posteriormente é confrontado por meio de um contraponto que representa a solução integralista para a superação e/ou combate deste inimigo.

#### 1.4.5 - O COMUNISMO NO BRASIL

Por fim, nos debruçamos às considerações acerca do comunismo no Brasil, onde, diferentemente da crítica ao pensamento materialista do velho mundo de onde saem todas

---

<sup>269</sup> Devemos observar o destaque dado a palavra “ordem” no esquema apresentado, e que reproduzimos textualmente, já que este apelo possui significativa importância dentro do contexto do período e da concepção do Estado Integral.

<sup>270</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 75.

as bases da “verdadeira” filosofia materialista, e conseqüentemente comunista, esta leitura dá destaque ao “ingênuo” e “distorcido” pensamento que habitava o ideário dos comunistas brasileiros. Neste sentido, este discurso nos afirma que:

Esta aparecendo no Brasil uma especie de socialismo ecletico, perfeitamente mal informado da sua propria doutrina, a afirmar que cogita de tudo, até da defesa das religiões. Não é a esse socialismo de ingenuos que me refiro. Falo do socialismo dos paizes velhos, que se afirma corajosamente sob o ponto de vista marxista.<sup>271</sup>

Desta forma, no discurso integralista é ressaltado que “(...) o comunismo não passa, no Brasil, de um symptoma de angustias, de injustiças, em ultima analyse de desequilibrio.”<sup>272</sup> Sendo que “(...) os socialistas no Brasil são [considerados] da marca daquelles a que se refere Durkheim, dizendo que para elles o socialismo é apenas a questão operaria.”<sup>273</sup> Portanto, podemos identificar a criação de uma lógica discursiva que atribui um efeito de sentido no qual desprestigia totalmente o comunismo brasileiro, sendo que o ponto balizador deste apelo encontra-se na consideração de que estes são “ingênuos” e/ou “ignorantes” de sua própria doutrina, diferentemente do apelo crítico em referência ao comunismo internacional que é pautado por inúmeras críticas filosóficas e de questão pertinentes à práticas regimentares deste.<sup>274</sup>

Por fim, ressalta-se que nenhuma referência é feita sobre a “Intentona Comunista” de 1935, o que pode ser justificado por dois motivos. Primeiramente devido ao fato de que em sua grande maioria as edições destes livros apresentam-se anteriores ao ano de 1935, e em um segundo momento, devido à própria lógica discursiva integralista que coloca em um segundo plano o combate ao comunismo frente ao liberal, direcionando uma maior crítica ao governo liberal de Vargas em detrimento das manobras esquerdistas no Brasil.

---

<sup>271</sup> SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, op. cit., p. 77.

<sup>272</sup> SALGADO, P. **A Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 48.

<sup>273</sup> SALGADO, P. **A Doutrina do Sigma**, op. cit., p. 24.

<sup>274</sup> Vimos anteriormente que esta leitura nos apresenta uma construção discursiva que nos elucida um efeito de sentido no qual pretende desacreditar o corpo ideológico comunista por meio das contradições existentes entre seus mais destacados intelectuais. Porém, nesta perspectiva, não podemos encarar esta atitude como uma atribuição de “ingenuidade” e ou “distorção” deste corpo, assim como foi feito em relação aos comunistas brasileiros. Logo, o que pretende esta lógica discursiva é, fundamentalmente, dar destaque a falta de uma unidade ideológica e de doutrina dentre os ideólogos comunistas, os desacreditando, e não os considerando como “ingênuos” e/ou geradores de uma doutrina “distorcida”, mas sim errônea.

## 1.5 - O DISCURSO ANTI-SEMITA

Primeiramente, devemos chamar a atenção para o fato de que o anti-semitismo dentro do discurso integralista pode ser encarado e/ou analisado de formas distintas frente às fontes com as quais cada pesquisador trabalha. Ou seja, a forma quantitativa e qualitativa com que este tema é abordado pelo discurso integralista como um todo, varia claramente frente aos autores e/ou ideólogos enunciantes, assim como, também se diferencia de acordo com o meio em que é divulgado. Podemos notar como isto ocorria frente a recorrente presença do anti-semitismo em Gustavo Barroso, que se difere fundamentalmente em vista do discurso produzido por Plínio Salgado e Miguel Reale, da mesma forma que podemos perceber como um texto do mesmo ideólogo pode ser dado diferentemente ao enunciário quando em um livro ou em um jornal do movimento. As referências ao anti-semitismo presentes nos textos doutrinários, se apresentarão muito difusas frente às encontradas em jornais, panfletos, discursos orais, entre outros. Acreditamos que esta discrepância, ocorra devido às interdições que regem as formações discursivas presentes nestes diferentes meios de divulgação doutrinária.

Em nosso caso, ao analisarmos o anti-semitismo presente nos livros doutrinários integralistas, podemos observar claramente que este não se apresenta como de consenso geral entre seus ideólogos e se difere fundamentalmente do anti-semitismo propagado pelo Nacional Socialismo Alemão (NAZISMO). Para os integralistas esta questão não implica em uma interpretação racial e sim econômica. A única vertente realmente anti-semita radical dentro da AIB resume-se ao pensamento de Gustavo Barroso, cabendo aos outros doutrinadores somente concordar com alguns aspectos que eles entendiam como “nocivos” da ação judaica, a exemplo do que se refere ao capitalismo internacional, uma vez que por traz de grande parte dos trustes, monopólios e empréstimos, “encontravam-se agiotas judeus”. Desta forma, ideologicamente também não podemos afirmar a existência de um consenso no que se refere a poder resumir todo o conjunto de adversários do movimento somente ao judaísmo, como por muitas vezes pode ser interpretado na obra de Gustavo Barroso.

Dando seqüência às considerações acerca do papel do anti-semitismo dentro do discurso integralista, Héglio Trindade aponta para o fato de que “embora, se possa

estabelecer uma graduação nas formas de anti-semitismo integralista, o tema, na realidade, incorporou-se à ideologia integralista em razão da grande receptividade do combate ao judaísmo entre os militantes de base.”<sup>275</sup> Nesta perspectiva:

Uma parte significativa dos integralistas considera que todos os adversários do movimento formam um bloco sob a dominação judaica. Esta tendência, anti-semita, embora não seja dominante entre os teóricos integralistas por razões de princípio ou tática política, era, no entanto, muito difundida entre os militantes de base (...).<sup>276</sup>

Em virtude desta linha interpretativa, no que se refere aos ideólogos integralistas não podemos afirmar que a maioria destes fossem neutros à questão judaica. Entretanto, devemos ressaltar que em sua maior parte, eles rejeitavam o radicalismo de Gustavo Barroso,<sup>277</sup> seja por realmente não concordarem, ou até mesmo em virtude de táticas políticas. Esta postura moderada frente ao anti-semitismo, é explicada por Plínio Salgado da seguinte forma:

Em relação aos judeus, não nutrimos contra esta raça nenhuma prevenção. Tanto que desejamos vê-la em pé de igualdade com as demais raças, isto é, misturando-se, pelo casamento, com os cristãos (...). Quanto ao capitalismo judeu, na realidade ele não existe como tal. O que se dá é apenas uma coincidência; mais de 60% do agiotismo internacional está nas mãos israelitas. Isso não quer dizer que sejam eles os responsáveis exclusivos pelas desgraças atuais do mundo (...).<sup>278</sup>

Por este motivo, Miguel Reale afirma que “a luta contra o capitalismo envolve um combate formidável contra certos setores de Israel. Daí não se pode concluir pela tese racista.”<sup>279</sup> Corroborando tal afirmação, Gustavo Barroso explica que:

A questão judaica não é, como pensa muita gente e como muitos judeus se esforçam por espalhar, uma *questão religiosa* ou *racial*. É uma *questão política*. Ninguém combate o judeu porque ele seja de raça semita nem porque siga a religião de Moisés. Mas porque ele age *politicamente* dentro das nações.<sup>280</sup>

Para Barroso, “raça e religião são as *camuflagens* com que certos judeus escondem sua ação eminentemente política no seio de qualquer sociedade, com o fito louco do domínio mundial.”<sup>281</sup> Para ele, o integralismo “combate os judeus, porque combate os racismos, os exclusivismos raciais, e os judeus são os mais irredutíveis racistas do

---

<sup>275</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 242.

<sup>276</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 228.

<sup>277</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 242.

<sup>278</sup> Carta Aberta de Plínio Salgado publicada na revista Panorama em 24 de abril de 1934, retirada de: TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 242. (nota de rodapé)

<sup>279</sup> REALE, M. **O capitalismo Internacional**, op. cit., 129

<sup>280</sup> BARROSO, G. **O que o integralista deve saber**, op. cit., p. 199.

<sup>281</sup> BARROSO, G. **O que o integralista deve saber**, op. cit., p. 127.

mundo.”<sup>282</sup> Desta forma, a lógica discursiva de Barroso acaba por inverter o teor “racista” de sua argumentação, passando esta característica ao discurso judaico, pois assim, ele acaba por criar um efeito de sentido no qual, o ataque e/ou condenação integralista para com os judeus não passe de uma “natural” defesa e/ou preservação dos valores que se apresentam ameaçados.<sup>283</sup> Também acreditamos, que esta característica discursiva se faz presente em virtude do meio de divulgação utilizado, uma vez que um combate declaradamente racial dentro destes livros doutrinários poderia não responder a uma estratégia discursiva conveniente ao intuito destas produções, ficando este restrito a outros meios de divulgação doutrinária.

Por fim, podemos sintetizar a produção anti-semita de Gustavo Barroso apontando que nos livros *O Quarto Império* e *Protocolos dos Sábios de Sião* (onde neste último ele não é autor, mas comentador), ele aborda as “perniciosas” ações judaicas dentro do contexto mundial; nas obras: *Brasil, Colônia de Banqueiros* e *Historia Secreta do Brasil* (quatro volumes), trata desta mesma ação dentro das fronteiras do Brasil e na sua obra *Sinagoga Paulista*, destaca esta mesma questão no âmbito regional paulista. Por fim, em *Judaísmo, Maçonaria e Comunista*, ele difunde os fundamentos doutrinários do anti-semitismo de uma forma mais geral.<sup>284</sup>

---

<sup>282</sup> BARROSO, G. **O Integralismo e o mundo**, op.cit., 17.

<sup>283</sup> Chama a atenção dentro do discurso integralista, e sobretudo no de Gustavo Barroso, a utilização de termos como “raça” e “racismo” uma vez que a sua argumentação vai justamente no sentido contrário a estas considerações. Nesta direção, nos cabe indagar se: a própria utilização destes termos e a forma como estes são apresentados podem ser considerados como indícios suficientes para alegarmos que seu discurso possui um teor racista, mesmo que este reafirme uma posição contrária. Logicamente a resposta a esta pergunta foge a análise que aqui nos propomos, já que o anti-semitismo se apresenta como uma temática secundária frente a nossa problemática principal. Entretanto, acreditamos que devemos refletir sobre esta questão em vista do trabalho de Moritz Schwarcz, onde podemos perceber que as discussões acerca de raças e racismo, eram uma constante em determinados setores intelectuais brasileiros nos anos de 1920-30, sendo estes termos amplamente utilizados por diversos pensadores, sejam eles racistas ou não. Por fim, acreditamos que uma análise para com os demais meios de divulgação doutrinária do movimento também podem melhor elucidar esta questão. Ver mais sobre o anti-semitismo integralista e as discussões acerca de raças no Brasil em: SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**, São Paulo: Companhia das Letras, 1993, ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil / 1930-1945**, São Paulo: Companhia das letras, 2001, e CYTRYNOWICZ R. **Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930**, Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP, 1992.

<sup>284</sup> TRINDADE, H. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**, op. cit., p. 243.



### 1.5.1 - ANTI-SEMITISMO, LIBERALISMO E COMUNISMO

Dentro da relação entre o judaísmo e a política econômica, o discurso integralista relaciona a questão judaica tanto ao liberalismo quanto ao comunismo, assim, afirmando que “embora pareça isso um paradoxo, são dois sócios na mesma empresa de destruição das pátrias.”<sup>285</sup> Para Gustavo Barroso:

O verdadeiro creador do comunismo marxista é o velho materialismo judaico que vem desde muitos centenários solapando os alicerces da civilização cristã. Ele influenciou o advento do liberalismo que abriu as portas para o comunismo. Bourdeau reconhece as “estreitas afinidades que ligam o socialismo aos traços distintivos da raça judaica, entre os quais o espírito cosmopolita, racionalista e messiânico”. Toda a corrente filosófica materialista, que vem do século XVIII, corresponde a movimentos políticos-intelectuais dos judeus.<sup>286</sup>

Toda esta lógica discursiva, cria uma identidade filosófica, de raça e tradição entre o judaísmo, o liberalismo e o comunismo, fazendo com que os principais inimigos do integralismo - liberalismo e comunismo - possam encontrar no judaísmo o seu denominador comum. Tal ponto de vista também é reafirmado por Plínio Salgado, ao afirmar que:

Para compreender a essência recondita do socialismo de Marx, é preciso conhecer o “Talmud” [<sup>287</sup>] e os Protocolos dos Sabios de Sião. Em última análise, essa “atheocracia”, que dominou a Rússia, não passa da velha theocracia hebréia revestida da forma negativa. O autor de “O Capital” espera o Messias, que não é um homem, mas uma raça. O seu governo será com verga de ferro, como diz o “Talmud”.<sup>288</sup>

Gustavo Barroso ainda vai mais longe ao identificar os personagens judeus que lutaram pelo comunismo, nesta linha argumentativa, ele afirma que:

O Comunismo é uma doutrina que, oficialmente, veio ao mundo com o manifesto de 1847-1848, plagiado do francês Considerant, e assinado pelo judeu Mardoqueu com o pseudônimo de Karl Marx. As teorias deste manifesto foram desenvolvidas no primeiro tomo de obra *Das Kapital*, do mesmo autor, mais tarde retocada e completada por Engels, outro judeu.<sup>289</sup>

Ainda seguindo esta linha interpretativa, ele afirma que “Karl Marx era judeu, duma família rabinica-talmudista de Tréves. Engels era judeu, de uma família rabinica de Barmen. Lenine casou com uma judia. Os comissários do povo na Rússia, na maioria,

<sup>285</sup> BARROSO, G. **A palavra e o pensamento Integralista**, op. cit., p 113.

<sup>286</sup> BARROSO, G. **O que o integralista deve saber**, op. cit., p. 39.

<sup>287</sup> Livro secular que contém interpretações do antigo testamento bem como ditames da fé judaica.

<sup>288</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 55 - 56.

<sup>289</sup> BARROSO, G. **O Integralismo e o Mundo**, op. cit., p. 237.

judeus. Bela Kun, judeu, Trotski, judeu.(...)”<sup>290</sup> Até mesmo por meio do estudo dos símbolos Barroso relaciona o comunismo ao judaísmo, quando afirma que:

O estudo dos mitos e dos símbolos pode conduzir ao encontro da verdade que êles ocultam. A svástica hitlerista levanos aos ários, avos dos germanos; o fascio mussolinínico leva-nos á grandeza de Roma; o sigma integralista leva-nos aos primitivos cristãos gregos. A estrêla vermelha dos Soviets leva-nos ao judaísmo talmúdico.<sup>291</sup>

Em vista destas considerações, podemos constatar que para Gustavo Barroso a visão de um bloco de inimigos liderados e tutelados pela ação judaica se mostrava como uma realidade. Por este motivo é que ele atribui somente a um Estado forte, representado pelo Estado Integral, o poder para desvencilhar o Brasil das amarras impostas pelo judaísmo.<sup>292</sup> Nesta perspectiva, nos cabe ressaltar que no âmbito dos militantes - o que talvez seja um resultado também decorrente do próprio contexto político-ideológico mundial e da ascensão e relativo sucesso do Nacional Socialismo Alemão -, o anti-semitismo alcançou grande receptividade e se mostrou sempre presente neste universo ideológico. Para uma parte significativa dos militantes todos os inimigos dos integralistas também eram vistos como um bloco sob a dominação judaica,<sup>293</sup> mesmo que este tipo de propaganda não seja intensamente apresentada dentro dos livros doutrinários do movimento, o que nos faz acreditar que cabia aos demais meios de divulgação ideológica do movimento esta função. Tornando mais claro o papel do anti-semitismo dentro deste universo ideológico dos militantes integralistas, trazemos uma tabela retirada do trabalho de Héliog Trindade, onde podemos identificar o nível de aceitação das críticas básicas no que se refere ao judaísmo, ou seja, a ação dos judeus na manipulação de duas forças aparentemente contraditórias - o capitalismo e o comunismo -, e o espírito judaico como uma ameaça permanente à humanidade. Assim, o autor demonstra que, de forma geral, o anti-semitismo era aceito por cerca de 63,5 % da militância,<sup>294</sup> como podemos observar realizando a média dos dados apresentados na tabela abaixo.<sup>295</sup>

---

<sup>290</sup> BARROSO, G. **O integralismo de norte a sul**, op. cit., p. 41.

<sup>291</sup> BARROSO, G. **A palavra e o pensamento Integralista**, op. cit., p. 198.

<sup>292</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 224.

<sup>293</sup> Ver mais sobre a atitude ideológica dos militantes integralistas em: TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 129 - 160.

<sup>294</sup> Esta média foi calculada após a soma das respostas (Concordo muito) referentes às duas questões presentes, que ao nosso ver, sintetizam a crítica básica ao judaísmo dentro da concepção integralista.

<sup>295</sup> Tabela retirada de: TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 265.

## ANTI-SEMITISMO

	Concorda Muito	Concorda Pouco Discorda Pouco Discorda Muito	Sem Opinião
Os judeus manipulam duas forças aparentemente contraditórias, o capitalismo e o comunismo.	71,00 %	27,00 %	2,0 %
O espírito judaico é uma ameaça permanente à humanidade.	56,00 %	44,00 %	0,0 %

Em suma, dentro da produção discursiva encontrada nos livros doutrinários, o anti-semitismo integralista não se relaciona diretamente com a questão racial, possuindo uma lógica discursiva pautada pela questão econômica, onde os judeus são responsabilizados por ações político-econômicas que não respeitam as demais nações e por este motivo são condenadas e devem ser combatidas. Ressalta-se também que o anti-semitismo possuía diferentes níveis de aceitação entre ideólogos e militantes do movimento, sendo assim, este não pode ser entendido como o carro chefe e/ou locomotiva frente aos demais inimigos do integralismo. Por fim, devemos deixar claro que a lógica discursiva da AIB relaciona diretamente o liberalismo e o comunismo com o judaísmo, uma vez que a filosofia materialista, base de ambas as correntes, é atribuída ao pensamento judaico.

### 1.6 - A CONSTRUÇÃO E A LÓGICA DISCURSIVA

Neste momento, nos cabe pensar o discurso integralista de uma forma mais geral, uma vez que no decorrer da análise que até aqui realizamos nos detemos em muitos pontos específicos, o que talvez não tenha dado a devida relevância a uma abordagem em perspectiva mais ampla. Dentro desta linha interpretativa, abordaremos agora alguns problemas que se apresentam mais claramente quando analisados em separado das

minúcias desta lógica discursiva, a exemplo das táticas de construção discursiva que se evidenciam na construção de uma identidade e na definição de conceitos.

Ainda por este viés, questões como a graduação do inimigo de maior periculosidade para o movimento, assim como a forma com que cada intelectual integralista se insere dentro desta ampla produção discursiva, também serão abordadas neste momento. Por fim, também pretendemos identificar o papel das leituras marxistas dentro da ideologia integralista, bem como discutir como este discurso se enquadra nas discussões referentes à historiografia que tratou destas temáticas.

### 1.6.1 - A CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE

Voltando-nos então ao prosseguimento da análise, podemos perceber que para o discurso integralista, “a oposição aos inimigos declarados do movimento servia a vários interesses, que iam desde o combate propriamente dito, até a definição de sua própria ideologia, como uma espécie de afirmação de identidade.”<sup>296</sup> Este discurso invariavelmente cria uma imagem e/ou concepção de seu inimigo, apontando neste justamente os elementos teóricos e práticos que se apresentam como contrários a sua ideologia. Porém, esta lógica somente se completa e justifica, quando em um segundo momento, este discurso combativo e condenador é utilizado como ponto de partida para a criação de um contraponto. É por este viés que em oposição ao seu inimigo, o discurso integralista apresenta a sua solução e/ou ideologia, demonstrando como esta pode responder e/ou superar os problemas decorrentes da forma regimentar proposta e/ou aplicada por seus inimigos. Esta tática discursiva nos justifica o fato de que “raramente encontraremos textos integralistas que definem sua ideologia sem que se remeta aos seus inimigos.”<sup>297</sup>

Dentro deste modelo pedagógico de construção discursiva, podemos constatar que este somente apresentava um efeito de sentido se apoiado em uma visão dialética interpretativa. Por este motivo é que encontramos recorrentes oposições dentro desta lógica discursiva, o que por sua vez delimita fronteiras rígidas entre o “certo” e o “errado” ou

---

<sup>296</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da Historia**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 70.

<sup>297</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da Historia**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 70.

entre o “bem” e o “mal”. Para exemplificar tal colocação, lembramos que a primeira grande oposição que encontramos dentro do discurso integralista se refere à dialética entre materialismo e espiritualismo, sendo esta o ponto central da concepção filosófica integralista. Seguindo na busca de outros exemplos, podemos identificar no discurso antiliberal as contraposições entre o Estado “forte” e o “fraco”, entre a economia “liberal” e a “dirigida”, entre o homem “cívico” e o “integral”, entre outras, assim como também podemos perceber quando da construção do discurso anticomunista.

Podemos assim constatar, que todo o discurso integralista referente a estas temáticas se apresenta necessariamente vinculado a uma construção identitária, seja ela referente aos seus inimigos, ou até mesmo à criação de sua própria identidade. Em suma, o efeito de sentido criado por este discurso faz com que o enunciário inicialmente se identifique integralista através da afirmação do que ele não é, no caso liberal e comunista, para posteriormente se identificar como um camisa-verde pela reafirmação em contraponto de sua posição frente a seus inimigos, ou seja, pela sua própria ideologia.

#### 1.6.2 - A DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

Outro relevante ponto que devemos pormenorizar neste momento, refere-se aos conceitos criados por este discurso. Carla Luciana Silva, referindo-se ao anticomunismo, nos afirma que “é necessário delimitar o que os textos (...) entendem por comunismo”<sup>298</sup>, o que implica em uma “(...) definição de anticomunismo mais complexa, pois não é uma representação do “real” que os anticomunistas estão publicando, e sim aquilo que eles compreendem como comunismo”<sup>299</sup>, ou até mesmo, o que estes querem que o enunciário deste discurso entenda por comunismo. Podemos então concluir que os conceitos criados pelo discurso integralista, no que se refere à delimitação do que é liberalismo ou comunismo, possuem suas particularidades frente a todas outras possíveis interpretações destes termos, sendo que estes somente fazem sentido dentro do discurso que a produz, delimita e determina. O antiliberalismo integralista, em um primeiro momento pode ser interpretado como um desdobramento do discurso fascista de um modo geral, entretanto,

---

<sup>298</sup> SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, op. cit., p. 68.

<sup>299</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 48.

devido ao seu vínculo com o contexto nacional e as próprias discussões acerca do nacionalismo brasileiro - que permeia a construção deste discurso -, este conceito de liberalismo acaba por adquirir algumas particularidades frente o de seus congêneres fascistas da Europa. Ao mesmo tempo, podemos pensar esta lógica por meio de uma comparação deste discurso com o antiliberalismo propagado pelas correntes de esquerda, que logicamente ao atender demandas diferenciadas da proposta integralista apresentam conceitos diferentes sobre as mesmas questões e temas. Nesta direção, somente podemos compreender o “real” sentido de um conceito se este estiver unido ao seu discurso gerador.

Um bom exemplo desta construção conceitual está na própria idéia de materialismo dentro da ideologia integralista, que segundo Rodrigo Oliveira “(...) não apresenta uma definição restrita, varia de acordo com o sentido do contexto em que é empregado. Assim, materialismo poderia ser o “império do indivíduo”, o capitalismo, o comunismo, o liberalismo, ou até mesmo a reunião de todas essas concepções.”<sup>300</sup> Deste modo, podemos entender que a concepção de materialismo dentro do discurso integralista apresenta-se extremamente ampla, uma vez que ela dá conta de igualar e compreender toda uma corrente de pensamento, que se inicia com o surgimento da filosofia burguesa e culmina na criação do Estado comunista. Em virtude desta concepção de materialismo, podemos notar que para este discurso os conceitos de liberalismo e de comunismo são balizados pela idéia de considerá-los como desdobramentos da “errônea” corrente filosófica materialista. Por este motivo é que ambos os regimes são condenados, uma vez que se apresentam como “visões parciais da realidade”. O liberalismo representa uma visão individualista do mundo que por sua vez causa o pluralismo dentro da nação devido a sua concepção naturalista da economia, enquanto o comunismo por meio de uma concepção coletivista concebe uma economia dirigida em função de uma classe, tornado-se também uma visão parcial de mundo. Para o discurso integralista os conceitos de liberalismo e comunismo estão balizados pelo pertencimento de ambos a concepção materialista de vida e de mundo.

---

<sup>300</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 76.

### 1.6.3 - O INIMIGO PRIMORDIAL

Ainda nesta perspectiva de uma visão mais abrangente acerca de nossos objetos, nos deparamos com a mesma questão que Rodrigo Oliveira apontou quando tratou do anticomunismo integralista. Refere-se o autor à “(...) determinação de qual era o principal inimigo da AIB, se era o liberalismo ou o comunismo e, se em algum momento um assume a posição do outro”<sup>301</sup>, sendo esta uma indagação também presente na tese de Héglio Trindade.<sup>302</sup> Inicialmente, podemos considerar que o seu principal inimigo era o próprio materialismo. Entretanto, devemos compreender que o integralismo não é simplesmente antimaterialista, mas sim, contra as concepções filosóficas e políticas que somente consideram este como a “real” expressão e/ou concepção de mundo e sociedade. Devemos ter claro que a própria concepção de Estado Integral não nega o materialismo, mas sim objetiva o equilíbrio entre este e o espiritualismo. O combate ao materialismo somente é entendido pelos integralistas por meio do ataque a seus desdobramentos e/ou principais expressões, ou seja, combatendo-se o antiliberalismo e o anticomunismo. Dentro desta perspectiva, o principal inimigo da AIB deve ser encarado como o mais evidente representante da concepção materialista.

Neste momento devemos ressaltar que as conclusões sobre esta questão variam muito em decorrência do meio de divulgação ideológica analisada. A caracterização do nível de importância atribuído aos inimigos do movimento se apresenta muito difusa ao compararmos o discurso presente nos livros doutrinários frente ao apresentado nos jornais e demais meios de propaganda doutrinária. Podemos apontar para os motivos que remetem a esta diferenciação, por meio da identificação das interdições impostas a cada produção discursiva em especial, pois, a periculosidade dos inimigos varia de acordo com o intuito e forma do meio de divulgação estudado.

Após a análise até aqui empreendida, podemos observar que o antiliberalismo possuía uma relevância muito maior dentro do discurso integralista se comparada ao anticomunismo, assim indo ao encontro da tese defendida por Héglio Trindade -, na qual o

---

<sup>301</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 93.

<sup>302</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 226 a 244

liberalismo é considerado como o inimigo primordial.<sup>303</sup> Entretanto, isso não implica no fato de podermos fazer esta afirmação, pois esta classificação de nível de importância somente se refere à produção discursiva encontrada nos livros doutrinários. Segundo Rodrigo Oliveira, se analisarmos a produção discursiva integralista de uma forma geral, “os dados que encontramos [se apresentam] (...) contraditórios se fôssemos levar em conta a pergunta de quem era o principal inimigo (...)”.<sup>304</sup> Ele ressalta que “(...) o “engano” de Trindade não foi a interpretação de suas fontes, e sim o fato de ter utilizado apenas um tipo de fonte, no caso, os livros, e de ter generalizado esse resultado para toda a produção do movimento integralista. “Engano” que também estávamos cometendo ao analisar apenas os jornais.”<sup>305</sup> Desta forma, a tese defendida por Oliveira baseia-se no fato de que o anticomunismo possuía uma maior relevância frente ao antiliberalismo, característica esta, que é constatada em sua análise acerca dos jornais do movimento. Para corroborar tal interpretação ele afirma que:

Em relação à hierarquia de “periculosidade” dos inimigos, precisamos fazer uma ressalva, para o militante de base o comunismo era o inimigo primordial e isso ficava patente pela grande incidência de referências sobre o anticomunismo nos jornais, nas revistas (...) [<sup>306</sup>]. Do ponto de vista das discussões teóricas dos líderes do movimento, isso não foi uma regra geral. Embora tenhamos encontrado referências ao anticomunismo em praticamente todos os principais intelectuais, esse não foi necessariamente o ponto central de suas obras.<sup>307</sup>

Por fim, podemos afirmar que dentro da lógica discursiva presente nos livros doutrinários integralistas, o liberalismo se apresenta como o mais importante inimigo a ser

---

<sup>303</sup> Esta é a tese central defendida na parte do livro destinada a esta discussão. Ver mais em: TRINDADE, H. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**, op. cit., p. 226 a 244

<sup>304</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 95.

<sup>305</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 95.

<sup>306</sup> O trecho retirado da citação faz referência aos livros doutrinários do movimento, entretanto acreditamos que esta produção se remete ao “ponto de vista das discussões teóricas dos líderes do movimento” onde o anticomunismo possuía um papel secundário, assim como também aponta Rodrigo Oliveira. Por este motivo é que relevamos este trecho e acreditamos que este foi um descuido do autor, já que o mesmo defende a tese de que: “(...) liberalismo e comunismo eram os principais inimigos em esferas diferentes: o liberalismo era o inimigo teórico, pois do ponto de vista teórico era o Estado e a estrutura liberal que deveriam ser superados pelo integralismo; enquanto o comunismo era o inimigo de base ou doutrinário, ou seja, era o principal inimigo para o militante de base, aquele que estava diariamente em conflito com os comunistas, socialistas, anarquistas, etc. O comunismo, para o militante de base, era muito mais palpável, era muito mais fácil de ser “demonstrado” a partir de exemplos práticos, colocando os comunistas como “desordeiros”, “grevistas”, “extremistas” e etc. do que uma estrutura de Estado, como a liberal.” OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 96.

<sup>307</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 188-189.



combatido. Para este discurso ele é o principal representante da filosofia materialista. Podemos então apresentar neste momento uma hierarquização básica dos inimigos da AIB, mesmo sabendo que tal perspectiva se faz extremamente simplista e/ou restrita. Desta forma, afirmamos que o liberalismo era o principal inimigo, seguido de seus “lógicos” desdobramentos, como capitalismo internacional e a concepção pluralista de sociedade, que por sua vez se expressava pelo pluripartidarismo e pelo sistema democrático. Entretanto, ainda dentro desta hierarquização, o liberalismo também gera o comunismo, sendo este “o maior vilão”, já que assim como o primeiro este também tem suas raízes solidamente estabelecidas no materialismo filosófico e, por sua vez, possui uma leitura ainda mais extrema e/ou “perniciosa” desta corrente filosófica.

Mais uma vez indo ao encontro desta linha interpretativa, Hélió Trindade afirma que “a importância atribuída ao anti-socialismo no conjunto de textos ideológicos integralistas é paradoxalmente pequena [se] comparada aquela do antiliberalismo”<sup>308</sup>, o que para ele é justificado pelo fato de que:

Na Itália, onde a luta operária na época do surgimento do fascismo era muito mais violenta, o anti-socialismo torna-se um combate agressivo. Entretanto, para a segunda geração dos movimentos fascistas [onde se inclui a AIB], o anti-socialismo transforma-se sobretudo num tema mobilizador de energias políticas ou inspirador de ações preventivas.<sup>309</sup>

Entendemos assim, o porquê dos jornais e revistas possuírem um maior apelo no que se refere ao anticomunismo em contrapartida aos livros doutrinários, já que estes últimos - ao exteriorizarem o pensamento de seus principais ideólogos -, nos elucidam uma maior preocupação com o combate ao liberalismo, uma vez que este era um inimigo mais imediato e poderia ser visualizado no regime de Vargas. Além do mais, o comunismo brasileiro deste período ainda não estava devidamente articulado para fazer frente no combate político, sendo o “perigo vermelho” muito maior dentro do imaginário do que no campo prático.

#### 1.6.4 - A ARTICULAÇÃO DISCURSIVA

Outra questão que nos surge, se refere à articulação deste discurso, pois segundo Carla Luciana Silva, no discurso integralista, “(...) nos parece que embora o antiliberalismo

---

<sup>308</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 238.

<sup>309</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, op. cit., p. 25.

fosse um elemento central, ele só podia ser entendido dialeticamente articulado ao anticomunismo. Tanto um quanto o outro eram referenciados pelo suposto “indesejável materialismo”.<sup>310</sup> Neste sentido, temos que discordar da autora, pois a nosso ver, o que ocorre é exatamente o contrário. Que ambas as críticas eram referenciadas pela condenação da origem materialista não temos dúvidas, entretanto a consideração que acaba por colocar o anticomunismo como vital para a compreensão do discurso antiliberal integralista não foi encontrada em nossa análise, uma vez que o liberalismo se apresenta como o inimigo primordial e, somente em um segundo momento, é que o comunismo também passa a ser combatido. Podemos notar que as referências ao comunismo dentro da lógica discursiva antiliberal são mínimas se comparadas às referências presentes no sentido contrário. Logo, entendemos que esta afirmação deve ser realizada inversamente, pois o anticomunismo integralista somente pode ser entendido se articulado ao antiliberalismo, mesmo que este discurso possua uma autonomia discursiva de maior relevância frente aos demais inimigos considerados como de menor periculosidade pelos integralistas, a exemplo da maçonaria e do judaísmo. Por fim, na tentativa de relativizar a abordagem destes inimigos, devemos ressaltar que a compreensão deste discurso só se apresentara completa do ponto de vista analítico, se o procedimento agir no sentido de dar conta do conjunto de inimigos da AIB. Pois observamos que, em maior ou menor grau, todos estes inimigos eram articulados entre si, e as lógicas discursivas referentes a estes, possuíam como ponto de partida único a crítica ao liberalismo. Em suma, entendemos que esta precipitação interpretativa da autora, ocorre devido fato de que e o Integralismo não se apresenta como foco central de sua análise - que trata o anticomunismo brasileiro de uma forma geral -, e por isso, mesmo utilizando-se dos livros doutrinários como fonte, acreditamos que a falta de uma abordagem mais profunda sobre esta questão a impediu de obter uma visão mais objetiva sobre esta questão.

#### 1.6.5 - OS IDEÓLOGOS E A LÓGICA DISCURSIVA

Feitas estas observações, também podemos pensar o papel e as características particulares dos três principais ideólogos integralistas - Plínio Salgado, Gustavo Barroso e

---

<sup>310</sup> SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, op. cit., p. 112.

Miguel Reale - no que se refere à construção deste discurso e à eleição de um inimigo primordial para o movimento. Logicamente, não pretendemos traçar um perfil definitivo dos seus papéis dentro da construção da ideologia integralista, nem ao menos da forma pessoal como estes construíam seus discursos, entretanto, acreditamos que relevantes apontamentos neste sentido podem ser apresentados.

Plínio Salgado, o chefe nacional, exerce “fielmente” a sua função também dentro da produção discursiva integralista, pois como já citamos, é ele quem determina as diretrizes básicas referentes não somente à delimitação dos inimigos a serem combatidos, mas, sobretudo, delinea toda a concepção filosófica, política e econômica do movimento. Ou seja, é ele quem delimita os aspectos básicos da própria ideologia integralista. Cabe assim aos demais ideólogos, seguir as diretrizes criadas por ele e, neste sentido, o ponto de partida para o entendimento da doutrina integralista deve ser indubitavelmente o discurso de Salgado. Podemos então concluir, que este discurso apresenta-se como o carro chefe do discurso integralista, o que não poderia ser diferente já que este é o discurso do chefe nacional, e bem sabemos o papel do líder dentro da hierarquia fascista. Porém, devemos sublinhar que, logicamente, uma visão global e completa sobre esta doutrina somente é possível por meio de uma análise conjunta com as demais contribuições ideológicas.

O que difere fundamentalmente a produção discursiva de Plínio Salgado frente aos demais ideólogos do movimento, é a forte carga espiritualista e erudita presente em seus textos. Evidentemente a concepção espiritualista mostrasse presente na produção discursiva da maior parte dos ideólogos do movimento, uma vez que esta se encontra na base da ideologia integralista, entretanto, esta se apresenta muito mais evidente e explorada na sua obra em especial. No que se refere ao discurso destinado à identificação e combate dos inimigos do movimento, Salgado é o ideólogo que mais evidencia a crítica ao materialismo, sendo que para ele, a maior expressão deste está no liberalismo. Desta forma, podemos entender o motivo que o leva a produzir um discurso antiliberal muito mais recorrente e elaborado, se comparado com o anticomunista. No entanto, não devemos relegar a sua produção anticomunista, pois esta se apresenta muito relevante e completa, sendo vital para o entendimento de sua forma e papel dentro do ideário dos camisas-verdes.

Já Gustavo Barroso, o chefe das milícias, também apresenta uma forte característica de sua função dentro do movimento no que se refere à construção de seu discurso, pois

podemos perceber em seus textos um forte teor combativo e didático. Estas características correspondem nitidamente à função de doutrinação dos milicianos e integralistas de uma forma geral. Dentro desta perspectiva, encontramos em seus textos um elevado número de referências aos inimigos do integralismo, seja na forma de denúncia ou na demonstração de como este deveria ser combatido. O poder didático-pedagógico do mesmo também é muito evidente, e pode ser observado nas tentativas de sínteses ideológicas por meio de resumos, esquemas ou tabelas. Um bom exemplo desta característica está na obra *O que o Integralista deve saber*, que somente pelo seu título já nos demonstra o seu intuito. Segundo Rodrigo Oliveira:

A obra de Barroso, por sua vez, é destinada (...) à doutrinação, baseada em dois matizes: difusão do integralismo e do anti-semitismo, e ambos os matizes muitas vezes aparecem interligados. A obra de Barroso não apresenta a erudição de Salgado, que mistura a doutrina e teorização em um mesmo texto, muito menos a estrutura teórica de Reale.<sup>311</sup>

Por fim, devemos destacar que diferentemente dos demais ideólogos, o anticomunismo proferido na obra de Gustavo Barroso esta praticamente em pé de igualdade com o discurso antiliberal. Logicamente não nos detemos em uma análise quantitativa para fazer tal afirmação, entretanto, ao analisar sua produção nos deparamos com uma relevante incidência deste discurso. Se compararmos os escritos de Barroso com a obra dos demais ideólogos integralistas, este autor pode ser considerado como o mais destacado anticomunista dentre estes, já que além das numerosas referências a este tema, as considerações e abordagens também se apresentam muito mais exploradas.<sup>312</sup> Porém, sua principal característica de diferenciação está no seu anti-semitismo, que possui um papel de destaque em sua produção discursiva. Em muitos momentos, o enunciatário é levado a considerar que todos os inimigos do integralismo podem ser entendidos como desdobramentos da questão judaica, como já vimos anteriormente.

---

<sup>311</sup> OLIVEIRA, R. S de **“Perante o tribunal da História”**: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 188.

<sup>312</sup> Rodrigo Oliveira, diferentemente de nós, aponta para o sentido contrário, ou seja, ele afirma que Gustavo Barroso seguia a mesma lógica de construção discursiva dos demais ideólogos da AIB, deixando o anticomunismo em um segundo plano frente ao antiliberalismo. Entretanto, devemos ressaltar que seu foco principal refere-se ao discurso produzido em jornais do movimento, sendo assim, acreditamos que a falta de uma visão mais profunda sobre a produção discursiva presente nos livros doutrinários integralistas, pode ter levado este autor a esta interpretação diferente da nossa. Já Héliog Trindade, não nos apresenta colocações muito detalhadas a respeito desta questão, deixando as considerações acerca do discurso de Gustavo Barroso pautadas pela característica anti-semita do autor. Sobre esta questão em específico, só encontramos uma generalização que considera o liberalismo como um inimigo primordial frente ao comunismo, e isto, para todo o movimento, o que não nos ajuda a refletir sobre este impasse.

Quanto a Miguel Reale, podemos perceber que sua obra é quase que totalmente voltada a um discurso teórico com o intuito de viabilizar o funcionamento e organização do Estado Integral, assim, este não foge de sua formação como jurista e função dentro do movimento, que era de chefe de doutrina. Ele se difere dos demais ideólogos integralistas devido ao seu destacado “teor acadêmico”.<sup>313</sup> No que se refere ao discurso contra os inimigos do movimento, ele é o mais destacado ideólogo antiliberal dentre os integralistas.<sup>314</sup> Entretanto, mesmo que nosso foco central seja o discurso criado sobre os inimigos do movimento - especialmente no que se refere a forma como estes eram encarados e combatidos -, o número reduzido de citações de Reale se justifica por este trabalhar fundamentalmente com as soluções propostas pela AIB para a superação dos problemas causados em decorrência da ação destes inimigos na sociedade, deixando o combate explícito a estes - mesmo que também apresente -, em um segundo plano. Logo, nosso objeto se apresenta mais evidentes na obra dos outros ideólogos. Quanto ao anticomunismo em sua obra, este “(...) aparece sempre em segundo plano frente ao anti-liberalismo, como uma espécie de apêndice. Isso se torna claro ao analisar em suas obras o espaço destinado ao comunismo: sempre em pequenos sub-capítulos em conjunto com o liberalismo ou logo após um capítulo antiliberal.”<sup>315</sup>

Por fim, mesmo sendo de extrema relevância o entendimento do papel e contribuição de cada intelectual em especial frente a construção do discurso integralista como um todo, neste momento, também devemos pensar a produção destes ideólogos em seu conjunto, e quanto a esta questão, Rodrigo Oliveira afirma que:

(...) [a] doutrina integralista não possui uma unidade ideológica teórica plenamente definida. Embora houvesse pontos de convergência entre os principais intelectuais do movimento, havia pontos em que divergiam. Por exemplo, o anti-semitismo, que encontrava em Gustavo Barroso sua maior expressão, não possuía grande destaque na obra de Miguel Reale e de Plínio Salgado. Assim como a questão teórica do Estado Corporativo presente em Miguel Reale não aparecer com tanta frequência em Salgado e Barroso, e assim por diante.<sup>316</sup>

---

<sup>313</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da Historia**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 156.

<sup>314</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da Historia**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 126 a 134.

<sup>315</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da Historia**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 127.

<sup>316</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da Historia**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 122-123.

Dentro desta linha interpretativa discordamos do autor, pois, o que devemos levar em conta quando analisamos um movimento político qualquer, é a impossibilidade de se encontrar uma forma única de interpretação, posição ou de pensamento dentro de seu corpo ideológico. Portanto, a unidade discursiva e/ou doutrinária de um movimento não está nas divergências entre seus intelectuais, mas nos pontos que unem estes frente a um ideal convergente, seja ele de vontade, intuito ou de concepção doutrinária. Por este motivo, entendemos que a unidade da doutrina integralista apresenta-se sólida, principalmente no que se refere à concordância entre seus ideólogos frente aos pontos primordiais da doutrina. E em um segundo momento, devido ao fato de que se apresenta clara a discussão entre estes no que se refere aos pontos não convergentes, a exemplo do papel do anti-semitismo dentro deste discurso. Outro importante ponto referente a esta questão, está no modo de divulgação e doutrinação, que “de certa forma, unificava o pensamento do militante. Isso minimizava, pelo menos para o militante de base, as diferenças teóricas. Para o militante, Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale falavam a “mesma língua” - enquanto do ponto de vista teórico apresentavam diferenças (...).”<sup>317</sup> Neste sentido, podemos afirmar que o integralismo possui uma unidade doutrinária nitidamente estabelecida.

#### 1.6.6 - AS LEITURAS E A ANÁLISE MARXISTA

Em vista deste olhar para com a forma de construção deste discurso e o papel de cada intelectual neste, podemos notar uma recorrente curiosidade. Seja na crítica antiliberal ou anticomunista, por muitas vezes podemos notar a utilização de terminologias e até mesmo de técnicas de abordagem e/ou interpretação que emprestam muitos elementos do próprio pensamento marxista. Porém, esta não é uma contradição dentro deste discurso, e Plínio Salgado nos apresenta importantes colocações a este respeito, sendo que estas, em certa medida, também podem ser entendidas em relação a Gustavo Barroso, Miguel Reale e os demais intelectuais do movimento. Salgado ressalta que “de 1922 a 1926, eram tão absorventes as leitura[s] que fazíamos de Marinetti, Soffici, Cendrars, como de 1926 a

---

<sup>317</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 156.

1930, tendo nós mudado de thema, foram as leituras de Marx, Sorel, Lenine, Trotzki, Riazanov, Pleckanov, Fuerbach.”<sup>318</sup> Entretanto, posteriormente ele enfatiza que:

Não cheguei a ficar comunista porque as “novidades” do materialismo historico já me tinham fascinado aos dezeseite annos, quando lia Buchner, Lamarcke, Haeckel, Lê Bon, devorando a filosofia burguesa de Spencer, na qual encontrava, agora, tanta afinidade com a obra de Marx.<sup>319</sup>

Neste direção, Salgado apresenta “(...) um pequeno elogio ao marxismo [pois] a sua crítica do desenvolvimento economico (...) nos offerece, como contribuição ao estudo da economia moderna (...) [uma forma de se entender] o desenvolvimento das consequencias do conceito materialista da historia.”<sup>320</sup> Para ele:

O marxismo, como methodo de apreciação do desenvolvimento economico das super-estruturas sociaes, evidentemente que nos facilita a compreensão de certa ordem de phenomenos. Elle se prende directamente á filosofia burguesa evolucionista, da qual é filho primogenito, e nada melhor para estudar o burguez do seculo XIX do que os seus proprios methodos.<sup>321</sup>

Porém, tal elogio se finda com a colocação acerca da análise dos problemas referentes à questão brasileira, quando ele afirma que “o critério marxista é insufficiente para tão complexo problema.”<sup>322</sup> Desta forma, frente ao meio político-cultural comum a este contexto - e consequentemente aos demais ideólogos integralistas -, podemos deduzir, sem medo de sermos simplistas ou generalistas, que as leituras marxistas eram feitas por todos intelectuais da AIB. Este fato pode também ser constatado frente a recorrentes citações de autores da esquerda dentro do discurso integralista, o que também ocorria com relação a citações de alguns pensadores do liberalismo, tática discursiva esta, que era recorrente em todos os autores integralistas, como vimos na análise empreendida até aqui.

#### 1.6.7 - CONTRA UMA INTERPRETAÇÃO RECORRENTE

Por fim, a última questão que nos surge, se refere à utilização da ocorrida Intentona Comunista de 1935 como um marco para o recrudescimento do discurso anticomunista integralista em detrimento do antiliberal. Para Rodrigo Oliveira, “(...) o anticomunismo

---

<sup>318</sup> SALGADO, P. **Despertemos a Nação**, op. cit., p. 7.

<sup>319</sup> SALGADO, P. **Despertemos a Nação**, op. cit., p. 14.

<sup>320</sup> SALGADO, P. **A Quarta Humanidade**, op. cit., p. 103.

<sup>321</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 168.

<sup>322</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 168.

presente nos livros possui um papel secundário frente ao liberalismo na fase inicial do movimento, tendo relativo crescimento após novembro de 1935<sup>323</sup>, sendo esta perspectiva de interpretação, também presente na abordagem de Hélgio Trindade. Porém, acreditamos que esta é uma afirmação equivocada, e que está diretamente relacionada às abordagens acerca do anticomunismo brasileiro, onde este marco tem uma relevância já constatada e de consenso geral dentro das interpretações historiográficas.

A historiografia que tratou do anticomunismo no Brasil já possui uma produção relevante, sendo que um dos mais destacados estudos é o de Rodrigo Motta, intitulado *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil*. Neste trabalho, Motta cria uma periodização acerca do desenvolvimento das idéias anticomunistas no Brasil e, referindo-se ao nosso contexto em especial, afirma ser o período que vai de 1917 com a Revolução Russa até a formação da ANL (Aliança Nacional Libertada)<sup>324</sup> e a Intentona Comunista de 1935, como os “primórdios do anticomunismo no Brasil”, sendo o período seguinte, ou seja, posterior à Intentona, marcado pela “consolidação e recrudescimento” do anticomunismo.<sup>325</sup> Percebemos então que para esta historiografia, o marco de 1935 possui uma significância relevante, o que se justifica pelo fato de que “os acontecimentos de novembro de 1935 (...) [tiveram] uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que forneceram os argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo.”<sup>326</sup>

Já no caso integralista não podemos optar por esta abordagem. Inicialmente, apontamos para o fato de que não podemos constatar este recrudescimento discursivo devido ao fato de que as publicações posteriores à Intentona não se apresentam em quantidade suficiente para este tipo de comparação. Em sua maior parte, os livros doutrinários integralistas possuem uma datação anterior a este evento. No caso de Plínio Salgado, das oito obras consultadas somente duas são posteriores a 1935 e no de Miguel

---

<sup>323</sup> OLIVEIRA, R. S de **“Perante o tribunal da Historia”**: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 126.

<sup>324</sup> Ao contrário da AIB, a ANL representava o lado oposto do espectro político nacional, caracterizando-se como um partido de esquerda.

<sup>325</sup> MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil, São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002, p. 1.

<sup>326</sup> MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil, op. cit., p. 76.



Reale, não temos nenhuma publicação posterior.<sup>327</sup> Já em Gustavo Barroso, das dez obras consultadas, somente quatro possuem datação posterior ao fato em questão, entretanto, os livros: *Os protocolos dos Sábios de Sião*, *Brasil Colônia de Banqueiros* e *Sinagoga Paulista*, mesmo sendo publicadas respectivamente em 1936, 1936 e 1937, não possuem relevantes referências ao comunismo, até porque este não é o intuito primordial destas obras.<sup>328</sup> Sendo assim, em Barroso a relação passa para seis publicações anteriores e somente uma posterior.

Dentro do âmbito discursivo, o autor integralista que melhor se apresenta para a apreciação desta análise é Gustavo Barroso, já que este apresenta um discurso anticomunista muito mais recorrente. Porém, em sua obra o anticomunismo não possuiu um relevante crescimento quantitativo ou de importância nas publicações posteriores a 1935. Como pudemos observar em nossa análise, este autor já possuía um discurso anticomunista muito recorrente ainda antes da ocorrida Intentona. Outro relevante ponto que também permeia as discussões acerca desta questão, é que após 1935 e, sobretudo posteriormente à implantação do regime estadonovista de 1937, o integralismo também passa a ser combatido como um inimigo face ao recrudescimento no centralismo varguista. Desta forma, a partir deste momento, o comunismo passaria a não ser efetivamente uma questão relevante para a AIB, pois, talvez, a sua principal preocupação nesse momento fosse a de sobreviver à máquina política montada por Vargas.

Portanto, acreditamos que esta questão se mostra como aberta devido à impossibilidade de podermos ser conclusivos no que se refere à sua análise e interpretação do ponto de vista quantitativo. Porém, qualitativamente, dentro do universo discursivo presente nos livros doutrinários integralistas, a afirmação de que o marco de 1935 tenha redirecionado a lógica discursiva para um recrudescimento do anticomunismo em detrimento do antiliberalismo, não pode ser realizada, mesmo que de alguma forma possa se estabelecer alguma relação entre estes.

---

<sup>327</sup> Neste caso estamos somente contando as obras de Salgado referentes ao período que este estava à frente da AIB, logo, as publicações posteriores ao ano de 1945, não estão aqui contabilizadas.

<sup>328</sup> As referências completas destas obras já foram dadas.

## CAP. 2 – O DISCURSO DE GETÚLIO VARGAS

Neste momento, chegamos ao segundo foco de nossa pesquisa, o discurso de Getúlio Vargas. Seguindo a mesma metodologia aplicada quando da análise do discurso integralista, abordaremos o antiliberalismo e o anticomunismo deste, visando a tentativa de sistematizá-lo por meio do entendimento de sua construção e lógica interna. Mais uma vez, o número de citações será elevado devido à linguagem simples e objetiva deste discurso, que nos dispensa a necessidade de grandes explicações sobre o conteúdo deste, cabendo-nos somente sua análise.<sup>329</sup> Porém, ainda antes de adentrarmos o discurso de Vargas, faz-se necessário algumas considerações que serão relevantes no decorrer de sua análise.

Inicialmente, necessitamos nos ater ao próprio enunciatário deste discurso, pois, diferentemente do caso abordado no capítulo anterior - o integralista - o discurso do então Presidente Getúlio Vargas deve ser encarado de modo diferenciado. Devemos assim nos deter a forma como este discurso foi construído, já esta é uma das distinções básicas entre esta e a produção da AIB. Pudemos observar que o discurso integralista apresenta-se mais intelectualizado e fundamentado em bases filosóficas, tendo assim uma perspectiva holística, enquanto o discurso de Vargas é mais empírico e voltado para o campo da prática política. Logo, o discurso dos camisas-verdes prioriza as discussões teóricas em detrimento de análises e críticas às situações pontuais ou a determinados contextos históricos. Já o discurso proferido por Vargas, segue uma lógica discursiva própria, a de quem se encontra no poder, portanto, este procura legitimar-se organizando o espaço público e relacionando a disciplina individual à ordem moral.

Notamos então, que um ponto relevante desta diferenciação, está no “lugar” de onde o discurso de Vargas é produzido, que se difere do integralista uma vez que este é proferido pelo gestor e/ou chefe do Estado. Nesta perspectiva, as interdições discursivas que permeiam este discurso são diferentes das que incidem sobre a produção discursiva de um movimento político. O discurso de Vargas transparece uma inerente necessidade no sentido de legitimar suas posições, atuações e a manutenção do seu governo. A própria tática discursiva de recorrente reafirmação das “boas” e “acertadas” ações realizadas por ele é

---

<sup>329</sup> Como já observamos anteriormente, dado este grande número de citações, achamos por bem manter a grafia original dos textos usados, sem alterar e/ou corrigir sua forma.

uma destacada característica desta lógica discursiva. Podemos assim notar, que este discurso é construído por meio de uma base eminentemente pautada na atuação política, apresentando um teor fortemente político-econômico, relacionando toda a sua argumentação a uma análise dos contextos e eventos com os quais se deparou. A fundamentação filosófica do discurso de Vargas somente é apresentada esporadicamente, e, sobretudo, no sentido de legitimação de sua posição, motivo pelo qual enquadramos este discurso “no que poderíamos chamar de ideologias “abertas”, porque [este] não pretende fornecer um sistema global de explicação de mundo que comprometa inteiramente o indivíduo, [a] toda um série de famílias ideológicas [que] pode ser assim discernida.”<sup>330</sup> Entretanto, também devemos ressaltar, que este discurso não deixa de nos elucidar claras posições e ou concepções no que se refere a uma delimitação de identidade em relação aos temas abordados, como as funções e a responsabilidade do Estado, a necessidade - ou não - de existência de partidos políticos, qual o modelo ideal de democracia, entre outros.

Outro aspecto que deve ser levado em conta, é que Vargas assume o Estado brasileiro em 1930, instituído por um movimento político de força - a chamada *Revolução de 30* - da qual ele foi o principal líder. Desta data, até o ano de 1934, governou como chefe do *Governo Provisório*, quando passou a ser oficialmente presidente após a homologação de uma nova constituição, o que se efetivou fundamentalmente devido à pressões internas que se evidenciam principalmente por meio da *Revolução Constitucionalista* de 1932 em São Paulo. Este período ficou então denominado como do *Governo Constitucional*. Seu mandato deveria terminar no ano de 1938, porém, estendeu-se até 1945, devido ao golpe de 1937 que instaurou o *Estado Novo*, quando Vargas assume uma posição ditatorial frente a um Estado forte e nitidamente corporativista.<sup>331</sup>

---

<sup>330</sup> BERSTEIN, S. Os partidos, In: REMOND, R. (org.) **Por uma história política**, op. cit., p. 88.

<sup>331</sup> A historiografia recente que problematizou esta periodização do governo Vargas já nos traz novas interpretações, a exemplo dos estudos de Lucia Lippi de Oliveira, Ângela Castro Gomes, Mônica Pimenta Veloso, Alcir Lenharo, Edgar De Decca e Visentini. Entretanto, mesmo que estes marcos históricos tenham perdido seus sentidos em detrimento de novas visões e/ou interpretações, estas ainda são recorrentemente utilizadas pelos historiadores e demais pesquisadores do tema. Por este motivo, iremos utilizar estas frente à possibilidade de facilitar a análise aqui empreendida. De todo modo, também ressaltamos que não é nosso interesse retomar esse debate, mas privilegiar a análise do discurso de Vargas. Ver mais sobre esta questão em: DE DECCA, E.; VESENTINI, C. A. *Revolução dos vencedores: considerações sobre a constituição da memória histórica a propósito da “revolução de 30”*. In: **Revista ciência e cultura**, São Paulo: FAPESP, 1977; LENHARO, A. **Sacralização da política**, 2 ed., Campinas: Papyrus, 1986. e OLIVEIRA, L. L., VELLOSO, M. P. E GOMES, A. M. C. **Estado Novo: Ideologia e poder**, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

A percepção destes diferentes momentos do governo de Vargas, nos elucida uma forma de acompanhar a construção, as transformações e as readaptações discursivas desenvolvidas por ele no decorrer dos quinze anos como chefe de Estado. Especialmente em nosso caso, esta periodização será de extrema relevância, uma vez que estes diferentes momentos de seu governo estão diretamente relacionados à construção dos discursos que iremos abordar - o antiliberal e o anticomunista. Portanto, iremos perceber que no decorrer da análise aqui empreendida, que o discurso de Vargas foi construído e rearticulado durante todo este período, onde algumas idéias foram deixadas e outras foram incorporadas e/ou aprofundadas.

Por fim, o último adendo que trazemos antes de nos determos a análise discursiva propriamente dita, refere-se ao fato de que neste estudo nos referimos necessariamente ao discurso de Getúlio Vargas, e não ao discurso varguista. Nosso objetivo é trabalhar com o discurso produzido pelo chefe do Estado e não com o produzido pelo *staff* do governo, uma vez que o discurso varguista envolve uma rede complexa, desde o DIP, as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*, o jornal *A Manhã*, o uso do rádio, entre outros órgãos - e intelectuais - ligados ao controle e à propaganda governamental. Esta delimitação objetivou a viabilização da nossa pesquisa no sentido de buscarmos uma correlação e/ou equivalência frente às fontes integralistas, já que neste caso, também não nos detemos ao discurso produzido pelo *staff* do sigma - o que englobaria uma extensa gama de jornais, revistas, obras de intelectuais menores, entre outras produções -, mas somente ao discurso de seus líderes.

## 2.1 - A INTERPRETAÇÃO DOS PROBLEMAS NACIONAIS

O primeiro ponto que nos chama a atenção dentro deste discurso, são as questões referentes à interpretação dos problemas nacionais, que se apresentam recorrentes no pensamento político nacional e internacional das décadas de 1920 e 1930.<sup>332</sup> O discurso de Vargas não foge a este padrão. Inicialmente, ressaltamos as considerações que esta leitura produz acerca do papel dos intelectuais na apreciação destes problemas, pois ele enfatiza a

---

<sup>332</sup> CAMARGO, A. (et. al.) **O golpe silencioso**, op. cit., p. 21.e SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 47.

necessidade da participação destes ao lado dos governantes. Atendo-se ao passado até então recente, Vargas afirma que “naquele remanso do fim do século [XIX], passadas e esquecidas as agitações que auspiaram o advento da República, políticos e administradores caminhavam de um lado e intelectuais do outro, ocupando margens opostas na torrente vida social.”<sup>333</sup>

Percebemos então, que para esta lógica discursiva existe uma crítica referente à separação entre intelectuais e governantes, sendo este fato apresentado como uma constante dentro da administração brasileira do período republicano anterior a Revolução de 30. Portanto, Vargas ressalta o papel destes intelectuais frente à busca de soluções para os problemas nacionais.

Referindo-se à forma como estes problemas devem ser encarados, Vargas afirma que “a época de renovação e reconstrução que atravessa o país precisa ser encarada dentro da realidade brasileira, consultando as nossas tradições e a experiência dos erros anteriores, considerados como lições para o futuro.”<sup>334</sup> Neste sentido, esta lógica discursiva aponta para o fato de que é necessário pensar o Brasil dentro de suas próprias realidades, devendo as propostas e/ou soluções encontradas para estes problemas, “(...) fugir às seduções do puro doutrinário, às influências dos ideais de empréstimo e das novidades perigosas.”<sup>335</sup> Logo, “os problemas nacionais exigem apurado exame, feito com critério próprio e sentido previdente, para que possamos resolvê-los com segurança e acerto.”<sup>336</sup> Entretanto, relativizando esta posição, ele também ressalta que “semelhante atitude não implica (...) em ficarmos inertes, comodamente apáticos, [e] indiferentes às conquistas do pensamento político contemporâneo, sonhando, por preguiça mental, a volta automática ao passado.”<sup>337</sup> Podemos então notar, que esta lógica discursiva concebe a necessidade de se encarar os problemas nacionais frente à própria realidade brasileira, porém, este discurso não nega as possibilidades de contribuição das idéias vindas de fora do país, somente ressaltando que se deve tomar um cuidado especial para com estas.

---

<sup>333</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. X, p. 222.

<sup>334</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 25.

<sup>335</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 25.

<sup>336</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 25.

<sup>337</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 25.

## 2.2 – CONTRA AS INTERPRETAÇÕES MATERIALISTAS

Dando seqüência a esta questão referente à interpretação dos problemas nacionais, outra relevante colocação deste discurso está na consideração de que para muitos “a “realidade brasileira”, tão exaltada pelos louvaminheiros do atual estado de cousas, reduz-se aos fenômenos materiais da produção da riqueza, adstritos, as mais das vezes, a censuráveis privilégios e monopólios.”<sup>338</sup> Para Vargas, esta interpretação se apresenta errônea, pois “embevecidos nessas miragens materialistas, esquecem-se dos grandes problemas cívicos e morais. Nada ou quasi nada se faz no sentido de valorização do homem pela educação e pela higiene.”<sup>339</sup> Assim, esta lógica discursiva legitima a sua posição preponderante frente às demais forças político-sociais ao afirmar que “(...) a obra saneadora da Revolução, (...) [possui] o seu duplo aspecto material e moral.”<sup>340</sup> Percebemos por meio desta colocação, que já neste momento esta leitura aponta para uma nova questão, sendo esta referente à dialética entre o material e o espiritual, a qual será re-visitada constantemente por esta lógica discursiva. Neste sentido, destaca-se que:

Torna-se oportuno, porem, ressaltar que as atividades de ordem material não satisfazem, por si só, os superiores objetivos da obras de reconstrução nacional; imprescindível se torna também a preparação moral, a preparação dos espíritos, que devem estar, sempre, vigilantes e prontos a reagir, sob os mesmos sentimentos de fé patriótica.<sup>341</sup>

Compreendemos por meio desta afirmação, que Vargas chama a atenção para o erro de se conceber a construção de uma sociedade somente levando-se em conta os fatores materiais, reafirmando o relevante papel dos aspectos morais e/ou espirituais desta empreitada. Apelando então para a “natural índole cristã do povo brasileiro” - que é entendida por esta concepção como a expressão dos fundamentos morais e espirituais - ele ressalta que:

O brasileiro possui nos fundamentos cristãos de seu caráter qualidades preciosas de adaptação e aperfeiçoamento moral. É pacífico, hospitaleiro, compreensivo, de espírito ágil, inclinado aos atos nobres, generoso na luta, resistente na adversidade. Cultivadas e disciplinadas essas qualidades, fortalecidas pelo ideal de alcançarmos um estágio superior

---

<sup>338</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 19.

<sup>339</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 20.

<sup>340</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 34.

<sup>341</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. VII, p. 304.

de civilização, será êle o homem do futuro, o homem apto a integrar-se numa vida social mais perfeita e feliz.<sup>342</sup>

Portanto, compreendemos que para esta leitura, o “aperfeiçoamento” moral e/ou espiritual da nação está intimamente relacionado à concepção cristã, e que “é sôbre a sólida formação cristã das consciências, (...) [e] sôbre a conservação e defesa dos mais altos valores espirituais de um povo que repousam as garantias mais seguras da sua estrutura social e as esperanças mais fundadas da grandeza, estabilidade e desenvolvimento das suas instituições.”<sup>343</sup> Para Vargas, esta “natural índole” explica o porque “no Brasil colônia, no Brasil Império, no Brasil República, o lugar da Igreja Católica está marcado em destaque, como fator preponderante na formação espiritual da raça, e as suas doutrinas e ensinamentos constituem as bases da organização da família e da sociedade.”<sup>344</sup>

Entretanto, também é neste momento que este discurso retoma o apelo referente a necessidade de se estabelecer um equilíbrio entre estas forças contratantes - o materialismo e o espiritualismo -, igualmente condenando as posições em sentido contrário. Ou seja, concebendo que deve haver um equilíbrio entre estas, Vargas critica “(...) o desdém do espírito pela matéria [que durante este período] tomava formas quase extravagantes”<sup>345</sup>, sendo este o motivo pelo qual esta lógica discursiva ressalta que:

Não se deve, entretanto, confundir o aparente desligamento da realidade que empolga o sábio, no seu laboratório, com o luxo espiritual que afasta o homem da Natureza e o leva aos bizantinismos e aos jogos de agilidade mental que se superpõem à vida e a deformam. Nem isso, nem a convicção fácil dos que se supõem epicuristas, à caça do êxito falso, do gôzo material, exclusivo, na existência.<sup>346</sup>

Percebemos por meio desta afirmação, uma clara tentativa no sentido de buscar um equilíbrio para esta dialética. Por este motivo é que Vargas ao se referir ao projeto político da Revolução de 30, afirma que este “tinha por finalidade a restauração econômica e a renovação espiritual do Brasil (...), a organização nacional em bases sólidas e

---

<sup>342</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da nova política do Brasil**, op. cit., p. 338 - 339. ou VARGAS, G. op. cit., Vol. VIII, p. 121 - 122.

<sup>343</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. III, p. 306.

<sup>344</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da nova política do Brasil**, op. cit., p. 338. ou VARGAS, G. op. cit., Vol. VI, p. 275.

<sup>345</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. X, p. 222.

<sup>346</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da nova política do Brasil**, op. cit., p. 348. ou VARGAS, G. op. cit., Vol. VIII, p. 211 - 212.

definitivas.”<sup>347</sup> Segundo esta interpretação, já durante o governo provisório, “(...) a Nação entrou a renovar-se, material e espiritualmente.”<sup>348</sup>

\* \* \*

Em suma, na tentativa de sintetizar estas primeiras observações acerca do discurso de Vargas, notamos que ele ressalta a extrema importância da participação dos intelectuais ao lado do governo no que se refere a pensar e solucionar os problemas nacionais. Já quanto à forma com que estes problemas devem ser encarados, ele afirma que isto deve ser feito em vista da própria realidade e possibilidades da nação, porém, não negando as contribuições oriundas do pensamento político e social mundial. Por fim, este discurso aponta para o equívoco de se pensar os problemas nacionais somente à luz das preocupações materiais, entendendo que estas também devem ser encaradas sob o âmbito moral e /ou espiritual, buscando um equilíbrio entre estas duas forças que aparentemente se apresentam conflitantes.

### 2.3 - A CRISE DO MUNDO LIBERAL

Abordando no discurso de Vargas o tema do liberalismo, podemos identificar que a sua primeira e mais evidente colocação se refere aos problemas contidos no modelo de Estado e economia proposta por este regime. É por meio desta crítica e/ou construção argumentativa, que esta lógica discursiva caracteriza a “atual crise” política-econômica. A importância dada a este tema em especial, da mesma forma como o momento em que este é apresentado ao enunciário, responde justamente à necessidade de legitimação do governo recém instaurado pela Revolução de 30. Neste momento, o Governo Provisório é apresentado como o único capaz de levar o Brasil a superação desta “crise de proporções mundiais”, pois para Vargas “(...) a época que atravessamos é de difícil expressão sintética, pela completa subversão de valores e pela falência de pseudo-dogmas infalíveis: em crise, o sistema capitalista; crise econômica (...)”.<sup>349</sup> Neste sentido, “(...) o individualismo [base

---

<sup>347</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. VII, p. 33.

<sup>348</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. VII, p. 143.

<sup>349</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 146.



filosófica do liberalismo como veremos em seguida], sob cujo apogeu parecia ter a civilização ocidental encontrado a fórmula de progresso crescente e estável, decaía, (...)”<sup>350</sup> o que segundo esta linha interpretativa, deixa o campo livre para:

a ambição fria, desmedida e poderosa, [que] espreita as nossas fraquezas de organização, a ausência de espírito público e elevação moral de uns, o utopismo de outros, [sempre agindo] no sentido de cavar divergências internas e atear a chama da guerra civil, que consome os povos e abre as portas à cobiça imperialista (...).”<sup>351</sup>

Apontando para os desdobramentos desta crise dentro do panorama nacional, Vargas ressalta que “todos vós sabeis das atribulações da hora presente e das incertezas dos dias tormentosos que a sociedade humana atravessa, com as violentas transformações dos valores políticos e econômicos que se operam por toda parte (...).”<sup>352</sup> É por este motivo que esta leitura afirma que “o nosso movimento comercial, durante os últimos anos, reflete os efeitos da crise geral experimentada pelas atividades produtoras em todo o mundo.”<sup>353</sup> Percebemos então, que esta lógica constrói um panorama de crise, e para corroborar sua posição, recorre a uma estratégia discursiva pouco presente em sua construção. Sendo esta a apropriação da fala de um representante do próprio regime liberal - o secretário do governo norte-americano - afirmando que:

Aponta-se como fator precípua da perturbação alarmante o desequilíbrio econômico mundial, definido com tanta precisão nas palavras recentemente pronunciadas por Cordell Hull, Secretário do Governo Norte-Americano, perante a Conferência Econômica de Londres: “É opinião universal que o flagelo econômico do presente, com o séquito de prejuízos, sofrimentos e sacrifícios, sem paralelo em nosso tempo, aflige, há três anos e meio, toda a Nação e o mundo em geral. Tesouros exaustos, queda de preços, quebra das finanças e do comércio internacional, baixa considerável na produção e no consumo nacionais, trinta milhões de operários sem trabalho, uma agricultura anêmica, instabilidade universal de moedas e de câmbios, acúmulo de dívidas e excesso de impostos, constituem algumas das experiências do tremendo pânico dos últimos anos.”<sup>354</sup>

No que se refere à superação desta crise, já durante o período estadonovista, esta leitura acaba por negar qualquer recurso de âmbito liberal para superação desta, o que fica claro quando esta lógica discursiva considera que:

---

<sup>350</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da nova política do Brasil**, op. cit., p. 29 - 30. ou VARGAS, G. op. cit., Vol. VI, p. 143 a 146.

<sup>351</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da nova política do Brasil**, op. cit., p. 55. ou VARGAS, G. op. cit., Vol. VI, p. 74.

<sup>352</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. VI, p. 110.

<sup>353</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. III, p. 152.

<sup>354</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. III, p. 30.

A ordenação política não se faz, agora, à sombra do vago humanitarismo retórico que pretendia anular as fronteiras e criar uma sociedade internacional sem peculiaridades nem atritos, unida e fraterna, gozando a paz como um bem natural e não como uma conquista de cada dia. Em vez dêsse panorama de equilíbrio e justa distribuição dos bens da Terra, assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da Pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estereis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem. À democracia política substitue a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo e instituído para defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas. Não há mais lugar para regimes fundados em privilégios e distinções; subsistem, somente, os que incorporam toda a Nação nos mesmos deveres e oferecem, equitativamente, justiça social e oportunidades na luta pela vida.<sup>355</sup>

Quanto à forma como deve ser realizada esta empreitada, Vargas afirma que “devemos, portanto, em proveito de todos, com o elevado escopo de poupar à humanidade (...), agir segundo as tendências da época e promover o levantamento do nível econômico da coletividade.”<sup>356</sup> Assim, esta lógica discursiva acaba por criar o elemento ou argumento legitimador da instauração e das ações do governo revolucionário, afirmando que “sem essa remodelação completa do nosso antiquado e dispendioso quadro administrativo, irrealizável fora do surto revolucionário, seria impossível ao Brasil enfrentar as conseqüências da gravíssima crise econômica e financeira que abala todos os Estados modernos.”<sup>357</sup> Em vista desta interpretação, podemos entender que esta lógica discursiva concebe a existência de um período de crise política e econômica, relacionando esta ao evidente despreparo do sistema liberal, que por sua vez implica na “fraqueza de organização” e na “ausência de espírito público e elevação moral”.

## 2.4 – O DISCURSO ANTILIBERAL

Em vista desta denúncia realizada por Vargas no que se refere à crise pela qual atravessa o mundo liberal, nos cabe neste momento explorar a crítica ao próprio liberalismo enquanto ideologia e/ou regime. Portanto, para darmos continuidade a esta análise, achamos por bem dividir este discurso em duas partes, para serem abordadas separadamente. Logicamente esta divisão somente será realizada devido a uma necessidade

---

<sup>355</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. VII, p. 333 - 334.

<sup>356</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. X, p. 175.

<sup>357</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 28.

pedagógica e analítica, não sendo esta baseada na construção da lógica interna deste discurso, que concebe a crítica ao liberalismo de uma forma geral e não fragmentária. Nesta perspectiva, acreditamos que poderemos tornar mais clara a inteligibilidade deste discurso, ao dividirmos o antiliberalismo de Vargas entre a crítica ao liberalismo político-econômico e a liberal-democracia.

#### 2.4.1 - O DISCURSO ANTILIBERAL POLÍTICO E ECONÔMICO

O discurso antiliberal de Vargas - referente ao âmbito político e econômico - se inicia com a identificação das raízes históricas e filosóficas desta doutrina, evidenciando a sua origem proveniente do “individualismo filosófico” e suas conseqüências dentro da administração dos Estados. Nesta direção, esta lógica discursiva aponta para o fato de que:

Os movimentos emancipadores, ocorridos ao alvorecer do século anterior, abatendo os privilégios de casta, desenfudando a propriedade e tornando triunfantes os direitos do homem, asseguraram, pela livre concorrência, o acesso dos indivíduos a todas as posições, conforme a capacidade de cada um. Esta conquista – característica do individualismo filosófico – repercutiu na organização constitucional dos países cultos. Originou o constitucionalismo clássico, que deu cunho ao século XIX, como reação natural ao absolutismo, até então dominante, e derivou para o cerceamento das funções do Estado ao mínimo possível, reduzindo-as, quasi exclusivamente, à manutenção da ordem e a distribuição da justiça.<sup>358</sup>

Percebemos que para esta leitura, o liberalismo foi o resultado “natural” de uma série de transformações dentro das sociedades a partir do século XVIII, e que a sua base filosófica se apoiava no “individualismo”. Neste contexto, destacamos dois pontos fundamentais dentro da sua lógica discursiva. O primeiro se refere à elevação do indivíduo a um patamar superior ao da coletividade, onde os direitos individuais ganham destaque e/ou privilégios frente ao corpo social e/ou interesses da nação. Esta concepção apresenta-se como contrária a de Vargas, pois para ele, “(...) os direitos dos indivíduos têm de subordinar-se aos deveres para com a Nação.”<sup>359</sup> Já o segundo, aponta para a restrição das ações do Estado, já que para esta linha interpretativa, dentro do regime liberal a única relação do Estado com o indivíduo se dá por meio da “manutenção da ordem” e da “distribuição da justiça”, deixando o Estado à margem da vida social e econômica da nação,

---

<sup>358</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 114 - 115.

<sup>359</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 121.

o que por sua vez, torna-se responsabilidade somente dos indivíduos que a formam. Esta concepção do regime liberal, também vai de encontro à visão de Vargas no que se refere ao papel do Estado. Para ele, “a complexidade dos problemas morais e materiais inerentes à vida moderna alargou o poder de ação do Estado, obrigando-o a intervir mais diretamente, como órgão de coordenação e direção, nos diversos setores da atividade econômica e social.”<sup>360</sup>

Evidencia-se neste momento, a idéia de um Estado “fraco” e/ou “omisso” em contraponto a um Estado forte e tutelar, o qual concebe que as leis devem respeitar a dinâmica da vida sócio-econômica da nação, pois, “(...) justo é que vossa função legisladora se enquadre nos imperativos da época, procurando dar ao Estado a força e o poder capazes de dominar os imprevistos do novo período de transformação humana que se inicia (...)”<sup>361</sup>, o que para Vargas, o Estado liberal não realizava. Esta concepção é defendida frente à afirmação de que “só as mentalidades impermeáveis aos ensinamentos dos factos podem acreditar ainda na validade dos princípios do *laissez-faire* econômico e nos seus corolários políticos. O livre jogo das forças sociais, no estágio de evolução a que atingimos, é a anarquia pura e simples.”<sup>362</sup> Segundo esta leitura, a crença nestes princípios possuem, “como efeito inevitável, (...) o descompasso da vida econômica, evidenciando que o seu mecanismo não foi organizado previdentemente, uma vez que permite aos detentores das forças que o impulsionam movimentá-lo ao sabor dos seus interesses.”<sup>363</sup> Este ponto de vista é sintetizado na afirmação de que:

Examinando detidamente o fator de maior predominância na evolução social, penso não errar afirmando que a causa principal de falharem todos os sistemas econômicos, experimentados para estabelecer o equilíbrio das forças produtoras, se encontra na livre atividade permitida à atuação das energias naturais, isto é, na falta de organização do capital e do trabalho, elementos dinâmicos preponderantes no fenômeno da produção, cuja atividade cumpre, antes de tudo, regular e disciplinar.<sup>364</sup>

De acordo com esta visão, “reconhecendo que o desenvolvimento econômico não deve ser tido como preocupação principal dos governos e deve subordinar-se a uma finalidade social”<sup>365</sup>, esta leitura considera que “o individualismo excessivo, que

---

<sup>360</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. III, p. 135 - 136.

<sup>361</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 116.

<sup>362</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. XI, p. 37.

<sup>363</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 117.

<sup>364</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 116.

<sup>365</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. X, p. 104.

caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social.”<sup>366</sup> Por este motivo é que na concepção de Vargas, “(...) as relações entre o indivíduo e o Estado estão nitidamente definidas, num conjunto de direitos e deveres.(...) [Assim] o indivíduo [não] se opõe ao Estado, no velho conflito, que degenera, freqüentemente, em agitações demagógicas, da concepção liberal clássica (...).”<sup>367</sup> Notamos então, que esta interpretação passa a ver no Estado liberal uma idéia exatamente contrária a sua no que se refere às funções do Estado, pois para esta interpretação, já não restam mais dúvidas, já que “(...) o progresso vertiginoso dos tempos presentes, os múltiplos problemas morais e sociais provocados pela complexidade da vida moderna, alargaram, naturalmente, o poder de ação do Estado muito além dos limites traçados pelo romantismo político do regime parlamentar.”<sup>368</sup> Portanto:

Se as leis expressam direitos e o direito moderno, sob o impulso de fenômenos sociais irresistíveis, tem sofrido modificações radicais, devidos às contingências oriundas do entrelaço econômico dos povos - justo é que a vossa função legisladora se enquadre nos imperativos da época, procurando dar ao Estado a força e o poder capazes de dominar os imprevistos do novo período de transformação humana que se inicia.<sup>369</sup>

Para findar esta crítica, Vargas utiliza-se de uma tática discursiva que se evidencia - sobretudo nesta crítica ao Estado liberal - no estabelecimento de um contraponto criado entre a concepção liberal de Estado e a sua. Esta lógica discursiva cria uma relação bipolar de conceitos, colocando em oposição idéias que representam o “certo” e o “errado”, para então justificar suas atitudes e/ou pontos de vista, como podemos perceber quando ele afirma que:

Representa fato incontroverso - e os constituintes terão de levá-lo em conta - a decadência da democracia liberal e individualista e a preponderância dos governos de autoridade, em consequência do natural alargamento do poder de intervenção do Estado, imposto pela necessidade de atender a maior soma de interesses coletivos e de garantir estávelmente, com o recurso das compressões violentas, a manutenção da ordem pública, condição essencial para o equilíbrio de todos os fatores preponderantes no desenvolvimento do progresso social. A chave de toda organização política moderna é a segurança e eficiência desse equilíbrio. Onde êle falta, ha perturbação, entrelaços e dispersão de energias. Se é verdade, como se afirma, que o princípio de coexistência social evoluiu, deslocando-se do indivíduo para a coletividade, o máximo que se deve aspirar, nos momentos conturbados e

---

<sup>366</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 97 - 98.

<sup>367</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da nova política do Brasil**, op. cit., p. 58. ou VARGAS, G. op. cit., Vol. VI, p. 257 - 258.

<sup>368</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 115.

<sup>369</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 116.

incertos do mundo atual, é a ordem para o trabalho e o respeito para o cidadão, visando conciliar, no interesse de todos, a liberdade com a responsabilidade.<sup>370</sup>

Vargas acredita então, que “a luz destes princípios, o próprio direito modifica-se em sua concepção, afasta-se do conceito clássico e deixa de ser um conjunto de regras abstratas para se transformar em sistema de defesa social, adaptado à existência particular da comunidade onde vigora.”<sup>371</sup> É seguidamente apresentada, a forma com que o Estado brasileiro deve romper com a política liberal, pois é por este caminho que o governo “(...) deve encontrar os limites normais a seu poder de intervenção.”<sup>372</sup> Deste modo, esta lógica discursiva acaba por reafirmar o “necessário” papel do Estado como organizador tutelar da economia nacional, que por sua vez possui como finalidade última a resolução da questão social e/ou da coletividade.

De modo geral, podemos entender que para esta lógica discursiva o liberalismo surge como uma “natural” reação ao absolutismo, o consagrando em nome de uma concepção individualista de mundo, que por sua vez, está relacionada a todo ideário político e econômico que balizou o pensamento do século XVIII. Já no que se refere aos desdobramentos deste liberalismo individualista dentro das sociedades, esta leitura afirma que o Estado passou a ser “um mero distribuidor de justiça e mantedor da ordem”, tendo seus direitos restringidos frente à independência dos indivíduos em se auto-organizarem. Logo, Vargas aponta para o principal mal que esta concepção de Estado apresenta, ou seja, a primazia do indivíduo em detrimento da coletividade. É neste ponto que ele ressalta a necessidade de se construir um Estado forte com um destacado teor tutelar para com a economia e o desenvolvimento social da nação, pois para esta interpretação, esta seria a única forma pela qual o Brasil poderia escapar da crise proporcionada pelo decadente sistema liberal.

O último ponto que devemos destacar, se refere à idéia de que as necessárias transformações políticas não poderiam ocorrer dentro do modelo clássico liberal. Inicialmente, Vargas concebe que estas podem sim ocorrer dentro deste modelo liberal de direito, ou seja, pela “simples” transformação das leis. Esta posição, que a princípio nos parece contraditória, se justifica pelo fato de que durante o Governo Provisório, um

---

<sup>370</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 150.

<sup>371</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 115.

<sup>372</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 115.

discurso de forte teor combativo e/ou de rompimento com a política até então vigente, poderia não ser bem aceito pelos enunciatários deste discurso. Por este motivo, é que uma atitude mais explícita frente a esta questão somente se torna presente e/ou possível dentro desta lógica discursiva pouco antes da implementação do Estado Novo. Devemos então ter claro, que esta atitude discursiva mais “rígida”, presente no pensamento de Vargas pré estadonovista, somente se legitima frente ao recrudescimento deste posicionamento que vinha sendo construído desde o período do Governo Provisório respondendo aos processos e rearranjos histórico-contextuais.

#### 2.4.1.1 - O CAPITALISMO INTERNACIONAL

É neste momento que nos chama atenção as considerações de Vargas sobre o capitalismo internacional. Para entendermos seu posicionamento acerca desta temática, devemos relembrar novamente o lugar gerador deste discurso - o de chefe do governo brasileiro -, pois acreditamos que este é um fator de fundamental importância, já que Vargas dependia diretamente do mercado internacional, devendo galgar uma boa participação brasileira neste.

O primeiro apontamento desta leitura, afirma que “infelizmente, todos êsses esforços no sentido do tratamento igualitário do comércio internacional pelos diversos governos do mundo têm ficado ainda em simples fórmulas vagas, expressas apenas na letra morta de alguns textos históricos.”<sup>373</sup> Para esta lógica discursiva, o que acaba por prevalecer dentro das relações econômicas internacionais, é a própria dinâmica capitalista-liberal, que segundo Vargas:

Com esclarecido acerto, pondera notável pensador [que]: “Abandonar a economia universal ao livre jôgo das fôrças produtoras equivale a caminhar de olhos abertos para uma convulsão futura, pela agravação de seu desequilíbrio evidente”. Daí se induz não devemos apoiar incondicionalmente o imperialismo econômico, que, de longa data, demonstrou as falhas de sua organização (...).<sup>374</sup>

Este raciocínio aponta para dois pontos primordiais dentro de sua construção discursiva. O primeiro, refere-se justamente a crítica ao naturalismo econômico, uma das bases do antiliberalismo de Vargas. Portanto, percebemos que assim como no caso da

---

<sup>373</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 136.

<sup>374</sup> Este “notável pensador” não é referenciado. VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 117.

necessidade de uma regulamentação interna da economia por parte do Estado, esta necessidade também se apresenta no que se refere às relações com o capitalismo internacional, onde o Estado deve assumir um posicionamento gerencial e/ou tutelar destas relações mercadológicas. Já o segundo ponto, refere-se aos monopólios e imperialismos, que se apresentam como expressões deste “desenfreado” liberalismo. Evidenciando a presença desta modalidade capitalista dentro do Brasil, Vargas ressalta que:

Verifica-se que as próprias empresas estrangeiras, principalmente as que exploram serviços públicos, os bancos e as companhias de seguro, ou adquiriram aqui a maior parte dos seus vastos capitais ou operam com boa parte de valores nacionais. Em muitos casos, os seus reduzidos capitais entrados são inferiores aos dividendos exportados em um único exercício financeiro. Número não pequeno de bancos estrangeiros e companhia de seguro realiza operações correntes com os valores brasileiros e, conseqüentemente, distribui dividendos aos seus acionistas estrangeiros de um fictício capital-confiança, sempre muito maior que o capital real.<sup>375</sup>

Vemos então que neste momento, esta leitura chama a atenção para a batalha que se processa “(...) entre o Estado e os poderosos interesses da produção organizados em “trusts” e monopólios (...)”<sup>376</sup>, já que “o combate ao colonialismo econômico é precisamente um dos pontos doutrinários em que todos os brasileiros estão de acordo.”<sup>377</sup> O efeito de sentido que este discurso produz, vai ao encontro da tentativa de se estabelecer a independência da economia nacional, o que mais uma vez esbarra na idéia de um Estado forte e tutelar no que se refere ao desenvolvimento econômico do país. Em vista desta posição, esta linha interpretativa nos ressalta que:

Foi-se a época em que a escrituração das nossas obrigações se fazia no estrangeiro, confiada a bancos e intermediários; não mais nos impressiona a falsa atitude filantrópica dos agentes da finança internacional, sempre prontos a oferecer soluções fáceis e vantajosas. A inversão das capitais imigrantes é, sem dúvida, fator ponderável do nosso progresso, mas não devemos esquecer que ela se opera diante de reais possibilidades remunerativas aqui encontradas, contrastando com a baixa dos juros nos países de origem. Compreende-se, assim, o motivo por que, se não hostilizamos o capital estrangeiro, também, não podemos conceder-lhe outros privilégios além das garantias normais que oferecem os países novos em plena fase de crescimento.<sup>378</sup>

Desta forma, esta lógica discursiva não nos apresenta uma visão combativa, mas sim cautelosa acerca das ações do capital internacional. Podemos entender que tal

---

<sup>375</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 166.

<sup>376</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da nova política do Brasil**, op. cit., p. 30. ou VARGAS, G. op. cit., Vol. VI, p. 143 a 146.

<sup>377</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. XI, p. 38.

<sup>378</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 122.



concepção está colocada no sentido da busca de um equilíbrio entre a defesa da economia nacional e o seu relacionamento com o capitalismo internacional, assim, não negando a necessidade e a importância desta modalidade de capitalismo para a economia nacional. Por isso:

A aplicação de recursos financeiros permanece livre. Não somos infensos à colaboração do capital estrangeiro e aceitamo-la oferecendo possibilidades de segura remuneração. Mas, é preciso lembrar que vão longe os tempos em que era permitida a exploração colonial da nossa mão de obra e das nossas reservas naturais. Só podemos considerar bem-vindos os capitais que se proponham auxiliar o nosso progresso, industrializar as matérias primas, criar riquezas no solo, concorrer, enfim, para o nosso engrandecimento.<sup>379</sup>

De forma geral, percebemos que esta crítica ao capitalismo internacional, somente se legitima no sentido em que “não deve tolerar explorações demagógicas, açambarcamentos, monopólios e lucros exorbitantes, que só podem tornar mais penosa e dura a existência das classes menos favorecidas”<sup>380</sup>, pois assim, esta política dará “ (...) oportunidade excelente para o emprêgo de capitais estrangeiros, que devemos acolher com simpatia, oferecendo-lhes esfera própria de ação e lucros remuneradores, sem permitir, entretanto, que se transformem em árbitros da economia nacional sob a forma de cartéis ou dumpings”<sup>381</sup> Sintetizando esta posição, esta leitura aponta para o fato de que “a política (...) que o Brasil precisa seguir é a da expansão das trocas, sempre que não sejam dirigidas pelos monopólios internacionais, que nos colocariam, bem como às nações que os tolerassem, na situação de meros servidores dos interesses financeiros privados.”<sup>382</sup> Frente a esta concepção política, Vargas ressalta que “(...) não me parece (...), sem maior exame, [que] devemos continuar afirmando um exagêro de expressão que resultou em lugar comum: - a dependência do progresso brasileiro das inversões de capital estrangeiro e que, sem êle, nada será possível fazer.”<sup>383</sup>

Por fim, a posição deste discurso frente ao capitalismo internacional pode ser resumida na necessidade de defesa da economia nacional frente à exploração gerada por este. Entretanto, também devemos ter claro que esta defesa não implica na total condenação e/ou combate destas práticas. O capital internacional é visto, até certo ponto, com bons

---

<sup>379</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da nova política do Brasil**, op. cit., p. 198. ou VARGAS, G. op. cit., Vol. VIII, p. 245.

<sup>380</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. X, p. 168 - 169.

<sup>381</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. X, p. 198.

<sup>382</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. XI, p. 56.

<sup>383</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 165.

olhos pela política de Vargas, sendo somente condenado quando se apresenta na forma de monopólios, cartéis, dumpings ou trusts, já que desta forma, a economia nacional não ganharia em nada, e sim, somente seria explorada. Logo, podemos identificar uma atitude cautelosa frente a esta questão, e que visa a aplicação controlada e equilibrada do capital estrangeiro no Brasil, implicando, na defesa dos interesses internos, mas não no rompimento para com os externos.

#### 2.4.2 - O DISCURSO ANTILIBERAL-DEMOCRÁTICO

Sobre o tema da democracia, a opinião de Vargas aponta inicialmente para a “natural aptidão” do brasileiro ao regime democrático. Segundo ele, “a experiência histórica já demonstrou, de modo insofismável, que a democracia é o regime adequado à índole do nosso povo e aos imperativos do seu processo moral e material.”<sup>384</sup> Entretanto, esta leitura critica a forma como esta está sendo aplicada, já que para a lógica interna deste discurso, a democracia no Brasil não exerce o seu papel de representatividade justamente por estar atrelada ao modelo liberal de democracia.<sup>385</sup> Nesta perspectiva este discurso ressalta que:

(...) a democracia, no sentido que lhe emprestamos, não pode estratificar-se em fórmulas rígidas e imutáveis, fechadas a ação renovadora do tempo e a influência das realidades ambientes; ao contrário, deve revestir-se de plasticidade capaz de refletir o progresso social, aperfeiçoando-se, e de resistência combativa para defender-se quando ameaçada nos seus legítimos fundamentos.<sup>386</sup>

Em vista desta afirmação, podemos perceber que a crítica à democracia realizada por esta lógica discursiva estava intimamente relacionada aos “problemas” existentes no modelo liberal-democrático, e por conseqüência, também ao processo eleitoral brasileiro - que por sua vez serve como um observável e evidente exemplo destes “problemas”. De acordo com esta visão, no que se refere à crítica a democracia em moldes liberais, Vargas afirma que a questão primordial está no fato de que “(...) as democracias se mostravam indecisas e fracas em face dos problemas económicos e sociais”<sup>387</sup>, sendo este um

---

<sup>384</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 183.

<sup>385</sup> Ver mais sobre a concepção de democracia no pensamento de Getúlio Vargas em: CAPELATO, M. H. R. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo, op. cit.

<sup>386</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 183.

<sup>387</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. XI, p. 96.

desdobramento da crítica referente a neutralidade do Estado e/ou regime liberal como um todo, assim como já vimos. Para esta lógica discursiva:

O *sufrágio universal* [grifo nosso] passa, assim, a ser instrumento dos mais audazes a máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e corrilhos. Resulta daí não ser a economia nacional organizada que influi ou prepondera nas decisões governamentais, mas as forças econômicas de caráter privado, insinuadas no poder e dele se servindo em prejuízo dos legítimos interesses da comunidade.<sup>388</sup>

Notamos então, que a relação do voto com a vitória dos interesses privados sobre os interesses nacionais é destacada e condenada. É por este motivo que constatamos que para esta leitura, a democracia não responde aos interesses da realidade sócio-econômica nacional, pois as vontades reais do povo não são atendidas em detrimento das vontades de uma minoria que possuía uma posição privilegiada dentro desta dinâmica apresentada pelo regime liberal e democrático. Condenando assim a forma com que a democracia é efetivada dentro dos regimes liberais, esta leitura destaca o fato de que neste caso:

(...) a intervenção do povo não passa de ficção eleitoral, quando não se deturpa e falseia, através de uma ação formalística estéril e da influência de representantes constituídos em assembleias, onde se trata de tudo e a propósito de tudo se discute, menos dos verdadeiros interesses públicos, onde a irresponsabilidade das decisões disfarça o predomínio de grupos ou indivíduos associados para a exploração do poder.<sup>389</sup>

Tão logo apontando para um lógico desdobramento desta situação, o qual refere-se ao desencantamento do “cidadão” frente a este regime, ressalta-se que:

(...) alarmados pela atordoada dos agitadores profissionais e diante da complexidade da luta política, os homens que não vivem dela mas do seu trabalho deixam os partidos entregues aos que vivem deles, abstendo-se de participar da vida pública, que só poderia beneficiar-se com a intervenção dos elementos de ordem e de ação construtora.<sup>390</sup>

Segundo esta leitura, é por este motivo que “os homens de caráter mas sem ambição de mando, dela se afastavam enjoados, deixando o campo livre ao profissionalismo político e aos aventureiros demagógicos e audaciosos.”<sup>391</sup> Frente a esta situação é que este discurso faz referência a situação anterior a Revolução de 30, entendendo que se este modelo liberal-democrático não fosse superado correr-se-ia o risco da “(...) volta aos Congressos inexpressivos, aos conciliábulos políticos, aos pactos impostos pelas exigências das facções

---

<sup>388</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 22.

<sup>389</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 188.

<sup>390</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 21.

<sup>391</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 188.

e pelo exclusivismo dos partidos sobrepondo-se ao interêsse impessoal da nacionalidade (...)”<sup>392</sup>, motivo pelo qual, “os partidos políticos que mostrassem veleidades de independência eram varridos da bôca das urnas e seus diretores mais graduados ficavam sob a vigilância da polícia. O estado de sítio era o estado normal do Brasil.”<sup>393</sup> Nesta perspectiva, para a superação deste “problema” Vargas ressalta que se deve implantar no Brasil “(...) a limitação do sufrágio universal direto, só aplicável a determinadas questões acessíveis a todos os cidadãos, tornando, assim, a representação mais verdadeira (...)”<sup>394</sup>

Referindo-se especificamente as questões referentes ao caso da democracia no Brasil, este discurso considera que a situação apresenta-se como “(...) uma dolorosa verdade, sabida de todos, que o voto e, portanto, a representação política, condições elementares da existência constitucional dos povos civilizados, não passam de burla, geralmente, entre nós.”<sup>395</sup> Em contraponto, esta lógica discursiva aponta para as medidas que pretendem a superação destes problemas afirmando que:

O voto secreto, medida salutar, aconselhável para assegurar a independência do eleitor, não é o bastante para evitar a prática das tranqüibérnias políticas. É preciso que a presidência das mesas eleitorais seja entregue a magistrados, cujas funções se exerçam cercadas de completas garantias, de ordem moral e material, inacessíveis, assim, ao arbítrio dos mandões do momento. Só assim a opinião pública ficará tranqüilizada quanto ao livre exercício do direito de voto. Só assim alcançaremos o saneamento das nossas praxes políticas e a restauração das normas da democracia.<sup>396</sup>

Vargas então acredita que “(...) o voto secreto (...) liberta o votante da influência compressorá do cacique eleitoral, permitindo-lhe exercitar concientemente o mais sagrado dever cívico (...)”<sup>397</sup> Podemos assim perceber, que este discurso destaca uma recorrente preocupação com o saneamento das práticas eleitorais brasileiras. Esta atitude pode ser justificada, se pensarmos este discurso em paralelo com o contexto dos anos de 1930 a 1934, quando uma das principais alegações para a legitimação do governo instaurado pela Revolução de 30, baseou-se na denúncia de fraudes nas eleições ocorridas para a sucessão do então presidente Washington Luiz. Entretanto, neste momento nos cabe a necessidade de fazermos um adendo no que se refere à proposta apresentada para o remodelamento deste

---

<sup>392</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 55.

<sup>393</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 21.

<sup>394</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da nova política do Brasil**, op. cit., p. 56. ou VARGAS, G. op. cit., Vol. VI, p. 154 - 155.

<sup>395</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 22.

<sup>396</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 23 - 24.

<sup>397</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 55.

sistema democrático liberal, pois devemos ressaltar que esta leitura somente se restringe ao período anterior a instalação do regime estadonovista, já que após este evento, a proposta democrática deste discurso atinge um novo âmbito, sobrepondo-se a simples resolução de problemas pontuais da liberal democracia. Neste segundo momento, esta leitura passa a propor um inteiramente novo sistema democrático visando à substituição e total superação deste sistema liberal, como veremos no decorrer desta análise.

Em suma, este discurso condena o modelo democrático proposto pelo liberalismo devido ao fato de que este não representa realmente as vontades do povo e/ou coletividade, sobrepondo a estas as vontades de uma minoria, que em grande parte, pode ser representada pelas “forças econômicas de caráter privado”, que por sua vez são apresentadas como forças contrárias aos interesses nacionais, como já vimos anteriormente. Este discurso também entende que a participação do povo neste processo não passa de “ficção eleitoral”, fazendo com que o homem comum se afaste da vida política e fique desacreditado frente às possibilidades de encontrar a sua representação frente ao Estado. Por fim, quanto ao desdobramento desta crítica frente ao caso brasileiro, esta leitura aponta para a inexistência da representatividade política frente ao modelo democrático adotado - o liberal - e a ínfima recorrência de fraudes eleitorais. Sendo que se referindo a esta última questão, Vargas, inicialmente, aponta para várias medidas que poderiam resolver esta questão, mudando evidentemente seu posicionamento após a instauração do Estado Novo.

#### 2.4.2.1 - OS PARTIDOS POLÍTICOS

Ainda dentro desta crítica ao modelo democrático-liberal, a lógica discursiva de Vargas também nos apresenta algumas considerações que tratam dos partidos políticos, e que por sua vez estão diretamente relacionadas à condenação do “pluralismo” dentro na nação. Este termo pode ser também relacionado às questões grupalistas e classistas, mesmo que possua como ponto primordial de combate os partidos políticos. Sobre isto, esta leitura ressalta que:

A verdadeira função dos partidos políticos, (...) consiste em dar expressão e reduzir princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito, não a exercem os nossos agrupamentos partidários tradicionais. O fato é sobremodo sintomático se lembrarmos que da sua atividade depende o

bom funcionamento de todo sistema baseado na livre concorrência de opiniões e interesses.<sup>398</sup>

De acordo com esta perspectiva, Vargas aponta para o fato de que os partidos políticos estão agindo em sentido contrário aos seus desígnios, ou seja, estão agindo em favor da pluralidade e em detrimento da coletividade e/ou unidade nacional. O que esta lógica discursiva pretende, é justamente criar um efeito de sentido no qual os partidos transformam-se em inimigos da democracia, já que estes, não executam os seus devidos papéis político-sociais. Para corroborar este posicionamento, referindo-se as previstas eleições de 1937, este discurso afirma que:

Para comprovar a pobreza e desorganização da nossa vida política, nos moldes em que se vem processando, aí está o problema da sucessão presidencial [de 1937], transformado em irrisória competição de grupos, obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas, diante do completo desinteresse e total indiferença das forças vivas da Nação.<sup>399</sup>

Portanto, Vargas acredita que “(...) por conta dêsse liberalismo anacrônico e demagógico, caldo de cultura onde se desenvolviam o regionalismo, o caciquismo, o caudilhismo e os extremismos da esquerda e da direita (...)”<sup>400</sup>, os partidos perderam sua devida expressão dentro da sociedade. Frente a esta constatação, ele afirma que “na mentalidade partidária, desaparecera o espírito público, substituído pelas propensões egoístas”<sup>401</sup>, o que por sua vez evidencia o desaparecimento dos “(...) partidos políticos, como intérpretes do pensamento nacional (...)”<sup>402</sup>. Para esta lógica discursiva:

Tanto os velhos partidos, como os novos em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas em torno dos objetivos subalternos.<sup>403</sup>

Desta maneira este discurso acaba por compreender que “as alianças [políticas] formam-se ou desaparecem, não por efeito das afinidades ideológicas, mas pelo cálculo e ajustamento dos interesses em equação, que reduzem ou acomodam, fãcilmente, as chamadas divergências de ordem doutrinária.”<sup>404</sup> Por este motivo é que este panorama

---

<sup>398</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 20.

<sup>399</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 21.

<sup>400</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 187.

<sup>401</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 26.

<sup>402</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 27.

<sup>403</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 20.

<sup>404</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. VII, p. 24.

deixa o caminho aberto para “o caudilhismo regional, [que] dissimulado sôb aparências de organização partidária, armava-se para impôr à Nação as suas decisões, constituindo-se, assim, em ameaça ostensiva à unidade nacional.”<sup>405</sup> Referindo-se então à ação destes partidos, Vargas destaca que “só duas alternativas lhe restam: ou ambicionam impôr o predomínio de um Estado sôbre todos os outros do Brasil, ou querem chegar ao separatismo.”<sup>406</sup>

Em decorrência deste posicionamento, esta leitura ressalta que “o Govêrno Provisório não fez política no sentido de submeter-se aos postulados e às solicitações dos interesses de partidos, de classes ou facções.”<sup>407</sup> Esta idéia é recorrentemente reafirmada dentro desta lógica discursiva, entretanto, a forma como esta transparece dentro deste discurso se transforma frente ao contexto onde ela é apresentada. Destacamos que ainda durante o governo provisório, Vargas afirma que “estamos governando à margem dos partidos, alheios aos seus interesses. [porem] Aceitamo-lhes a cooperação, sem fazer política partidária, e, longe de hostilizá-los, queremos, ao contrário, deixar-lhes plena liberdade de organização.”<sup>408</sup> Sintetizando esta posição, este discurso afirma-se que:

O Govêrno Provisório e seus delegados nos Estados têm-se mantido em atitude serena e imparcial, que não implica, de-certo, hostilizar as organizações políticas, cuja atividade e formação desejaria, ao contrário, se desenvolvessem livremente, como meio de disciplinar as correntes de opinião, dentro da ordem e pela afinidade das idéias. O assêrto torna-se tanto mais procedente quanto é reconhecido e proclamado o mal da falta de partidos nacionais, pois os raros que existem têm estrutura e finalidades de caracter regional.<sup>409</sup>

Notamos então, que em um primeiro momento Vargas aponta para a ocorrência de uma relação “harmoniosa” entre estes e o governo. Porém, quando da aproximação das eleições de 1937 e do golpe estadonovista, a sua posição e atitude frente a esta questão, passam a adquirir um maior recrudescimento. Neste momento, ele torna-se mais taxativo ao afirmar que a democracia de partidos, “nos períodos de crise, como o que atravessamos, (...) ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil.”<sup>410</sup> Ressalta-se que “(...) as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos

---

<sup>405</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 22.

<sup>406</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 83.

<sup>407</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 33.

<sup>408</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 125 - 126.

<sup>409</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 33.

<sup>410</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 21.

processos democrático, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder central.”<sup>411</sup> Exatamente em vista da resolução destes problemas, que esta liberdade de organização partidária passou a não mais existir após a instauração do Estado Novo.<sup>412</sup> Referindo-se a esta atitude, Vargas afirma que:

Quando os partidos políticos se dissolveram, não foi apenas por um decreto que determinava sua dissolução, porque, quando foi êle baixado, as agremiações partidárias já não existiam. Os partidos haviam perdido sua razão de ser, ou porque não tinham programa ou porque os seus programas não correspondiam às realidades palpitantes da vida nacional. Eram formas sem substância.<sup>413</sup>

Em suma, a crítica de Vargas para com os partidos políticos está fundamentalmente relacionada à condenação do pluralismo. Motivo pelo qual, inicialmente este discurso aponta para o fato de que os atuais partidos nacionais perderam os seus sentidos de existência, uma vez que não mais são representantes das aspirações da coletividade, e nem ao menos possuem um corpo ideológico definido. Esta lógica discursiva acusa estes partidos de somente agirem em função de interesses individuais, de grupos ou classes, logo, indo de encontro às “reais” aspirações nacionais. Portanto, devemos destacar que toda esta crítica aos partidos está balizada, sobretudo, nas deficiências do regime liberal-democrático, pois é somente por meio deste que os interesses particulares podem se sobrepor aos do Estado, assim como já observamos anteriormente.

#### 2.4.2.2 - A DEMOCRACIA ESTADONOVISTA

Neste momento, percebemos que toda a construção discursiva referente à condenação dos partidos políticos culmina na proibição de sua existência, e que a construção discursiva de legitimação desta atitude recorre a reutilização de alguns discursos que já vinha sendo proferidos desde o período do Governo Provisório - em função das

---

<sup>411</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 22 - 23.

<sup>412</sup> Esta posição dentro do cenário político brasileiro não é originária do pensamento de Vargas, além de ser uma discussão já recorrente dentro do campo político internacional, o próprio Vargas cita Campos Salles reafirmando esta posição: “Entendi dever consagrar o meu Govêrno a uma obra puramente de administração, separando-a dos interesses e das paixões partidárias, para só cuidar da solução dos complicados problemas que constituíam o oneroso legado de um longo passado. Compreendi que não seria através da vivacidade incandescente das lutas políticas que eu chegaria a salvar os créditos da Nação, comprometidos em uma concordata com os deveres externos.” VARGAS, G. op. Cit., Vol. I, p. 162.

<sup>413</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V. p. 134.



críticas ao processo eleitoral brasileiro. Por este motivo, questões como a dialética entre o individualismo e a coletividade, assim como a alegação da inexistência de sólidos corpos ideológicos partidários, são novamente trazidos à tona quando da instauração do Estado Novo. Entretanto, neste momento, além da reafirmação deste discurso que anteriormente já vinha sendo produzido, um novo conjunto de argumentações se insere neste corpo discursivo, ressaltando-se agora, que “o Estado, segundo a ordem nova, (...) deve prescindir (...) dos intermediários políticos, para manter contacto com o povo e consultar as suas aspirações e necessidades.”<sup>414</sup> Segundo Vargas, esta atitude não se apresenta como antidemocrática, uma vez que, “hoje, o Govêrno não tem mais intermediários entre êle e o povo. Não [há] mais mandatários e partidos. Não há mais representantes de grupos e não há mais representantes de interêsses partidários.”<sup>415</sup> Nesta perspectiva, o que se pretende é deixar o governo em um estado de “(...) alheimento às competições partidárias, [criando] uma atmosfera de serenidade e confiança, propícia ao desenvolvimento das instituições democráticas”<sup>416</sup>, instituindo-se, “(...) um pensamento único e central, visando, exclusivamente, o interêsse coletivo.”<sup>417</sup> Por este motivo é que esta leitura afirma que “à medida que impulsionamos as fôrças da produção para favorecer o progresso geral e unificar econômicamente o país, organizamos o trabalho, disciplinamo-lo sem compressões inúteis, afastando a luta de classes e estabelecendo as verdadeiras bases da justiça social.”<sup>418</sup> Sintetizando esta idéia, este discurso aponta para o fato de que:

Toda a originalidade do Estado brasileiro reside na sábia dosagem de um sistema de direitos e deveres recíprocos. Nesse sistema, o Estado reflete a vontade da Nação organizada como entidade viva, e o cidadão, tendo lugar marcado dentro da organização nacional, dispõe de espaço livre para o exercício de suas liberdades fundamentais.<sup>419</sup>

Notamos então que esta lógica discursiva apela para a defesa da “verdadeira” democracia, sendo esta representada pelo novo regime instaurado, o qual se apresenta “(...) essencialmente democrático, porque não baseia a sua representação num sistema de indicações e artificialismos, e sim na colaboração direta do povo, através das suas fôrças

---

<sup>414</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 123.

<sup>415</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 134.

<sup>416</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 20.

<sup>417</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 97.

<sup>418</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. X, p. 32.

<sup>419</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da nova política do Brasil**, op. cit., p. 58. ou VARGAS, G. op. cit., Vol. VI, p. 257 - 258.

econômicas e das suas organizações de produção e de trabalho. Só assim poderia a nossa atual estrutura política traduzir realmente a representação efetiva do Brasil.<sup>420</sup>

Em virtude desta colocação, compreendemos que segundo esta leitura, a “verdadeira” representação não deve ser eminentemente política, mas sim econômica. Desta forma, a democracia estadonovista se apresenta exatamente contrária a “inexpressiva” democracia liberal. Em suma, esta construção discursiva de legitimação do novo modelo democrático estadonovista, apela, sobretudo, para o fato de que:

(...) foge às mistificações do regime anterior, sendo, contudo mais democrático na sua essência, integrado, como está, no sentido concreto das nossas realidades. O Estado Novo, verdadeiramente democrático, deve possuir a condição e a característica de um Governo forte, que não admita a sobrevivência do espírito de desagregação e as expressões particularistas ora subjugadas, que viviam à sombra das concessões e das transigências do Poder Central.<sup>421</sup>

Em síntese, observamos que toda esta lógica discursiva de condenação dos partidos políticos, é reelaborado após 1937 com o intuito de legitimar o modelo democrático estadonovista, resgatando, os discursos que anteriormente a esta data já evidenciavam este combate. Basicamente, esta lógica discursiva consistia na comparação do modelo democrático estadonovista para com o liberal. Onde, criava-se um efeito de sentido no qual se legitimava a maior eficiência do modelo estadonovista ao afirmar que este promove a representatividade de forma mais eficiente, ou seja, uma representatividade fundamentalmente econômica, e não política, como propõe o modelo liberal. Dentro desta perspectiva, a liberal-democracia é apresentada como incapaz de promover a devida representatividade necessária ao organismo e/ou vida política, econômica e social da nação.

## 2.5 - O LIBERALISMO E O COMUNISMO

A priori, devemos sublinhar que Vargas não sistematiza uma construção discursiva visando associar os seus discursos antiliberal e anticomunista, entretanto, dentro de sua crítica ao comunismo, por vezes, ele acaba fazendo referências ao liberalismo. Por este

---

<sup>420</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. VII, p. 319.

<sup>421</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. VII, P. 319.

motivo, ao menos, podemos identificar as possibilidades de um relacionamento entre estas duas temáticas, que serão abordadas de duas formas distintas.<sup>422</sup>

Primeiramente, ressaltamos que esta leitura entende que “numa sociedade [pautado pelo regime liberal] onde os interesses individuais prevalecem sobre os interesses coletivos, a luta de classes pode surgir com o caráter de uma reação e conseqüências funestas”<sup>423</sup>, o que por sua vez, deixaria o caminho aberto para “(...) a infiltração de elementos que possam transformar-se, fronteiras a dentro, em focos de dissensões ideológicas (...)”<sup>424</sup> Em decorrência desta situação, este discurso acredita que ao “(...) implantar e sistematizar a desordem, (...) [cria-se as] condições de êxito e oportunidades que (...) permitem [aos comunistas] empolgar o poder afim de exercê-lo tirânicamente, em nome e em proveito de um pequeno grupo de ilusos, de audazes e de exploradores (...)”<sup>425</sup> Constatamos assim, que esta linha interpretativa acredita que um Estado que não reserva a devida atenção ao desenvolvimento político-econômico da nação, a exemplo do liberal, deixa o caminho livre para as “convulsões sociais”, sendo estas entendidas como uma premissa básica para o crescimento do comunismo dentro da sociedade.

Notamos então, que o surgimento do comunismo dentro do regime liberal não passa de uma simples colocação frente a uma crítica mais ampla, ou seja, a referente à condenação do pluralismo. O Estado liberal não é visto somente como responsável por “facilitar” o crescimento do comunismo, mas também o do regionalismo, do caciquismo, do caudilhismo, e até mesmo dos extremismos da direita, que segundo esta lógica se apresentam “(...) protegidos pelas garantias excepcionais do regime.”<sup>426</sup> Na tentativa de apontar para um exemplo prático no que se refere a esta questão, Vargas afirma que “a organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do

---

<sup>422</sup> Ressalta-se neste momento que as considerações feitas pelo discurso de Vargas no que se refere ao crescimento do comunismo dentro do “inexpressivo” Estado liberal, também se refere às possibilidades do crescimento do fascismo dentro da sociedade. Veremos no decorrer deste capítulo, que o conceito de “extremismo” construído por este discurso, posteriormente - após as previstas eleições de 1937 -, passa a também englobar o fascismo.

<sup>423</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da nova política do Brasil**, op. cit., p. 220. ou VARGAS, G. op. cit., Vol. VIII, p. 163.

<sup>424</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da nova política do Brasil**, op. cit., p. 292. ou VARGAS, G. op. cit., Vol. VI, p. 88.

<sup>425</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 140.

<sup>426</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 152.

sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspectos (...)”<sup>427</sup>, o que pode ser comprovado:

(...) por ocasião do golpe extremista de 1935, quando o Poder Legislativo foi compelido a emendar a Constituição e a instituir o estado de guerra, que, depois de vigorar mais de um ano, teve de ser restabelecido por solicitação das forças armadas, em virtude do recrudescimento do surto comunista, favorecido pelo ambiente turvo dos comícios e da caça ao eleitorado.<sup>428</sup>

Já em um segundo memento, nosso foco se volta à possibilidade do regime democrático ser a melhor forma para que os comunistas chegassem poder. Neste sentido, este discurso ressalta que o comunismo “nunca poderá vencer, (...) utilizando a propaganda aberta e franca, feita lealmente e sem temor à verdade, para dominar a vontade das maiorias, pelo exercício do voto livre.”<sup>429</sup> Por este motivo, os comunistas: “(...) nunca poderão contar com a maioria da representação política.”<sup>430</sup> Logo, podemos perceber que esta não é uma preocupação relevante para o discurso de Vargas.

Portanto, ao explorarmos as possibilidades de relacionar os discursos antiliberal e anticomunista proferidos por Vargas, notamos que a única clara relação entre estes está na condenação do pluralismo político gerado pela política do Estado liberal. Assim como o regionalismo, o caciquismo e o caudilhismo, o comunismo também é entendido como uma força desintegradora da unidade nacional, que encontra as possibilidades de se desenvolver dentro deste regime. Por fim, ressaltamos que esta interpretação não acredita que o comunismo possa galgar uma posição de poder frente às disputas democráticas e/ou eleitorais.

## 2.6 - O DISCURSO ANTICOMUNISTA

Dando início neste momento a análise do anticomunismo proferido por Vargas, primeiramente, devemos ressaltar que este discurso se apóia fundamentalmente no relacionamento do comunismo como cenário e/ou contexto político nacional. Ou seja, a crítica e/ou combate puro e simples do ideário, ou até mesmo de regimes de orientação comunista, não é recorrente neste discurso. Toda esta lógica discursiva é construída em

---

<sup>427</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 23.

<sup>428</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 23.

<sup>429</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 140.

<sup>430</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 140.

relação ao fenômeno comunista no Brasil. Por este motivo é que as críticas e considerações mais abrangentes acerca desta ideologia de esquerda, somente se processam quando relacionadas com o comunismo nacional. Porém, também não podemos perder de vista que parte da argumentação presente no interior desta construção discursiva esta ancorada em fundamentos de caráter filosófico, o que se justifica, sobretudo, em função da leitura e/ou apropriação das experiências políticas e intelectuais internacionais - como as advindas dos EUA e do fascismo europeu -, que por sua vez, também estão evidentemente direcionadas à perspectiva nacional. Afinal, esta leitura não se produz fora das interdições discursivas de âmbito político, econômico e social internacional, nas quais se encontra inserido.

Nesta perspectiva, também cabe apresentar algumas considerações acerca do intuito da produção deste discurso. Inicialmente, devemos destacar que a especificidade do anticomunismo de Vargas decorre do fato de que toda a criação desta lógica discursiva visava a legitimação de posições e/ou práticas de seu governo. Talvez o mais emblemático exemplo desta relação esteja na criação do “perigo comunista” e da exploração da ocorrida Intentona Comunista de 1935, a qual serviu de base para toda a argumentação construída em torno da legitimação discursiva que visou instauração do regime estadonovista.

A última consideração que trazemos, está no fato de que podemos observar claramente que somente a partir do ano de 1935 o comunismo passa a ser um tema integrante e recorrente dentro desta lógica discursiva. Antes desta data não encontramos nenhuma referência anticomunista neste discurso. É em decorrência deste fato, que identificamos o intuito prático desta construção discursiva nos processos de legitimação que já citamos, e é por este motivo que o combate de Vargas frente o comunismo se apresenta extremamente relacionado às questões práticas, e não às teóricas e/ou ideológicas do comunismo, salvo as considerações acerca da origem materialista de tal ideologia ou algumas esporádicas colocações. Evidencia-se assim o caráter pragmático e/ou de propaganda política que predomina nesta produção, até porque não se trata de um provável e/ou hipotético governo, mas de um governo efetivo, com toda gama de compromissos práticos.

\* \* \*

A primeira consideração relevante a ser apresentada pelo anticomunismo de Vargas refere-se à origem filosófica do comunismo, que segundo ele está “alicerçad[a] no conceito materialista da vida (...) [e] consitúi-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã.”<sup>431</sup> Esta leitura condena o comunismo devido ao fato de que no Brasil, “à luz da nossa formação espiritual, só podemos concebe-lo como o aniquilamento absoluto de todas as conquistas da cultura ocidental, sob o império dos baixos apetites e das ínfimas paixões da humanidade - espécie de regresso ao primitivismo (...)”.<sup>432</sup> notamos então, que esta crítica fundamenta-se essencialmente na condenação de uma visão parcial de mundo, ou seja, uma concepção fundamentalmente materialista.

Nesta perspectiva, podemos nos remeter a crítica que este discurso apresenta frente às interpretações estritamente materialistas dos problemas nacionais, as quais, já apresentamos no início deste capítulo. Destacamos também a necessidade que este discurso possui em relação ao estabelecimento de um equilíbrio entre as concepções materiais e espirituais - e/ou morais - de mundo, sendo esta última, concebida por meio de um íntimo relacionamento à doutrina cristã. Constatamos então, que o anticomunismo proferido por Vargas parte inicialmente de uma crítica ao materialismo - da mesma forma como ocorre quando da gênese do discurso antiliberal -, sendo este apelo discursivo uma exceção, já que esta argumentação apela pouco às contestações ideológicas, apoiando-se, sobretudo, no combate às práticas “concretas” do comunismo nacional.

### 2.6.1 – O COMUNISMO NO BRASIL

Já quanto ao combate e a denúncia das ações dos comunistas no Brasil, podemos verificar que existia uma recorrente tentativa de criar um efeito discursivo no sentido de desprestigiar estas. Nesta direção Vargas nos afirma que:

O programa apregoado pelos sectários do comunismo no Brasil, ignorantes do que vai pelo país e vasios de idéias válidas, incluía, como aspiração do proletariado nacional, reformas já executadas e em pleno vigor. O nosso operário nada teria a lucrar com o regime soviético. Perderia, pelo contrário, as conquistas obtidas como concessão espontânea dos poderes instituídos, em troca da submissão ao trabalho forçado e coletivo.<sup>433</sup>

---

<sup>431</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 139.

<sup>432</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 139.

<sup>433</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 143.

Percebemos que para ele, o discurso dos comunistas brasileiros se apresenta desvinculado da realidade nacional, já que nem ao menos conheciam a sua própria realidade. Outro relevante ponto desta argumentação está no fato de que para esta lógica discursiva, até mesmo as “legítimas” aspirações destes comunistas estavam imbuídas de um caráter “falso”, já que “(...) êles se diziam protetores do proletário, e suprimiram a sua liberdade, instituindo o trabalho escravo; prometiam a terra, e despojaram os camponeses das suas lavouras, forçando-os a trabalhar por conta do Estado, sob o jugo de uma ditadura feroz, reduzidos a ainda maior miséria.”<sup>434</sup> Também verificamos, que este discurso condena o apelo a “liberdade” realizado pelos comunistas, pois entende que este regime não passa da simples instauração de um modelo escravocrata, onde o próprio Estado passa a ser o “senhor” e povo os “escravos”. Sobre esta afirmação, lança-se um alerta ao povo brasileiro, ressaltando que os comunistas:

(...) usando das grandes palavras e dos rótulos ideológicos vistosos; simulam atitudes nacionalistas, levam a sizânia aos próprios lares; apelam para os sentimentos altruísticos e nobres, enquanto corrompem pelo ouro as consciências venais; compram cumplicidades e auxílios pelo terror das denúncias e delações, do mesmo modo que exercem a vindita, com requintes de selvagem cruel.<sup>435</sup>

Segundo esta leitura, os comunistas utilizam-se de “mentiras” para assim seduzirem o povo em prol de sua causa, sendo que estas, se apóiam “nas promessas abundantes e falazes, [pois] os nossos comunistas imitam os apóstolos do bolchevismo russo, evitando, porém, lembrar como conseguiram sovieterizar a Rússia.”<sup>436</sup> Para Vargas, os brasileiros não devem se deixar enganar quando os “(...) agitadores apresentarem-se como arautos da democracia e da liberdade, [pois] precisamos observar se, sob disfarces de raposa, não são êles ursos moscovitas, procurando destruir o que temos de mais sagrado, as bases das nossas instituições: a Pátria, a Religião, a Família.”<sup>437</sup> Esta interpretação então aponta para o cuidado que os brasileiros devem tomar frente às promessas comunistas, uma vez que estas não condizem com o “verdadeiro” credo de sua ideologia. Mesmo que estes afirmem o contrário, este discurso os enquadra como inimigos da liberdade, da democracia e da

---

<sup>434</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 141.

<sup>435</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 154.

<sup>436</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 141.

<sup>437</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da nova política do Brasil**, op. cit., p. 58. ou VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 199.

nacionalidade, como também inimigos dos valores entendidos como básicos para a nacionalidade, ou seja, “da pátria, da religião e da família”.

Indo mais a fundo no que se refere à propaganda do comunismo no Brasil, Vargas ressalta que “devo prevenir-vos contra as maneiras multiformes de favorecer a ideologia dissolvente”<sup>438</sup>, sendo que esta afirmação, já evidencia a criação de um efeito de sentido no qual destaca-se o “perigo comunista”. Nesta direção, ele afirma que:

Não são perigosos, apenas, os comunistas rubros, ativos e práticos, que fazem claramente a sua nefasta propaganda e aliciamento. Igualmente o são os de outras variedades, mais difíceis de caracterizar e que, ao contrário dos primeiros, escapam à enérgica e pronta ação defensiva do Governo. Os disfarçados, íntimamente vermelhos, atuando com duplicidade; os hipócritas, que afetam atitudes e, até, rótulos nacionalistas, acumplicitam-se à obra de destruição e, na treva, serem às ligações inimigas, encobrendo os manejos dos adversários da nossa existência de povo livre, não são menos temíveis.<sup>439</sup>

Portanto, esta lógica discursiva aponta para o fato de que, “como por toda parte, também entre nós [os agentes do comunismo] se distribuem por categorias de fácil identificação.”<sup>440</sup> Mesmo classificando os comunistas em três distintos grupos, ele ressalta que “sejam quais forem os disfarces e os processos usados, os adeptos do comunismo perseguem, invariavelmente, os mesmos fins.”<sup>441</sup> Logo, além dos “comunistas rubros, ativos e práticos”<sup>442</sup> que caracterizam a primeira forma de disfarce, também haviam:

(...) os conspiradores, partidários da violência, querendo precipitar os acontecimentos pelos golpes de força e pela técnica da rebelião, certos de que nunca poderão contar com a maioria da representação política ou, antes, seguros de que terão de enfrentar sempre a repulsa integral do povo brasileiro. Êsses são, pelo menos, coerentes, porquanto o regime soviético visa, precisamente, instituir o govêrno das minorias opressoras, escravizando a inconciência das maiorias.<sup>443</sup>

Por fim, o último grupo de identificação, que elucidava mais uma das formas como os “agentes de Moscou” se apresentavam dentro do contexto político nacional, era onde encontravam-se:

(...) os pregadores, os professores, os doutrinadores do comunismo, disfarçados em marxistas, em ideólogos de nova era social, mistificadores de toda casta, perniciosos e astutos. São os que envenenam o ambiente, turvam as águas, não praticando mas ensinando o comunismo nas escolas, distribuindo livros sectaristas, propinando o veneno e protestando inocência a cada passo, pois não invocam, na sua lábia, a violência e sim a modificação

---

<sup>438</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 186.

<sup>439</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 186.

<sup>440</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 140.

<sup>441</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 140.

<sup>442</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 186.

<sup>443</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 140 - 141



evolutiva dos valores universais. Tão perigosos quanto os outros, definem-se pela pusilanimidade e pela hipocrisia com que se mascaram, adaptando-se às exigências do meio social onde vivem e de cujo trabalho se mantêm parasitariamente.<sup>444</sup>

Podemos compreender que para esta linha interpretativa o comunismo age de diversas formas, possuindo basicamente três níveis e/ou estratégias de ação, o que por sua vez o insere em diferentes âmbitos da sociedade. Frente a esta constatação, notamos que esta classificação possui como intuito primordial criar um efeito de sentido no qual é lançado o alerta para “o perigo desta perniciosa infiltração comunista”, sendo este o ponto primordial do discurso anticomunista de Vargas. Também devemos nos ater às considerações que colocam em pé de igualdade comunistas e marxistas. Para esta lógica discursiva, marxismo e comunismo são sinônimos e/ou sócios da mesma empreitada destruidora das nacionalidades. Ressalta-se que em momento algum esta leitura apresenta uma sistematização visando a diferenciação entre as correntes de pensamento da esquerda, considerando genericamente todas como simplesmente comunistas.

É neste momento que um novo âmbito de crítica e combate é inserido a esta lógica discursiva, sendo este referente à existência de “(...) comunistas mobilizados além-fronteiras [unidos] para demolir-nos por todos os meios e modos [os quais] só podemos opôr o protesto dos nossos sentimentos de altivez e de patriótica repulsa (...).”<sup>445</sup> Sobre esta questão Vargas afirma que:

Sempre fomos um povo pacífico, desejoso de viver em bôa harmonia com todos os povos. Assim como não toleramos intromissões nas nossas questões internas, também, não estabelecemos preferências para as nossas relações, condicionando-as às diretrizes da vida política dos outros países, a menos, naturalmente, que, tal como no caso do comunismo, se procure amparar formações partidárias em nosso território, atribuindo-lhes atividades estranhas às nossas tradições sociais, e, portanto, perigosas e perturbadoras.<sup>446</sup>

Percebemos então, que esta interpretação entende que “a ação demolidora do comunismo russo é vária e multiforme. Na sua faina insidiosa de levar a perturbação a todos os povos, engendrou uma técnica especializada do crime contra a ordem social, em nada semelhante aos processos dos conspiradores comuns.”<sup>447</sup> Por este motivo é que Vargas ressalta que “não alimentamos dúvidas sôbre os processos e intuits dos elementos

---

<sup>444</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 141.

<sup>445</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 154.

<sup>446</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 185.

<sup>447</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 185.

empenhados em transformar-nos em colônia de Moscou.”<sup>448</sup> Nesta perspectiva, notamos que esta lógica discursiva considera o comunismo como uma ideologia apátrida e/ou internacionalista, e para isto, baseia-se na constatação de que todos os comunistas são “(...) adestrados e mantidos pela INTERNACIONAL COMUNISTA, instalada em Moscou.”<sup>449</sup> Este discurso entende que o comunismo apresenta-se como um eminente perigo para a nacionalidade e soberania brasileira.

De forma geral, entendemos que este discurso condena os comunistas do Brasil, inicialmente, pelo fato de que estes nem ao menos compreendem a situação na qual encontrava-se o trabalhador brasileiro, reivindicando direitos que já haviam sido outorgados. Em um segundo momento, esta leitura também ressalta a demagogia presente no discurso destes comunistas, que em nome da liberdade, da democracia e do nacionalismo, pretendem implantar um regime exatamente avesso a estes ideais, indo de encontro aos valores básicos da nação. Já quanto à forma como estes comunistas agem, Vargas os classifica em três distintos grupos, nos quais, o primeiro era formado por comunistas declarados e ativos, que abertamente faziam a propaganda de sua ideologia; o segundo, pelos conspiradores, ou seja, pelos comunistas não declarados que pretendem por meio da violência instaurar a nova ordem - sendo que estes podem ser identificados por meio da ocorrida Intentona de 1935 - ; e, por fim, o terceiro, que era formado pelos pregadores e/ou professores que disfarçados de marxistas introduzem a ideologia comunista dentro da sociedade. Para esta interpretação, os comunistas estavam infiltrados em todos os âmbitos da sociedade, e também eram entendidos como agentes mantidos, treinados e a trabalho do comunismo russo, com a missão de transformar o Brasil em uma simples colônia de Moscou. Daí que provém o caráter apátrida de tal ideologia segundo Vargas e a criação do “perigo comunista”.

## 2.6.2 - O PERIGO COMUNISTA E A INTENTONA DE 1937

Como já indicamos, a criação discursiva do “perigo comunista” está diretamente relacionada a necessidade de se estabelecer um álibi que justificasse as perseguições, o

---

<sup>448</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 185.

<sup>449</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 153.

estado de sítio - ou de guerra - e a implantação do Estado Novo. Por isto, esta leitura recorre a uma estratégia discursiva onde reafirma constantemente o “eminente perigo” de uma revolução e/ou golpe esquerdista, ao mesmo tempo em que apresenta o comunismo como uma ideologia contrária às aspirações nacionais e a própria ideologia proposta e adotada pelo Estado brasileiro. Por estes motivos Vargas afirma que:

(...) o comunismo está condenado a manter-se em atitude de permanente violência, falha de qualquer sentido construtor e orgânico, isto é, subversiva e demolidora, visando, por todos os meios, implantar e sistematizar a desordem, para criar, assim, condições de êxito e oportunidades que lhe permitam empolgar o poder afim de exercê-lo tirânicamente, em nome e em proveito de um pequeno grupo de ilusos, de audazes e de exploradores, contra os interesses e com o sacrifício dos mais sagrados direitos da coletividade.<sup>450</sup>

Em vista desta linha argumentativa, também devemos ressaltar que a criação do “perigo comunista” não se processou somente no âmbito discursivo, e nem este discurso foi somente pautado pela lógica argumentativa que até aqui apresentamos. Este “perigo”, somente se tornou efetivo dentro da psique social frente a sua “materialização” em virtude da Intentona Comunista de 1935, quando esta leitura encontrou o seu elo com a “realidade prática” implicando diretamente no desenvolvimento e aperfeiçoamento deste discurso.<sup>451</sup> Fundamentalmente pautada na Intentona, esta lógica discursiva ressalta que “os fatos não permitem mais duvidar do perigo que nos ameaça.”<sup>452</sup> Cria-se então um efeito de sentido que visa a “demonização” do comunismo, onde ressalta-se que:

Fôrças do mal e do ódio campearam sôbre a nacionalidade, ensombrando o espírito amorável da nossa terra e da nossa gente. Os acontecimentos lutosos dos últimos dias de novembro permitiram, felizmente, reconhecê-las antes que fôsse demasiado tarde para reagirmos em defesa da ordem social e do patrimônio moral da Nação.<sup>453</sup>

Findando este raciocínio Vargas afirma que, “o comunismo [deve ser] encarado como força desintegradora e agente provocador de sérias perturbações, (...) [constituindo], no Brasil, pela sua profunda e extensa infiltração, já comprovada mas desconhecida ainda

---

<sup>450</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 140.

<sup>451</sup> Segundo Carla Luciana Silva, “(...) a Aliança Nacional Libertadora [formação política responsável pela Intentona de 1935] é apenas um movimento em que foi possível visualizar diante da opinião pública, a existência de um “perigo”, visível no potencial de força armada comunista. Mas isso não permita que se diga que neste ano se iniciam as referências ao suposto perigo social que estaria ameaçando a sociedade brasileira, tampouco permite considerar que este fato fosse irrelevante do ponto de vista dos imaginários sobre a sociedade e a política brasileira. Se assim fosse, não [existiria] (...) centenas de artigos de jornais, centenas de livros, folhetos, artigos de revistas, que tinham como objetivo o combate ao “perigo vermelho”, desde o início da década.” Ver mais em: SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, op. cit., p 49 - 50.

<sup>452</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 142.

<sup>453</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 139.

do público, perigo muito maior do que se possa supôr.”<sup>454</sup> É por este motivo que suas ações contra o avanço do comunismo eram apresentadas como “deveres” a serem cumpridos, como podemos verificar quando ele destaca que “tenho deveres a cumprir - deveres amargos ou gratos, que desempenharei com alegria ou doloroso pesar, mas imprescritíveis perante a Nação.”<sup>455</sup> Percebemos então, que o discurso anticomunista de Vargas se apresenta muito mais focado em provocar o medo na sociedade em virtude da legitimação de suas práticas e posições, do que no combate à ideologia de esquerda propriamente dita, já que esta lógica discursiva aponta até mesmo para a “ingenuidade” dos comunistas brasileiros. Em suma, esta lógica discursiva cria o “perigo comunista” de duas formas, e que se apresentam como complementares. Inicialmente, este é pautado pelo alerta de que os comunistas permanecem constantemente vigilantes visando a oportunidade de por meio da “violência” implantar o novo regime. Já em um segundo momento, este se relaciona a constatação e/ou reafirmação deste perigo ao explorar discursivamente a ocorrida Intentona de 1935, legitimando sua posição anterior.

### 2.6.3 - O COMBATE PRÁTICO

Um outro relevante ponto deste discurso, refere-se ao combate prático do comunismo, o qual se inicia justamente com as considerações acerca da forma como deveriam ser punidos os participantes da ocorrida Intentona. Esta lógica discursiva afirma que “a punição dos culpados e responsáveis pelos acontecimentos de novembro impõe-se como ato de estrita justiça e de reparação, como exercício legítimo do direito de defesa da sociedade, em face da atividade criminosa (...)”.<sup>456</sup> Este discurso cria um efeito de sentido no qual atribui ao Estado a “obrigação” de “(...) salvaguardar a nacionalidade atacada e ameaçada pela decomposição bolchevista.”<sup>457</sup> Em virtude deste papel que assume o Estado, esta leitura aponta para duas formas de combate ao comunismo, sendo a primeira, pautada na atitude de “(...) julgar os que incidiram deliberadamente nas sanções penais, consagradas

---

<sup>454</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 143.

<sup>455</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 152.

<sup>456</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, P. 143.

<sup>457</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 143.

nas leis vigentes”<sup>458</sup>, onde podemos identificar um clara referência aos “moscovitas” que participaram da Intentona de 1937. Já quanto a segunda forma, esta se baseia na idéia de que:

É imprescindível fazer o isolamento, a segregação, dos focos contaminadores. Os comunistas reconhecidos e declarados, os pretensos pregoeiros de reformas sociais, os utopistas ingênuos e os agitadores mercenários que pregam idéias subversivas aberta ou disfarçadamente, devem ser afastadas do contácto da sociedade e recolhidos a colônias agrícolas<sup>[459]</sup>, onde os trabalhos da terra lhes aproveitarão como corretivo e educação para a vida honesta e construtora, ensinando-lhes o caminho do bem e o respeito aos direitos alheios.<sup>460</sup>

Notamos que este combate passa pela condenação dos comunistas declarados e pela prevenção frente aos que ainda não representam um perigo imediato. Logo, dando continuidade a propagação da idéia de um mal estar social frente ao eminente “perigo vermelho”, Vargas ressalta que esta prática:

Torna-se indispensável, também, fazer obra preventiva e de saneamento, desintoxicando o ambiente, limpando a atmosfera moral e evitando, principalmente, que a mocidade, tão generosa nos seus impulsos e tão impressionável nas suas aptidões de percepção e de inteligência, se contamine e se desvie do bom caminho ao influxo e sob o exemplo dos máus e dos falsos condutores, em geral, mesquinhos, perversos e pedantes.<sup>461</sup>

Visando a aplicação destas premissas para “salvar” o Brasil desta “(...) onda dissolvente que pretende destruir os nossos lares e a aniquilar, com o patrimônio material e espiritual dos nossos maiores, o próprio futuro dos nossos filhos (...)”<sup>462</sup>, Vargas ressalta que o Estado, “(...) na esfera das suas atividades, para a grande obra de salvação nacional que o momento está a exigir e que deve ser iniciada sem tardança”<sup>463</sup>, deve agir no sentido “(...) dos interesses vitais da nacionalidade, cuja estrutura assenta sôbre a família e o sentimento de religião e de pátria (...)”.<sup>464</sup> Segundo ele, é por este motivo que “o Poder Legislativo colocou-se à altura das responsabilidades do momento, demonstrando que a estrutura democrática do regime possui flexibilidade bastante para sobrepôr-se aos assaltos do extremismo subversivo e demolidor”<sup>465</sup>, e por isto esta “(...) obra deve começar dentro

---

<sup>458</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 153.

<sup>459</sup> Ver mais sobre a formação e o funcionamento destas colônias agrícolas em: ROSE, R. S **Uma das coisas esquecidas**: Getúlio Vargas e controle social no Brasil, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>460</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 153.

<sup>461</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 144.

<sup>462</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 154.

<sup>463</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 145.

<sup>464</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 145.

<sup>465</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 142.

da própria administração pública, pelo afastamento de todos os que, exercendo funções remuneradas pelo Estado, [e] servem ao credo comunista, pregando-o, protegendo-o, abalando, ao mesmo tempo, o princípio de autoridade e enfraquecendo a sua ascendência disciplinadora.”<sup>466</sup> Podemos então perceber, que o intuito discursivo referente a criação do “perigo comunista” não poupa nem os órgãos ligados diretamente ao Estado, visto a necessidade de legitimação que este discurso procurava alcançar.

Sintetizando então as ações práticas de combate ao comunismo, ressaltamos que segundo o discurso de Vargas, estas devem ser realizadas primeiramente por meio da condenação dos envolvidos na Intentona. Já quanto aos demais comunistas, estes devem ser combatidos por meio de uma política de prevenção. Esta leitura entende que é necessária a identificação e o isolamento dos comunistas, visando o “saneamento” da sociedade. Também devemos destacar que a reafirmação do papel do Estado nestas ações é pautada fundamentalmente na legitimação da concessão de uma maior autonomia e/ou poder estatal, premissa básica do sistema estadonovista. Por fim, percebemos que o discurso anticomunista proferido por Vargas se apresenta muito mais combativo em relação ao seu antiliberalismo, que por sua vez é pautado muito mais em virtude de uma crítica em detrimento do combate propriamente dito.

## 2.7 - O ANTIFASCISMO

Frente à análise até aqui empreendida, evidenciamos que em um primeiro momento o mais evidente inimigo dentro do discurso de Vargas foi o liberalismo, e, em um segundo momento esta lógica discursiva o substitui pelo comunismo. Seguindo a avaliação deste discurso e visando esta perspectiva, podemos identificar que com o advento do Putsch Integralista, a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a posterior entrada do Brasil neste conflito ao lado dos Aliados, esta lógica discursiva cria um novo inimigo a ser combatido, o fascismo. Neste sentido, vemos o início de um terceiro momento dentro desta construção, sendo este referente à crítica e combate deste novo inimigo.

Ainda antes de iniciarmos a análise deste discurso propriamente dito, devemos ressaltar que todo a construção discursiva antifascista proferida por Vargas está

---

<sup>466</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 144.

intimamente balizado na em sua lógica discursiva anticomunista. Ou seja, como poderemos perceber no decorrer deste estudo, este discurso basicamente substituiu o comunismo pelo fascismo utilizando-se da mesma base estrutural e/ou lógica discursiva. Outro importante ponto que merece ser preliminarmente citado, é o de que tanto o antifascismo quanto o anti-integralismo de Vargas, apresentam-se como integrantes de uma mesma construção e/ou lógica discursiva, uma vez que o contexto nacional e internacional são amplamente e recorrentemente relacionados em toda esta construção discursiva.

### 2.7.1 – OS EXTREMISMOS DA ESQUERDA E DA DIREITA

Nesta perspectiva, a construção do discurso antifascista de Vargas tem início em 1938 frente ao ocorrido Putsch Integralista, entretanto, suas primeiras considerações acerca da identificação dos fascistas e/ou integralistas como inimigos da nação, não se apóia neste fato, mas sim na mesma lógica discursiva criada para a condenação dos comunistas. Esta lógica discursiva retoma as considerações acerca da liberdade proferida pelo regime liberal para o surgimento e crescimento de ideologias “estranhas” à realidade nacional. Por este motivo, referindo-se as eleições previstas para o ano de 1937, este discurso aponta para o fato de que “foi nesse ambiente de luta, declarada entre os dois extremismos - o da esquerda e o da direita -, que se iniciou e processou a campanha da sucessão presidencial”<sup>467</sup>, quando:

(...) para mais agravar as dificuldades internas, elementos estrangeiros, formando como um quisto no território nacional e mantendo contacto, por intermédio de emissários qualificados, com os que se interessavam e pretendiam influir nos rumos da nossa própria vida nacional, aguardavam, apenas, que se processasse a decomposição do gigante, para reparti-lo entre as suas ambições insaciáveis, açulando, também, de um lado e de outro, os extremismos verde [integralista] e vermelho [comunista], entre os quais se debatia a nossa desconjuntada organização política.<sup>468</sup>

Percebemos então, que este discurso transfere parte da lógica discursiva criada para o combate ao comunismo também para a crítica ao fascismo, assim os colocando em pé de igualdade. A idéia do “perigo eminente”, da conspiração, da afronta aos valores sociais e nacionais, e do caráter apátrida, são novamente resgatados. Para esta leitura, “assim como ontem, na defesa da integridade e da honra nacional, repelimos os extremistas da esquerda,

---

<sup>467</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. XI, p. 95.

<sup>468</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 243.

enfrentamos, hoje, sem vacilações, os extremistas da direita. Ambos se equivalem nos seus meios e objetivos, e encontram igual repúdio na opinião pública.”<sup>469</sup> Considerações comparativas apontando para as “(...) amargas experiências dos extremismos da direita e da esquerda que procuravam subverter a ordem (...)”<sup>470</sup> , ou a denuncia de que “(...) extremistas de esquerda e direita (...) vão buscar no estrangeiro o apôio que aqui lhes falta (...)”<sup>471</sup> , eram recorrentemente encontradas neste discurso.

## 2.7.2 - O ANTI-INTEGRALISMO

Podemos ter uma idéia mais clara de como este discurso era proferido, por meio da análise do anti-integralismo de Vargas, já que esta lógica discursiva reserva uma parte significativa de sua crítica aos inimigos da nação para o combate a AIB. A primeira vicissitude que nos chama a atenção, refere-se à criação do “perigo integralista”. Os camisas-verdes são vistos por este discurso como “os perturbadores da ordem, os que tentam, pela violência criminosa, o assassínio e o massacre, subverter o regime e implantar a desordem, [e por este motivo] são, indiscutivelmente, inimigos declarados do Exército, porque o são da Pátria (...)”<sup>472</sup> Esta leitura traz o alerta ao povo brasileiro afirmando que “existia, até pouco, um credo político que disfarçava os seus apetites de sinistro predomínio com as invocações mais caras e arraigadas em nossas conciências: - DEUS, PÁTRIA e FAMÍLIA. Mas a impostura foi desmascarada.”<sup>473</sup> Notamos então, que assim como no caso do discurso anticomunista, os integralistas também são acusados de “caluniadores” frente à disseminação de apelos em nome de Deus, pátria e família, sendo que estes são considerados por Vargas, justamente, como inimigos destes ideais, já que atentam diretamente contra estas premissas básicas da nacionalidade.

Uma importante característica desta construção discursiva está no fato de que a maior parte de sua lógica faz algum tipo de referência ao Putsch de 1938, seja ela implícita ou explícita. Quanto a esta “ação golpista” propriamente dita, a primeira característica

---

<sup>469</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 211.

<sup>470</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. XI, p. 18.

<sup>471</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da nova política do Brasil**, op. cit., p. 31. ou VARGAS, G. op. cit., Vol. VI, p. 143 - 146.

<sup>472</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 219.

<sup>473</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 212.



discursiva que podemos identificar refere-se ao entendimento de que a AIB não passava de um representante da quinta-coluna dentro do Brasil. Vargas afirma que foi “(...) segundo a inspiração e os métodos nazistas, para subversão da ordem: [que] o assalto à residência do Chefe do Govêrno, pela calada da noite, e o cêrco aos lares de elementos destacados da administração militar e civil [ocorreu].”<sup>474</sup> Sintetizando este ponto de vista, esta leitura ressaltar que “(...) dominados pela influência estrangeira encontraram os propagadores do “nazi-fascismo” vasto campo de expansão, cooperando com os integralistas ou agindo por conta própria, através das associações, das escolas e até dos padres estrangeiros.”<sup>475</sup> É por este motivo que esta lógica discursiva alerta o povo brasileiro no sentido de que “ninguém deve iludir-se quanto ao caráter quintacolonista de tais maquinações, que envolvem uma reduzida minoria de maus brasileiros (...)”.<sup>476</sup>

Ainda nos referindo ao discurso criado em virtude do Putsch de 1938, apontamos para o fato de que a própria condenação deste evento é explorada no sentido de dar uma espécie de “materialidade” ao “perigo integralista” - assim como foi feito quando da ocorrida Intentona comunista de 1935 -, pois para esta lógica discursiva:

O malôgro dessa tentativa de brutal trucidamento forneceu-nos o ensêjo de mostrar à Nação o perigo que o ameaçava e levou-nos a enfrentar emèrgicamente, nas suas atividades subterrâneas, a ação quintacolonismo e da sabotagem, com a segregação dos elementos ligados aos agentes mercenários da traição.<sup>477</sup>

Também, podemos perceber que Vargas atribui aos integralistas o rótulo de falsos nacionalistas aliados ao nazi-fascismo europeu. Para esta lógica discursiva, de um lado temos os inimigos unidos a internacional russa, e do outro, os inimigos unidos à quinta coluna, utilizando-se da mesma estratégia discursiva para atribui aos comunistas e integralistas um caráter eminentemente apátrida.

Neste sentido, a denúncia frente ao “perigo eminente”, a utilização de métodos e táticas violentas e o vínculo deste com movimentos ideológicos internacionais que os caracterizando como apátridas, neste momento, são incorporados ao discurso antifascista e/ou anti-integralista. Podemos compreender o discurso antifascista de Vargas, o considerando como uma “analogia” frente ao seu discurso anticomunista. Por este motivo,

---

<sup>474</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. X, p. 37.

<sup>475</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. XI, p. 95.

<sup>476</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. X, p. 200.

<sup>477</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. X, p. 113.

mesmo correndo o risco de sermos simplistas, apontamos pra o fato de que ambos discursos apresentam uma lógica interna evidentemente semelhante e/ou equivalente, mesmo que esta possa ser uma característica somente observável dentro das fontes aqui analisadas.<sup>478</sup> Por fim, acreditamos que a mais evidente diferença entre o antifascismo e o anticomunismo de Vargas, está na recorrente necessidade presente na lógica discursiva antifascista em fazer referências ao Putsch de 1938, pois no caso do anticomunismo, a sua lógica interna apresenta uma certa autonomia no sentido de fazer referências constantes à Intentona de 1935, possuindo, uma crítica e/ou combate um pouco mais elaborado - o que ocorreu provavelmente em função da amplitude que o anticomunismo atingiu dentro do discurso político tanto nacional quanto internacional, e que, evidentemente repercutiu na construção discursiva de Vargas -, o que não acontece no caso antifascista. Neste sentido, não podemos afirmar que o antifascismo de Vargas é uma produção de primeira mão, original e/ou de sua total autoria, mas sim, que este nos apresenta uma relação muito mais próxima da rearticulação do seu anticomunismo, do que da apropriação e readaptação do antifascismo recorrente dentro do espectro político-cultural do período.

## 2.8 – UMA POSSIVEL CONCEPÇÃO DE HOMEM

Frente à análise realizada no capítulo anterior, nos desperta o interesse de explorar as questões referentes ao entendimento e/ou concepção do homem, bem como o seu lugar e papel dentro deste discurso. De início, percebemos que o discurso de Vargas não cria explicitamente uma concepção de homem e nem sistematiza algo neste sentido. Por este motivo, acreditamos que esta característica discursiva reflete justamente a forma e o intuito deste discurso, uma vez que este apresenta um teor eminentemente político, deixando em um segundo plano - ou em menor evidência - as construções que podemos entender como filosóficas. Entretanto, este discurso recorre constantemente a defesa deste homem frente aos inimigos da nação, por este motivo, podemos perceber que mesmo não sendo explícito Vargas nos elucida alguns apontamentos para compreendermos a forma como ele entendia

---

<sup>478</sup> Acreditamos que por meio de uma análise que leve em conta a produção do antifascismo proferido pelo conjunto que forma o staff varguista, as conclusões acerca desta lógica discursiva podem apresentar resultados diferentes dos aqui apresentados, assim como ocorreu quando da análise empreitada no capítulo anterior, onde diferentes fontes apresentam também diferentes lógicas discursivas.

e/ou encarava esta questão. Iniciamos com as considerações referentes à situação do homem dentro do regime liberal, pois, para este discurso:

Fala-se, a miúdo, com insistência extremada, em perturbações de ordem econômica, oriundas do desequilíbrio na produção ou repartição das riquezas materiais, como se a vida do homem consistisse na mera satisfação das necessidades físicas. Mas, é fora de dúvida que, no fundo dos angustiosos problemas da atualidade, se encontra, também, complicando-lhes a compreensão e dificultando as soluções, o fator de natureza espiritual – a desordem no domínio da inteligência.<sup>479</sup>

Podemos então relacionar diretamente esta questão à crítica que este discurso apresenta quando trata das concepções materialistas de mundo, pois como observamos nesta citação, o problema em relação ao homem também engloba dois âmbitos, o material e o espiritual. Em virtude desta leitura, esta linha interpretativa também aponta para a concepção do homem dentro da ideologia comunista, entendendo que:

O comunismo trata o homem como instrumento, como simples fator de trabalho; escraviza-lhe o esforço, materializando-o. Diverso deve ser o nosso objetivo. Cumprir prepará-lo para ser útil a si mesmo e à sociedade e para que, vivendo em comum com os outros homens, se compraza em amá-los sem egoísmo e sem preconceitos de superioridade de classe ou de raça.<sup>480</sup>

Podemos assim observar que a visão de homem neste discurso é construída em oposição a uma perspectiva estritamente materialista deste. Por este motivo é que Vargas afirma ser “um dos primordiais objetivos do Governo Provisório (...) o de estimular o desenvolvimento intelectual, moral e físico do povo brasileiro”<sup>481</sup>, chamando a atenção para a questão espiritual dentro desta construção conceitual. Também percebemos que a possível concepção de homem dentro desta lógica discursiva somente pode ser compreendida se a pensarmos do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social da nação, já que esta se apresenta pautada por uma funcionalidade política. Esta concepção enfatiza a “(...) valorização básica, (...) a valorização do capital humano, por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção.”<sup>482</sup> Esta “valorização”, perpassa os inúmeros processos que “(...) devem compreender a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação; a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice; o crédito, o salário e, até, o recreio, como os desportos e cultura artística.”<sup>483</sup>

---

<sup>479</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 104.

<sup>480</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 145.

<sup>481</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. III, p. 187.

<sup>482</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 28

<sup>483</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 27.

Portanto, cabe ressaltar que até mesmo as atitudes que visam o “melhoramento” moral e/ou espiritual, também estão relacionadas à questão econômica, uma vez que este discurso afirma que “é tempo de se cogitar da criação de escolas agrárias e técnico-industriais, da higienização das fábricas e usinas, saneamento dos campos, construção de vilas operárias, aplicação da lei de férias, lei do salário mínimo, cooperativas de consumo, etc.”<sup>484</sup> Desta forma, para esta lógica discursiva, “só assim poderemos ultimar rapidamente a obra de reconstrução moral e material prometida pela revolução.”<sup>485</sup>

Em um primeiro momento, podemos acreditar que a visão de homem proposta pelo discurso de Vargas não se difere muito da concepção liberal ou até mesmo comunista, já que esta possui uma eminente preocupação econômica e, logo, material. Entretanto, ressaltamos que para esta lógica discursiva, os aspectos espirituais e/ou morais são entendidos como intimamente relacionados ao material, e pautados por uma idéia de conjunto e/ou equilíbrio. Segundo Vargas, a vida dos homens deve ser pautada por “(...) uma diretriz moral que o eleve sôbre as preocupações exclusivamente materiais da vida (...)”<sup>486</sup>, e a sua “(...) estrutura [deve ser] assenta sôbre a família e o sentimento de religião e de pátria (...)”<sup>487</sup>. Podemos então entender, que somente o homem de “elevada” moral e/ou espiritualidade é que poderá se transformar em uma força produtiva ideal, logo, dentro desta visão “(...) o Estado [não] o reduz à posição de escravo, segundo algumas fórmulas extremadas dos tempos modernos.”<sup>488</sup>

Por fim, ainda dentro desta perspectiva, este discurso apela para o valor da família, que dentro desta lógica representa um destacado valor sócio-espiritual, já que é por meio dela - e do espírito cristão -, que o homem poderá alcançar a elevação moral necessária para também se tornar uma relevante força produtiva, assim como acabamos de ver. Por este motivo é que esta leitura afirma ser:

(...) natural em todo lar organizado, o desejo de ver os filhos continuarem os pais na sua trajetória de trabalho honesto (...) [entendendo-se então como necessário] congregá-los para que tenham amanhã um ofício e possam constituir outras famílias [considerando-se este como] (...) um anseio afetivo e a um justo reclamo social.<sup>489</sup>

---

<sup>484</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 27.

<sup>485</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 18.

<sup>486</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 145.

<sup>487</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 145.

<sup>488</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da nova política do Brasil**, op. cit., p. 58. ou VARGAS, G. op. cit., Vol. VI, p. 257.

<sup>489</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. X, p. 33.

Em suma, a possível concepção de homem proposta por Vargas pode ser relacionada diretamente a sua própria crítica às visões exclusivamente materialistas de mundo. Ou seja, esta lógica discursiva destaca a necessidade de se encontrar um equilíbrio entre os aspectos materiais e espirituais no sentido em que estes são necessários à “natureza” do homem. Ele acredita que somente um homem material e espiritualmente construído poderá servir integralmente à nação e se desenvolver política, econômica e socialmente, tendo em vista de uma finalidade maior, o engrandecimento nacional.

## 2.9 – A CONSTRUÇÃO E A LÓGICA DISCURSIVA

Findada a análise do discurso de Vargas frente às específicas temáticas do antiliberalismo e anticomunismo, nos cabe neste momento, pensar este discurso de uma forma mais geral. Ou seja, por meio de uma perspectiva mais ampla, levando em conta questões que não foram devidamente exploradas até aqui. Portanto, a forma como Vargas construiu seu discurso no decorrer dos quinze anos em que esteve à frente do Estado brasileiro, as respostas e/ou soluções que este apresentou frente às disputas sociais e políticas com as quais se deparou, como seus conceitos e posições foram definidos, qual o inimigo primordial dentro de sua lógica discursiva, entre outras questões, serão neste momento contempladas.

\* \* \*

Inicialmente, a primeira questão que destacamos refere-se à forma como este discurso foi construído, transformado e adaptado no decorrer destes quinze anos em que Vargas esteve à frente do Estado brasileiro. Como já vimos, as interdições discursivas nas quais ele estava inserido são muito características frente a sua posição de enunciador, sendo este, o principal responsável pela característica eminentemente política pela qual sua lógica discursiva foi pautada. Notamos então, que seu posicionamento e a sua visão acerca de determinado problema, respondia diretamente às necessidades que determinado contexto apresentava e/ou exigia, logo, direcionando este discurso no que se refere ao o que deveria ser enunciado em determinado momento.

Um evidente exemplo neste sentido, é a sua clara defesa da nova constituição de 1934 juntamente com a tentativa de um reajustamento do processo eleitoral, visando, exclusivamente, o saneamento deste ainda dentro dos moldes liberais. Podemos observar, que posteriormente a sua efetiva posição frente a estas questões se transforma. Quando da implementação do Estado Novo, este discurso passa a apresentar uma clara condenação à constituição de 1934, afirmando que esta se apresentava obsoleta e falha devido a seus fundamentos liberais. Já quanto à questão eleitoral, esta também é criticada neste momento, e substituída pelo novo modelo democrático estadonovista, sendo então, somente este considerado como a “verdadeira” forma de representação, como já pudemos observar. Percebemos assim, que uma considerável parcela da visão política de Vargas, manifesta em seu discurso, se fez por meio das necessidades imediatas e objetivas com as quais se deparou. E é nesse processo histórico que compreendemos a construção de seu discurso, as suas convicções e/ou posições político-ideológicas, que tiveram simultaneamente, também a função de legitimar a sua permanência no poder.

Desde os primeiros anos de seu governo - em 1930 e 1931 quando do Governo Provisório -, o autoritarismo e o antiliberalismo já estavam presentes em seu discurso, porém, não necessariamente de forma explícita e/ou elaborada. Primeiramente, devemos nos ater a forma que se apresenta mais explícita, como a recorrente reafirmação da necessidade de um Estado forte como único capaz de atender e/ou resolver os problemas e as demandas nacionais. Já em um segundo momento, podemos notar como de maneira implícita esta questão era trazida à tona por meio de fortes críticas ao liberalismo - sejam elas em seu viés econômico ou democrático. Corroborando tal linha interpretativa, Aspásia Camargo ressalta que “não [nos] resta dúvidas de que, desde o início, a orientação de Vargas era antiliberal e avessa à participação e a qualquer modelo jurídico-político que privilegiasse o Congresso e os partidos (...)”<sup>490</sup> Portanto, é por este motivo que acreditamos que “(...) se houve continuidade entre os dois acontecimentos [a Revolução de 30 e o golpe de 1937], houve também rupturas.”<sup>491</sup> Dentro do âmbito discursivo, percebemos uma clara presença, desde os fundamentos da Revolução de 30, de um pensamento centralizador em

---

<sup>490</sup> CAMARGO, A. (et. al.) **O golpe silencioso**, op. cit., p. 24.

<sup>491</sup> FERREIRA, J. E DELGADO. L. de A. N. Apresentação, *In*: FERREIRA, J. E DELGADO. L. de A. N. (org.) **O Brasil republicano** - O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15.

Vargas. Porém, devemos nos ater ao fato de que foi somente frente à correlação de forças que ainda permitiam a presença de elementos liberais (a exemplo da pressão da oligarquia paulista em 1932, a crise internacional e a instabilidade econômica e política interna), que foi possível a criação, a partir de então, das condições para uma ruptura às conciliações liberais - manifesto, sobretudo, na repressão aos comunistas e integralistas - culminando em 1937 na instauração do Estado Novo. Desta forma, notamos que se em um primeiro momento temos um aspecto de continuidade no que se refere a propagação do antiliberalismo de Vargas, por outro lado, temos a ruptura deste com as tentativas de reordenação do até então vigente regime liberal, e, o evidente recrudescimento do caráter autoritário deste discurso.

Face às condições objetivas do cotidiano político nacional e internacional, podemos concluir que vários pressupostos do pensamento autoritário já se encontravam presentes no imaginário político-cultural brasileiro desde os anos de 1930. Um evidente exemplo neste sentido, está na recorrente caracterização de uma conturbada crise, na qual, o Estado deveria assumir um papel primordial e legítimo de guia, protetor e/ou responsável pela resolução e/ou superação desta. Portanto, é em face ao contexto de tensionamentos políticos que se criaram espaços ao recrudescimento autoritário de Vargas, seja internamente, frente a fragilização de alguns atores importantes - como a oligarquia paulista cafeeira - e o agravamento das pressões sociais frente o embate entre os extremismos da direita e da esquerda, ou internacionalmente, frente a hegemonia do discurso antiliberal. Por este motivo, assim como nos aponta Lúcia Lippi, toda a política de Vargas - logicamente respondendo a todo um processo histórico de construção e de rearranjos do jogo político - culmina com a implementação do Estado Novo e, dentro da lógica discursiva criada por ele, isso não se apresenta diferente.<sup>492</sup> Entretanto, devemos ter claro que, obviamente, não podemos acreditar que já em 1930 Vargas tivesse em mente todo o conceito e/ou concepção do regime estadonovista e a forma como este iria ser implementado. Segundo Edgard Carone, a política estadonovista “(...) vai-se estruturando com o tempo e as circunstâncias, não seguindo um plano pré-estabelecido. É erro pensar-se que os fatores do golpe

---

<sup>492</sup> Esta é uma das teses centrais defendidas em: OLIVEIRA, L. L., VELLOSO, M. P. E GOMES, A. M. C. **Estado Novo: Ideologia e poder**, op. cit.

estivessem preparados para organizar o Estado ditatorial. Este se fez segundo o novo equilíbrio e desequilíbrio dos grupos que apoiaram o golpe (...).<sup>493</sup>

É por estes motivos, que devemos nos ater à temporalidade que permeia o processo de construção deste discurso, ou seja, na compreensão das inflexões da época e das nuances da conjuntura, que por sua vez, refletem diretamente nesta produção discursiva em suas tentativas de coerência entre a “doutrina” e os “fatos”.<sup>494</sup> Respondendo então às condições objetivas da política nacional e internacional, seu posicionamento teve um evidente recrudescimento em prol de uma solução pautada e/ou influenciada pelo recorrente pensamento autoritário e antiliberal do período. Se inicialmente Vargas mostrava-se mais inclinado a uma reforma do Estado e da sociedade ainda dentro do campo liberal, no decorrer de seu governo o que se verificou foi o recrudescimento de seu autoritarismo.

A fim de ao menos ilustrar como se processava esta construção discursiva, ressaltamos que Vargas ainda durante o Governo Provisório, em 1932, afirmava que “o programa da Aliança Liberal continha muita coisa aproveitável, mas somente êle, não bastava para satisfazer às necessidades e às conquistas da Revolução.”<sup>495</sup> Ele nos aponta para o fato de que estão sendo tratados os problemas nacionais, entretanto, o governo ainda não dispõe das ferramentas necessárias para a total superação destes, pois como afirma ainda em 1930, “o trabalho de reconstrução, que nos espera, não admite medidas temporizadoras. Implica o reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos.”<sup>496</sup> Tais colocações, evidenciam a inclinação de Vargas ao forjamento de um regime pautado por um Estado forte, centralizador e de cunho antiliberal já em seus primeiros dois anos de governo. É por este motivo que após a efetiva oficialização do novo governo iniciado em 1937, sua lógica discursiva nos afirmava que “agora, quando compareço perante vós e vindes a mim dizer que cumprí o meu dever, eu venho a vós para declarar que a Revolução não terminou.”<sup>497</sup> Cria-se assim uma idéia de continuidade, onde este posicionamento pode ser entendido como um desdobramento do discurso que Vargas já vinha anteriormente enunciando, ou seja, ainda durante o Governo provisório. Percebemos então, que ele apela para uma tática discursiva que busca relacionar seus

---

<sup>493</sup> CARONE, E. **A terceira república** (1937-1945), op. cit., p. 26.

<sup>494</sup> RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**, op. cit., p. 282.

<sup>495</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 32.

<sup>496</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 71.

<sup>497</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. VII, p. 33.



antigos discursos pautados por um pensamento autoritário incipiente, para corroborar o seu declarado posicionamento autoritário no presente, caracterizando o processo de recrudescimento de seu autoritarismo. Dentro desta perspectiva, este discurso aponta para o fato de que:

A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixava de existir. Confirmada em princípios cuja validade não resistiria ao abalo de crise mundial (...).<sup>498</sup>

Podemos notar que durante o início dos anos de 1930, o discurso de Vargas possuía como principal intuito construir uma lógica discursiva de ruptura para com o regime anterior a 30 e de legitimação da revolução. Posteriormente ao ano de 1935 - e sobretudo ao de 1937 -, esta lógica discursiva passa a se referir às ações e/ou realizações do Governo Provisório e Constitucional como um processo inacabado, diminuindo a força transformadora da Revolução de 30 e da Constituição de 1934, para assim, legitimar o recrudescimento autoritário e sua permanência no poder. A fim de exemplificar estes aspectos, trazemos alguns fragmentos de discursos pronunciados já quando da implementação do Estado Novo, onde podemos perceber a criação de um efeito de sentido discursivo no qual é evidenciado este relacionamento entre seu o posicionamento anterior e posterior ao ano de 1937. Em vista desta situação, Vargas aponta para o fato de que “para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho(...)”<sup>499</sup>, sendo que, “a concepção econômica do Estado Novo não é uma questão de doutrina ou de ponto de vista: é uma imposição da realidade contemporânea.”<sup>500</sup> Constatamos então, que a mesma lógica presente na crítica ao liberalismo e na apreciação do pensamento autoritário, proferida desde o início dos anos de 1930, é reafirmada no imediato posterior a instauração do Estado Novo, fazendo com que este discurso crie um aspecto de continuidade e legitimação. É por este motivo que após 1937, “de acordo com o discurso de Vargas e dos homens que ajudaram a construir o novo regime, a revolução de 30 e o golpe de 1937 eram fases de um mesmo processo. Ou seja, o

---

<sup>498</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 23 - 24.

<sup>499</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 28.

<sup>500</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. V, p. 281.

Estado Novo, segundo esta visão, seria o resultado de um movimento que teve o ponto de partida em 1930.”<sup>501</sup> Portanto, “daí [vem] a utilização do fato mítico da Revolução de 1930, da qual 37 se apresentará como revolução acabada.”<sup>502</sup>

Em suma, percebemos que já em 1930, o discurso de Vargas possuía um caráter autoritário e antiliberal em decorrência da influência que o contexto político e ideológico nacional e internacional exerciam sobre este. Notamos também, que no decorrer de seu governo houve um claro recrudescimento deste autoritarismo e antiliberalismo, a exemplo da incorporação do anticomunismo, já que este estava inserido no contexto de legitimação político-ideológico do autoritarismo. Ou seja, era uma idéia recorrente ao pensamento autoritário do período. Até mesmo se nos atermos ao contexto do período em questão, veremos que muitos governos autoritários - sobretudo os de orientação fascista e/ou fascistizante - estavam em franca ascensão, o que evidentemente corroborou a atitude de Vargas na direção da solução autoritária, pois este, “(...) já à frente do governo do Rio Grande do Sul, manifestava, na teoria e na ação, uma grande admiração pelas instituições da Itália Fascista, o que foi confirmado por declarações suas nos primeiros tempos do Governo Provisório.”<sup>503</sup>

### 2.9.1 - CRIAÇÃO DE IDENTIDADE E LEGITIMAÇÃO

Mesmo que a lógica discursiva de Vargas apresente toda uma argumentação no sentido de se criar uma identidade para o Estado e/ou presidente, ressaltamos que seu principal intuito e/ou ênfase não caminha neste sentido, mas sim, no de elaborar uma construção discursiva que visa a manutenção e legitimação de sua posição no poder. Portanto, Vargas não busca somente um efeito de sentido identitário, mas

---

<sup>501</sup> FERREIRA, J. E DELGADO. L. de A. N. Apresentação, *In*: FERREIRA, J. E DELGADO. L. de A. N. (org.) **O Brasil republicano** - O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo, op. cit., p.15.

<sup>502</sup> LENHARO, A. **Sacralização da política**, op. cit., p. 14. Sobre esta questão, este mesmo autor nos ressalta que “através dos estudos recentes que revisaram 1930, enquanto fato histórico construído sob a ótica do vencedor, ficamos familiarizados com o modo como se dá a apropriação posterior do fato e o poder se faz instaurador da sua temporalidade. Nessa operação, o marco histórico se pretende tradutor da vontade geral e capaz de confeccionar a memória através da definição de um a única temporalidade. A datação visa imprimir legitimidade ao poder, expor sua origem no momento mítico de sua fundação.” Ver mais em: LENHARO, A. **Sacralização da política**, op. cit., p. 13.

<sup>503</sup> SILVA, J. L. W. da (org.) **O feixe e o prisma**: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica, Rio de Janeiro: Zahar, 1991. p. 19.

fundamentalmente, e simultaneamente, também um de legitimação de suas atitudes e/ou posições. Um bom exemplo referente a esta questão é a própria forma como estes discursos são dados ao enunciatório. Em *Diretrizes da Nova Política do Brasil*, obra de 1943, a proposta básica é a de dar síntese - criando assim uma identidade - e credibilidade - no sentido legitimatório - a sua política, sendo esta empreitada realizada por meio de uma coletânea de discursos proferidos durante os quinze anos de seu governo. Este documento, que se apresenta como uma tentativa de fechamento de toda a coleção de livros intitulada *A Nova Política do Brasil*, além de nos apresentar colocações acerca da construção de uma identidade, possui, basicamente uma premissa voltada a legitimação das atitudes e/ou posições governamentais. Encontramos nesta, uma enorme gama de números apresentados no sentido de corroborar o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais do país, parte das diretrizes de sua política bem como a justificativa em torno da adoção destas e a elucidação dos motivos que levaram o Estado a adotar determinadas atitudes e posições. Ou seja, se apresenta como uma espécie de receituário da política de Vargas. Ao encontro desta perspectiva de abordagem, logicamente não podemos negar a existência de uma criação identitária dentro desta lógica discursiva, pois o próprio processo de construção discursiva de legitimidade pressupõe também a delimitação de uma identidade. Neste sentido, identidade e legitimação estão intrinsecamente e/ou necessariamente ligadas à própria lógica de construção deste discurso. Somente devemos ter claro, que esta criação identitária não era o principal intuito desta produção, ficando em um segundo plano em frente o caráter legitimatório deste.

No que se refere às construções identitárias presentes neste discurso, inicialmente, devemos nos atentar para as suas temáticas referentes ao combate de seus inimigos, pois é por meio destas que podemos melhor visualizar estas construções. Como anteriormente observamos, é neste momento que esta leitura acaba por criar as imagens opostas, colocando de um lado o “bem” e o “certo” - sendo estes representados pelo Estado e/ou próprio Vargas - e do outro o “mau” e o “errado” - sendo estes representados primeiramente pelos liberais, seguidos pelos comunistas e posteriormente pelos fascistas. Voltando-nos então à análise deste discurso, podemos lembrar o forte apelo nacionalista frente ao internacionalismo comunista e fascista, ou até mesmo, a defesa dos ideais de “deus, pátria e família”, também frente à ameaça destes dois inimigos. Entendemos então,

que tanto o nacionalismo quanto tais ideais, eram conceitos integrantes da concepção identitária, e logo ideológica, de Vargas. Porém, devemos nos ater há pouca relevância dada por este discurso no que se refere à introdução destes conceitos em um processo mais amplo de delimitação ideológica e/ou de concepção de Estado e governo. A utilização de um contraponto discursivo onde a própria identidade do enunciador é apresentada e reafirmada - assim como vimos no capítulo primeiro que tratou do discurso integralista -, mesmo estando presente, não é amplamente desenvolvida por esta leitura.<sup>504</sup> Podemos visualizar a existência de uma delimitação identitária neste discurso, porém, ressaltamos que esta não é destacadamente explorada com este intuito - seja de forma quantitativa ou de forma qualitativa. Como já vimos, tanto o antiliberalismo, como o anticomunismo e o antifascismo de Vargas, possuíam um intuito eminentemente legitimatório - independentemente do fato de que o antiliberalismo também tenha servido a outras funções como veremos posteriormente.

Em vista destas considerações, acreditamos que esta construção identitária se apresenta, sobretudo, na medida em que este discurso é pautado por um modelo de construção discursiva recorrente dentro do cenário político nacional e, basicamente fundamentado pela lógica discursiva de construção do discurso político do período entreguerras. Um bom exemplo referente a esta questão, encontra-se no recorrente anticomunismo propagado neste contexto.<sup>505</sup> Seguindo esta linha interpretativa, podemos apontar para o fato de que o anticomunismo de Vargas não passaria de uma apropriação - seguida de seu remodelamento e/ou reinterpretção frente ao seu específico contexto e/ou necessidades - do anticomunismo propagado pelos demais setores da sociedade brasileira. Neste momento, já existiam inúmeros “(...) livros, revistas, folhetos e artigos de jornais, que caracterizavam uma “verdadeira onda vermelha”.”<sup>506</sup> Dentro desta perspectiva, podemos nos remeter a uma série de jornais e entidades que, fossem de posicionamento liberal,

---

<sup>504</sup> Quando nos referimos a não existência de uma clara exploração de um contraponto discursivo visando a criação e/ou delimitação de uma identidade, estamos pensando a forma como o discurso de Vargas era dado ao enunciador, em comparação aos discursos proferidos pelos demais grupos políticos, que por sua vez, exploravam amplamente este contraponto discursivo identitário. Um bom exemplo desta consideração, é o próprio discurso integralistas. Desta forma, pensado comparativamente, Vargas realmente não explora de forma ampla esta tática discursiva.

<sup>505</sup> Quando do início deste estudo, uma das grandes dificuldades com as quais nos deparamos foi a falta - ou nosso não conhecimento - de trabalho dedicado fundamentalmente a análise do discurso antiliberal do período em questão, ao contrário do que ocorre com o discurso anticomunista.

<sup>506</sup> SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, op. cit., p 119.

conservador, religioso ou até mesmo de direita, anteriormente a Vargas, já exibiam essa leitura. Segundo Carla Luciana Silva, até mesmo a crítica liberal ao comunismo seguia esta mesma lógica discursiva, que consistia basicamente em contrapor os valores liberais sempre que se falava do comunismo, para posteriormente se criar uma “tradição”, onde se defendia e ressaltava os seus próprios valores.<sup>507</sup> Devemos assim destacar, que esta interpretação também pode ser estendida para a compreensão do antiliberalismo e antifascismo de Vargas.<sup>508</sup> O que pretendemos compreender, é que este discurso não se apresentava inédito dentro do contexto político nacional, mas sim, recorrente. Por este motivo é que acreditamos que a fundamental diferença entre o discurso de Vargas para com os demais discursos apoiados neste modelo e lógica discursiva, encontrava-se no intuito orientador e legitimador de suas ações práticas. Um discurso, enfim, que obteve sucesso e ressonância em função de seu privilegiado local de enunciação.

## 2.9.2 - O INIMIGO PRIMORDIAL E A ARTICULAÇÃO DISCURSIVA

A constatação de que o discurso de Vargas elege ao mínimo dois inimigos a serem abertamente combatidos pelo Estado, nos suscita neste momento a curiosidade referente a qual seria o mais importante inimigo para esta leitura. Devemos levar em conta o fato de que esta é uma recorrente preocupação historiográfica quando nos propomos estudar a forma como um movimento, um grupo social ou até mesmo o Estado, cria, compreende e combate seus inimigos, assim como vimos na historiografia que abordou esta temática dentro do integralismo. No sentido desta abordagem, devemos ressaltar que no caso de Vargas não podemos estabelecer uma graduação estanque acerca do principal inimigo a ser combatido durante todo o seu governo. Pudemos observar que esta lógica discursiva

---

<sup>507</sup> O estudo desta autora procura dar conta das diversas manifestações anticomunistas em território brasileiro dos anos de 1931 A 1934. Perpassando assim o anticomunismo proferido pela igreja, pelos liberais, pelo Estado, pela AIB, entre outros, podemos perceber que esta estrutura básica - referente à construção e lógica interna destes discursos - estava na criação de um contraponto frente a identificação das práticas e ideologia comunista, que, era seguida da reafirmação da posição e identidade do enunciatário. Neste sentido, referindo-se fundamentalmente a questão referente aos jornais pesquisados, ela nos afirma que “(...) é necessário delimitarmos as características próprias da imprensa nestas campanhas, percebendo que não há diferenças fundamentais entre os jornais pesquisados.” No caso específico das citações acima, ver mais em: SILVA, C. L. **Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros**, op. cit., p. 27 – 28 e 175.

<sup>508</sup> Esta característica do discurso anticomunista brasileiro é amplamente ressaltada por Carla Silva, sendo parte da tese central do trabalho desta autora. Ver mais em: SILVA, C. L. **Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros**, op. cit.

possuía como ponto primordial de combate diferentes inimigos em também diferentes momentos, os quais respondem às distintas necessidades e situações com as quais Vargas se deparou durante os quinze anos que esteve à frente do Estado brasileiro.

Em um primeiro momento, nos chama atenção as possibilidades de caracterizar o liberalismo como um “verdadeiro” inimigo para o discurso de Vargas, pois diferentemente do anticomunismo e do antifascismo proferido por este, o seu antiliberalismo não se apresenta declaradamente combativo, mas fortemente crítico. Não encontramos nesta leitura referências eminentemente combativas referindo-se a uma possível luta e/ou negação do liberalismo, mas sim uma crítica no sentido de evidenciar a necessidade de se superar os inerentes “problemas” que ele apresentava - sendo estes pautados basicamente pelas considerações acerca das atribuições e/ou funções do Estado frente ao desenvolvimento socioeconômico da nação.

Também nos chama a atenção, o fato de que em um primeiro momento, o discurso antiliberal apresenta-se como o carro chefe desta leitura, não havendo nenhuma referência ao comunismo ou ao fascismo. Nesta perspectiva, devemos pensar o contexto no qual este antiliberalismo se apresentou, ou seja, fundamentalmente durante o ano de 1930 até o de 1935 - mesmo que este esteja presente nesta lógica discursiva até o ano de 1945, porém com menor evidência. Portanto, podemos justificar o motivo e a forma como era propagado este antiliberalismo em virtude do momento no qual ele começou a ser proferido. Em 1930, frente à recém instauração de seu governo, sua principal necessidade estava na criação de um efeito de sentido discursivo no qual deveria ser afirmada a ruptura deste novo regime para com o anteriormente vigente, ou seja, para com o modelo regimentar pré 1930, assim legitimando também a própria revolução.

Já quanto ao anticomunismo, este sim deve ser caracterizado como um declarado inimigo do Estado e da ordem. Referindo-se ao nível de importância atribuído ao comunismo dentro desta lógica discursiva, constatamos que este se apresenta como o mais importante inimigo a ser combatido. Podemos entender o porque desta situação, ao nos debruçarmos, mais uma vez, sobre o momento em que este se torna o inimigo primordial deste discurso - entre os anos de 1935 e 1937 -, assim como, os motivos que levaram o comunismo a este patamar. O anticomunismo proferido por Vargas, está intimamente relacionado à criação de “mal estar” social por meio do “perigo comunista”, onde somente

um Estado forte poderia combatê-lo, sendo este o Estado Novo. Portanto, o anticomunismo foi amplamente explorado neste sentido. Se o liberalismo serviu como legitimador do ponto de vista ideológico - por meio das críticas e das subseqüentes propostas de superação dos “males” trazidos por este regime<sup>509</sup> -, o comunismo serviu a mesma função, entretanto, do ponto de vista prático, já que este serviu como álibi para o efetivo golpe de 1937.

Por fim, quanto ao inimigo fascista, assim como já indicamos anteriormente, este é apresentado de forma secundária, sendo atrelado a este a mesma lógica discursiva produzida para o anticomunismo. Este inimigo é criado basicamente devido a três fatores. O primeiro se refere à legitimação da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados a fim de demonstrar uma maior proximidade para com os EUA. Neste sentido, o combate interno a um inimigo entendido como claramente similar e/ou equivalente ao nazi-fascismo do eixo, ou seja, à Ação Integralista, também deveria ser realizado. Em um segundo momento, o fator preponderante passa a ser a criação de um efeito de sentido discursivo no qual ressalta-se a negação de qualquer possível aproximação ideológica e/ou indício de semelhança regimentar entre o governo estadonovista para com os fascistas, uma vez que se combatia declaradamente o mesmo. Por fim, o último fator se refere à necessidade de se estabelecer um mais completo controle social por meio das medidas de repressão ao fascismo dentro das fronteiras brasileiras, as quais visavam fundamentalmente o combate ao integralismo, pois os liberais já não possuíam os meios de representação necessários para a participação na política e os comunistas por sua vez já haviam sido devidamente reprimidos.<sup>510</sup>

Devemos assim, novamente, nos deter na questão da temporalidade no processo de construção do discurso de Vargas. Já que não devemos compreender a eleição de diferentes inimigos em relação a também diferentes períodos, como uma questão etapista, mas sim, como um reajustamento desta lógica discursiva por meio da sofisticação e realimentação a partir de “novos” e “reais” inimigos. Devemos ter claro que o rearranjo histórico-contextual implica diretamente na eleição destes inimigos, o que por sua vez, também transforma a

---

<sup>509</sup> Do ponto de vista da produção discursiva antiliberal, podemos identificar nesta uma maior preocupação de caráter identitário frente ao anticomunismo e antifascismo, uma vez que a crítica ao liberalismo servia como ponto de partida para a criação e legitimação do posicionamento e/ou modelo regimentar idealizado por Vargas.

<sup>510</sup> Esta consideração acerca da impossibilidade de representação com a qual se depararam liberais e comunistas no período estadonovista é uma das teses centrais encontradas em: CAMARGO, A. (et. al.) **O golpe silencioso**, op. cit.

lógica discursiva frente a sua necessidade de legitimação e/ou manutenção de seu lugar no poder. Entendemos assim, o porque a partir de 1935 - quando o comunismo assume a posição central nessa leitura -, o liberalismo não foi esquecido, mas sim passou a um segundo plano. Da mesma forma, que o antiliberalismo e o anticomunismo foram colocados em um segundo plano quando do surgimento do discurso antifascista.

Em suma, por meio de um esforço de síntese, podemos afirmar que o principal inimigo dentro desta lógica discursiva era o comunismo, seguido pelo fascismo o qual se apresenta como um desdobramento discursivo do primeiro. Já quanto ao liberalismo, este pode ser encarado como o constante “inimigo ideológico”.<sup>511</sup> Na lógica discursiva de Vargas, podemos perceber que do ponto de vista das discussões teóricas, o liberalismo era o mais importante inimigo a ser “combatido”, uma vez que é ele que deveria ser superado pela política de Vargas, enquanto o comunismo e o fascismo eram os “inimigos de legitimação”, pois, para o povo, “era muito mais palpável, era muito mais fácil de ser “demonstrado” a partir de exemplos práticos, colocando os comunistas [e os fascistas] como “desordeiros”, “grevistas”, “extremistas” e etc. do que uma estrutura de Estado, como a liberal.”<sup>512</sup>

### 2.9.3 - AS INTERPRETAÇÕES DA HISTORIOGRAFIA

Por fim, a última observação que nos cabe, se refere à inserção deste discurso nos debates historiográficos pertinentes. Frente aos estudos que contemplaram o anticomunismo brasileiro, apontamos para o fato de que o discurso de Vargas não se apresenta próximo às interpretações contidas na tese de Rodrigo Motta<sup>513</sup>, onde a Intentona Comunista de 1935 é colocada como um marco de recrudescimento do anticomunismo brasileiro. Ressaltamos que esta linha interpretativa não deve ser utilizada quando da abordagem do discurso de Vargas, já que este, em um primeiro momento direciona toda a sua lógica e construção discursiva à crítica antiliberal, sendo que, somente no ano de 1935 é

---

<sup>511</sup> Ressaltamos que nossa interpretação parte de uma analogia - com suas lógicas reinterpretções e adaptações - frente à abordagem realizada por Rodrigo de Oliveira quando estudou o anticomunismo integralista nos jornais do movimento. Ver mais em: OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 96

<sup>512</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 96

<sup>513</sup> MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil, op. cit.



que o foco se volta para o anticomunismo, passando assim o antiliberalismo para um segundo plano. O que nos chama a atenção, é que no período anterior a 1935, não encontramos nenhuma referência ao comunismo neste discurso, e por este motivo, não podemos apontar para um recrudescimento, mas sim, para o surgimento e/ou exteriorização deste discurso anticomunista a partir desta data. Por fim, também devemos estar atentos para o fato de que após a instauração do regime estadonovista, o antiliberalismo continua a ocupar uma posição de segundo plano e, o anticomunismo passa a lhe fazer companhia frente o surgimento e/ou exteriorização do discurso antifascista. No que se refere a este último momento desta lógica discursiva, vemos a existência em paralelo de um decadente anticomunismo e de um ascendente antifascismo, sendo estes, os inimigos por excelência do regime de Vargas.

### CAP. 3 - INTEGRALISMO E VARGAS: UM ESTUDO COMPARADO

O objetivo deste terceiro capítulo é o de apresentar um estudo comparado entre os dois discursos até agora abordados, logo, este contém o caráter de análise conclusiva de nosso trabalho. Para realizar esta tarefa nos apoiaremos na proposta de uma história comparada, na perspectiva apresentada por Maria Helena Capelato em seu trabalho *Multidões em cena*.<sup>514</sup> Ressaltamos que este estudo faz sentido na medida em que, tanto o discurso integralista como o de Vargas, foram produzidos em um mesmo meio ideológico-cultural e/ou político-cultural, assim como também se encontram inseridos em um mesmo contexto histórico, seja ele nacional ou internacional. Já quanto às possibilidades que este estudo comparado pode nos proporcionar, primeiramente apontamos para o fato de que “num momento em que os estudos históricos buscam recuperar as especificidades, a história comparada permite apontar, ao mesmo tempo, os pontos comuns e as diferenças de fenômenos históricos similares”<sup>515</sup>, neste caso, dentre ambos os discursos. Desta forma, “a análise comparativa permite levar em conta as especificidades das experiências, ajudando a compreender como um fenômeno universal assume características diversas nas conjunturas históricas analisadas”<sup>516</sup>, sendo que esta forma de abordagem é exatamente o que pretendemos neste momento. Partimos do pressuposto de que ambos os discursos - o integralista e o da Vargas -, além de estarem inseridos em um universo político e ideológico comum, também, em certa medida, respondem e incidem sobre este, no que se refere às suas construções discursivas. Logo, este modelo de estudo nos traz algumas possíveis interpretações no que se refere ao entendimento dos diálogos existentes entre eles, sejam estes frente às suas especificidades ou até mesmo seus distanciamentos.

Como já pudemos perceber no decorrer das análises empreendidas nos capítulos um e dois, as semelhanças entre estes discursos são evidentes. Porém, esta simples constatação não responde a nossa problemática primordial, que é a de entender os motivos que levaram tais produções discursivas a apresentar estas semelhanças e, também, suas diferenças - quer sejam estas referentes às suas construções discursivas, quer sejam através dos posicionamentos tomados em função das temáticas abordadas. Em vista da resolução destas

---

<sup>514</sup> CAPELATO, M. H. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo, op. cit.

<sup>515</sup> CAPELATO, M. H. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo, op. cit., p. 33.

<sup>516</sup> CAPELATO, M. H. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo, op. cit., p. 32.

questões, buscaremos entender tais discursos na perspectiva da história comparada, cabendo-nos, historicizar tais produções discursivas a fim de analisa-las em vista de seus relacionamentos com os recorrentes ideários do período, campo no qual entendemos encontrar as respostas para a existência destes diálogos.

Devemos assim compreender estes possíveis diálogos existentes entre as produções discursivas de Vargas e dos integralistas, como apropriações e interpretações de um ideário político-cultural e/ou ideológico recorrente. Ou seja, acreditamos que esta questão está intimamente ligada ao pertencimento de ambas às produções de uma mesma cultura política, o que nos remete à configuração da existência de um pensamento comum hegemônico em um amplo espectro das formações políticas do período. Já a composição destas formações políticas, nos remete a forma como determinado grupo, governo, partido, (entre outras instituições de caráter político), se utilizam e/ou produzem as recorrentes idéias presentes na cultura política pertinente. É por este motivo que acreditamos que qualquer discurso é produzido num processo de circularidade das idéias, a partir da existência de contatos e de campos objetivos comuns, onde as apropriações e reinterpretções são configuradas por meio de um processo dialético e de tensão, reafirmando, assim, “(...) a marca das idéias em todos os setores da sociedade.”<sup>517</sup>

Em vista desta linha interpretativa, nos deparamos com a multiplicidade temporal - no que se refere aos diferentes ritmos -, que se apresenta como uma evidente característica da história política. Entendemos que esta combina “(...) o instantâneo e o extremamente lento. [Desta forma,] é na longa duração que se irá buscar a história das formações políticas e ideológicas, ou seja, a cultura política, que por sua vez servirá à reflexão sobre os fenômenos políticos (...).”<sup>518</sup> que aqui estudamos. Por isso, devemos ter claro que:

Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpe de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, (...) [entre outras]. Outros se inscrevem em uma duração média, cuja a unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tipos de escrutínio, existência dos partidos políticos. Outros ainda tem por unidade de tempo a duração mais longa; se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração.<sup>519</sup>

---

<sup>517</sup> RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**, op. cit., p. 279.

<sup>518</sup> FERREIRA, M. de M. Apresentação, *In*: RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**, op. cit., p. 7.

<sup>519</sup> RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**, op. cit., p. 34 - 35.

Iremos nos ater, fundamentalmente, a média e longa duração, uma vez que ao buscarmos o entendimento de ambos os discursos dentro de um quadro político-cultural comum, necessitamos da construção de uma temporalidade em uma perspectiva mais ampla. Para identificarmos e/ou caracterizarmos a existência de “(...) uma cultura política inextirpável, porque tão profundamente integrada que escapava a toda crítica da razão, para entrar no domínio das crenças instintivas (...)”<sup>520</sup>, devemos ter como principal objetivo a identificação da forma como em diferentes momentos e lugares a “realidade” era pensada e interpretada.<sup>521</sup> Logo, esta caracterização indubitavelmente deve ser pautada por uma análise compreendida em uma concepção temporal de média e longa duração, já que um recorte menos amplo não nos permitiria identificar as recorrentes utilizações de elementos e conceitos que formatam e delimitam determinada cultura política.

Quanto à busca desta caracterização, esta implica em identificarmos o “núcleo duro” comum a todas as formações políticas, ou seja, aquelas práticas e idéias que independentemente dos rearranjos conjunturais e dos fatos cotidianos, garante a perenidade de um ideário político-ideológico recorrente e amplamente aceito por todo corpo social, seja ele nacional ou internacional.<sup>522</sup> Por este motivo é que ao nos determos à longa duração, adentramos o âmbito pertinente às “estruturas mentais de uma sociedade”, o que por sua vez nos elucida os elementos básicos que caracterizam a cultura política de determinado período e lugar. Nossa perspectiva de abordagem, diferentemente da história da literatura ou da filosofia, é focada em acompanhar o percurso processual das idéias na sociedade, apresentando-se, como uma espécie de “história das mentalidades políticas”. Por este motivo, é que estamos sempre atentos às produções político-culturais singulares, seja ela referente a Vargas ou aos intelectuais integralistas, como em nosso caso específico.<sup>523</sup>

A fim de delimitar mais claramente o conceito de cultura política, ressaltamos a necessidade do entendimento de que este se apresenta na forma de elementos diversos - sejam eles de caráter cultural, político, ideológico, entre outros -, que se transformam em um sistema e/ou conjunto de referências no qual se reconhecem todos os membros de uma determinada formação política, sociedade, ou até mesmo, de uma determinada conjuntura

---

<sup>520</sup> BERSTEIN, S. Os partidos, *In*: RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**, op. cit., p. 90.

<sup>521</sup> CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações, op. cit., p. 16 - 17.

<sup>522</sup> BERSTEIN, S. Os partidos, *In*: RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**, op. cit., p. 91.

<sup>523</sup> BERSTEIN, S. Os partidos, *In*: RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**, op. cit., p. 284.

histórica. Ou seja, a cultura política se apresenta como uma linguagem e/ou conjunto de ideais comuns a todos os integrantes de uma formação política ou determinada conjuntura histórica. É neste sentido que um apelo autoritário ou nacionalista, pode ser entendido tanto pelos militantes integralistas quanto pela grande maioria dos brasileiros, assim como da mesma forma era compreendido pelos membros dos fascismos europeus. É justamente a caracterização destes núcleos duros, que legitimam os atores históricos a fazerem uso das ideologias - e de seus elementos e concepções relacionadas -, sem necessariamente se remeter e/ou fazer uso explícito de determinada corrente ideológica ou de pensamento. E mesmo assim, ser amplamente compreendido tanto em sua formação política quanto em seu tempo. Entendemos então, que as expressões ideológicas diversas que se apresentem aos membros de uma formação política ou de uma sociedade, encontram-se manifestas nesta cultura política.<sup>524</sup> Por este motivo, é que “(...) a referência doutrinária da ideologia é uma nebulosa que invoca uma grande família do pensamento, sem nem por isso ser claramente explicitada no discurso cotidiano [de qualquer formação política] (...), de tal modo que este dá a impressão de ser desprovido de qualquer doutrina”.<sup>525</sup> Neste sentido, certos elementos e/ou concepções ideológicas passam a não mais serem relacionadas diretamente a determinado quadro ideológico, para assim, se transformarem em um lugar comum dos discursos e das crenças políticas de seu pertinente ambiente político-cultural. Motivo pelo qual podemos chamar de cultura política todo um singular conjunto de práticas e idéias comuns e recorrentes a determinada conjuntura histórica, ou seja, como algo similar e/ou revelador do *ethos* político, cultura e social de uma nação, de um povo ou de um momento histórico dado.<sup>526</sup>

É neste sentido que devemos nos ater a concretude histórica deste conceito. Como em nosso caso específico, esta cultura política não nos remete a uma abstração, mas sim, ao antiliberalismo, autoritarismo, anticomunismo, entre outras idéias e/ou pensamentos recorrentes em um meio que é criado e/ou caracterizado em decorrência das próprias experiências reais que dele fazem parte. Esta circularidade de idéias, faz necessariamente uma referência às experiências concretas, a exemplo dos fascismos europeus, da crise do liberalismo, do crescimento do comunismo, dos diversos movimentos e governos

---

<sup>524</sup> BERSTEIN, S. Os partidos, *In*: RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**, op. cit., p. 88 - 89.

<sup>525</sup> BERSTEIN, S. Os partidos, *In*: RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**, op. cit., p. 87.

<sup>526</sup> RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**, op. cit., p. 450.

autoritários, entre outras experiências e fatos. A cultura política somente existe a partir destas experiências particulares e concretas, entre as quais, se encontram também o discurso integralista e de Vargas.

Buscamos então identificar nas diversas formações políticas, e especialmente no discurso de Vargas e dos integralistas, as “variáveis consoantes” e/ou lugares comuns que produzem os conjuntos estáveis e partilhados - que devem ser compreendidos como “esquemas intelectuais incorporados” -, e que acabam por criar “figuras” as quais nos torna inteligível tanto o espaço quanto a cultura política que deve ser decifrada.<sup>527</sup> Partindo do entendimento de que o meio social é o lugar de expressão do político por excelência, devemos notar como as correntes de pensamento e as práticas políticas que percorrem e formatam a sociedade como um todo - considerando que nenhum grupo em particular é autor específico destas -, delimitam a formação as diversas correntes político-culturais que compõem o pensamento político nacional e internacional, na forma de um processo similar às composições criadas por um caleidoscópio. No caso da análise comparada entre os referidos discursos, nos cabe perceber tanto os lugares-comuns existentes, quanto as alteridades presentes entre estes pensamentos e/ou construções discursivas. É por este motivo que devemos ser cautelosos ao analisar os discursos da AIB e de Vargas, pois mesmo que estes nos remetam à “universalidade de um diagnóstico fundado na razão”, estes são, ao mesmo tempo determinados pelos seus próprios interesses e lugares de enunciação. São forjados dentro de um contexto que mesmo englobando uma cultura política comum, também responde a seu lugar específico de produção.<sup>528</sup> É neste sentido que Roger Chartier nos afirma que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.<sup>529</sup>

Em suma, este modelo interpretativo nos evidencia a possibilidade de se identificar tanto as especificidades referentes às suas determinadas posições de enunciação, quanto às aproximações presentes entre estes discursos em função da leitura - e também da própria

---

<sup>527</sup> CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações, op. cit., p. 17.

<sup>528</sup> CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações, op. cit., p. 17.

<sup>529</sup> CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações, op. cit., p. 17.

delimitação - de uma mesma cultura política. Ou seja, devemos compreender esta cultura política singular e/ou “configuração específica”, como uma categoria analítica que ao mesmo tempo influencia, e é construída, por meio dos “esquemas geradores das classificações e das percepções” singulares a cada formação ou meio, que são incorporadas na forma de “categorias mentais” e/ou representações coletivas aceitas pela ampla maioria das formações políticas e pela sociedade.<sup>530</sup> Nesta perspectiva, também podemos caracterizar a idéia de uma representação coletiva, que se refere à forma como devemos perceber e agrupar os “esquemas interiorizados” que exprimem “imagens mentais claras”, sendo que estas devem ser entendidas como a forma pela qual os atores históricos exprimem seus posicionamentos e interesses, paralelamente ao modo como descrevem e entendem a sociedade em que vivem ou a que gostariam que existisse.<sup>531</sup>

Primeiramente, nos cabe a tarefa de delimitar e classificar as múltiplas configurações específicas nas quais a realidade é construída e pensada pelas diversas formações políticas. É a identificação das representações coletivas próprias de cada grupo - que geram e ao mesmo tempo são geradas pela cultura política pertinente -, que fará com que possamos reconhecer e/ou caracterizar esta cultura política. Da mesma forma que o antiliberalismo integralista e de Vargas possui suas especificidades e/ou configurações específicas, eles também nos evidenciam alguns lugares comuns e/ou representações coletivas. O recorrente antiliberalismo desta cultura política, é reafirmado por estes discursos da mesma forma que esta cultura política também legitima estes discursos. Percebemos então, um processo dialético. Em suma, esta perspectiva de interpretação nos clarifica as “formas institucionalizadas e objetivadas” pelas quais os “representantes” - sejam eles formações políticas ou pessoas singulares -, marcam de forma explícita e perpetuada o contexto político, ideológico e social, não somente de seu grupo e/ou formação política, mas de toda a sua comunidade e/ou sociedade. Desta maneira, podemos tanto compreender as especificidades discursivas de uma dada formação política, como também o que nela é expresso em uma perspectiva mais ampla, ou seja, o que existe em comum entre ela e as demais formações frente a seu pertencimento a uma mesma cultura política.<sup>532</sup>

---

<sup>530</sup> CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações, op. cit., p. 18.

<sup>531</sup> CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações, op. cit., p. 19.

<sup>532</sup> CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações, op. cit., p. 23 - 24.

Atendo-nos à forma como o discurso integralista e de Vargas se insere nesta configuração de uma cultura política, devemos nos deter ao fato de que a relação entre a cultura política e estes enunciadores, necessariamente se coloca em função de “uma teoria da leitura” onde podemos compreender as formas de leitura desta e, a forma como estes enunciadores são afetados e direcionados à determinada maneira de conceber a si e ao mundo ao seu redor.<sup>533</sup> Ou seja, necessitamos compreender o modo como Vargas e os integralistas se utilizam do recorrente ideário da cultura política pertinente, por meio da forma como este ideário se apresentava e era utilizada dentro de suas lógicas discursivas. Porém, sem nunca perder de vista que seus discursos também faziam parte da própria configuração deste meio. Portanto, frente à multiplicidade de modos de emprego e de leitura possíveis, percebemos que as diversas apropriações se relacionam diretamente com a percepção e interpretação dos enunciadores frente às realidades institucionais, culturais e políticas, que estão inscritas no processo específico que as produzem.<sup>534</sup> Neste sentido, “daí [advém] a caracterização das práticas discursivas como produtores de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural [e/ou ideológicas] como formas diferenciadas de interpretação.”<sup>535</sup> Motivo pelo qual devemos levar em conta o contexto e local específico de enunciação destes discursos, já que estes interferem diretamente na “apropriação” desta cultura política.

Podemos então considerar, que o conceito de “mundo como representação” apresenta-se como complementar à idéia de uma cultura política, já que esta se apresenta como um “sistema de crenças compartilhado” por todos indivíduos pertencentes a um determinado partido, movimento, Estado, meio intelectual, ou qualquer outra agremiação e/ou meio político. Sendo este o motivo pelo qual, devemos considerar que toda a sociedade vive “(...) num certo clima cultural que faz com que as próprias palavras que empregam sejam uma referência implícita à doutrina sem que seja necessário exprimi-la, pois algumas fórmulas são de algum modo codificadas e têm para aqueles que as ouvem uma ressonância que supera singularmente seu significado de primeiro grau (...)”.<sup>536</sup> Logo, o conceito de “mundo como representação” responde a forma como esta cultura política é

---

<sup>533</sup> CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações, op. cit., p. 24.

<sup>534</sup> CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações, op. cit., p. 26.

<sup>535</sup> CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações, op. cit., p. 27 - 28.

<sup>536</sup> BERSTEIN, S. Os partidos, *In*: RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**, op. cit., p. 88.



apropriada e reinterpretada pelas instituições político-sociais frente a seus específicos contextos e necessidades.

É neste sentido que acreditamos que o caráter autoritário, “fascista”, antiliberal, anticomunista, entre outros, que se mostram presentes nas construções discursivas aqui analisadas, não podem ser entendidas como uma simples similaridade de posicionamento ideológico entre estas produções, mas sim, como resultantes da apropriação e reinterpretação das representações coletivas que se encontravam em uma conjuntura mais ampla do pensamento político-cultural nacional e internacional, ou seja, na cultura política pertinente a ambos. Portanto, podemos entender estas características como uma exteriorização dos lugares comuns da cultura política deste período entre-guerras. Partimos então do pressuposto, de que as idéias não têm lugares fixos, e que estas circulam e são apropriadas de modos diversos pelos indivíduos, movimentos, partidos, grupos, intelectuais e governos. Os valores e/ou posições comumente defendidas por integralistas e Vargas, não estão somente relacionados com suas convicções ideológicas, mas também, a uma visão de mundo comum ao universo discursivo e político de conjuntura mais ampla -, de sua cultura política -, que independe, em certa medida, de suas convicções classificatórias de posicionamento. Ou seja, fogem a simples constatações onde podemos considerar estes movimentos, partidos e/ou governos como autoritários, fascistas, liberais ou até mesmo de orientação marxista.

### 3.1 - A CULTURA POLÍTICA DO PERÍODO ENTRE-GUERRAS

Objetivando então a contextualização histórica bem como a caracterização da cultura política pertinente a ambas as produções discursivas - a integralista e de Vargas -, devemos voltar nosso foco inicial à crise do mundo liberal como um todo, momento no qual, evidenciava-se uma crítica hegemônica no sentido de condenar toda a “(...) situação reinante na Europa em 1918/19, [onde] quase todos os valores, pressupostos e práticas típicas das instituições liberais, tal como haviam existido e funcionado até 1914, esvaziaram-se de qualquer sentido e eficácia.”<sup>537</sup> A crítica fundamental a este regime,

---

<sup>537</sup> FALCON, F. Fascismo: autoritarismo e totalitarismo, *In*: SILVA, J. L. W. da (org.) **O feixe e o prisma: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica**, Rio de Janeiro: Zahar, 1991. p. 37.

estaria em sua “evidente incapacidade” de resolução dos problemas e impasses com os quais a nova dinâmica política e social se deparavam, sendo esta questão corroborada claramente em virtude da Primeira Guerra Mundial e da crise financeira de 1929. Conceitos até então considerados como “certos” e/ou “verdadeiros”, seja com relação ao liberalismo democrático - por meio do pluripartidarismo e participação política de todos por meio de eleições -, ou ao liberalismo econômico - através da livre iniciativa do capital privado e auto regulação econômica -, já se apresentavam ultrapassados e/ou liquidados para grande parte dos governos, movimentos, intelectuais e até mesmo os cidadãos de todo o mundo. Para uma parte considerável do universo político-ideológico deste período, “já não era mais possível sustentar a velha convicção quanto à capacidade de as próprias instituições liberais, nominalmente vigentes, darem satisfação adequada às aspirações e demandas dos segmentos sociais mais numerosos e também mais explorados.”<sup>538</sup> Neste sentido, tanto a esquerda comunista quanto a direita fascista, apontavam para o fato de que de que isto não era mais possível, sendo que, “tais vozes ganharam subitamente um ímpeto irresistível e se colocaram à frente do palco político.”<sup>539</sup> É por este motivo que Eric Hobsbawm aponta para o fato de que “os sobreviventes do século XIX ficaram talvez mais chocados com o colapso dos valores e instituições da civilização liberal (...)”<sup>540</sup> do que com qualquer outra fenômeno e/ou fato. Tal colocação nos permite perceber, que estas idéias e/ou convicções políticas não estavam presentes somente para o universo dos filósofos, teóricos, políticos e intelectuais, mas também, para o do homem comum<sup>541</sup>, nos ilustrando, o modo como este ideário antiliberal ao mesmo tempo em que responde, também alimenta a cultura política deste período entre-guerras, transformando-se em uma representação coletiva.

Tais críticas e combates aos ideais liberais se propagaram rapidamente por toda a Europa frente a esta “evidente crise”, assim, ganhando novas conotações frente às formações políticas de massa - sejam da esquerda ou da direita - e também por meio da “formação de elites estratégicas”. Estas buscavam, via Estado, redirecionar e/ou substituir os projetos de controle e de ação política em função de novas propostas pautadas pela

---

<sup>538</sup> FALCON, F. Fascismo: autoritarismo e totalitarismo, *In: SILVA, J. L. W. da (org.) O feixe e o prisma: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*, op. cit., p. 37.

<sup>539</sup> FALCON, F. Fascismo: autoritarismo e totalitarismo, *In: SILVA, J. L. W. da (org.) O feixe e o prisma: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*, op. cit., p. 37 - 38.

<sup>540</sup> HOBBSAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*, 2. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 113.

<sup>541</sup> RÉMOND, R. (org.) *Por uma história política*, op. cit., p. 278.

negação do modelo liberal. Esta união entre os movimentos sociais e a ação estatal, encontrou as suas mais significativas expressões nas próprias frentes populares e, sobretudo, no nazi-fascismo.<sup>542</sup> Devemos ter claro, que as mais explícitas críticas ao liberalismo provinham dos discursos comunistas, e fundamentalmente, dos fascistas. Por este motivo é que “(...) os 23 anos entre a chamada “Marcha sobre Roma” de Mussolini e o auge do sucesso do Eixo na Segunda Guerra Mundial viram uma retirada acelerada e cada vez mais catastrófica das instituições políticas liberais.”<sup>543</sup> A denúncia da incapacidade gestacional liberal, que já se apresentava recorrente dentro do campo político cultural do período, reafirmava a sua transformação em uma representação coletiva, ou seja, passava de uma forma de uma crítica e/ou condenação, para uma espécie “saber absoluto” e/ou lugar comum do pensamento político hegemônico do período. Para a maior parte dos governos, movimentos, partidos e intelectuais, esta incapacidade liberal não era mais entendida como algo a ser comprovado, mas sim, como uma constatação óbvia, como uma “verdade” incontestável e como uma realidade já dada. Neste sentido:

A própria guerra [a primeira], se não determinou, ao menos acelerou o processo de alargamento da esfera de intervenção econômica do Estado. A partir daí, a própria crise viria intensificar essa tendência, à sombra das ideologias favoráveis à ampliação do campo de atuação estatal, em oposição à velha tradição liberal de distanciamento e neutralidade (mais ideológica que real) do Estado diante dos processos econômicos.<sup>544</sup>

Para termos uma idéia de como este contexto se processava na Europa, ressaltamos que durante este período entre-guerras, somente a Grã-Bretanha, a Finlândia - minimamente -, o Estado Livre Irlandês, a Suécia e a Suíça, foram os países que conservaram suas instituições democráticas em funcionamento e sem interrupção.<sup>545</sup> Já desde o imediato pós Primeira Guerra Mundial, a Europa - e também todo o mundo - assistiu ao crescimento e ao êxito de diversos movimentos de caráter autoritário ou totalitário - sejam estes de direita ou de esquerda -, os quais implicavam diretamente na eliminação de praticamente todos os ideais liberais.<sup>546</sup> Nesta perspectiva, torna-se evidente

---

<sup>542</sup> CAMARGO, A. (et. al.) **O golpe silencioso**, op. cit., p. 19.

<sup>543</sup> HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**, op. cit., p. 115.

<sup>544</sup> FALCON, F. Fascismo: autoritarismo e totalitarismo, *In*: SILVA, J. L. W. da (org.) **O feixe e o prisma: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica**, op. cit., p. 38.

<sup>545</sup> HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**, op. cit., p.115.

<sup>546</sup> RODRIGUES, L. M. Sindicalismo e classe operária (1930-1964), *In*: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)**, 6. ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. p. 516.

a forma como esta cultura política singular a esta conjuntura incorporava este discurso antiliberal e, simultaneamente influenciava as ações no campo político prático.

A fim de pensarmos como ocorria o relacionamento deste contexto internacional para com o nacional, nos resta pensar como ocorreu a apropriação e reinterpretação deste ideário político-ideológico no Brasil. Segundo João Cruz Costa, no que se refere a esta questão, devemos salientar que “em nossas terras” não ocorreu a simples cópia ou apropriação fiel dos pensamentos advindos da Europa, e sim, que estes aqui ganharam uma nova roupagem, uma nova interpretação e assimilação, a qual era determinada por inúmeros motivos, à exemplo do clima, condições econômicas políticas, sociais, dentre outras inúmeras condições particulares. Desta forma, o pensamento brasileiro revela-se até certo ponto criador e não somente conservador de um legado nascido em *terras estranhas*, e por este motivo, tanto o Brasil quanto a América em geral, devem ser compreendidos como grandes centros de reinterpretação da cultura intelectual européia.<sup>547</sup> Ou seja, as idéias não estão fora de lugar. São reproduções e reinterpretações das representações coletivas a partir de condições próprias e objetivas, que compõem, na sua totalidade, o que entendemos como o campo da cultura política deste período entre-guerras.<sup>548</sup>

Sobre esta questão, Eric Hobsbawms nos ressalta que em virtude deste contexto político-ideológico que se processava na Europa, não somente para o Brasil, mas para todos que estavam do “outro lado do atlântico”, “(...) o fascismo sem dúvida parecia a história de sucesso da década. Se havia um modelo no mundo a ser imitado (...), esse modelo certamente podia ser encontrado em Berlin e Roma, uma vez que Londres e Paris não mais ofereciam muita inspiração política, e Washington estava fora de ação.” Já quanto ao caso de Moscou, ele afirma que este “(...) ainda era vista essencialmente como um modelo para a revolução social, o que restringia o seu apelo político.”<sup>549</sup>

Analisando a experiência brasileira, constatamos que este vasto ideário “(...) instalou-se no Brasil de maneira mais acabada em 1930, momento em que o nacionalismo

---

<sup>547</sup> Esta interpretação referente à recepção, apropriação e reinterpretação brasileira das idéias vindas de fora, é a tese central da obra: COSTA, J. C., **Contribuição à história das idéias no Brasil**, 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

<sup>548</sup> Ainda referindo-se a interpretação de Cruz Costa, vale a pena frisar que ele via como um reflexo negativo desta situação, a fascinação brasileira pelo pensamento vindo do estrangeiro. O que talvez seria uma espécie de “complexo de inferioridade” devido à longa situação colonial que vivemos, a qual fazia com que desconfiássemos de nossas próprias interpretações e opiniões, fazendo-nos recorrer sempre, além de nos apoiarmos, em maior ou menor grau, ao pensamento alheio.

<sup>549</sup> HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**, op. cit., p. 137.

emergente nos anos 20 desembocou em uma análise mais detida da crise mundial, de suas repercussões internas e de seus encaminhamentos possíveis.”<sup>550</sup> Segundo Carla Luciana Silva, devemos entender o evidente crescimento destes estudos durante a década de 1930, devido ao fato de que neste momento, ocorreu um redimensionamento da “questão social”.<sup>551</sup> Assim, é em virtude destas análises feitas durante estas duas décadas - e, sobretudo, na de 1930 -, que “(...) criaram-se aproximações difusas entre os países emergentes e os dependentes, como ocorreu com o Brasil, que, sob a liderança de Vargas, não escondia suas simpatias pela Itália e a Alemanha”<sup>552</sup>, interpretação esta, que não se restringe somente ao pensamento de Vargas, mas que se desdobra a uma série de setores da sociedade brasileira, a exemplo do meio católico, conservados, militar, entre outros. Acreditamos que este é o motivo pelo qual as formações políticas nacionais, que adentraram na década de 1930 a arena política, apresentavam uma evidente recorrência de lugares comuns em seus corpos ideológicos, mesmo que houvesse também mútuas divergências. A rejeição da liberal-democracia, do capitalismo competitivo, do pluripartidarismo, entre outras premissas liberais, frente à evidente valorização do nacionalismo, do intervencionismo, isto é, da hegemonia do Estado sobre a sociedade, eram conceitos que estavam presentes em quase que todos os projetos.<sup>553</sup> Portanto, estas:

(...) novas forças em ascensão - getulistas, tenentistas, integralistas, aliancistas - defendiam um Estado forte com funções tutelares sobre a sociedade, sobre as classes sociais e sobre o sistema econômico. Na verdade, as correntes políticas que surgem nos anos trinta ocupam posições diferentes dentro de um mesmo universo ideológico caracterizado pelo nacionalismo, pelo autoritarismo, pelo intervencionismo.<sup>554</sup>

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos, não existia homogeneidade nem mesmo no interior do pensamento liberal, motivo pelo qual neste período um Estado liberal também não implicaria em um Estado não-interventor, pois dentro da maioria destes projetos, depois de instaurado este regime, ele “(...) transforma-se no Estado em que a hegemonia burguesa não é seriamente desafiada. Trata-se de um estado cuja intervenção

---

<sup>550</sup> CAMARGO, A. (et. al.) **O golpe silencioso**, op. cit., p. 21.

<sup>551</sup> SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, op. cit., p. 47.

<sup>552</sup> CAMARGO, A. (et. al.) **O golpe silencioso**, op. cit., p. 19 - 20.

<sup>553</sup> RODRIGUES, L. M. Sindicalismo e classe operaria (1930-1964), *In*: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira** - O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964), 6. ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. p. 517.

<sup>554</sup> RODRIGUES, L. M. Sindicalismo e classe operaria (1930-1964), *In*: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira** - O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964), 6. ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. p. 517.

em assuntos sociais e econômicos tem por fim garantir a operação do mercado como o mais importante mecanismo de extração e alocação de valores e bens.”<sup>555</sup> Podemos observar, que durante este momento de crise, o intervencionismo estatal - base do pensamento autoritário -, era defendido inclusive pelos “novos” liberais, como J. M. Keynes e outros intelectuais e políticos. Percebemos assim, que havia uma evidente aceitação das propostas e/ou pensamento centralizador em toda a cultura política brasileira, o que aproximava ainda mais as diferentes tendências da política nacional.<sup>556</sup> É por este viés que podemos compreender os motivos que fazem as mais distintas formações políticas dialogarem entre si e com o próprio ideário circulante neste universo político-ideológico e/ou cultura política. Também é esta constatação que nos justifica o fato de que em meio a este contexto, “ensaístas e homens de ação como Agamenon Magalhães, Francisco Campos, Azevedo do Amaral, Oliveira Viana [sendo estes nomes ligados ao *staff* varguista], Miguel Reale e Plínio Salgado [representantes do Integralismo] defenderam uma proposta de Estado autoritário-corporativo que se difundiu com rapidez no campo intelectual da época.”<sup>557</sup>

O conceito de autoritarismo, segundo S. Andreski pode ser pensado por meio de três determinantes básicas, sendo que somente a confluência entre estes é que pode caracterizar determinada formação política como autoritária. Nesta interpretação, este termo pode ser compreendido: a) “no sentido psicológico, [onde] ele nos remeteria ao *caráter autoritário*, manifesto tanto no despotismo dos governantes quanto na obediência fervorosa dos governados”; b) “no sentido administrativo, [onde] ele nos remeteria aos *procedimentos autoritários*, manifestos na confiança em ordens autojustificáveis, nas ameaças à punição e na aversão à consulta e à persuasão”, e, por fim; c) “no sentido ideológico, [onde] ele nos remeteria à propagação de uma *ideologia autoritária* justificadora do caráter autoritário e dos procedimentos autoritários.”<sup>558</sup>

Já quanto ao corporativismo, esta “(...) proposta vinha confirmar, como se declarava então, a substituição do negativo conceito da luta de classes pelo conceito positivo de

---

<sup>555</sup> SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, op. cit., p. 37.

<sup>556</sup> SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, op. cit., p. 37 e 41.

<sup>557</sup> CAMARGO, A. (et. al.) **O golpe silencioso**, op. cit., p. 21.

<sup>558</sup> As três respectivas citações são sínteses da interpretação de S. Andreski sobre o autoritarismo - ANDRESKI, S. Autoritarismo, *In*: SILVA, B. **Dicionário de ciências sócias**, Vol. 1, Rio de Janeiro: FGV, 1986. p. 107. -, e foram encontradas em: SILVA, J. L. W. da (org.) **O feixe e o prisma**: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica, op. cit., p. 14.

colaboração de classes”.<sup>559</sup> Desta forma, “a partir de 30, a omissão do Estado liberal vai sendo substituída pela grande conquista da paz social: [por meio da idéia de que não havia] “nenhum ressentimento de classes e todos os direitos [eram] reconhecidos... A proteção do Estado a todos os braços e a todos os cérebros.””<sup>560</sup>, apelando para uma visão uma e/ou indivisível do corpo social. Percebemos assim, que dentro deste contexto da cultura política nacional, e também internacional, havia “(...) um amplo projeto de reordenamento da sociedade - o corporativismo - [que] se apóia inteiramente na imagem de organicidade do corpo humano. As partes que compõem a sociedade foram pensadas tal como o relacionamento dos órgãos do corpo humano: integradamente e sem contradições.”<sup>561</sup> Substituíam-se a concepção liberal individualista -, entendida como uma das principais causas do acirramento da luta de classes -, por uma percepção coletivista da sociedade. O que tais projetos objetivavam, era o estabelecimento do fim dos focos de conflitos sociais, em substituição à existência conjunta e solidária ente as classes e/ou órgãos deste organismo maior que era o meio socioeconômico nacional. Esta concepção corporativa - e logo organicista - acabava por estabelecer uma relação mútua de direitos e deveres não somente entre as classes e o Estado, mas também entre as próprias classes.

Percebemos então, que dentro do ambiente político e ideológico deste período, estas concepções - sobretudo a autoritária - se apresentavam como uma espécie de representação coletiva, mesmo que os motivos e/ou interpretações que justificassem a sua utilização e/ou opção por estas como solucionadoras dos inerentes problemas nacionais, fossem diversas. Um bom exemplo desta situação, está na afirmação de Marilena Chauí ao ressaltar que “enquanto para os Integralistas o autoritarismo *deve ser* a solução para os problemas do “Brasil real”, para os intérpretes liberais e marxistas o autoritarismo *teve que ser* a solução encontrada pela classe dominante, impossibilitada de exercer por conta própria a hegemonia.”<sup>562</sup>

---

<sup>559</sup> A citação contida dentro do trecho que retiramos de Alcir Lenharo, refere-se as palavras do então ministro do trabalho, Alexandre Marcondes Filho. Ver mais em: FILHO, A. M. O governo e os intelectuais brasileiros. *In: Cultura e Política*, Rio de Janeiro: DIP, 1942. p. 9. ou LENHARO, A. **Sacralização da política**, op. cit., p. 22.

<sup>560</sup> LENHARO, A. **Sacralização da política**, op. cit., p. 22.

<sup>561</sup> LENHARO, A. **Sacralização da política**, op. cit., p. 18.

<sup>562</sup> CHAUI, M. Notas sobre o pensamento conservador dos anos 30: Plínio Salgado, *In: ANTUNES, R., FERRANTE, V. B. e MORAES, R (org.) Inteligência brasileira*, São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 22.

Podemos notar que as discussões realizadas no Brasil da década de 1930, permeavam soluções pautadas no autoritarismo e corporativismo, sendo que por muitas vezes, como nos aponta Eliana Freitas Dutra, “(...) a sociedade brasileira seguia o rumo de uma disposição totalitária-fascistizante (...)”<sup>563</sup> Este é o motivo pelo qual podemos compreender a idéia de que “o Estado fascistizou-se antes do próprio fascismo”.<sup>564</sup> O próprio “Getulio Vargas sempre foi partidário de um governo antidemocrático e autoritário. No entanto, nunca o Estado Novo foi um Estado fascista, apesar da existência constitucional do sistema Corporativo”<sup>565</sup> e de outras características fascinizantes. Dentro deste mesmo direcionamento político-ideológico, “em geral, (...) [estes projetos também] adquiriam um cunho nacionalista, estatizante e corporativo, propugnado pela organização unitária do Estado, através de “uma solidariedade sem precedentes” que garantiria a coesão nacional.”<sup>566</sup> É neste contexto e perspectiva que por meio da ação do Estado, a concepção de nacionalismo servia à defesa da igualdade de oportunidades e da justiça social.<sup>567</sup> Em oposição fundamental às ideologias ditas internacionalistas e/ou apátridas, consideradas então como antinacionalistas, - sendo estas representadas de um lado pelo liberalismo não vinculado aos interesses nacionais que deixava o caminho aberto para a exploração econômica das nações pelo capitalismo internacional, e do outro lado, pelo comunismo que visava transformar todos os países em colônias de Moscou -, que o discurso nacionalista se apresentava como um destacado elemento de legitimação e popularidade.<sup>568</sup> Portanto, este era o motivo pelo qual, “a expansão de um ideário patriótico, no qual o nacionalismo intelectual e o político complementam-se enquanto projeto de nacionalização (...)”<sup>569</sup>, passaram a se tornar recorrentes nas perspectivas discursivas que visavam a superação do problemas nacionais. Ao contrário do ideal liberal de redução da participação do Estado na vida política e econômica da nação, a cultura política reinante neste período reproduzia a idéia de que caberia ao próprio Estado este papel disciplinador.

---

<sup>563</sup> DUTRA, E. F. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 42 - 43. Citado em: SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, op. cit., p. 29 - 30.

<sup>564</sup> FALCON, F. Fascismo: autoritarismo e totalitarismo, *In*: SILVA, J. L. W. da (org.) **O feixe e o prisma**: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica, op. cit., p. 39.

<sup>565</sup> CARONE, E. **A terceira república** (1937-1945), São Paulo: DIFEL, 1976. p. 55.

<sup>566</sup> CAMARGO, A. (et. al.) **O golpe silencioso**, op. cit., p. 20.

<sup>567</sup> TORRES, A. S. **Imprensa**: política e cidadania, op. cit., p. 33.

<sup>568</sup> HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX - 1914-1991, op. cit., p. 117.

<sup>569</sup> TORRES, A. S. **Imprensa**: política e cidadania, op. cit., p. 29.



Logo, notamos que havia uma certa unidade e/ou hegemonia de uma linha de pensamento no que se refere às soluções propostas por estes diferentes projetos, sejam eles ligados ao *staff* varguista, ou a própria AIB. Podemos atribuir esta constatação a dois fatores básicos, sendo o primeiro referente ao pertencimento destes a uma mesma cultura política, já que este ideário apresentava-se recorrente tanto na conjuntura político-cultural nacional quanto internacional. O segundo - e ainda em certa medida inserido neste primeiro fator -, seria a consideração de que a maior parte destas formações políticas estavam direta ou indiretamente ligadas à tradição do pensamento conservador brasileiro, sobretudo, às leituras de Alberto Torres, nome que certamente foi uma leitura comum a todos estes dada a ampla citação de sua obra durante todo este período que vai de 1930 até o ano de 1945, tornado, suas idéias circulantes dentro desta conjuntura intelectual.

Para Andréa Sanhudo Torres, “Alberto Torres foi (...) o primeiro intelectual a elaborar uma ideologia nacionalista, defendendo um desenvolvimento voltado aos padrões nacionais (...). Acreditava que somente um governo nacional forte e eficiente seria capaz de proteger o país e ativar o progresso interno.”<sup>570</sup> Porém, segundo Lauerhass Júnior, “sua contribuição para o nacionalismo brasileiro foi o de um pensador, não de um político, já que suas idéias não conseguiram transpor a brecha entre a especulação intelectual e a ação política”, uma vez que ainda não estavam “maduras as condições para a concretização de sua ideologia nos planos institucional e popular.”<sup>571</sup> Caberia então aos intelectuais como Francisco Campos, Azevedo do Amaral, Oliveira Viana, Miguel Reale, Gustavo Barroso, Plínio Salgado, e, em certa medida até mesmo a Getúlio Vargas, a releitura e aplicação do pensamento deste intelectual no campo político prático. Logo, não somente estes homens, mas toda a cultura política deste período, de uma forma ou de outra, possui a influência de Alberto Torres em suas idéias e pensamentos, mesmo que as leituras deste não convergissem necessariamente para um mesmo ponto comum.

Já no que se refere às concepções, projetos e/ou teses apresentadas e difundidas por estes intelectuais, a grosso modo, podemos apontar para a recorrente defesa de “(...) uma organização política nacionalista e forte como condição essencial para o desenvolvimento

---

<sup>570</sup> TORRES, A. S. **Imprensa: política e cidadania**, op. cit., p. 34.

<sup>571</sup> TORRES, A. S. **Imprensa: política e cidadania**, op. cit., p. 34. Citando: LAUERHASS JR., L. **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo**, São Paulo: EDUSP, 1986. p. 43.

econômico e social que os tempos modernos exigiam”<sup>572</sup>, incorporando assim, “(...) as realidades e aspirações brasileiras a um plano teórico de estado, cujos atributos principais eram a força, a disciplina e a eficiência.”<sup>573</sup> Estas novas propostas de organização do Estado tendiam a concebê-lo de forma corporativa e unitária - logo também organicista -, onde este deveria ser dirigido por um destacado poder central, que sustentaria de cima, todo o controle de seus órgãos. Em suma, basicamente, “a idéia era ter uma sociedade orgânica que não necessitasse dos meios de representação direta e generalizada, pois os líderes despontariam espontaneamente da sociedade, ou estariam desempenhando uma delegação de poderes consensual, portanto, legitimada.”<sup>574</sup> É exatamente neste ponto que percebemos a forma como o Estado deveria ser concebido, já que no campo desta cultura política, este não passaria de uma expressão da nação organizada, seja para as concepções autoritárias ou até mesmo liberais.

Em vista deste ambiente político-cultural, Alcir Lenharo sintetiza a proposta nacionalista, corporativa e autoritária do período, ao ressaltar que o discurso político nacional apela fundamentalmente à idéia de que: a) “a nação (...) é associada a uma totalidade orgânica, à imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso; o Estado também acompanha essa descrição; (...) o território nacional, por sua vez, é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece (...)”, demonstrando assim a equivalência entre a representação do Estado para com o da nação; b) “(...) suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homoganeamente, sem conflitos (...)”, concepção que nos traduz o caráter corporativo e organicista desta proposta, e, por fim, c) “(...) o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em confluência entre a cabeça e o resto (...) da sociedade”<sup>575</sup>, assim, evidenciando as características do autoritarismo. Em síntese, dentro desta proposta o Estado passa a ser concebido como “único sujeito político e como único agente histórico real”, organizando e direcionando as classes sociais em prol de seus interesses. É neste sentido, que caberia ao Estado a tarefa de transformar “as classes sociais regionalizadas em classes nacionais”

---

<sup>572</sup> TORRES, A. S. **Imprensa**: política e cidadania, op. cit., p. 35.

<sup>573</sup> TORRES, A. S. **Imprensa**: política e cidadania, op. cit., p. 35.

<sup>574</sup> TORRES, A. S. **Imprensa**: política e cidadania, op. cit., p. 33 - 34.

<sup>575</sup> LENHARO, A. **Sacralização da política**, op. cit., p. 16 - 17.

fazendo com que todas as questões referentes à superação dos problemas nacionais sejam realmente encaradas como um problema de âmbito nacional.<sup>576</sup> Podemos perceber, que tal concepção era a evidente negação do pluralismo político característico do liberalismo, seja ele na forma da representação democrática ou na da liberdade econômica.

Neste panorama, a recorrente reafirmação de um posicionamento antiliberal, uma vez que todas as propostas desenvolvidas para a resolução dos problemas nacionais, perpassam como questão primordial, a superação dos problemas decorrentes do regime liberal frente a sua substituição por um novo regime com características fundamentalmente avessas a este. Esta constatação dentro do âmbito político-discursivo brasileiro, somente nos evidencia a idéia de que os anos de 1930 representam o ápice da crise do liberalismo democrático frente a ascensão idéias e valores autoritários, motivo pelo qual podemos perceber que já se concebia como insustentável o modelo regimentar liberal-democrático. É por este motivo, que neste contexto se exterioriza o caráter autoritário destes autores, que relacionavam diretamente seu apelo de superação do liberalismo em uma solução autoritária, pois entendiam que a continuidade e/ou apoio a este regime liberal, somente “(...) significava promover o caudilhismo local ou o provincianismo, [que por sua vez era entendido como] a equivalência ao antinacionalismo (...)”<sup>577</sup>, já que iam contra o ideal de unidade nacional. Para maioria das formações políticas desta cultura política, seria somente através de um Estado autoritário que o Brasil poderia alcançar a modernização institucional e se transformar em um Estado moderno. Por estes motivos, é que Jarbas Medeiros nos ressalta que eram ideais recorrentes: “a) o princípio da unidade política; b) o princípio da continuidade administrativa, através da modernização institucional; c) o princípio da supremacia da autoridade central e a conciliação das classes sociais”<sup>578</sup>, como sendo elementos básicos do autoritarismo nacional.

Dentro desta conjuntura político-cultural, outro relevante ponto que não podemos relegar é a presença de um recorrente anticomunismo. Este também se apresentou como uma resposta político-ideológica unida às correntes antiliberais do período. Porém, tanto o

---

<sup>576</sup> CHAUI, M. Notas sobre o pensamento conservador dos anos 30: Plínio Salgado, *In*: ANTUNES, R., FERRANTE, V. B. e MORAES, R (org.) **Inteligência brasileira**, op. cit., p. 20 - 21.

<sup>577</sup> TORRES, A. S. **Imprensa**: política e cidadania, op. cit., p. 50.

<sup>578</sup> Citação retira do trabalho de Andréa Torres - TORRES, A. S. **Imprensa**: política e cidadania, op. cit., p. 50. -, sendo esta encontrada originalmente no estudo de Jarbas Medeiros - MEDEIROS, J. **Ideologia autoritária no Brasil** - 1930/1945, op. cit., p.160.

comunismo como as outras correntes ideológicas da esquerda, não era aceitas por grande parte das formações políticas antiliberais, já que as soluções propostas por estes - no que se refere a superação do modelo liberal de regime - estavam baseadas fundamentalmente em um reordenamento pautado pelo ideário marxista da luta de classes. É por este motivo que “(...) nos anos 30, os regimes fascistas, o nazismo, o stalinismo, não necessariamente identificados entre si, intercambiam febrilmente fórmulas e experiências que pretendem congelar os focos de tensão da história e resolver, definitivamente, a questão social (...)”<sup>579</sup>, seja no sentido de atender às demandas das populações trabalhadoras ou no combate aos males políticos, econômicos e sociais trazidos pelo liberalismo. Este é o motivo pelo qual durante todo o período entre-guerras - e, sobretudo, durante a década de 1930 - o mundo era percebido como vivendo “entre extremos”, ou seja, atacado “(...) à sua esquerda pelo bolchevismo, e à direita pelo fascismo ou por movimentos de caráter autoritário-conservador, [já que] as instituições da democracia representativa entram em crise já no pós-guerra.”<sup>580</sup> Ressalta-se também, que uma evidente característica deste quadro político-ideológico estava no fato de que não se apresenta inesperada a união de liberais e antiliberais no sentido de mostrar à sociedade a ameaça e os males que, segundo eles, o comunismo representava e poderia trazer às sociedades.<sup>581</sup> Podemos então perceber a tensa configuração da disputa ideológica presente, onde declarados inimigos, fundamentalmente em decorrência de manobras políticas, se uniam a fim de combater um terceiro inimigo, o comunismo. Assim como nos aponta Leôncio Martins Rodrigues, acreditamos que neste momento ocorreu “(...) uma transformação importante na cultura política dominante.”<sup>582</sup>

Uma das mais evidentes preocupações e/ou representação coletiva desta cultura política, recorrentemente repetida pelas mais diversas formações teóricas, referia-se ao “fantasma da revolução bolchevista”, que frente aos diversos segmentos sociais e formações políticas, poderiam tanto representar a única esperanças, como também o maior dos temores. O combate a esta “ameaça”, assim como o discurso nacionalista, transformou-se em um recorrente apelo de legitimação e de popularidade deste período, sendo explorado

---

<sup>579</sup> LENHARO, A. **Sacralização da política**, op. cit., p. 13.

<sup>580</sup> RODRIGUES, L. M. Sindicalismo e classe operária (1930-1964), *In*: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira** - O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964), op. cit., p. 516.

<sup>581</sup> SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, op. cit., p. 43.

<sup>582</sup> RODRIGUES, L. M. Sindicalismo e classe operária (1930-1964), *In*: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira** - O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964), 6. ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. p. 516.

tanto por liberais quanto pelos fascistas. Segundo Fernando Rosas, esta “ameaça bolchevista”, “(...) continuará a ser um dos argumentos fundamentais dos movimentos e da propaganda fascista [como no caso do integralismo] e fascistizante [como no caso de Vargas] lançados à conquista do poder em toda a Europa [e também no Brasil], a partir do início dos anos trinta.”<sup>583</sup> O combate e a desarticulação dos movimentos operários organizados, a negação da luta de classes em favor de uma concepção corporativista e de defesa dos interesses nacionais, a ascensão do autoritarismo, do fascismo, e o próprio antiliberalismo, como já vimos, se apresentam como pontos básicos e/ou lugares comuns desta cultura política anticomunista, assim permeando os projetos da maior parte das formações políticas pertinentes.

Outro ponto que deve ser explorado se refere ao fato de que já anteriormente “ativada pelo impacto causado pelas notícias sobre a Revolução Bolchevista na Rússia [em 1917], a [idéia e o conceito de] “Revolução” se transforma em possibilidade que está na ordem do dia dos grupos e organizações que se opõem ao Estado Liberal.”<sup>584</sup> Este fenômeno desdobrou-se até mesmo no que se refere às tendências políticas autoritárias e fascistas, que convergiam no sentido de propor uma “(...) revolução verdadeira, nacionalista e “socialista”, antiliberal e anticomunista, capaz de criar um novo Estado e uma nação autêntica e forte.”<sup>585</sup> A idéia e a vontade de se realizar uma revolução passava a ser recorrente, evidente e necessária para a maior parte das formações políticas que alimentavam e respondiam a esta cultura política, inclusive para as conservadoras, autoritárias e da extrema direita. Por este motivo, é que Francisco Falcon aponta para o fato de que dentro desta conjuntura:

(...) a “Revolução” deixara de ser monopólio de socialistas, comunistas e anarquistas, pois, entre os setores que habitualmente denominamos de conservadores, direitistas, ou “contra-revolucionários”, logo surgem vozes que se opõem à revolução “vermelha” ou “bolchevista”, em nome do que intitulam “outra revolução”, “terceira revolução” ou “verdadeira revolução”.<sup>586</sup>

---

<sup>583</sup> ROSAS, F. Um estudo comparado do fascismo: o “autoritarismo moderno” do Estado Novo português, *In: SILVA, J. L. W. da (org.) O feixe e o prisma: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*, op. cit., p. 63.

<sup>584</sup> FALCON, F. Fascismo: autoritarismo e totalitarismo, *In: SILVA, J. L. W. da (org.) O feixe e o prisma: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*, op. cit., p. 39 - 40.

<sup>585</sup> FALCON, F. Fascismo: autoritarismo e totalitarismo, *In: SILVA, J. L. W. da (org.) O feixe e o prisma: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*, op. cit., p. 41.

<sup>586</sup> FALCON, F. Fascismo: autoritarismo e totalitarismo, *In: SILVA, J. L. W. da (org.) O feixe e o prisma: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*, op. cit., p. 39 - 40. Neste momento, Falcon também nos aponta para o fato de que esta “Revolução Fascista” foi por muito tempo, “desprezada pela historiografia de

Era esta a revolução autoritária e/ou fascista, que possuiu destacada expressão neste cenário. Encontrava-se aí mais um conceito pertencente à configuração desta cultura política, pois ao mesmo tempo em que a idéia de revolução era tão amplamente repetida pelas formações políticas de esquerda, também era lida pelas correntes fascistas e autoritárias. Unida - processual, temporal e contextualmente - a todo o espectro das representações coletivas já exploradas, o anticomunismo que também se tornou presente nesta cultura política, baseava-se, “(...) no campo discursivo, em defender que o comunismo por ser internacionalista eram contrário aos “sentimentos mais profundos da alma brasileira”.<sup>587</sup> Por este motivo é que também se acreditava “(...) que a única coisa que não podia ser feita, sob risco de cometer suicídio político, seria “dar ao comunismo e ao socialismo as armas para de que eles precisam para vencer”. E essas armas seriam o voto secreto, pois com ele o comunismo poderia “conspirar dentro da lei.”<sup>588</sup> Podemos então perceber, que o combate ao comunismo se relacionava também à lógica de combate antiliberal, já que o Estado liberal era entendido como o mais fácil meio pelo qual o comunismo poderia galgar uma posição efetiva à frente de um governo. Até mesmo a condenada neutralidade liberal frente ao desenvolvimento econômico nacional era vinculada como um “incentivo” ao crescimento deste ideário de esquerda, já que desta forma tornava-se mais aguda a luta de classes, assim como já pontuamos. Pautada pelo autoritarismo, corporativismo, e em certa medida até mesmo pelo fascismo, a maior parte dos projetos advindos das mais distintas formações políticas deste período, propunham como solução para a superação tanto do liberalismo quanto do comunismo, a criação de um regime “(...) nacionalista e “socialista”, antiliberal e anticomunista, capaz de criar um novo Estado e uma nação autêntica e forte, (...) que representaria a definitiva superação dos conflitos e contradições de uma sociedade decadente e em perpétua guerra consigo mesma.”<sup>589</sup> Percebemos então, que a grosso modo, tais projetos objetivavam a instauração

---

viés marxista, pois “é evidente” que a direita jamais poderia ser revolucionária, por definição, essa “outra revolução” só em época relativamente recente voltou a ser estudada, recuperando-se o conceito de “revolução conservadora”, já presente na época que estamos estudando. A relação contraditória entre essas duas idéias de revolução, enquanto expressões de duas visões de mundo antagônicas, cada qual pretendendo ser detentora da “verdadeira” autenticidade revolucionária, produziu um efeito comum —o descrédito do Estado Liberal.”

<sup>587</sup> SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, op. cit., p. 75.

<sup>588</sup> SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, op. cit., p. 177.

<sup>589</sup> FALCON, F. Fascismo: autoritarismo e totalitarismo, *In*: SILVA, J. L. W. da (org.) **O feixe e o prisma**: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica, op. cit., p. 41.

de um Estado forte e centralizador que deveria disciplinar todo o corpo econômico, político e social da nação em função de impedir o desenvolvimento do pluralismo - entendido como uma premissa liberal - e da luta de classes - entendida como uma premissa comunista. Este é o motivo pelo qual acredita-se que “nenhum interesse individual supera o interesse coletivo; nenhuma classe obterá privilégios sobre outra.”<sup>590</sup>

Por fim, podemos compreender como o antiliberalismo, o anticomunismo, o autoritarismo, o corporativismo, entre outros inúmeros conceitos pertinentes, foram tão amplamente explorados e reafirmados a ponto de serem percebidos como “verdades já dadas” e/ou representações coletivas. Neste sentido, estas representações acabavam por configurar um ideário político cultural comum, o qual por sua vez, acabava por legitimar as diversas formações políticas.

### 3.2 - OS POSICIONAMENTOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS

Frente à delimitação do quadro político-cultural deste período entre-guerras, podemos perceber que determinadas idéias apresentavam-se como circulares dentro do referido universo político e ideológico, transformando-se assim, em uma espécie de representação coletiva, e logo, hegemonicamente aceitas pela maior parte dos setores da sociedade nacional e internacional. Além desta questão, também devemos pensar o papel e o lugar do discurso integralista e de Vargas neste contexto, nos atendo aos equilíbrios e compromissos muito diversos que tais enunciadores sofreram e recorreram no decorrer do processo histórico. Notamos assim, que ambos os pensamentos compartilhavam uma visão similar quanto às ações “perniciosas” que estes inimigos realizavam dentro das sociedades. Para eles, liberais e comunistas atentavam contra os elementos que se mostravam de suma importância em ambas as políticas, sendo estes, de forma geral, também os mesmos elementos defendidos em todo o meio político-ideológico em que estavam inseridos. É por meio da compreensão destas lógicas discursivas em relação à apropriação e/ou leitura que apresentam neste campo político-cultural pertinente - ou seja, por meio “dos sistemas de representação que comandam a maneira pela qual uma época, uma país ou grupos sociais

---

<sup>590</sup> Discurso de S. M. Bandeira de Mello em nome dos sindicatos trabalhistas, encontrado em: FALCÃO, W. Cartas sindicais, *In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, Rio de Janeiro, 1941. e citado em: LENHARO, A. *Sacralização da política*, op. cit., p.23.

conduzem sua ação, encaram seu futuro”<sup>591</sup>, e definem suas posições -, que buscamos identificar as semelhanças e as diferenças entre estes discursos -, ou seja, os diálogos. Entendemos que estas lógicas discursivas somente apresentam tais semelhanças devido ao fato de perceberem e encararem essas questões políticas a partir de um campo político-cultural comum. Por isso acreditamos que “(...) a capacidade de um discurso exercer poder está definitivamente associada à sua capacidade de responder a demandas, de se inserir no conjunto de significados de uma dada sociedade, reconstruindo posições e sujeitos.”<sup>592</sup> Nesta perspectiva, faremos neste momento um estudo comparado entre estas produções discursivas, na busca de identificar suas semelhanças - sendo estas compreendidas por meio de uma interpretação balizada no pertencimento de ambas a um quadro político-cultural comum - e suas diferenças - sendo estas entendidas através das considerações acerca dos equilíbrios e compromissos que cada um destes discursos deveriam atender.

\* \* \*

Inicialmente, devemos nos deter a um fator e/ou concepção convergente, que se apresenta como primordial para estas lógicas discursivas, uma vez que estão na base de articulação destas construções, ou seja, a dialética entre materialismo e espiritualismo. Para estes, o materialismo é relacionado fundamentalmente às concepções unilaterais de mundo, expressas tanto pelo liberalismo quanto pelo comunismo, estando estes em oposição ao espiritualismo, que por sua vez era representado pelo intrínseco caráter religioso - fundamentalmente católico - do homem. Podemos perceber que esta dialética respondia, em certa medida, ao campo da cultura política deste período, sendo uma questão recorrente frente à crítica antiliberal e principalmente anticomunista. Condenando qualquer concepção que assumisse um dos lados desta disputa dialética, Vargas e os integralistas defendiam como única saída possível para solucionar este “impasse”, a busca de um equilíbrio entre estas duas forças. Entretanto, devemos nos ater ao fato de que este posicionamento comum a ambos discursos servia e era enunciado de formas diferentes por cada um deles.

---

<sup>591</sup> ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político, op. cit., p. 16.

<sup>592</sup> TORRES, A. S. **Imprensa**: política e cidadania, op. cit., p. 20 – 21. Citando o trabalho de: PINTO, C. R. J. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney**: o discurso do Plano Cruzado, São Paulo: HUCITEC, 1989.



No caso integralista, por meio de uma proposta eminentemente doutrinária e identitária, a busca do equilíbrio desta dialética visava a exteriorização de sua própria concepção “integral” de mundo, sendo o “triunfo” do materialismo apontado como um “mau” das concepções liberais e comunistas que representavam exatamente uma visão de mundo oposta a sua, já que eram eminentemente materialistas. Esta posição refuta o fato de que o discurso da AIB remonta à construção de uma argumentação pautada na reconstrução do percurso histórico e/ou filosófico do materialismo, que é amplamente condenado, como veremos em seguida. Já no caso do discurso de Vargas - sendo seu discurso pautado por um caráter prático e legitimatório -, esta crítica se apresenta bem menos complexa. Seu intuito básico estaria, sobretudo, no preparo de uma nova mentalidade na qual acreditava-se que somente um homem materialmente e espiritualmente construído poderia servir incondicionalmente à nação, e se desenvolver política, econômica e socialmente em vista de uma finalidade maior, que seria o engrandecimento nacional. Até mesmo o processo de legitimação da perseguição aos comunistas e da instauração do Estado Novo foi permeada uma argumentação pautada pela busca do equilíbrio entre o materialismo e o espiritualismo. Para o discurso de Vargas, a introdução discursiva desta dialética tinha como objetivo facilitar a legitimação de suas atitudes frente a sua posição no poder, já que desta forma, ele se apresentava como possuidor de uma visão mais “real” e/ou “completa” da vida nacional, em contrapartida a de seus opositores que possuíam visões somente parciais desta. Este é o motivo pelo qual o caráter estritamente doutrinário e/ou de delimitação identitária fica em um segundo plano, mesmo que simultaneamente presente.

Devemos agora ressaltar outra questão presente em ambos os discursos, sendo esta referente às interpretações e/ou possíveis soluções para os problemas nacionais. Para estes enunciadores, estas discussões também deviam encontrar um equilíbrio, só que agora, entre as soluções de origem internacional e nacional. Ou seja, os problemas brasileiros deveriam ser, fundamentalmente, pensados dentro dos quadros da realidade nacional, entretanto, ao mesmo tempo, não se poderia negar as contribuições advindas do pensamento e/ou ideário político mundial. No caso de Vargas, esta questão é claramente colocada quando ele afirma que não devem ficar os brasileiros “(...) indiferentes às conquistas do pensamento político contemporâneo (...).”<sup>593</sup> Tal apelo não é encontrado objetivamente dentro do discurso

---

<sup>593</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. II, p. 25.

integralista, a não ser pela colocação de que não se deve separar o Brasil dos problemas do mundo, o que segundo a AIB seria uma apreciação “ignorante”. Porém, o que devemos levar em conta, é que dentro da construção discursiva integralista e, sobretudo na obra de Miguel Reale, por muitas vezes modelos regimentares não brasileiros são analisados, apresentados e elogiados, - sobretudo o fascismo de tipo italiano - para posteriormente serem pensados em vista da realidade nacional. Desta forma, também tornando observável esta questão dentro do discurso integralista<sup>594</sup>. É neste sentido que podemos entender o apelo integralista e de Vargas ao denunciar uma crise do liberalismo, já que esta se processava em todo o mundo. Percebemos assim, que a busca deste equilíbrio entre o pensar nacionalmente e internacionalmente, era fundamental para a busca das respostas e/ou soluções para os problemas nacionais em ambas as leituras.

Este posicionamento pode ser atribuído, no mínimo, a dois fatores básicos, sendo o primeiro referente a herança proveniente do pensamento conservador brasileiro - sobretudo no que se refere às leituras de Alberto Torres. Atribuímos a ele a fundamental iniciativa de elaboração de uma ideologia nacionalista que defendia um desenvolvimento voltado aos padrões nacionais, caracterizando este apelo interpretativo dos problemas nacionais frente a um apelo de cunho nacionalista. Já o segundo fator, se refere à própria impossibilidade de se separar a realidade nacional de todo o contexto político-cultural internacional. Como já vimos, a crise do liberalismo, o crescimento dos extremismos da direita e da esquerda, entre outros acontecimentos, apresentam-se e implicam diretamente tanto no contexto internacional - a exemplo da Rússia comunista e a ascensão do fascismo europeu -, quanto no nacional - a exemplo da Intentona comunista de 1935 e do relativo sucesso do Integralismo.

Em vista destas convergências interpretativas, também podemos observar um evidente ponto de distanciamento, a exemplo das considerações acerca do papel dos intelectuais frente ao trato dos problemas nacionais. No discurso de Vargas existe um destacado apelo para a participação dos intelectuais no que se refere à esta discussão, enquanto no discurso da AIB este apelo não é apresentado. Portanto, o que podemos

---

<sup>594</sup> Segundo Rodrigo de Oliveira, “a AIB como sendo um movimento com influências do fascismo (...) por um lado possui semelhanças com outros movimentos de orientação fascista (partido único, corporativismo, anticomunismo e antiliberalismo etc.), por outro possui características que lhe são peculiares (espiritualismo, apelo religioso etc.)” OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 34.

deduzir é que no caso integralista estes intelectuais seriam os próprios doutrinadores, - ou seja, Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Miguel Reale entre outros -, enquanto no caso de Vargas, talvez, ele se percebesse mais como um chefe de Estado, político ou homem de ação, do que como um intelectual. Ainda nesta perspectiva, entendemos que tal atitude também serviu para agremiar intelectuais às suas fileiras, trazendo para seu lado parte das possíveis oposições a seu governo. Devemos ter claro que para Vargas este apelo respondia, também, à necessidade de sua auto-afirmação no poder, atribuindo aos intelectuais o compromisso de legitimação do Estado e de sua política.

\* \* \*

Quanto a crítica ao liberalismo propriamente dito, podemos observar que Vargas e os integralistas são enfáticos quando consideram as idéias liberais como ultrapassadas e/ou datadas. Para estes discursos, o liberalismo já não mais condizia com a realidade presente, que por sua vez, apresentava uma nova dinâmica econômica e social na qual as ferramentas liberais de gestão não mais davam conta de compreender e/ou atender. Nesta direção, evidencia-se um esforço de ambos os discursos na tentativa de enquadrar o liberalismo restritamente a um contexto histórico específico e datado, sendo este o referente ao século XIX. Estas leituras apontam para o fato de que neste início do século XX, a até então incontestável aceitação dos ideais liberais deveria ser revista, em prol, da superação dos males decorrentes deste modelo regimentar. Caracteriza-se assim, a configuração de um momento de crise, sendo esta uma recorrente argumentação presente na cultura política do período entre-guerras, como já observamos.

No caso do discurso integralista, esta lógica de argumentação se apresenta muito mais evidente frente à própria interpretação da história a que este se propõem. Para esta interpretação, todo o mal do século XIX pode ser resumido a um “erro” filosófico que consagrou os ideais do materialismo, e que por sua vez se desdobraram na concepção da liberal-democracia. Todo o pensamento liberal é enquadrado no que Plínio Salgado define como “A Terceira Humanidade”, que fundamentalmente é caracterizada por uma índole de dissociação e desagregação, a exemplo da “(...) proclamação dos direitos do Homem [que

segundo esta lógica] é a consagração da Parcella sobre o todo.”<sup>595</sup> Ou seja, esta crítica era pautada, evidentemente, na condenação da sobreposição do individualista a concepção coletivista, o que por sua vez sintetiza os motivos pelos quais este período é apontado como o de uma crise das concepções liberais.

Em Vargas, o liberalismo é localizado na origem da natural reação ao absolutismo, que se desdobra no constitucionalismo clássico que cunhou todo o pensamento político do século XIX, determinando a redução vertiginosa do papel do Estado frente à vida política, econômica e social das nações. O principal problema decorrente deste fato, estaria na adoção do individualismo filosófico, já que na perspectiva deste “constitucionalismo clássico liberal”, “(...) o indivíduo se opõe ao Estado, no velho conflito, que degenera, freqüentemente, em agitações demagógicas, da concepção liberal clássica (...).”<sup>596</sup> Sendo assim, este era o ideário político-econômico que balizou o pensamento do século XIX, evidenciando a “atual crise reinante”.

Por meio desta apreciação, percebemos que estes “ultrapassados” ideais e/ou concepções liberais, implicam diretamente na sobreposição de um critério individualista ao coletivista, sendo este considerado por ambos discursos como o seu principal mal. A adoção da concepção coletivista de mundo, implica diretamente na ampla condenação da liberdade política, econômica e social do indivíduo, que por sua vez acarreta na condenada posição de neutralidade do Estado frente ao desenvolvimento político e econômico nacional. Para a AIB, este modelo estatal era compreendido como limitador da “(...) orbita governamental às funções de ordem meramente jurídica (...)”<sup>597</sup>, e para Vargas como o simples “(...) cerceamento das funções do Estado ao mínimo possível, reduzindo-as, quasi exclusivamente, à manutenção da ordem a distribuição da justiça.”<sup>598</sup> Outro ponto que devemos ressaltar, é que a solução integralista e de Vargas para a superação deste problema, também estavam pautadas pelas mesmas medidas. A idéia primordial era a de que o Estado deveria exercer um papel mais ativo junto à sociedade. Do ponto de vista social, este deveria agir no sentido de superar a concepção individualista e classista da sociedade em função da coletividade e/ou percepção unitária do corpo social, não

---

<sup>595</sup> SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**, op. cit., p. 87.

<sup>596</sup> VARGAS, G. **Diretrizes da nova política do Brasil**, op. cit., p. 58. ou VARGAS, G. op. cit., Vol. VI, p. 257 - 258.

<sup>597</sup> BARROSO, G. **O que o integralista deve saber**, op. cit., p. 69.

<sup>598</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. I, p. 114 - 115.

compreendendo a questão social como fragmentária, mas sim como um todo, o que iria refletir diretamente no desenvolvimento mais “saudável” da nação como um todo. Já sob o ponto de vista econômico, eles apontavam para a necessidade de uma maior regulamentação e tutela do Estado sobre às forças econômicas nacionais, a fim de que estas agissem unidas em prol do crescimento e fortalecimento nacional.

De forma geral, esta datação da ideologia liberal está fundamentalmente relacionada com a própria percepção de crise do liberalismo, denuncia que se apresenta muito comum no campo político-cultural deste período. Nesta mesma perspectiva, a negação e/ou tentativa de superação do conceito individualista - herança do pensamento do século XIX - e seus desdobramentos subseqüentes, estava pautada por uma lógica discursiva de caráter autoritário, o que se traduz em seus apelos de uma maior autonomia e tutela estatal em relação à vida política, econômica e social da nação. Em suma, esta concordância existente entre estes discursos, reflete o próprio ambiente político-ideológico em que estão inseridos, mesmo que os lugares de enunciação destes discursos sejam distintos. A especificidade de cada produção se apresenta muito mais na forma como este discurso era dado ao enunciatário do que em seu conteúdo.

Segundo Vargas e os integralistas, esta neutralidade do Estado liberal frente ao desenvolvimento político e econômico da nação, também evidenciam novos problemas, a exemplo da facilitação das ações do capitalismo internacional, representado pelos monopólios, “dopings” e “truts” internacionais. Estes eram entendidos como exploradores das riquezas e forças nacionais, cabendo ao Estado agir no sentido da defesa da economia nacional, impedindo esta “exploração e/ou escravização”. Neste ponto específico, o que difere estas interpretações é o radicalismo no que se refere à importância discursiva atribuída a esta questão. Para a AIB, o capitalismo internacional deveria ser combatido de todas as formas, ao contrário da argumentação encontrada em Vargas. Neste último caso, o apelo fundamental não implica na total condenação e/ou combate destas práticas, mas sim no trato desta modalidade capitalista frente a reordenação de relações que visavam um relacionamento econômico mais “saudável” em prol da nação. Entendemos que esta atitude mais contida responde à própria posição de onde este discurso é proferido - a de chefe de Estado -, onde o seu apelo nacionalista implica em defender os interesses internos, mas não romper com os externos. Podemos então perceber, que ambas as concepções são balizadas

por um apelo de cunho nacionalista, o qual responde ao próprio contexto de busca de uma independência política e econômica brasileira, que além de estar presente no pensamento de Alberto Torres e outros intelectuais, também foi amplamente discutida durante as décadas de 1920 e 1930, assim como já demonstramos anteriormente.

Frente a estes inerentes problemas da concepção filosófica e política liberal, também devemos nos ater ao alerta de ambos os discursos no que se refere à falta de uma finalidade moral dentro deste modelo regimentar. Tal alegação se relaciona mais uma vez, diretamente à neutralidade do Estado liberal, sendo que, especialmente no caso integralista, esta também possui um papel fundamental frente à questão do capitalismo internacional. Para ambas as leituras, a vida econômica - e sobretudo produtiva - da nação deveria estar subordinada aos interesses nacionais, sendo esta atitude entendida como inerente à função do Estado, que por sua vez deveria possuir com intuito último uma finalidade ética e moral que visasse o desenvolvimento nacional. Tanto Vargas quanto os integralistas apontavam para a necessidade da substituição do modelo capitalista liberal para uma espécie de capitalismo social, onde o Estado assumiria um compromisso econômico e moral para com o povo e/ou nação. Notamos assim, como o já referido redirecionamento da questão social ocorrido durante os anos 30 se evidencia nestes posicionamentos discursivos. Grande parte das formações políticas de cunho antiliberal, recorriam a este mesmo apelo que visava a criação de um Estado intervencionista. Respondendo desta forma à recorrente idéia de uma necessidade de “ordem” em decorrência da forma “despreocupada” e/ou neutra como o liberalismo concebia as relações econômicas e sociais. Este contraponto de concepção regimentar, apresenta-se fundamentalmente pautado pelo antiliberalismo e autoritarismo presentes no pensamento político deste período.

Outra questão fundamental na crítica integralista e de Vargas ao liberalismo, estava na condenação ao modelo democrático liberal. Entretanto, neste momento devemos ter claro que estes discursos não se apresentavam como antidemocráticos, mas sim condenam a democracia em moldes liberais. Ambas as leituras apontam para a existência de uma inerente índole e/ou estado de espírito democrático do povo brasileiro. Para a AIB, esta provinha dos “instintos da raça e das fatalidades da terra” e não de um refinamento filosófico liberal com se queria acreditar.<sup>599</sup> Para Vargas, esta se relacionava com o fato de

---

<sup>599</sup> SALGADO, P. **Psicologia da revolução**, op. cit., p. 123.

que “a experiência histórica já demonstrou, de modo insofismável, que a democracia é o regime adequado à (...) nosso povo e aos imperativos do seu processo moral e material.” Este é o motivo pelo qual, para ele, a democracia não poderia “(...) estratificar-se em fórmulas rígidas e imutáveis, fechadas a ação renovadora do tempo e a influência das realidades ambientes (...)”<sup>600</sup>, como propunha o modelo liberal.

É neste sentido que, posteriormente à crítica deste modelo democrático liberal, estes discursos nos apresentam soluções que visam à reformulação deste. No caso integralista, de forma sintética, esta reformulação deveria ser pautada pela transformação do vigente capitalismo liberal para uma espécie de capitalismo social visando à subordinação dos interesses privados e/ou particulares aos nacionais. Ou seja, propunha-se uma democracia orgânica pautada pela tutela e autoridade do Estado sobre as corporações profissionais, que por sua vez uniriam a representação de toda a força produtiva e econômica nacional. Já no caso de Vargas, também de forma sintética, sua concepção de democracia é igualmente baseada em um sistema de representação não somente política, mas eminentemente econômica. Podemos entender a sindicalização oficial proposta por esta leitura, como uma instituição equivalente e/ou análoga às corporações profissionais da concepção integralista. Compreendemos que ambas as propostas baseiam-se em um apelo antiliberal - na medida em recorrem à necessidade de representação democrática pautada por um viés econômico e não somente político - e autoritário - na medida em que evidenciam o papel do Estado na ordenação e controle das forças produtivas nacionais. Notamos então, a forma como esta cultura política gera e é gerada por estes discursos, já que o antiliberalismo e o autoritarismo se evidenciam novamente dentro destas leituras, da mesma forma que podemos também perceber, a presença das concepções corporativas e organicistas, que como já vimos também estão presentes neste campo político-cultural.

Portanto, ressaltamos que segundo a AIB o ponto básico desta crítica é o de que “o liberalismo algemou o Estado Democrático (...)”<sup>601</sup>, já que como nos aponta Vargas, “(...) as democracias [liberais] se mostravam indecisas e fracas em face dos problemas econômicos e sociais.”<sup>602</sup> Logo, constatamos que ambos discursos entendiam que a falta de uma maior participação estatal não se apresentava somente no âmbito econômico, político e

---

<sup>600</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. IV, p. 183.

<sup>601</sup> SALGADO, P. **A quarta Humanidade**, op. cit., p. 121.

<sup>602</sup> VARGAS, G. op. cit., Vol. XI, p. 96.

social, mas também no que se refere à forma de representação democrática proposta pelo liberalismo. Para estes discursos, esta crítica partia fundamentalmente da condenação da democracia liberal vigente no Brasil, que se apresentava totalmente corrompida frente ao “manobristo” eleitoral. De forma geral, para ambas as interpretações, a democracia liberal não representa mais que a sobreposição dos interesses privados sobre os da coletividade e/ou nação, deixando o homem comum à margem do processo político -, preso a “ficção eleitora” -, pois este não via nele a satisfação de seus reais interesses e/ou a discussão de seus problemas. Entendia-se que toda a representação política nacional estava nas mãos das forças econômicas de caráter privado - segundo Vargas - e nos grandes núcleos oligárquicos criados pelos monopólios e “trusts” - segundo a AIB -, que como já vimos, agiam livremente dentro deste regime liberal. Frente a este ponto de vista, a opinião comum vai ao encontro da constatação da inexistência de uma verdadeira relação entre o indivíduo e o Estado, transformando o voto e/ou sufrágio universal em uma mera formalidade legitimatória deste modelo democrático-liberal, que por sua vez não possui uma expressão veiculada à realidade sócio-econômica da nação.

Em vista desta leitura apresentada por estes dois discursos, percebemos que estes acreditavam que por meio deste regime democrático liberal, somente se desenvolveria o pluralismo dentro da sociedade, que era uma concepção contrária a ambas as ideologias. Tanto os integralistas como Vargas, visavam a construção de uma sociedade una, pois acreditavam que a nação deveria ser o reflexo da sociedade organizada sob a direção de um Estado forte e centralizado. Pautada então por uma perspectiva organicista, recorrente no pensamento político-ideológico deste período, ambos idealizavam um modelo regimentar onde o Estado, assim como um cérebro, dirigiria todo o corpo social - seja ele representado pelas corporações profissionais ou pelos sindicatos oficiais. É também em virtude deste idealizado modelo de Estado que a representação democrática destas leituras se exteriorizava, já que eram estas corporações e/ou sindicatos que deveriam ser ouvidos e representados perante o Estado, criando uma via de mão dupla onde existiria uma reciprocidade de direitos e deveres entre ambos. É neste momento, que estes discursos apontam para o fato de que este pluralismo - que desembocaria na preponderância das vontades particulares, de grupos ou de regiões sobre as da nação - geraria o caudilhismo e as guerras partidárias, deixando em um segundo plano a resolução dos problemas nacionais.



Este é o motivo pelo qual, tanto Vargas quanto a AIB condenam firmemente a existência dos partidos políticos, apelando para o remodelamento das relações de representação democrática frente a uma perspectiva corporativista e/ou organicista.

Por fim, uma importante consideração na qual devemos nos ater neste momento, está no fato de que ao contrário dos integralistas, em um primeiro momento Vargas aponta para as possíveis e necessárias reformas pelas quais este modelo liberal democrático brasileiro deveria passar para que houvesse o saneamento das práticas eleitorais. Sendo que estas reformas estavam fundamentalmente balizadas pelas soluções encontradas no próprio modelo liberal-democrático. Este apelo é recorrente no período de 1930 a 1935, quando este discurso possuía a necessidade de legitimação de sua posição frente ao período pré Revolução de 30 e às pressões políticas, como a revolução Constitucionalista de 1932. Posteriormente, - principalmente durante o período estadonovista - este ponto de vista seria transformado, assim, se aproximando da crítica integralista. Como observamos, neste primeiro momento este discurso já possuía uma visão crítica à liberal-democracia, mas foi somente a partir de 1935 que a proposta organicista e corporativa de reformulação do modelo de representação liberal foi apresentada. Podemos então notar que a mudança de posicionamento com relação a esta questão só se tornou possível frente ao processo de construção deste discurso, que por sua vez respondia diretamente ao seu lugar de enunciação. Ou seja, são as condições objetivas e de tensão exercidas sobre a posição de chefe de Estado, que fez com que Vargas redirecionasse sua lógica discursiva.

\* \* \*

A argumentação discursiva criada pelos integralistas como o intuito de relacionar o liberalismo ao comunismo é muito explorada, e possuiu uma lógica discursiva bem complexa e completa. Em suma, esta se inicia com a “constatação” de que o regime liberal cria um meio propício ao desenvolvimento do esquerdismo frente a sua falta de atenção para com o desenvolvimento social e econômico da nação, o que por sua vez torna ainda mais aguda a luta de classes e o surgimento do comunismo como idéia dentro da nação. Outro ponto, é a denúncia da “clara” parceria entre ambos visando o triunfo do materialismo, entendido com a linha filosófica mestra de ambas concepções. Até mesmo a

identificação do liberalismo e do comunismo como instrumentos da dominação judaica internacional são apontados. Segundo Carla Luciana Silva, a “conspiração judaica de dominação ocidental” era um recorrente apelo discursivo presente da cultura política deste período, motivo pelo qual para muitas formações políticas, “tanto o judaísmo quanto o comunismo, seriam formas destruidoras da sociedade e estariam juntos, pois teriam (...) em comum um plano maligno de dominação mundial.”<sup>603</sup> Para os integralistas, o liberalismo também estaria incluído nesta “conspiração”, e a sua identificação para com os comunistas e os judeus estaria eminentemente na luta pela supremacia dos ideais materialistas. Logo, podemos perceber que esta característica discursiva não é uma exclusividade integralista, mas sim uma leitura claramente possível frente ao ideário anticomunista, antiliberal e antijudaico recorrente neste período.

Pensando esta questão dentro do discurso de Vargas, notamos que ambas leituras convergem no que se refere ao reconhecimento de que o regime liberal realmente facilita o surgimento do comunismo, pois para ele, este também está presente no conjunto do pluralismo criado pelo regime. Porém, Vargas não faz referências diretas no que se refere ao crescimento e/ou surgimento do comunismo dentro do regime liberal em função deste alimentar o acirramento das lutas de classes. Outro ponto de divergência está no fato de que para Vargas, os comunistas - “força desintegradora da unidade nacional” -, nunca teriam força ou representatividade suficiente para chegar ao poder por meio da liberal-democracia, enquanto para os camisas-verdes isso poderia ocorrer, já que o regime liberal não passa de um parceiro do comunismo, agindo assim, com a finalidade última de colocar a esquerda no poder. Portanto, o que deve ser ressaltado é que os discursos da AIB e de Vargas evidentemente se distanciam no tocante a esta questão, e por este motivo esta construção discursiva deve ser considerada como uma leitura quase que exclusiva do discurso integralista no tocante ao estudo comparado aqui proposto.

\* \* \*

Referindo-se ao anticomunismo proferido pelos integralistas e por Vargas, devemos nos ater fundamentalmente ao intuito e lugar de produção destas lógicas discursivas, já que

---

<sup>603</sup> SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, op. cit., p. 79.

estes refletem diretamente na forma como estes discursos eram dados aos enunciatórios. Como já pudemos notar no decorrer deste estudo, estas interdições discursivas são as principais responsáveis pela diferenciação entre estes discursos, e no caso do anticomunismo proferido por estas duas formações políticas, isto fica bem evidente.

A priori, ressaltamos que para as ambas concepções, a crítica inicial ao comunismo partia da condenação deste como uma ideologia estritamente materialista, e que por este motivo deveria ser repugnada e combatida. Para estas leituras, o materialismo peca justamente por atentar ao conceito cristão de vida, o que vai contra a premissa básica da busca de um equilíbrio dialético entre estas duas forças conflitantes. Da mesma forma como observamos quando da construção do discurso antiliberal. Esta condenação ao materialismo, também se relaciona a existência de um alerta presente em ambos os discursos, que considera, de forma simplista, o comunismo e o marxismo como a mesma coisa. Ou seja, para estas interpretações, todas as vertentes do pensamento da esquerda eram colocadas em tabula rasa, como equivalentes frente a seus objetivos últimos. De encontro a esta concepção, somente Gustavo Barroso nos elucida um esquema classificatório dos movimentos de cunho marxista, entretanto, nem mesmo em sua lógica discursiva estas considerações são levadas em conta e/ou minimamente utilizada. De forma geral, esta generalização das correntes de esquerda se apresenta como um constante dentro do recorrente anticomunismo pertinente a cultura política deste período. Um bom exemplo desta constatação é a utilização - tanto dos homens do período como dos posteriores pesquisadores -, de termos como o “perigo vermelho”, o “perigo comunista”, o “extremismo de esquerda”, a “ameaça bolchevista”<sup>604</sup>, a “Rússia comunista”, entre outros, que de forma abrangente não implicam diretamente em uma determinada corrente esquerdista, mas sim as englobam sob uma conceitualização destacadamente abrangente e generalista. Estas leituras encaram o inimigo comunista da mesma forma que o “imaginário anticomunista universal” o concebia.

No que se refere às lógicas discursivas de combate, ressaltamos que para os integralistas o apelo básico se fundamenta, sobretudo, no cruzamento de concepções e

---

<sup>604</sup> Por mais que o “bolchevismo” caracterize uma singular corrente do pensamento de esquerda, o sentido que lhe era atribuído pelo discurso anticomunista apresenta-se desprovido destas considerações. Neste caso o bolchevismo somente era o nome dado aos comunistas que participaram da revolução ocorrida na Rússia, sendo este, exatamente o mesmo tipo de comunista encontrado em qualquer outro lugar do mundo.

afirmações de diferentes correntes ideológicas marxistas e/ou materialistas com o intuito de evidenciar as contradições existentes entre estas. Esta construção discursiva possuía como intuito último colocar em descrédito toda a ideologia geradora do comunismo. Já em Vargas, estas discussões referentes aos ideólogos marxistas e suas concepções ideológicas nem mesmo são contempladas, sendo que esta atitude discursiva nos elucida o intuito diferenciado de ambas produções. Para a AIB, entre outras funções, o anticomunismo servia como um contraponto discursivo frente à delimitação de sua identidade e ideológica como um movimento político. Para Vargas, este serviu fundamentalmente para justificar e ou legitimar as posições e atitudes de seu governo, ou seja, para a manutenção de sua posição no poder - mesmo que a delimitação e/ou criação de uma identidade também esteja invariavelmente presente nesta construção discursiva. Este é o motivo que justifica o fato de que o discurso de Vargas não nos apresenta profundas críticas ideológicas ao comunismo, em detrimento do alerta para a necessidade do combate de suas ações, sendo este apelo pautado principalmente no que se refere ao contexto nacional. Se para Vargas bastava a afirmação e/ou alerta para o caráter apátrida, amoral e de exploração do comunismo, para a AIB era necessário o desenvolvimento de uma análise e/ou estudo de todas as concepções e conceitos que caracterizavam o comunismo.

Atendo-nos às críticas mais pontuais, devemos ressaltar as considerações acerca da própria concepção de Estado proposta pelos comunistas. Esta é condenada por estes discursos, basicamente, porque eles consideravam que dentro deste modelo estatal, as relações entre povo e Estado não passam da “escravização” do primeiro em subordinação ao segundo. Por mais que o apelo comunista vá ao encontro da substituição do critério individualista pelo coletivista - assim como propõem os integralistas e Vargas -, ambos discursos apontam para o fato de que o regime comunista não passa de uma difusa forma de ditadura, onde uma minoria acima do povo - que se diz governar em nome dele -, o explorava e/ou escravizava, sendo este um recorrente apelo presente na lógica discursiva do anticomunismo internacional, seja na vertente liberal ou fascista.

Outro ponto que deve ser explorado é a denúncia do caráter apátrida do comunismo, que também é ressaltado por estes dois discursos, uma vez que a ação dos comunistas - principalmente os brasileiros -, era entendida como a de um mero fantoche da internacional russa e, possuía como principal intuito transformar o Brasil e os outros países em colônia

de Moscou. Em suma, a principal condenação referente a esta questão está no apelo doutrinário que substitui as concepções nacionalistas por um ideal internacionalizante. É nesta perspectiva que apontamos para o fato de que para ambos discursos os comunistas agiam justamente no sentido contrário dos seus eleitos valores, os transformando assim em inimigos declarados da nação. De forma concisa, estes eram condenados, sobretudo, por atentarem contra Deus - representado pelo espírito cristão e pelo espiritualismo -, contra a pátria - relacionada fundamentalmente ao apelo nacionalista que se apresenta intrínseco e de suma importância nestes discursos - e contra a família - que era entendida como uma das células básicas do organismo nacional. Aponta-se então, para o caráter “demagogo” do discurso comunista, que em nome da liberdade, da democracia e do nacionalismo, pretendia instaurar um regime exatamente contrário a estes ideais. Como quando da crítica ao liberalismo, o anticomunismo proferido por estes dois discursos também é pautado pela defesa dos ideais de nacionalismo e espiritualismo.

O que também devemos levar em conta, referindo-se à condenação do modelo regimentar comunista e de sua classificação como apátrida, é que para a AIB esta crítica era explorada, fundamentalmente, em função da delimitação de uma identidade comunista, sobre a qual seria construída e apresentada em oposição a sua própria identidade. Neste sentido, o anticomunismo integralista respondia a um apelo doutrinário e de propaganda política frente à delimitação de uma identidade para o movimento. Já no caso de Vargas, além desta delimitação identitária, estes apelos também estavam direcionados à criação de um suposto perigo social, respondendo diretamente ao intuito legitimatório presente nesta construção discursiva - seja no que se refere a sua própria permanência no poder ou até mesmo por meio da criação de um alibi para a implementação do regime estadonovista.

Já no combate proferido por estas duas leituras no que se refere ao comunismo nacional, como já pontuamos, estes eram denunciados por enganar o povo através de *slogans* como “nacionalismo” e “democracia”, o que por sua vez, esconderia as reais “ambições perniciosas dos agentes de Moscou”, já que estes, ao contrário, pretendiam transformar o Brasil em uma colônia soviética e dar fim a liberdade do povo. Portanto, ambos discursos apontam para o “falso caráter” das propostas comunistas, e também, para a classificação dos mesmos como traidores da pátria. O discurso produzido pelos comunistas brasileiros era visto como “ingênuo e distorcido”, uma vez que estes eram considerados

como não conhecedores de sua própria doutrina, motivo pelo qual seus apelos não condiziam com o ideário comunista vigente no “velho mundo”. Especialmente no caso de Vargas, estes comunistas também estavam desvinculados da realidade nacional, já que segundo esta leitura, lutavam e exigiam reformas políticas que já haviam sido estabelecidas e estavam em plena execução. O efeito de sentido que ambos discursos produzem, está na alegação de que somente eles - os enunciadores - é que realmente detinham o “verdadeiro” valor nacionalista. Ou seja, frente a estes falsos nacionalistas, o caminho “certo” a ser seguido seria o do nacionalismo proposto por sua respectiva construção discursiva. Este recorrente apelo discursivo, também era marcado pelo desmerecimento da concepção de nacionalismo do “outro”, em detrimento da “sua”. Ser “dono” do “verdadeiro” nacionalismo e da “melhor” leitura e/ou interpretação da nacionalidade era vital para as formações políticas desta conjuntura, pois se mostrava como um fortíssimo apelo de convencimento e de propaganda frente a sua ampla aceitação no cenário político-cultural - e/ou “cultura política” - deste período.<sup>605</sup>

De forma geral, ao observarmos os pontos convergentes entre o anticomunismo integralista e de Vargas, percebemos que estes se referem basicamente às críticas à própria ideologia comunista e, em certa medida, às considerações acerca dos comunistas brasileiros. Entretanto, detendo-nos às críticas e/ou formas de combate que se direcionam exclusivamente ao campo político prático - e que se apresenta unida ao caso dos comunistas brasileiros -, iremos nos deparar fundamentalmente com o anticomunismo de Vargas. Este fato deve-se, sobretudo, à sua posição de chefe de Estado, onde as questões práticas faziam parte integrante e necessária de seu discurso, em contraposição ao caso do discurso dos camisas-verdes que nunca chegaram a uma posição de chefia governamental. Ou seja, tal característica discursiva se apresenta diretamente relacionada ao seu lugar de enunciação. Percebemos que neste quesito, as aproximações entre estes discursos não mais se evidenciam, já que ao contrário da construção discursiva integralista que apresenta um combate eminentemente doutrinário, Vargas direciona quase que totalmente o seu anticomunismo a um combate prático, motivo pelo qual, o combate puro e simples da

---

<sup>605</sup> Um evidente exemplo desta questão é o mais conhecido cartaz de propaganda política integralista, onde um camisa-verde - uniformizado - tendo ao fundo a bandeira do movimento aponta diretamente para o enunciatário deste discurso sob o *slogan*: “Fora do integralismo não há nacionalismo”, assim, exteriorizando esta recorrente preocupação - pertinente a muitas formações políticas deste período - de tomar para si a verdadeira e única interpretação da nacionalidade.

ideologia, e até mesmo dos regimes de orientação comunista não são recorrentes em seu discurso. No caso da AIB, as construções discursivas estão ligadas, sobretudo à propaganda, doutrinação e criação de uma identidade necessária às aspirações de movimento político em franco crescimento, enquanto no caso de Vargas, - mesmo que também apoiado em uma construção identitária -, estas respondem fundamentalmente a uma legitimação de ações e/ou posições de um chefe de Estado em exercício, relacionando-se a um quadro de interdições discursivas bem difusas do primeiro.

É por estes motivos que Vargas dá tanto destaque a ação dos comunistas no Brasil, como podemos perceber na ampla exploração discursiva da ocorrida Intentona Comunista de 1935, enquanto o discurso integralista não faz menção alguma a este fato. Notamos então, que o “perigo comunista” foi o carro chefe da construção discursiva anticomunista de Vargas, uma vez que suas subtemáticas básicas eram pautadas pela identificação dos três tipos de comunistas que agiam dentro do Brasil e pelo alerta de que estes estavam a todo o tempo vigilantes a espera do momento oportuno, quando por meio da violência, instaurariam um novo regime no país. É neste sentido que percebemos a criação de um efeito de sentido no qual este discurso comprova a existência do “perigo comunista”. Logo, além de delimitar sua própria identidade, este discurso visava, sobretudo, legitimar a necessidade da criação de um Estado forte como única solução capaz de “salvar” o Brasil deste inimigo. Por isso é que não vemos este intuito, forma e/ou caráter discursivo presente na produção integralista, o que nos faz concluir que o anticomunismo integralista e de Vargas se diferem muito mais em seu intuito e forma do que em função de seu conteúdo, já que este se apresenta claramente balizado pelo modelo de anticomunismo “universal”.

Por fim, ressalta-se que em ambos os discursos o anticomunismo se apresenta com uma lógica discursiva menos elaborada frente ao antiliberalismo. No caso integralista, seu caráter doutrinário e identitário, baseia-se principalmente no combate ao liberalismo, ficando o anticomunismo em um segundo plano, mesmo que este seja o inimigo de maior destaque posteriormente ao liberalismo. Já no caso de Vargas, podemos perceber que o anticomunismo serviu, sobretudo, como ferramenta legitimatória de suas práticas e posições do governo, enquanto o antiliberalismo estava inserido em uma discussão mais abrangente, ou seja, referente à própria definição do posicionamento, caracterização e criação de um modelo ideal de regime.

\* \* \*

Finalmente, o último ponto ao qual devemos nos ater, refere-se à concepção de homem presente nestes dois discursos. Segundo a AIB, o homem deve ser entendido como “integral”, ou seja, levando-se em conta suas aspirações materiais e espirituais. Ao contrário da concepção liberal que desemboca no conceito de cidadão, para eles os direitos individuais devem ser respeitados, porém, sempre sendo subordinados aos interesses da coletividade. Logo, o homem entendido como um ser também econômico-social e não somente político, e é este o motivo pelo qual o Estado Integral é concebido como uma expressão da própria sociedade organizada. Entretanto, a idéia do homem integral somente se completa frente o embate desta para com o homem idealizado pelo comunismo. Segundo esta leitura, para o marxismo o homem somente é considerado do ponto de vista econômico, não sendo humanizado em momento algum, enquanto para a concepção integralista deveria haver a busca de um equilíbrio entre os aspectos materiais e espirituais do homem, o que a concepção comunista não realiza.

Já no caso de Vargas, a busca de um equilíbrio entre os aspectos materiais e espirituais também é ressaltada. Ele acredita que somente um homem completo - no que se refere a construção deste equilíbrio dialético - é que poderá servir integralmente a nação e se desenvolver politicamente, socialmente e economicamente. Nesta perspectiva, o principal ponto de distanciamento entre estas duas concepções está na forma como são construídas e dadas aos enunciatórios. Vargas não a faz em virtude da crítica ao homem presente na concepção liberal e/ou comunista - assim como fizeram os integralistas -, mas sim, por meio da tentativa de idealizar um homem capaz de responder às aspirações de seu regime, este sim balizado pela crítica ao liberalismo, como já vimos.

\* \* \*

Em suma, podemos concluir que a escolha das referidas temáticas discursivas, assim como o posicionamento assumido em função destas, respondem, em certa medida, às mesmas temáticas e posicionamentos pertinentes às representações coletivas que,



simultaneamente, respondem e alimentam o campo da cultura política deste período. Ou seja, o antiliberalismo e o anticomunismo proferidos por Vargas e pelos integralistas não dialogam somente em função de ambos disputarem o mesmo local de inserção política - que seria o contexto político brasileiro -, e nem somente devido a uma possível similaridade de posicionamento ideológico. Claro que estes fatores interferem e também instigam estes diálogos, porém, o motivo fundamental para a existência destes, deve ser compreendida por meio do pertencimento de ambos a um mesmo quadro político-cultural. Neste sentido, Vargas e os integralistas não dialogam fundamentalmente entre si, mas sim dentro da própria cultura política deste período, onde o antiliberalismo, o anticomunismo, as diversas temáticas e posicionamentos comuns, eram recorrentes nos discursos e nas práticas da maior parte das formações políticas do período, não sendo exclusividade destas leituras aqui contempladas.

Visto os motivos que instigam estes diálogos e nos faz compreender a maior parte das similaridades encontradas entre estes discursos, devemos agora, nos ater aos motivos que levam aos distanciamentos entre estes. Se inicialmente podemos atribuir estes distanciamentos à diferentes formas de leitura e interpretação das representações coletivas pertinentes a esta singular cultura política, devemos ter claro que este fato somente ocorre em função da diferente posição e/ou lugar de enunciação de cada discurso. Ou seja, sendo a AIB um movimento político que visava a chegada ao poder, e Vargas um chefe de Estado que já detinha este poder, logicamente as interdições discursivas - no que se refere às distintas necessidades de cada formação política - também se apresentam diferenciadas. Notamos claramente como isso ocorria ao identificarmos os diferentes intuítos e formas de apresentação destas produções, onde a AIB visava exclusivamente a construção de uma identidade para o movimento, enquanto Vargas, além da construção identitária dava ampla importância e/ou destaque à construção de uma linha argumentativa de legitimação.

### 3.3 - AS CONSTRUÇÕES E LÓGICAS DISCURSIVAS

Neste momento, da mesma forma como fizemos quando do fechamento dos capítulos um e dois, propomos analisar estes discursos de uma forma mais geral e/ou abrangente. Saindo então dos pontos mais específicos destas produções - a exemplo das

temáticas e subtemáticas discursivas que acabamos de abordar -, iremos contemplar agora uma problemática pautada na própria construção e lógica discursiva destes discursos.

Inicialmente, devemos nos remeter à construção identitária presente em ambos os discursos, mesmo que no caso de Vargas esta não seja tão explorada se comparada à construção identitária da AIB. Ressaltamos que “(...) a cada discurso basta construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo. Se o antagonismo se constrói, e isto é fundamental, ocorre devido ao esvaziamento do significado do discurso do outro.”<sup>606</sup> É neste sentido que a lógica discursiva integralista e de Vargas se aproximam, pois “toda a identidade se define em relação a algo que lhe é exterior (...). Dizer que somos diferentes não basta, é necessário mostrar em que nos identificamos”.<sup>607</sup> Em certa medida, este modelo de construção discursiva está presente em ambas produções, já que estas acabam por se apoiar na criação de imagens bipolares, a do “certo” e a do “errado”. A imagem do “certo” era representada pela ideologia integralista ou de Vargas, que por sua vez podem ser identificadas por estarem em uma posição totalmente oposta aos “errados”, que eram representados pelos liberais e comunistas. Notamos que este modelo de construção discursiva se apresenta tanto em relação ao anticomunismo quanto ao antiliberalismo, proferido em ambas enunciações.

Em decorrência lógica, devemos também nos atentar ao fato de que em ambos os discursos à construção identitária implica em uma visão totalitária de si mesmos. Como já vimos, seus inimigos são apontados como uma “minoridade subversiva”, ou como um regime “estranho” aos “reais” valores, vontades e idéias do conjunto total da sociedade. Tanto Vargas quanto os integralistas, constroem um discurso “(...) que sustenta a imagem de uma sociedade una, indivisa e homogênea (...)”.<sup>608</sup> Para melhor entendermos a relação entre a construção de uma identidade - que por sua vez também se apóia na identificação de um inimigo -, e a sua implicação direta na formação de uma visão totalitária de um ideal e/ou concepção, ressaltamos que:

A apreensão do corpo enquanto unidade, só é possível porque somos de início constituídos como unidade pelo olhar do outro sobre nós, pelo discurso que nos designa como únicos. Nós só podemos nos ver porque o outro nos vê e nos fala de nós. É por uma identificação

---

<sup>606</sup> TORRES, A. S. **Imprensa**: política e cidadania, op. cit., p. 23.

<sup>607</sup> OLIVEIRA, R. S de “**Perante o tribunal da História**”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 98.

<sup>608</sup> DUTRA, E. R. de F O fantasma do outro - espectros totalitários na cena política dos anos 30, In: **Revista Brasileira de História**, Vol. 12, nº 23/24, São Paulo, 1992. p. 125.

com a imagem dos outros sobre nós que podemos ter uma imagem de nós mesmos. Daí que o todo na procura de sua identidade necessita do reconhecimento do outro.<sup>609</sup>

Desta forma, devemos ter claro que tanto a lógica discursiva de Vargas quanto a dos integralistas partem da identificação de seu inimigo. Posteriormente, estas passam para a criação de um contraponto, apresentando e/ou estabelecendo a sua própria identidade. Por fim, o efeito de sentido criado acaba por atribuir a sua própria identidade, vontade e posição, também a toda a sociedade. Ou seja, a impressão que este discurso causa ao enunciatário não é a de defesa e/ou estabelecimento somente da identidade do enunciador, mas sim, a do enunciador e de seu enunciatário de uma forma conjunta, o incluindo como parte integrante de si mesmo. Logo, o enunciatário também se vê como ameaçado pelos mesmos inimigos e identificado com a mesma posição e identidade do enunciador. Por este motivo é que para ambos os discursos, os comunistas não atentavam somente contra a ordem e o Estado, mas, sobretudo, contra todos “nós” brasileiros.

Neste momento também devemos nos concentrar na diferenciação básica entre estes discursos, que se apresenta fundamentalmente no intuito e na forma como estes eram dados ao enunciatário. Devemos perceber que toda a lógica discursiva integralista é construída, sobretudo, no sentido da criação de uma identidade para o movimento. Ou seja, este discurso apresenta ao enunciatário primeiramente a imagem e/ou concepção do inimigo a ser identificado e combatido, para em um segundo momento, ser apresentada a proposta integralista para a superação e/ou combate deste inimigo -, sendo este o momento em que esta lógica discursiva delimita a sua própria identidade em função da sua diferença para com a de seu inimigo. Esta construção identitária apresenta-se clara e recorrente, seja ela referente à identidade de seus inimigos ou à criação de sua própria identidade. Em suma, o efeito de sentido criado por este discurso faz com que o enunciatário inicialmente se identifique integralista através da afirmação do que ele não é - no caso liberal e comunista -, para posteriormente, se identificar como um camisa-verde pela reafirmação de sua própria ideologia sobre a de seu inimigo. Desta forma, o discurso da AIB, rigorosamente, segue este modelo de construção discursiva que acabamos de caracterizar.

No caso do discurso de Vargas, por mais que todo este modelo de construção discursiva seja pautado também por uma criação identitária, percebemos que sua lógica

---

<sup>609</sup> DUTRA, E. R. de F. O fantasma do outro - espectros totalitários na cena política dos anos 30, op. cit., p. 134.

discursiva está intimamente ligada ao intuito de legitimar suas atitudes, posições e sua própria posição à frente do Estado brasileiro, respondendo desta maneira, sobretudo, às especificidades do local gerador deste discurso. Dada esta posição, notamos a situação privilegiada e tensa de embate constante entre as demandas políticas e histórico-contextuais que incidem sobre esta produção discursiva, que interferiam diretamente nas transformações e reinterpretações de suas concepções e posicionamentos. Nesta direção, sem negar a construção identitária deste discurso, ressaltamos que esta é pouco evidenciada, ficando em um segundo plano frente ao seu intuito eminentemente legitimador. Logicamente que a legitimação implica em também se criar uma identidade, porém, neste caso, ela é construída em decorrência do intuito legitimador, e não ao contrário, assim como fizeram os integralistas.

Em síntese, podemos perceber que ambos os discursos se apresentam bem diferentes quanto a seus intuítos e/ou finalidades últimas. É por este motivo que podemos considerar o discurso de Vargas como munido de um caráter eminentemente de legitimação, o que por sua vez o torna também muito dinâmico em virtude da necessidade de manutenção de sua posição no poder frente os reordenamentos histórico-contextuais. Estas características, também fazem com que as discussões de cunho doutrinário e ou filosóficas ficassem em um segundo plano frente à argumentação legitimatória. De forma contrária, também é por este motivo que podemos compreender o discurso integralista como fundamentalmente identitário, já que este se apresentando menos dinâmico em função de um direcionamento que privilegiava a propaganda e doutrinação de seus militantes. Por isso, este discurso possui um caráter mais doutrinário e filosófico em detrimento de um caráter prático, como o presente na leitura de Vargas. Podemos então perceber, que a ênfase dada a cada uma destas produções é diferente, respondendo diretamente às suas necessidades e posicionamentos como enunciadores, o que por sua vez também nos elucida os motivos que diferenciam a forma de construção destes. Mesmo que ambos sigam um modelo de construção discursiva muito similar, a ênfase dada neste processo de construção discursiva faz com que estes se diferenciem, motivo pelo qual podemos considerar o discurso de Vargas como eminentemente legitimatório e o da AIB como fundamentalmente identitário. Por fim, também devemos ressaltar que este

distanciamento criado entre estes dois discursos somente se evidencia e/ou faz sentido frente à proposta de abordagem pautada por este estudo comparado que aqui realizamos.

Como já vimos anteriormente, uma preocupação recorrente da historiografia que abordou os inimigos da AIB, está na tentativa de se estabelecer uma graduação acerca de qual seria o mais importante. Cabe neste momento pensar, de forma comparada, a maneira como ambos os discursos se enquadram frente a esta questão. No caso integralista, podemos perceber que este possuía um inimigo primordial “fixo”, o liberalismo, sendo o inimigo comunista somente concebido como desdobramento das “errôneas” concepções materialistas de mundo, da qual o liberalismo era o seu principal representante. Desta forma, devemos nos atentar ao fato de que esta concepção conjunta e inter-relacionada de seus inimigos, também era exteriorizada frente à própria construção discursiva integralista, a exemplo do anticomunismo integralista que se apresentava como um desdobramento discursivo de seu antiliberalismo. Podemos notar claramente esta relação, quando nos debruçamos acerca da construção do homem integral, pois este é inicialmente concebido em oposição ao “homem cívico” criado pelo liberalismo, para posteriormente ser relacionado ao “homem econômico” do comunismo, para assim, em um terceiro momento ser criada e/ou apresentada a concepção do homem integral. Como já vimos, esta lógica de construção permeia todo discurso da AIB.

Já no caso de Vargas, o inimigo primordial não é o liberalismo, mas sim o comunismo, pois este se apresenta como principal elemento de legitimação utilizado por esta lógica discursiva, a exemplo da própria instauração e legitimação do Estado Novo que possuiu no combate aos comunistas seu principal álibi. Em um segundo momento, principalmente em virtude de se justificar a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, o inimigo primordial passa a ser o fascismo. Porém, no que se refere ao nível qualitativo, o antifascismo não foi tão amplamente explorado se comparado ao anticomunismo, que cedeu a este, até mesmo o modelo interno discursivo de combate, como já observamos. Podemos considerar que o fascismo era o segundo mais importante inimigo a ser combatido. Quanto ao liberalismo, podemos encarar este como um constante “inimigo ideológico”, já que este era encarado como um destacado obstáculo a ser superado e não como um inimigo declarado que deveria ser abertamente combatido. Do ponto de vista das discussões teóricas, o liberalismo era o mais importante “inimigo” a ser

“combatido”, uma vez que é ele que deveria ser superado pela política de Vargas, enquanto o comunismo e o fascismo eram inimigos mais pontuais e fundamentalmente relacionados à legitimação das manobras políticas realizadas pelo Estado. Acreditamos que é em decorrência destas situações, que a lógica discursiva antiliberal não se relaciona diretamente com a anticomunista e antifascista, enquanto estas últimas dialogavam constantemente entre si.

Notamos então, que estes discursos se aproximam quando produzem uma leitura antiliberal e anticomunista, fato que devemos pensar em função do campo político-ideológico em que estão inseridos - o qual configuram e ao mesmo tempo se apropriam. A eleição destes inimigos era uma recorrente característica das formações políticas de caráter autoritário, fascista e/ou fascizante, a exemplo destas que aqui estudamos. Entretanto, também podemos perceber que suas opiniões acerca do nível de importância atribuído a estes inimigos é bem distinta, o que por sua vez se justifica em função do local de enunciação destes discursos. Se para a AIB o antiliberalismo era o mais importante, isto se deve ao fato de que para eles o integralismo representava uma resposta e/ou revolução frente o próprio liberalismo, já que o comunismo era entendido como um simples desdobramento e ou conseqüência deste. Logo, a construção identitária presente em seu discurso, necessariamente, deveria ser construída frente à oposição ao liberalismo e não ao comunismo, até porque, era o regime liberal o adotado pelo Estado brasileiro que estes pretendiam superar. Já no caso de Vargas, sua escolha foi pelo comunismo devido ao fato de que este poderia ser mais facilmente caracterizado e explorado no sentido de criar um “mal estar social” frente a sua “ameaça” ao bem estar da nação, servindo ao intuito legitimador de sua construção discursiva.

Por fim, a última relevante questão está na inserção destes discursos frente às interpretações da historiografia acerca do anticomunismo brasileiro.<sup>610</sup> De encontro a estas

---

<sup>610</sup> Como já vimos nos capítulos anteriores, para a historiografia que tratou este tema, o período de 1935 a 1937 é entendido como o período de recrudescimento do anticomunismo no Brasil, assim considerando como principais responsáveis por este, a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a ocorrida Intentona Comunista. Entretanto, esta produção historiográfica também nos alerta para o fato de que o surgimento deste discurso nos remonta ao ano de 1917, quando da revolução bolchevique na Rússia, que aqui no Brasil já encontrava os seus opositores e difamadores. Assim sendo, este fenômeno se apresentava como o “primórdio do anticomunismo no Brasil”. Logo, é durante este período, e, sobretudo, após 1935, que se desenvolve o discurso anticomunista em diversos setores da sociedade, como dentro do próprio Estado por meio da política varguista, na produção de vários intelectuais, no interior da Igreja Católica, no meio militar e dentro da

interpretações, em ambos os casos a recorrente consideração do ano de 1935 - frente à ocorrida Intentona Comunista -, não deve ser considerado com um marco para o recrudescimento do anticomunismo proferido por estas leituras. Em Vargas isso se deve ao fato de que foi somente após a referida Intentona que o discurso anticomunista passou a ser proferido, logo, o ano de 1935 não indica o recrudescimento deste, mas sim o seu surgimento dentro desta lógica discursiva. No caso do discurso integralista, também não pudemos constatar este recrudescimento, pois, do ponto de vista quantitativo o número de fontes não nos elucida a possibilidade de comparação entre o anticomunismo proferido neste dois períodos, e de forma qualitativa, não evidenciamos qualquer tipo de alteração na forma, conteúdo e/ou importância atribuída a este, antes e/ou depois deste fato. Por isso, a nossa conclusão é a de que o ano de 1935 se apresenta irrelevante do ponto de vista de transformações dentro da lógica discursiva da AIB, e no caso do discurso de Vargas, este não implica no recrudescimento, mas sim no surgimento e/ou exteriorização de seu anticomunismo.

A significativa produção integralista de um discurso anticomunista ainda anterior ao ano de 1935, pode ser justificada frente à forma como este discurso é construído. Entendemos que este remonta a um modelo de anticomunismo que, dentro de sua lógica interna, visa a criação de sua própria identidade em função da identificação e da crítica combativa do seu declarado inimigo - assim como era feito com o liberalismo. No que se refere ao caso de Vargas, percebemos que a construção do seu anticomunismo foi feita em virtude do processo de legitimação de suas ações governamentais, e, sobretudo, frente a implementação do Estado Novo. Por este motivo, é que este anticomunismo se apresenta muito mais combativo e/ou repressor - como podemos perceber quando da criação do “perigo comunista” -, em detrimento de uma crítica ideológica e/ou de delimitação de um caráter identitário. Entendemos que são estes os fatos que justificam ambos os discursos não acompanharem o contexto do recrudescimento do anticomunismo nacional.

\* \* \*

---

própria AIB. Ver mais em: OLIVEIRA, R. S. de Notas sobre o anticomunismo Integralista, In: DOTTA, R. A., POSSAS, L. M. V. e CAVALARI, R. M. F. (org.) op. cit., p. 55.

Desse modo, como procuramos demonstrar ao longo deste estudo, em vista desta perspectiva analítica em dois âmbitos, o que devemos ter em mente é que seja por meio das similaridades ou dos distanciamentos, podemos identificar um claro diálogo entre estes dois discursos. Em virtude deste fato, a fim de respondermos uma das principais questões que propomos, nos cabe sintetizar agora as interpretações que apontam e/ou justificam os motivos que levaram a estes diálogos. Detendo-nos inicialmente nas similaridades existentes entre o discurso integralista e de Vargas, devemos compreender que a escolha das referidas temáticas discursivas - assim como o posicionamento assumido em função destas -, respondem, em certa medida, às mesmas temáticas e posicionamentos pertinentes às representações coletivas, que por sua vez, configuram o campo da cultura política deste período. Como já vimos no início deste capítulo, o antiliberalismo, o anticomunismo, o autoritarismo, o corporativismo, entre outros conceitos e/ou posicionamentos, estavam presentes em grande parte do corpo ideológico das mais diversas formações políticas, tanto no Brasil quanto no restante do mundo. Podemos então notar, que estes conceitos e/ou posicionamentos estavam presentes na “mentalidade política” deste período, assim se transformando em lugares comuns e/ou “consensos gerais” que eram amplamente aceitos, seja no que se refere ao homem comum ou até mesmo aos intelectuais, chefes de Estado, filósofos e políticos de forma geral.

Porém, também não podemos perder de vista que a efetiva aceitação destes discursos não deve ser atribuída somente ao seu pertencimento a esta cultura política dominante. A efetividade destes, também se consolida em função do concomitante contexto brasileiro (no que se refere a crise liberal, o eminente perigo de levantes sócias, a revolta das oligarquias, entre outros motivos ao quais já pontuamos), que criou um ambiente fértil para reprodução - e ao mesmo tempo produção original - de discursos pautados pelo antiliberalismo, anticomunismo e autoritarismo. É por este motivo que podemos afirmar que ambos os discursos foram “vitoriosos”: o integralismo enquanto um movimento de massas e o de Vargas como uma referência política consistente durante estes quinze anos. Nesta direção, nos deparamos com a concretude histórica deste campo político-cultural, já que ele somente existe em virtude desta.

Sendo assim, o antiliberalismo e o anticomunismo proferidos por Vargas e pelos integralistas, da mesma forma que seus apelos pautados pelo autoritarismo e pelo



corporativismo, não dialogam somente em função de ambos pertencerem e disputarem o mesmo palco e local de inserção política - no caso o cenário político brasileiro e o seu pertinente o governo e/ou Estado. Nem mesmo podemos somente atribuir a existência deste diálogo a uma possível similaridade de posicionamento ideológico, mesmo que alguns estudos estabeleçam algumas relações de similaridade entre o governo Vargas e os fascismos.<sup>611</sup> Logicamente estes fatores interferem e também instigam estes diálogos, porém, entendemos que o motivo fundamental para estes, deve ser compreendido, sobretudo, em função do pertencimento de ambos a um mesmo contexto histórico concreto que traz consigo uma pertinente mentalidade política e cultural. Neste sentido, podemos apontar para o fato de que Vargas e os integralistas não dialogam exclusivamente entre si, mas sim, com o próprio campo político-cultural deste período. É este o motivo pelo qual encontramos diversas similaridades entre estas leituras, as quais por sua vez também eram comuns e recorrentes para a maior parte das formações políticas do período, não sendo exclusividade destes discursos aqui contemplados, e sim das formações políticas do período entre-guerras.

Por outro lado, as diferenças e/ou distanciamentos presentes entre estes discursos, podem ser atribuídas, sobretudo, ao local onde estes eram produzidos. Ou seja, a forma com que o anticomunismo e antiliberalismo eram dados dentro da lógica discursiva integralista e de Vargas, se diferem em função das interdições discursivas que a posição de cada enunciatário traz consigo. São estes lugares de enunciação distintos os principais responsáveis pela autonomia e/ou especificidades destes discursos. Sendo a AIB um movimento político, as demandas as quais deveriam responder, de longe, se apresentam bem distintas frente as que um chefe de Estado, como Vargas, deveria atender. É o lugar de produção destes discursos que nos elucidam o que pode, o que não pode e a forma como determinada idéia deveria ser dita e/ou explorada em cada uma destas construções. Um evidente exemplo desta questão, é a forma diferenciada como o anticomunismo é proferido nestas duas leituras. No caso da AIB, ele servia fundamentalmente a divulgação e doutrinação de seus militantes por meio de uma lógica discursiva pautada pela delimitação

---

<sup>611</sup> Nos referimos neste momento, as considerações que caracterizam a distinção entre formações políticas fascistas e fascizante, assim como vimos no item dois deste mesmo capítulo. Ver mais sobre esta questão em: SILVA, J. L. W. da (org.) **O feixe e o prisma**: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica, op. cit.

de uma identidade para o movimento. Já para Vargas, o anticomunismo serviu, sobretudo, como um álibi legitimador das manobras de instauração do Estado Novo, já que sua lógica discursiva era menos voltada à criação de uma identidade, e mais direcionada à criação de uma eminente “perigo comunista” visando a legitimação de suas ações e/ou posições. Portanto, podemos constatar que as interdições discursivas inerentes ao local de enunciação implicam diretamente na forma como estes enunciadores se apropriam, se inserem e transformam as representações coletivas da cultura política da qual fazem parte. Acreditamos que é por este motivo que estas distintas interdições discursivas são o aspecto fundamental que geram as diferenciações entre estas duas produções discursivas, uma vez que, via de regra, seus posicionamentos político e temáticas discursivas não se distanciavam significativamente dos posicionamentos e temáticas pertinentes ao contexto histórico concreto e da cultura política pertinente a este.

Por fim, nosso último adendo deve ressaltar que estas similaridades de posicionamento político-ideológico entre Vargas e os integralistas somente se apresentam evidentes frente às temáticas discursivas aqui abordadas - o antiliberalismo e o anticomunismo. Logo, não podemos afirmar que havia uma “unidade ideológica” entre ambas formações políticas, já que estas apresentavam visões bem distintas no que se refere a outros aspectos - a exemplo do anti-semitismo, das relações internacionais, da posição perante os fascismos, do trato para com os trabalhadores, entre outros -, e também frente ao evidente embate de força no campo político prático, cuja mais relevante expressão pode ter sido o Putsch integralista de 1938.

## FONTES

- Obras de Plínio Salgado:

SALGADO, P. **Psicologia da revolução**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

SALGADO, P. **A quarta humanidade** Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

SALGADO, P. **Despertemos a nação!**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

SALGADO, P. **O que é o Integralismo**, 3 ed., Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.

SALGADO, P. **A doutrina do sigma**, Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.

SALGADO, P. **Palavra nova dos tempos novos**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

SALGADO, P. **O sofrimento Universal**, 3 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

SALGADO, P. **Páginas de combate**, Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes, 1937.

SALGADO, P. **O Integralismo perante a nação**, 3 ed., Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1955.

SALGADO, P. **Livro verde de minha campanha**, 2 ed., Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1956.

SALGADO, P. **Obras completas**, São Paulo: Editora das Américas, 1956.

- Obras de Gustavo Barroso:

BARROSO, G. **O Integralismo em marcha**, Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

BARROSO, G. **O Integralismo de norte a sul**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

BARROSO, G. **O integralismo de norte a sul**, Rio de Janeiro: 1934.

BARROSO, G. **A palavra e o pensamento Integralista**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

BARROSO, G. **O que o Integralista deve saber**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

BARROSO, G. **O quarto império**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

BARROSO, G. **Brasil colônia de banqueiros**, 5 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

BARROSO, G. **A sinagoga paulista**, Rio de Janeiro: ABC Limitada, 1937.

BARROSO, G. **O Integralismo e o mundo**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

Autor desconhecido **Os protocolos dos sábios de Sião**: texto completo e apostilado por Gustavo Barroso, 5 ed., Porto Alegre: Revisão, 1991 (primeira edição em 1936).

- Obras de Miguel Reale:

REALE, M. **Formação da política burguesa**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

REALE, M. **O estado moderno**: liberalismo, fascismo, integralismo, 3 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

REALE, M. **Actualidades de um mundo antigo**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

REALE, M. **ABC do integralismo**, São Paulo: Panorama, 1937.

REALE, M. **Obras políticas**: 1º fase – 1931-1937, 3 Vol. Brasília: UnB, 1983. (3 tomos)

- Obras de Getúlio Vargas:

VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: Da Aliança Liberal às realizações do 1 ano de governo 1930-1931, Vol. I, Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: O ano de 1932... a revolução e o norte 1933, Vol. II, Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: A realidade nacional em 1933... retrospectiva das realizações do governo 1934, Vol. III, Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: Retorno à terra natal... confraternização sul-americana e a revolução comunista – Novembro de 1934 a julho de 1937, Vol. IV, Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: O Estado Novo – 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938 Vol. V, Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: Realizações do Estado Novo – 1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939, Vol. VI, Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: No limiar de uma nova era – 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940, Vol. VII, Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: Ferro, carvão, petróleo - 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941, Vol. VIII, Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: O Brasil na guerra – 14 de junho de 1941 a 1 de janeiro de 1943, Vol. IX, Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: O Brasil na guerra – 1 de maio de 1943 a 24 de maio de 1944, Vol. X, Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**: O Brasil na guerra – 1 de julho de 1944 a 30 de outubro de 1945, Vol. XI, Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

VARGAS, G. **Diretrizes da Nova Política do Brasil**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

## ACERVOS PERSQUISADOS

- Biblioteca Pública do Paraná.
- Biblioteca da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
- Biblioteca da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP).
- Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-Pr).
- Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro – Rio Claro/SP.
- Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (CD-AIB/PRP) - Porto Alegre/RS.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, R. B. de **Totalitarismo e Revolução**: o integralismo de Plínio salgado, Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

AZEVEDO, A. C. do A. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**, 3 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BERTONHA, J. F. Integralismo: fontes problemas de pesquisa e tendências historiográficas, *In: Ciclo de Palestras sobre política*: idéias e práticas políticas que marcaram a história do Brasil no século XX, Curitiba, 2004.

BERTONHA, J. F. **Sob a sombra de Mussolini**: os italianos em São Paulo e a luta contra o Fascismo, 1919-1945, São Paulo: Annablume, 1999.

BOURTIER, J. e JULIA D. Introdução, *In: Em que pensam os historiadores*: campos e canteiros da história, Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**, Campinas: UNICAMP, 2004.

CALDEIRA, J. R. de C. **Integralismo e política regional**: a ação integralista no Maranhão (1933-1937), São Paulo: Annablume, 1999.

CALIL, G. G. **O Integralismo no pós-guerra**: a formação do PRP (1945-1950), Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CAMARGO, A. (et. al.) **O golpe silencioso**, Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAPELATO, M. H. R. Estado Novo: novas histórias, *In: Historiografia Brasileira em Perspectiva*, Universidade da São Francisco, São Paulo: Contexto, 1998.

CAPELATO, M. H. R. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo, São Paulo: FAESP/Papirus, 1998.

CARONE, E. **A segunda república** (1930-1937), 3º ed., Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

CARONE, E. **A terceira república** (1937-1945), São Paulo: DIFEL, 1976.

CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um movimento de massas no Brasil (1932-1937), Bauru: EDUSC, 1999.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações, Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, 1990.

CHASIN, J. **O Integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hipertardio, São Paulo: Ciências Humanas LTDA, 1978.

CHAUÍ, M Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira, In: CHAUÍ, M; FRANCO, M. S. C. **Ideologia e mobilização popular**, Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.

CHAUÍ, M. Notas sobre o pensamento conservador dos anos 30: Plínio Salgado, In: ANTUNES, R., FERRANTE, V. B. e MORAES, R (org.) **Inteligência brasileira**, São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, J. C., **Contribuição à história das idéias no Brasil**, 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

CYTRYNOWICZ R. **Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930**, Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP, 1992.

D'ARAUJO, M.C. **O Estado Novo**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DE DECCA, E. ; VESENTINI, C. A. "revolução dos vencedores: considerações sobre a constituição da memória histórica a propósito da “revolução de 30”. In: **Revista ciência e cultura**, São Paulo: FAPESP, 1977.

DÉLOYE, Y. **Sociologia histórica do político**, São Paulo: EDUSC, 1999.

**Delta Larousse**, Rio de Janeiro: Delta S. A., 1970.

DUTRA, E. F. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

DUTRA, E. R. de F O fantasma do outro: espectros totalitários na cena política dos anos 30, In: **Revista Brasileira de História**, Vol. 12, n° 23/24, São Paulo, 1992.

FALCÃO, W. Cartas sindicais, In: **Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**, Rio de Janeiro, 1941.

FAUSTO, B. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERREIRA, J e DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FILHO, A. M. O governo e os intelectuais brasileiros. In: **Cultura e Política**, Rio de Janeiro: DIP, 1942.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**, 4 ed., São Paulo: Ática, 1995.



- FOULCAUT, M. **A ordem do discurso**, São Paulo: Loyola, 1996.
- FRANCO, M. S. C. **Ideologia e mobilização popular**, Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, A. M. C. A república não-oligárquica e o liberalismo dos empresários, *In: SILVA, S. S. e SZMRECSÁNYI, T. (Org.) História econômica da Primeira República*, São Paulo: Hucitec/Edusp/Assoc. Brás.Pesq. Hist. Económica, 2002.
- HILTON, S. E. **O Brasil e a crise internacional (1930-1945)**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**, 2. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LAUERHASS JR., L. **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo**, São Paulo: EDUSP, 1986.
- LENHARO, A. **Sacralização da política**, 2 ed., Campinas: Papyrus, 1986.
- LEVINE, R. L. **O regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LUSTOSA, O. de F. A igreja e o integralismo no Brasil: 1932-1939. *In: Revista de História*, São Paulo: FFLCH/USP, 1976.
- MEDEIROS, J. **Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: FGV, 1978.
- MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil, São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.
- OLIVEIRA, L. L., VELLOSO, M. P. E GOMES, A. M. C. **Estado Novo: Ideologia e poder**, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- OLIVEIRA, R. S de **“Perante o tribunal da História”**: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937), Dissertação de Mestrado: Porto Alegre, 2004.
- PAXTON, R. O. **A anatomia do fascismo**, São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PINTO, C. R. J. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado**, São Paulo: HUCITEC, 1989.
- REMOND, R. (org.) **Por uma história política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV. 1996.

RÉMOND, R. O retorno do político, *In*: CHAUVEAU, A. **Questões para a história do presente**, São Paulo: EDUSC, 1999.

RODRIGUES, L. M. Sindicalismo e classe operária (1930-1964), *In*: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)**, 6. ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político, *In*: **Revista Brasileira de História**, V.15, N° 30, São Paulo, 1995.

ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas**: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil / 1930-1945, São Paulo: Companhia das letras, 2001.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930), São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERRATTO, E. B. F. Integralismo e historiografia, *In*: BRITO SILVA, G **Estudos sobre o integralismo no Brasil**, Recife: UFRPR, 2007.

SILVA, B. **Dicionário de ciências sócias**, Vol. 1, Rio de Janeiro: FGV, 1986.

SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, H. **1935 - A revolta vermelha**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SILVA, H. **1938 - Terrorismo em campo verde**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SILVA, H. **A ameaça vermelha**: o Plano Cohen, Porto Alegre: L&PM, 1980.

SILVA, J. L. W. da (org.) **O feixe e o prisma**: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica, Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

TORRES, A. S. **Imprensa**: política e cidadania, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

TOTA, A. P. **O Estado Novo**, 5° ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, 2 ed., Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

TRINDADE, H. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30, *In*: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)**, 6. ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

VASCONCELLOS, G. **A ideologia curupira**: análise do discurso integralista, São Paulo: Brasiliense, 1979.

VIANA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.